



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

A GESTÃO DOS RECURSOS DO PRIMEIRO PROGRAMA DA VALORIZAÇÃO DO CAFÉ (1906-1914)

Dennys Montagner

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: História Econômica, sob a orientação do Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves.

Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendido por Dennys Montagner em 15/02/2011 e orientado pelo Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves.

CPG, 15/02/2011

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José Ricardo Barbosa Gonçalves", is written over a horizontal line.

Campinas, 2011

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

M76g	<p>Montagner, Dennys.</p> <p>A gestão dos recursos do primeiro programa da valorização do café (1906-1914)/ Dennys Montagner. -- Campinas, SP: [s.n.], 2011.</p> <p>Orientador: José Ricardo Barbosa Gonçalves. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p>1. Convênio de Taubaté (1906). 2. Economia cafeeira. 3. Finanças públicas – São Paulo (Estado). I. Gonçalves, José Ricardo Barbosa. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">11-023-BIE</p>
------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Título em Inglês: The management of resources from the first coffee enhancement program (1906-1914)

Keywords: Taubaté's Agreement (1906) ; Coffee economy ; Public finance – São Paulo (State)

Area de Concentração : História Econômica

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora: Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves
Prof. Dra. Maria Alejandra Caporale Madi
Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi

Data da defesa: 15-02-2011

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Dissertação de Mestrado

Aluno: DENNYS MONTAGNER

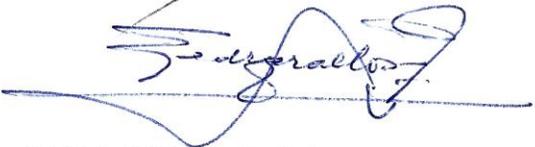
**“A Gestão dos Recursos do Primeiro Programa da
Valorização do Café (1906-1914)”**

Defendida em 15 / 02 / 2011

COMISSÃO JULGADORA


Prof. Dr. JOSÉ RICARDO BARBOSA GONÇALVES
Orientador – IE / UNICAMP


Profa. Dra. MARIA ALEJANDRA CAPORALE MADI
IE / UNICAMP


Prof. Dr. PEDRO GERALDO TOSI
UNESP / Franca

Para Carol, por todo seu amor e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

Aos meus pais pelo incentivo, carinho e amor;

À Carol, pelo companheirismo, incentivo, força, paciência, amor, cumplicidade e por dividir todos os momentos da vida comigo, sejam eles bons ou ruins; te agradeço com todo o meu amor!

Aos meus amigos do Instituto de Economia da Unicamp, pelas risadas, discussões, confraternizações, estudos e tudo mais, tenho um afeto muito especial por todos;

Aos meus amigos de Franca e de São Paulo, pela amizade eterna que cultivamos ao longo de todos estes anos;

Ao Professor José Ricardo pela orientação deste trabalho, pelos excelentes cursos (FEB e Historiografia) ministrados para nossa turma, pela amizade e pela paciência em ensinar este aluno, que é um tanto teimoso.

A Professora Maria Alejandra e ao Professor Eduardo Mariúti pela participação na Banca de Qualificação – suas indicações foram pertinentes e preciosas para este trabalho;

Aos Professores da área de História, pelos cursos oferecidos, pelas indicações de leitura e por todos os seus ensinamentos ao longo do curso de mestrado;

Aos demais Professores, dos quais tive o prazer de ser aluno, podendo aprender um pouco sobre os mistérios da economia;

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação, da Secretaria, da Biblioteca e da Copiadora, pelo excelente trabalho prestado nas instâncias burocráticas;

Aos funcionários do Acervo Histórico da Assembléia Legislativa de São Paulo, onde fiz todo meu trabalho de pesquisa documental – agradeço pela paciência e pela presteza em atender prontamente as minhas necessidades;

À Capes (Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior) pelo financiamento desta pesquisa durante dois longos anos.

À todos àqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

“O processo social, na realidade, é um todo indivisível. De seu grande curso, a mão classificadora do investigador extrai artificialmente os fatos econômicos. A designação de um fato como econômico já envolve uma abstração, a primeira entre muitas que nos são impostas pelas condições técnicas da cópia mental da realidade. Um fato nunca é puro ou exclusivamente econômico; sempre existem outros aspectos em geral mais importantes. Não obstante, falamos de fatos econômicos na ciência exatamente como na vida comum e com o mesmo direito; com o mesmo direito também com que podemos escrever uma história da literatura, mesmo apesar da literatura de um povo estar inseparavelmente ligada a todos os outros elementos de sua existência”.

(Joseph Alois Schumpeter)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo o estudo da gestão dos recursos financeiros provenientes do Primeiro Programa de Valorização do Café (1906-1914) pelo estado de São Paulo. A partir da análise da contabilidade pública do estado São Paulo pretendemos demonstrar a forma como o estado utilizou os recursos que eram angariados com a operação comercial em torno do café. Deste modo, dividimos o trabalho em três partes: na primeira discutiremos os antecedentes da Valorização do café, bem como os efeitos negativos da política econômica de Campos Sales e Rodrigues Alves para a lavoura cafeeira. Na segunda parte discutiremos o funcionamento do Programa de Defesa do Café, para tal nos deteremos na análise da documentação contábil do Tesouro do estado de São Paulo, que produziu relatórios anuais versando sobre o movimento dos estoques – compra e venda de café – bem como com a descrição das movimentações financeiras – juros, amortização, saldo de vendas de café, saldos de compra de café, empréstimos externos - entre o Comitê de Comerciantes e o Tesouro público paulista. Na terceira e, última parte, descreveremos como o estado fez uso dos recursos da Valorização para cobrir os déficits orçamentários e ao mesmo tempo realizar investimentos públicos no estado, tais como ferrovias, educação, saneamento básico, saúde e obras públicas em geral.

Palavras-chave: Convênio de Taubaté; Valorização do Café; Capital Comercial; Orçamento Público de São Paulo; Investimento Público.

ABSTRACT

This research aims to study the management of financial resources from the First Coffee Enhancement Program (1906-1914) the state of São Paulo. From the analysis of public accounting of the state São Paulo intend to demonstrate how the state used the funds that were raised with the commercial operation around the coffee. Thus, we divide the work into three parts: the first will discuss the background to the recovery of coffee, as well as the negative effects of economic policy and Campos Sales Rodrigues Alves to the coffee farming. In the second part will discuss the functioning of the Coffee Defense Program, for this we will consider in the analysis of accounting documentation for the Treasury of the State of São Paulo, which produced annual reports dealing on the movement of stocks - buying and selling of coffee - as well as description of financial transactions - interest, depreciation, net sales of coffee, coffee buying stocks, foreign loans - between the Committee of Merchants and the public from Treasury. In the third and last part will describe how the state made use of the resources of Appreciation to cover budget deficits and at the same time make public investments in the state, such as railways, education, sanitation, health and public works in general.

Keywords: Taubaté's Agreement; Enhancement of Coffee; Capital Commercial, Public Budgeting of São Paulo; Public Investment.

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

CAPÍTULO 1 OS ANTECEDENTES POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA PRIMEIRA VALORIZAÇÃO DO CAFÉ..... 18

Tabela 1: Porcentagem da produção de café brasileiro em relação ao mercado mundial	29
------------------------------------------------------------------------------------------	----

CAPÍTULO 2 O PRIMEIRO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO CAFÉ (1906-1914): A GERÊNCIA DAS OPERAÇÕES PELO CARTEL COMERCIAL..... 48

Gráfico 1: Arrecadação da Sobre-taxa de 3 francos ouro (1906-1914).....	58
Gráfico 2: Preço médio do café exportado entre 1892 e 1914	83
Gráfico 3: Arrecadação de Tributos sobre a exportação de café em São Paulo (1892-1914).....	87
Gráfico 4: Valor oficial das exportações de café em São Paulo (1892-1914).....	88
Gráfico 5: Quantidade de café exportado por São Paulo (1892-1914).....	88

Tabela 1: Conta Corrente do empréstimo de 1.000.000 de libras com o Brasilianische Bank Fur Deutschland.....	51
Tabela 2: Conta Corrente do empréstimo de 1.000.000 de libras com o National City Bank	54
Tabela 3: Conta Corrente do empréstimo de 1.000.000 de libras com o J. H. Schroder & C.....	54
Tabela 4: Empréstimo Federal (juros e amortizações do empréstimo de 3.000.000 de libras)	59
Tabela 5: Conta Corrente do empréstimo de 15.000.000 de libras com o J. H. Schroder & C, Ban. Paris e P. Bas e S. Généralé de Paris	62
Tabela 6: Resumo dos credores da dívida interna do est. de S. Paulo em 1907.....	63
Tabela 7: Cafés comprados por T. Wille e Prado, Chaves em 1907.....	66
Tabela 8: Demonstração dos contratos de consignação da T. Wille – Contrato nº 1 de Santos	68
Tabela 9: Demonstração dos contratos de consignação da T. Wille – Contrato nº 2 de Santos	68
Tabela 10: Demonstração dos contratos de consignação da T. Wille – Contrato nº 3 de Santos	69
Tabela 11: Demonstração dos contratos de consignação da T. Wille – Contrato nº 1 do Rio de Janeiro	69
Tabela 12: Demonstração dos contratos de consignação da T. Wille – Contrato nº 2 do Rio de Janeiro	70
Tabela 13: Cafés comprados por T. Wille e Prado, Chaves em 1906/07	71
Tabela 14: Demonstração do café comprado e armazenado em 1907	72
Tabela 15: Movimento do estoque até a entrega para os consignatários da Europa e dos Estados Unidos	75
Tabela 16: Resumo dos pagamentos realizados pelo comitê nas praças especificadas	77

Tabela 17: Cafés entregues ao comitê.....	77
Tabela 18: Vendas realizadas no exercício de 1910 pelo comitê.....	80
Tabela 19: Conta corrente com os banqueiros no ano de 1910 – debitada aos banqueiros.....	81
Tabela 20: Conta corrente com os banqueiros no ano de 1910 – creditada aos banqueiros.....	81
Tabela 21: Vendas realizadas no exercício de 1911 pelo comitê.....	82
Tabela 22: Conta corrente com os banqueiros no ano de 1911 – debitada aos banqueiros.....	82
Tabela 23: Conta corrente com os banqueiros no ano de 1911 – creditada aos banqueiros.....	82
Tabela 24: Vendas realizadas no exercício de 1912 pelo comitê.....	84
Tabela 25: Conta corrente com os banqueiros no ano de 1912 – debitada aos banqueiros.....	84
Tabela 26: Conta corrente com os banqueiros no ano de 1912 – creditada aos banqueiros.....	85
Tabela 27: Situação financeira do Programa de Valorização em 1913.....	86

CAPÍTULO 3 AS CORRELAÇÕES ENTRE O PRIMEIRO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO CAFÉ E AS FINANÇAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1906-1914).....90

Gráfico 1: Despesas do estado de São Paulo em 1906 – por secretaria.....	95
Gráfico 2: Despesas da Secretaria do Interior em 1906.....	96
Gráfico 3: Despesas da Secretaria da Justiça em 1906.....	98
Gráfico 4: Despesas de custeio da Secretaria da Agricultura em 1906.....	100
Gráfico 5: Créditos especiais (investimentos realizados) pela Secretaria da Agricultura em 1906.....	101
Gráfico 6: Despesas de custeio da Secretaria da Fazenda em 1906.....	102
Gráfico 7: Principais gastos do estado de São Paulo em 1906.....	103
Gráfico 8: Despesas do estado de São Paulo em 1907 – por secretaria.....	104
Gráfico 9: Despesas da Secretaria do Interior em 1907.....	105
Gráfico 10: Despesas da Secretaria da Justiça em 1907.....	106
Gráfico 11: Despesas de custeio da Secretaria da Agricultura em 1907.....	107
Gráfico 12: Créditos especiais (investimentos realizados) pela Secretaria da Agricultura em 1907.....	108
Gráfico 13: Despesas de custeio da Secretaria da Fazenda em 1907.....	109
Gráfico 14: Principais gastos do estado de São Paulo em 1907.....	110
Gráfico 15: Comparação entre as receitas e despesas da Valorização e das Secretarias de estado em 1907.....	110
Gráfico 16: Comparação entre as receitas e despesas da Valorização e das Secretarias de estado em 1908.....	112
Gráfico 17: Despesas do estado de São Paulo em 1908 – por secretaria.....	113
Gráfico 18: Despesas da Secretaria do Interior em 1908.....	114
Gráfico 19: Despesas da Secretaria da Justiça em 1908.....	115
Gráfico 20: Despesas de custeio da Secretaria da Agricultura em 1908.....	116

Gráfico 21: Créditos especiais (investimentos realizados) pela Secretaria da Agricultura em 1908	116
Gráfico 22: Despesas de custeio da Secretaria da Fazenda em 1908.....	117
Gráfico 23: Principais gastos do estado de São Paulo em 1908.....	118
Gráfico 24: Despesas do estado de São Paulo em 1909 – por secretaria	120
Gráfico 25: Despesas da Secretaria do Interior em 1909.....	121
Gráfico 26: Despesas da Secretaria da Justiça em 1909.....	121
Gráfico 27: Despesas de custeio da Secretaria da Agricultura em 1909	122
Gráfico 28: Créditos especiais (investimentos realizados) pela Secretaria da Agricultura em 1909	123
Gráfico 29: Despesas de custeio da Secretaria da Fazenda em 1909.....	124
Gráfico 30: Principais gastos do estado de São Paulo em 1909.....	124
Gráfico 31: Despesas do estado de São Paulo em 1910 – por secretaria	126
Gráfico 32: Despesas da Secretaria do Interior em 1910.....	127
Gráfico 33: Despesas da Secretaria da Justiça em 1910.....	128
Gráfico 34: Despesas de custeio da Secretaria da Agricultura em 1910	130
Gráfico 35: Créditos especiais (investimentos realizados) pela Secretaria da Agricultura em 1910	130
Gráfico 36: Despesas de custeio da Secretaria da Fazenda em 1910.....	131
Gráfico 37: Principais gastos do estado de São Paulo em 1910.....	132
Gráfico 38: Despesas do estado de São Paulo em 1911 – por secretaria	134
Gráfico 39: Despesas da Secretaria do Interior em 1911	135
Gráfico 40: Despesas da Secretaria da Justiça em 1911	136
Gráfico 41: Créditos especiais (investimentos realizados) pela Secretaria da Agricultura em 1911	138
Gráfico 42: Despesas de custeio da Secretaria da Fazenda em 1911.....	139
Gráfico 43: Principais gastos do estado de São Paulo em 1911	140
Gráfico 44: Despesas do estado de São Paulo em 1912 – por secretaria	142
Gráfico 45: Despesas da Secretaria do Interior em 1912.....	143
Gráfico 46: Despesas da Secretaria da Justiça em 1912.....	144
Gráfico 47: Despesas de custeio da Secretaria da Agricultura em 1912	145
Gráfico 48: Créditos especiais (investimentos realizados) pela Secretaria da Agricultura em 1912	146
Gráfico 49: Despesas de custeio da Secretaria da Fazenda em 1912.....	147
Gráfico 50: Principais gastos do estado de São Paulo em 1912.....	147
Gráfico 51: Despesas do estado de São Paulo em 1913 – por secretaria	149
Gráfico 52: Despesas da Secretaria do Interior em 1913.....	150
Gráfico 53: Despesas da Secretaria da Justiça em 1913.....	151
Gráfico 54: Despesas de custeio da Secretaria da Agricultura em 1913	153
Gráfico 55: Créditos especiais (investimentos realizados) pela Secretaria da Agricultura em 1913	153
Gráfico 56: Despesas de custeio da Secretaria da Fazenda em 1913.....	154
Gráfico 57: Principais gastos do estado de São Paulo em 1913.....	154
Gráfico 58: Despesas do estado de São Paulo em 1914 – por secretaria	156
Gráfico 59: Despesas da Secretaria do Interior em 1914.....	157
Gráfico 60: Despesas da Secretaria da Justiça em 1914.....	158
Gráfico 61: Despesas de custeio da Secretaria da Agricultura em 1914	160

Gráfico 62: Créditos especiais (investimentos realizados) pela Secretaria da Agricultura em 1914	161
Gráfico 63: Despesas de custeio da Secretaria da Fazenda em 1914.....	161
Gráfico 64: Principais gastos do estado de São Paulo em 1914.....	162
Tabela 1: Renda ordinária e extra-ordinária do estado de São Paulo entre os anos de 1892 e 1914	91
Tabela 2: Preço médio do café e quantidade exportada (1889-1914).....	91
Tabela 3: Porcentagem dos direitos de exportação em relação ao total das rendas ordinárias e extraordinárias do estado de São Paulo (1892-1914)	92
Tabela 4: Balancete da receita e despesa no exercício de 1906	94
Tabela 5: Despesas da Secretaria do Interior em 1906	96
Tabela 6: Despesas da Secretaria da Justiça em 1906	97
Tabela 7: Despesas da Secretaria da Agricultura em 1906	99
Tabela 8: Despesas da Secretaria da Fazenda em 1906.....	101
Tabela 9: Balancete da receita e despesa no exercício de 1907	104
Tabela 10: Despesas da Secretaria do Interior em 1907	105
Tabela 11: Despesas da Secretaria da Justiça em 1907	106
Tabela 12: Despesas da Secretaria da Agricultura em 1907	107
Tabela 13: Despesas da Secretaria da Fazenda em 1907.....	108
Tabela 14: Principais gastos do estado de São Paulo em 1907	109
Tabela 15: Balancete da receita e despesa no exercício de 1908	112
Tabela 16: Despesas da Secretaria do Interior em 1908	113
Tabela 17: Despesas da Secretaria da Justiça em 1908	114
Tabela 18: Despesas da Secretaria da Agricultura em 1908	115
Tabela 19: Despesas da Secretaria da Fazenda em 1908.....	117
Tabela 20: Balancete da receita e despesa no exercício de 1909	119
Tabela 21: Despesas da Secretaria do Interior em 1909	120
Tabela 22: Despesas da Secretaria da Justiça em 1909	121
Tabela 23: Despesas da Secretaria da Agricultura em 1909	122
Tabela 24: Despesas da Secretaria da Fazenda em 1909.....	123
Tabela 25: Balancete da receita e despesa no exercício de 1910	125
Tabela 26: Despesas da Secretaria do Interior em 1910	127
Tabela 27: Despesas da Secretaria da Justiça em 1910	128
Tabela 28: Despesas da Secretaria da Agricultura em 1910	129
Tabela 29: Despesas da Secretaria da Fazenda em 1910.....	131
Tabela 30: Balancete da receita e despesa no exercício de 1911	133
Tabela 31: Despesas da Secretaria do Interior em 1911	134
Tabela 32: Despesas da Secretaria da Justiça em 1911	135
Tabela 33: Despesas da Secretaria da Agricultura em 1911	137
Tabela 34: Despesas da Secretaria da Fazenda em 1911.....	139
Tabela 35: Balancete da receita e despesa no exercício de 1912	141
Tabela 36: Despesas da Secretaria do Interior em 1912	142
Tabela 37: Despesas da Secretaria da Justiça em 1912	144
Tabela 38: Despesas da Secretaria da Agricultura em 1912	145
Tabela 39: Despesas da Secretaria da Fazenda em 1912.....	147
Tabela 40: Balancete da receita e despesa no exercício de 1913	148

Tabela 41: Despesas da Secretaria do Interior em 1913	150
Tabela 42: Despesas da Secretaria da Justiça em 1913	151
Tabela 43: Despesas da Secretaria da Agricultura em 1913	152
Tabela 44: Despesas da Secretaria da Fazenda em 1913.....	154
Tabela 45: Balancete da receita e despesa no exercício de 1914	155
Tabela 46: Despesas da Secretaria do Interior em 1914	157
Tabela 47: Despesas da Secretaria da Justiça em 1914	158
Tabela 48: Despesas da Secretaria da Agricultura em 1914	159
Tabela 49: Despesas da Secretaria da Fazenda em 1914.....	161

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 OS ANTECEDENTES POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA PRIMEIRA VALORIZAÇÃO DO CAFÉ	7
1.1 As consequências econômicas para a cafeicultura das políticas de Joaquim Murinho e Leopoldo de Bulhões.....	7
1.2 As propostas de intervenção no mercado cafeeiro anteriores ao Convênio de Taubaté.	16
1.3 Do Convênio de Taubaté à Valorização empreendida pelos comerciantes.....	25
1.3.1 O Convênio de Taubaté e a Caixa de Conversão	25
1.3.2 A Valorização efetiva: a trama do “Consórcio Internacional dos comerciantes”.....	29
CAPÍTULO 2 O PRIMEIRO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO CAFÉ (1906-1914): A GERÊNCIA DAS OPERAÇÕES PELO CARTEL COMERCIAL.....	39
2.1 Os empréstimos contraídos para a Defesa do Café	42
2.2 O movimento geral dos estoques da Valorização (1906-1907): a ação da Prado, Chaves & C. e da Theodor Wille & C. na consignação dos cafés da Valorização.	56
2.3 O movimento geral dos estoques da Valorização (1908-1909): o processo de centralização dos estoques na Europa e nos Estados Unidos.	65
2.4 O movimento geral dos estoques da valorização (1910-1914): O comércio de café capitaneado pelo Comitê de comerciantes.	72
CAPÍTULO 3 AS CORRELAÇÕES ENTRE O PRIMEIRO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO CAFÉ E AS FINANÇAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1906-1914).....	85
3.1 A exportação de café e a composição do orçamento público do estado de São Paulo.	85
3.2 O exercício orçamentário de 1906	89
3.3 O exercício orçamentário de 1907	99
3.4 O exercício orçamentário de 1908	107
3.5 O exercício orçamentário de 1909	115
3.6 O exercício orçamentário de 1910	123
3.7 O exercício orçamentário de 1911	132
3.8 O exercício orçamentário de 1912	139
3.9 O exercício orçamentário de 1913	147
3.10 O exercício orçamentário de 1914	156
3.11 Uma síntese dos exercícios orçamentários de 1906-1914: A Valorização do café e o orçamento do estado de São Paulo.....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	175
Documentação e Fontes Primárias.....	175
Livros, artigos, teses e dissertações	176
ANEXOS	183
LISTA DE PRESIDENTES E SECRETÁRIOS DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE 1906 E 1914.	185
LISTA DE PRESIDENTES DA REPÚBLICA E MINISTROS DA FAZENDA DO BRASIL ENTRE 1898 E 1914.....	186

INTRODUÇÃO

Alguns traços resumem a história contemporânea do Brasil: o mais nítido é a aparição de São Paulo. O verdadeiro centro econômico do país está ali. Conquanto Pernambuco e Bahia, que pertencem ao Brasil dos trópicos conservassem o primeiro lugar durante o período colonial, a sua influência declinou após a independência em proveito das províncias do sul, do Brasil temperado. São Paulo impele a marcha para a frente do novo Brasil¹.

Devido às condições naturais, que nenhum outro país do mundo possui, o Brasil, como país produtor de café, está, presentemente, em relação aos seus competidores, em uma posição absolutamente privilegiada, a qual conquistou, de ano para ano, e que, por essa justa razão, possui uma sólida base².

A introdução de um trabalho tem como objetivo oferecer ao leitor uma explicação sobre o tema, sobre as justificativas e as hipóteses que construíram e nortearam o desenvolvimento da pesquisa. Também é o momento de fornecer explicações sobre o “norte” do trabalho, marcar posições e evidenciar os motivos pelos quais algumas escolhas foram feitas em detrimento de outras.

Como mostrado nas epígrafes, o nosso trabalho tem como pano de fundo o desenvolvimento da economia cafeeira e conseqüentemente o desenvolvimento econômico do próprio estado de São Paulo nas duas primeiras décadas do século XX. Na concepção de Pierre Denis, o aparecimento do café em São Paulo conferiu ao estado o *status* de “locomotiva”, responsável pela dianteira de um novo país. A elite dirigente paulista, que capitaneou a implantação da República, almejava que o país alcançasse a condição de “nação civilizada”, por meio de um processo de modernização. A preponderância do café conferiu ao estado e ao próprio país, uma riqueza capaz de financiar os elementos necessários para consolidação de tal intento. Por meio da construção de ferrovias, prédios urbanos, indústrias, portos, e etc., esperava-se implantar no estado um “modo de vida civilizado”.

¹ DENIS, Pierre. **O Brasil no século XX**. Lisboa: Casa Bertrand, 1911, p. 131.

² SICILIANO, Alexandre. **Valorização do café**. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1905, p. 3.

Contudo, o desenvolvimento da economia cafeeira foi um processo demasiadamente complexo para ser abordado em todas as suas dimensões, ainda mais no espaço de uma dissertação. Assim, a tarefa da qual nos incumbimos, tratou-se da análise de “uma cena”, de “um momento”, que marcou o longo processo que consolidou a economia cafeeira. Ao analisarmos o desenvolvimento capitalista é possível perceber que este se movimenta por meio de crises de acumulação. O desenvolvimento da economia cafeeira não se fez de modo distinto, apresentou igualmente momentos de forte crescimento – até o final do século XIX – e momentos de crise, onde o excesso de produção perturbava os preços do café. Nosso tema é justamente a análise de um desses momentos de crise, e mais especificamente, o estudo das opções de política que almejavam a resolução desta, qual seja o período da Primeira Valorização do Café (1906-1914).

O momento que antecedeu o da Valorização foi marcado por uma intensa crise de superprodução e queda dos preços internacionais do café. A partir de tal problemática ganharam fôlego as aspirações interventoras sobre o mercado de café, contudo vivia-se um contexto de uma política econômica restritiva, colocada em prática por Campos Sales e Rodrigues Alves, entre 1898 e 1906. No entanto, como identificou Alexandre Siciliano, se de um lado a grande quantidade de café produzida era um problema para a sustentabilidade do seu preço, de outro lado a robustez da produção brasileira, frente à produção mundial, era o caminho para a resolução da crise, já que esta produção garantiria ao país uma posição privilegiada no mercado, condição *sine qua non* para o empreendimento da Valorização.

O aspecto que observaremos da Primeira Valorização do Café é a correlação entre a operação comercial internacional, que visava promover a recuperação dos preços internacionais do produto, e as finanças do estado de São Paulo entre os anos de 1906 e 1914. Sejam mais claros; para além de sua dinâmica interna de funcionamento, que é comercial, procuraremos observar neste processo de que forma o estado de São Paulo fez a gestão dos recursos angariados com a Valorização, ou seja, como e onde o estado alocou os recursos no seu orçamento. Sendo assim, nossa hipótese é que o estado de São Paulo não utilizou os recursos provenientes da Valorização somente para fazer funcionar a operação comercial, para além desta

finalidade, e é o que pretendemos ressaltar, tais recursos foram utilizados para cobrir os insistentes déficits que se formavam no orçamento do estado. Sem este expediente o estado não poderia ter financiado os seus investimentos, que cresceram substantivamente após 1910. A partir disso, observaremos quais as áreas privilegiadas pelo estado na aplicação dos referidos investimentos.

Deste modo, um estudo que busque a compreensão deste aspecto específico da Valorização do Café e de suas correlações com o orçamento público do estado de São Paulo, deve forçosamente passar pela análise da documentação contábil da Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo. A partir desta documentação é possível observar os arranjos financeiros feitos pelo estado para cobrir seus déficits por meio da utilização dos recursos da Valorização e da dívida pública. Também é possível obtermos as contas de gastos e investimentos alocados em cada Secretaria de estado, sendo estas do Interior, da Agricultura e Obras Públicas, da Justiça e da Fazenda. Cada uma delas reportava à Secretaria da Fazenda seu balancete com a descrição dos gastos provenientes da receita repassada no início de cada exercício. Por seu turno, a Fazenda formava um compêndio com um balanço geral das receitas e despesas do estado de São Paulo, a ser apresentado à presidência paulista. Assim, é por meio da análise desta contabilidade geral que pretendemos demonstrar nossa hipótese, já exposta nos parágrafos anteriores.

Tendo isso em conta, organizaremos o trabalho em três capítulos com os seguintes conteúdos:

No capítulo primeiro pretendemos discutir o “cenário” em que se desenvolveu o Programa de Valorização. Sendo assim, nossa intenção é compreender o processo histórico que levou à intervenção no mercado cafeeiro. Para tal, faz-se necessário compreender as consequências da política econômica de Campos Sales e Rodrigues Alves para a cafeicultura, assim como o teor dos projetos de intervenção que surgiram ao longo da crise cafeeira. Por fim, faremos um estudo das cláusulas do Convênio de Taubaté, assim como das mudanças ocorridas no acordo ao longo do desenvolvimento da Valorização, ou seja, na realidade o intuito é observar o redimensionamento da participação dos comerciantes ao longo do desenvolvimento da operação e sua correlação com o financiamento do programa. Neste capítulo, nos valem tanto dos

estudos bibliográficos posteriores ao período, quanto da análise de publicações coevas de diversas matrizes – imprensa, artigos, projetos parlamentares, relatórios de estado e associações agrícolas e comerciais.

No capítulo segundo faremos a análise do Programa de Valorização, sendo que abordaremos tanto a dimensão das relações financeiras – empréstimos – entre o estado de São Paulo e o cartel mercantil que gerenciava as operações comerciais internacionais, bem como a dimensão dos fluxos dos estoques – compra e venda do café pelo comitê da Valorização. Para empreender tal intento utilizaremos os Relatórios da Defesa do Café, produzido pela Inspeção do Tesouro do Estado de São Paulo, uma repartição da pasta da Fazenda. Nesta documentação consta a conta corrente dos empréstimos contratados por São Paulo para realizar o programa, assim como a descrição das compras e vendas de café realizadas pelo comitê ao longo dos anos em que vigorou a operação. Este capítulo nos subsidiará na compreensão da dinâmica da Valorização: como os comerciantes compraram os estoques nos portos brasileiros, depois centralizaram os mesmos nos hangares dos portos norte-americanos e europeus. Deste modo, tentaremos mensurar a importância dos comerciantes para o programa, bem como a dimensão de seus ganhos, naquilo que se transformou em um grande negócio, ou seja, se por seu turno a Valorização tinha por intuito recuperar os preços do café, com vistas a melhorar a posição dos produtores, em nenhum momento esta deixou de ser um grande negócio para o capital comercial.

Sendo assim, se no capítulo dois nos ocuparemos da dinâmica comercial do programa, tratando dos ganhos dos comerciantes na operação, no capítulo três centraremos nossa análise na contabilidade pública do estado de São Paulo, contida nos Relatórios da Secretaria da Fazenda. Como já salientamos, a partir desta observação é possível compreender o arranjo contábil com a dívida interna e os empréstimos para a Valorização, que não só cobriram o déficit público, mas garantiram ao estado a possibilidade de realizar investimentos sociais – saneamento, educação, higienização e controle de epidemias – investimentos em infra-estrutura de transportes – ferrovias, estradas, pontes, balsas, portos, canais fluviais, etc. – e infra-estrutura urbana – prédios públicos, praças, ruas, avenidas, iluminação pública, etc.

Antes de darmos por encerrada esta introdução, cabe uma explicação acerca do recorte temporal que estabelecemos para a Valorização. Para Holloway a operação terminou em 1913, quando ocorreu a liquidação dos estoques nos Estados Unidos. O empréstimo de 1908 foi integralmente liquidado em 1914 e o estoque de 2,4 milhões de sacas, que restou da Valorização, voltou ao controle do estado de São Paulo. Segundo Peláez, no início de 1915 não só o comitê que empreendeu o negócio foi dissolvido, mas São Paulo comercializou com a Alemanha todo o estoque armazenado em Bremen, Trieste e Antuérpia (1,23 milhões de sacas)³. Restando somente o café de Havre (1,22 milhões de sacas)⁴. Para Delfim Netto, os anos de 1914 e 1915 foram um marco para a Valorização, já que São Paulo voltou a gerenciar os estoques e praticamente liquidou os estoques na comercialização com a Alemanha. Contudo, o autor estabelece como marco final o ano de 1918, quando ocorreu a venda do café de Havre⁵.

Peláez e Holloway também corroboram com a demarcação temporal de Delfim Netto. No entanto, os três autores defendem que após 1914 as operações da Valorização foram esparsas. Primeiramente por que a Grande Guerra conturbou os fluxos financeiros internacionais – a possibilidade de novos empréstimos externos se restringiu – segundo, por que os recursos advindos da comercialização de 1,23 milhões de sacas - com o governo alemão - ficaram retidos em um banco berlinense até 1921, quando uma cláusula do Tratado de Versalhes obrigou-os a colocar o dinheiro à disposição dos paulistas nos bancos londrinos⁶. E finalmente, temos que após o negócio de 1915, o estado somente voltou ao mercado em 1918, quando liquidou o café de Havre. Visto isso, observamos uma quebra no fluxo de recursos financeiros da operação, já que o dinheiro proveniente da Alemanha somente ingressou no caixa em 1921 e os recursos de Havre em 1918. Diante deste quadro, optamos por observar a contabilidade da Valorização e do estado de São Paulo até 1914, ano em que os fluxos

³ HOLLOWAY, Thomas H. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**: a primeira valorização do café. Trad. Marcio Doctors. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 86-87.

⁴ PELÁEZ, Carlos Manuel. Análise econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café – 1906-1945: Teoria, política e mediação. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, vol. 25, n.4, p. 5-211, out./dez. 1971, p. 63-64.

⁵ DELFIM NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979, p. 71.

⁶ HOLLOWAY, Thomas H. op. cit., p. 87.

financeiros advindos da operação foram interrompidos, retornando ao caixa somente a partir de 1918.

CAPITULO 1 OS ANTECEDENTES POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA PRIMEIRA VALORIZAÇÃO DO CAFÉ

Este primeiro capítulo tem como propósito discutir o “cenário” da Valorização. O objetivo é relatar o processo que culminou na operação da Valorização, por meio do estudo das suas nuances políticas e econômicas, assim, a intenção é observar as condições de implementação do programa.

Na primeira parte do capítulo discutiremos as consequências da política econômica de Campos Sales e Rodrigues Alves para a cafeicultura paulista. Em um segundo momento, trataremos dos planos propostos para a resolução da crise da cafeicultura, quais sejam, aqueles que antecederam o Convênio de Taubaté. Na última parte do presente capítulo, discutiremos as bases políticas e teóricas do Convênio de Taubaté, bem como a solução que de fato foi adotada, qual seja, a Valorização capitaneada pelo cartel comercial.

1.1 As consequências econômicas para a cafeicultura das políticas de Joaquim Murinho e Leopoldo de Bulhões.

Segundo o diagnóstico de Joaquim Murinho, Ministro dos Negócios da Fazenda entre 1898 e 1902, a crise financeira que abalava as finanças do Estado era fruto do excesso de emissões monetárias empreendidas do final do Império até os primeiros governos republicanos, que antecederam a gestão de Campos Sales. De outro lado, a crise econômica que se generalizava pelo país era de responsabilidade da superprodução de café, que era resultado da distorção dos preços internacionais do produto e das desvalorizações cambiais⁷. Segundo o ministro, a correlação entre a produção, os preços do café e o câmbio se dava da seguinte forma:

⁷ MURINHO, Joaquim. Introdução ao relatório do Ministro da Fazenda In: LUZ, Nícia Villela (Org.). **Idéias econômicas de Joaquim Murinho**: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 175. Para as correlações entre as opções de política e os preços das commodities ver: GONÇALVES, José R. Barbosa; MADI, Maria Alejandra C. **Commodity prices, financial integration and policy options**: the performance of Brazilian economy, 1889-1931, XIV International Economic History Congress, (21/08/2006 to 25/08/2006), Helsinki, Finland, 2006. Para análises gerais ver: HOLLOWAY, Thomas H. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**: a primeira valorização do café. Trad. Marcio Doctors. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 e PELÁEZ, Carlos Manuel. Análise econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café – 1906-1945: Teoria, política e mediação. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, vol. 25, n.4, p. 5-211, out./dez. 1971.

As duas crises são, Sr. Presidente, perfeitamente semelhantes em sua expressão geral: superabundância de café em relação ao consumo, superabundância de papel-moeda em relação ao valor da circulação; abaixamento do preço do café, abaixamento do preço do papel; redução do valor total da renda nacional, redução do valor total das rendas do estado. As grandes emissões, que excitaram a febre de negócios, desenvolvendo os canais de circulação monetária, invadiram os campos, destruindo a calma, a prudência e a sabedoria no espírito dos agricultores, infiltrando-lhes a ambição de grandes fortunas realizadas com grande rapidez⁸.

Assim, apoiado nesta análise, o Ministro arrolou os problemas a serem enfrentados pela política econômica. Primeiramente, observava-se a existência de produtores ineficientes, que forjam as chamadas “indústrias artificiais”, ou seja, a lavoura “era composta de duas partes, uma constituída pela cultura em terrenos e climas superiores por agricultores inteligentes e em boas condições econômicas e outra representada pela cultura em terrenos e climas inferiores por agricultores rotineiros e em más condições econômicas”⁹. Tendo isto, argumenta Murtinho:

A produção da segunda parte contribui para a desvalorização da primeira, aumentando a produção geral; ela atua, pois, em relação àquela como agente parasitário, debaixo do ponto de vista nacional. Os capitais e atividades empregados nesta segunda parte são somente elementos estéreis, são fatores prejudiciais à riqueza pública no momento atual, são agentes de destruição e não de produção de valores. A situação, pois, criada na agricultura pelas grandes emissões de papel moeda foi um movimento brusco e desordenado, dando em resultado uma produção de café excessiva em relação ao consumo atual¹⁰.

A produção ineficiente e as “indústrias artificiais” emergem a partir de um quadro de expansão monetária e de crédito, em outras palavras, a atividade cafeeira passa a ser um dos *lócus* de especulação para “aventureiros”, homens que não viviam do café, mas que se aproveitavam do espaço de valorização de capital criado pela lavoura, gerando ondas especulativas. Estas, por sua vez, criavam um efeito bastante deletério, qual seja, a inflação do estoques. O crescimento desordenado da oferta de café tornava o produtor refém do comprador, já que com a abundância de estoques o preço era

⁸ MURTINHO, Joaquim. op. cit., p. 176.

⁹ Ibid., p. 186.

¹⁰ Ibid.

rebaixado ao máximo pelo segundo, enquanto que o primeiro via-se obrigado a entregar sua produção ao preço fixado, caso contrário ficaria com o estoque encalhado, impedindo o custeio de sua fazenda.

Contudo, Joaquim Murтинho rejeitava qualquer opção intervencionista que visasse à resolução do problema acima. Para ele a solução passava por um processo de “seleção natural”, onde o mercado selecionaria os produtores e os mais eficientes sobreviveriam em detrimento dos menos eficientes, como evidenciado abaixo:

O mal está na superabundância em relação ao consumo, o remédio só pode estar na redução da produção do café. Esta operação extremamente complexa e complicada nunca poderia ser realizada pelo Governo, ela será o resultado da luta, da concorrência entre os diversos lavradores, produzindo por meio de liquidações a seleção natural, manifestada pelo desaparecimento dos inferiores e pela permanência dos superiores. A cultura ficará então concentrada nas zonas e nos climas mais adequados e nas mãos dos lavradores mais hábeis e de maiores recursos¹¹.

Visto isso, temos que a política do Ministro para o café consistia em deixar que as forças de mercado agissem livremente, de forma que os baixos preços internacionais, sob um câmbio alto e estável, acabariam por eliminar o expediente da proteção cambial e conseqüentemente retiraria a “camuflagem” dos produtores ineficientes, tanto do ponto de vista da produção, como do ponto de vista financeiro. Campos Sales, ainda negociou a diminuição do imposto de importação do café na Europa, a fim de fortalecer a demanda pelo produto, como foi instituído um imposto de 2 contos de réis sob as fazendas que empreendessem novas plantações¹²; ações que só poderiam ter efeito no longo prazo.

Joaquim Murтинho também empreendeu ações no câmbio, no âmbito fiscal e monetário. Com o intuito de estabilizar o câmbio, o governo fixou que uma porcentagem dos impostos de importação seriam destinados ao pagamento da dívida externa, com vistas à redução dos déficits orçamentários. Além disso, ocorreu a contratação do *fundings* com os banqueiros ingleses e a redução das importações, para obter saldos comerciais, que apreciariam a moeda nacional. Tais medidas possibilitaram o ingresso líquido de capitais externos, recuperando o valor do mil-réis e elevando o câmbio. Por

¹¹ MURТINHO, Joaquim. op. cit., p. 196.

¹² PELÁEZ, Carlos Manuel. op. cit., p. 40.

fim, cabia promover o controle da inflação, que passava por cortes de gastos no orçamento federal, aumento de impostos (criação do imposto sob o consumo) e suspensão dos privilégios de emissão concedidos anteriormente ao Banco do Brasil e a outros bancos emissores¹³.

O programa de estabilização logrou seus êxitos ao promover a valorização cambial, o controle da inflação e a reorganização das finanças do Estado, por meio da redução dos déficits orçamentários. Contudo, a deflação provocou uma crise bancária em 1900, que teve de ser controlada pela concessão de créditos ao Banco do Brasil e aos demais bancos, a fim de evitar um movimento de falências generalizadas. No entanto, a consequência mais eloquente do programa de estabilização foi seu impacto sobre a lavoura cafeeira. A constante queda do preço do café desde 1895, se somou à apreciação cambial a partir de 1898, que não mais amortecia as perdas dos produtores¹⁴. A partir disso, as perdas da lavoura seriam constantes e mesmo nos momentos em que havia melhora dos preços internacionais, como em 1901, a alta do câmbio eliminava o ganho dos produtores¹⁵. Analistas recentes assim descreveram os efeitos e as consequências da estabilização para a lavoura:

O impacto do objetivo de Murtinho de eliminar os produtores do mercado começou a sentir-se pronunciadamente. Os produtores eficientes sofreram sensíveis prejuízos e os ineficientes quase entraram em falência. O resultado do programa de estabilização foi a formação de um movimento nacional em favor da intervenção no mercado cafeeiro. A política de Murtinho acabou derrotando a sua convicção mais forte: um mercado livre de café¹⁶.

Por volta desta época [1895-1896], começou-se a fazer pressão no Congresso Nacional, para que fosse dada ajuda governamental à indústria cafeeira. Em 1895, a Câmara dos Deputados, encarregou uma comissão interna para estudar uma proposta de um monopólio federal das exportações de café. A idéia era fazer com que o governo assumisse o papel do comissário, eliminando assim, um dos 'intermediários parasitas' do negócio. Nada resultou deste plano, mas, a

¹³ PELÁEZ, Carlos Manuel. op. cit., p. 41.

¹⁴ MELLO, João M. C. de. **O capitalismo tardio**: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 6ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, p. 127-128. O trabalho do autor buscou uma discussão do processo histórico de formação do capitalismo brasileiro, a fim de estabelecer as especificidades de um capitalismo de caráter tardio. No seu transcurso traz uma análise da correlação entre a renda da cafeicultura e o câmbio, bem como os efeitos da apreciação e depreciação deste sobre os produtores.

¹⁵ PELÁEZ, Carlos Manuel. op. cit., p. 43.

¹⁶ Ibid., 44.

partir de 1899 até 1906, a cada sessão legislativa, pelo menos um projeto de lei era proposto em uma das casas do Congresso, a fim de ajudar a melhorar a má situação em que se encontrava a indústria do café¹⁷.

Rodrigues Alves sucedeu Campos Sales na Presidência da República a partir de 1902. Com isso, foi indicado o nome de Leopoldo de Bulhões para a pasta da Fazenda. Assim como seu antecessor, o novo Ministro pretendia ancorar a política econômica na austeridade fiscal, na manutenção do nível do câmbio e no combate à inflação do meio circulante. Com isso, Bulhões acreditava ser possível manter o país no trilho do progresso econômico, consolidando o projeto de Campos Sales. Assim como Murtinho, seu diagnóstico da instabilidade econômica, desencadeada no início do regime republicano, se dava pelos seguintes elementos:

Se as condições gerais do país são boas, se as circunstâncias econômicas financeiras são animadoras, a conclusão a tirar é que, apesar da insuficiência dos elementos do balanço, a depreciação do papel-moeda, cuja prova e medida estão na taxa cambial, só pode ser atribuída ao excesso do meio circulante, que embaraça a importação de capitais estrangeiros em maior escala e a fixação da moeda metálica na circulação¹⁸.

Contudo, diferentemente da gestão anterior, o Governo Rodrigues Alves pode contar com um orçamento mais equilibrado, já que os déficits foram controlados e até mesmo zerados, nos exercícios que sucederam o ano de 1902. Com isso o Ministro Bulhões pôde retomar os investimentos, afastando-se ligeiramente da penúria vivida na gestão Campos Sales-Murtinho. Porém, não podemos afirmar que a política econômica deixou de ser restritiva, já que os dispêndios governamentais respeitaram os limites do orçamento, de modo a não criar déficits e desvalorizar a moeda e o câmbio¹⁹.

¹⁷ HOLLOWAY, Thomas H. op. cit., 46.

¹⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Leopoldo de Bulhões no ano de 1903**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903, p. XXXVIII.

¹⁹ Em 1902, 1903, 1904, 1905 e 1906 a receita arrecada foi de 350 mil contos, 420 mil contos, 450 mil contos, 400 mil contos e 420 mil contos, respectivamente. De outro lado, a despesa realizada foi de 300 mil contos, 360 mil contos, 470 mil contos, 385 mil contos e 410 mil contos, respectivamente. VILLELA, Annibal; SUZIGAN, Wilson. **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira**. 1889-1945. 3ª edição. Brasília: IPEA, 2001. p.29.

No que tange à política para a lavoura, o Ministro Bulhões corroborava com a posição do Ministro Murtinho, como é possível observar em uma passagem da introdução ao Relatório do Ministro dos Negócios da Fazenda:

Os Estados e a lavoura não se arruinaram, portanto, antes prosperaram paralelamente com a União e prosperam, porque o restabelecimento do crédito nacional, fruto incontestado da política financeira dominante, permitiu-lhes a aquisição, no exterior, dos capitais necessários ao fomento do seu progresso, ao desenvolvimento das suas indústrias: é óbvio que esta prosperidade será tanto maior quanto mais alta for a taxa cambial, de que dispuserem, para as amortizações de capital e juros de empréstimos contraídos, que terão de ser solvidos e pagos em ouro²⁰.

Como observamos, já na gestão de Murtinho esta política econômica foi nociva para a lavoura, tendo em vista a restrição de crédito ao pequeno produtor e as penalidades impostas pela alta cambial, que deterioravam a renda do cafeicultor nos períodos de baixa dos preços. É óbvio que tal regra é válida para os produtores menores, tendo em vista que os grandes cafeicultores financiavam sua produção com rendas próprias, provenientes de outras atividades em que seus capitais encontravam-se empregados²¹.

Com vimos, o governo Rodrigues Alves foi marcado pela retomada dos investimentos. Foram empregados recursos na reforma da Capital federal e os fluxos externos de capitais foram retomados, de modo que o Estado voltou a promover gastos produtivos no período em questão²². Contudo, mesmo guardadas as devidas distâncias entre a gestão de Campos Sales-Murtinho e Rodrigues Alves-Bulhões, a política econômica destes não deixou de contribuir para a crise da lavoura, provocando descontentamentos que ecoavam da produção cafeeira, mas que também se faziam presentes na imprensa paulista e no Congresso Nacional²³. Não obstante à aclamação por uma intervenção no mercado cafeeiro, o Ministro Bulhões permanecia convicto de que as forças do livre mercado poderiam resolver a crise da lavoura:

²⁰ BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. op. cit., p. XXIX.

²¹ PELÁEZ, Carlos Manuel. op. cit., p. 45. Ver também PERISSINOTO, Renato. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo, 1889-1930**. São Paulo: Annablume, 1999; SAES, Flávio Azevedo Marques de. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

²² SANTOS, Michael Luiz dos. **Leopoldo de Bulhões: um financista da Primeira República**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005, p. 51.

²³ Ver a citação da nota 10.

É certo que o melhoramento progressivo do meio circulante, alterando o nível dos preços, perturba de algum modo à produção; mas além de efêmera e transitória, tal perturbação só afeta mais acentuadamente os interesses de uma classe – a da lavoura (...) ninguém dirá que seja razoável e justo o sobrepor-se os interesses da reduzida fração de uma classe aos de todo um país, principalmente se atendermos a que a pretensa lesão desses interesses não passa de errônea compreensão dos fenômenos econômicos²⁴.

Retomando o argumento de Campos Sales, quando da implementação de sua política econômica, que era necessário primeiro reorganizar as finanças e manter a credibilidade externa do Brasil no exterior, requisito imprescindível para a manutenção da própria soberania do país²⁵, Bulhões reafirmava o interesse nacional sobre os interesses cafeeiros, quando da justificação de sua política econômica.

Com isso, temos que as políticas empreendidas pelos Governos Campos Sales e Rodrigues Alves foram duras, porém necessárias para a reorganização das finanças nacionais, recompondo a capacidade do país em atrair recursos externos, fundamentais para a manutenção do câmbio e da estabilidade dos preços internos²⁶. O país voltou a gozar de uma situação externa confortável junto aos credores e em última análise o próprio regime republicano alcançou a tão almejada consolidação de suas instituições.

Não obstante, os problemas criados para a cafeicultura, em virtude das práticas discutidas acima, fizeram com que a partir de 1905 a produção cafeeira se deparasse com circunstâncias desastrosas, que demandavam uma ação imediata. O estudioso Delfim Netto, assim definiu a situação dos cafezais em 1905, ano que as idéias de intervenção ganharam contornos definitivos, o que culminou no acordo de Taubaté:

Em 1905, o café atingia, em moeda nacional, os preços que haviam vigorado nos anos imediatamente anteriores ao encilhamento, ou seja, as cotações atingidas na grande depressão de 1881-85, quando fracassou uma tentativa de *corner* levada a efeito por especuladores nacionais. Naquela época, tais preços já haviam colocado em razoável dificuldade a lavoura cafeeira. Agora, depois da violenta inflação, eles provavelmente não cobriam ao menos o custeio. Isso significava que, em dois ou três anos, o equilíbrio estatístico estaria restabelecido, pois os cafeicultores não poderiam dispensar nem mesmo os cuidados

²⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Leopoldo de Bulhões no ano de 1903**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p. VI.

²⁵ Cf: CAMPOS SALLES, Manoel Ferraz. **Da propaganda à presidência**. Brasília: UNB.

²⁶ GONÇALVES, José R. Barbosa; MADI, Maria Alejandra C. op. cit., 2006.

normais ao cafeeiro e, em dois ou três anos, a produção sofreria um colapso. À medida que os cafezais plantados sob o estímulo do encilhamento iam se tornando adultos, a situação piorava cada vez mais²⁷.

A partir da expectativa de uma supersafra em 1906, que resultaria em uma produção de 20 milhões de sacas, somada a um estoque visível de 10 milhões de sacas, frente a um consumo internacional que beirava às 16 milhões de sacas, as propostas de intervenção no mercado cafeeiro emergiram com força no cenário nacional, contrariando frontalmente as concepções de Rodrigues Alves e Leopoldo de Bulhões.

Em fevereiro de 1906 eram realizadas as primeiras reuniões do acordo de Taubaté e concomitantemente a isto, uma série de editoriais comentando o assunto foram publicados na imprensa, dentre eles editou-se no *Correio Paulistano* a seguinte opinião:

A valorização, portanto, trará um aumento considerável nos recursos financeiros do Estado, que naturalmente os aplicará em obras de utilidade geral; trará a aumento da riqueza particular, porque acarretará o bem estar dos fazendeiros, a classe produtora e, concomitantemente, desenvolverá o movimento commercial, hoje quasi paralyzado porque tem sua origem no café. O commércio resente-se dos preços baixos do café; valorizando esse produto, augmentará o movimento comercial e consequentemente a riqueza nacional, pelo aumento do valor da exportação, fortemente amparada durante a crise do café pela alta da borracha²⁸.

No jornal *O Estado de São Paulo* publicou-se no editorial a seguinte nota, um mês após o primeiro encontro de Taubaté:

O governo do Brasil e especialmente os presidentes dos Estado de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro acham-se actualmente empenhados em melhorar o preço do nosso principal producto de exportação: o café. Este problema affecta extraordinariamente a vida econômica de todo o paiz, e esta circunstância tira-lhe inteiramente o carácter político para emprestar-lhe a aureola da questão nacional, talvez mesmo de salvação pública. [...] os aplausos do paiz ao Convênio de Taubaté são geraes, e muito particularmente porque o convenio, além de atender as necessidades momentosas da lavoura de café, traz em seu bojo a

²⁷ DELFIM NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009, p. 51.

²⁸ **Correio Paulistano**, São Paulo, 13 de Fevereiro de 1906, n. 15.272, p. 17.

solução de um problema que é velha aspiração do Brasil: a fixação do câmbio²⁹.

Embora a administração Rodrigues Alves fosse contrária à intervenção, as negociações encontravam-se “à pleno vapor” no início do ano de 1906. Contudo, já em meados de agosto de 1905, quando do anúncio de Afonso Pena como candidato à Presidência da República para as eleições de 1906, já se sabia que a política para a com a lavoura seria alterada. Isto por que o candidato mostrou-se pretendo a conciliar a posição da administração atual com a posição dos partidários da estabilização cambial e da intervenção no mercado cafeeiro. Thomas Holloway, assim descreveu os aspectos políticos da sucessão de Rodrigues Alves:

Pena demonstrou que não tinha ‘preconceitos doutrinários’ em questões econômicas. Posicionou-se na questão cambial essencialmente em termos políticos, calculando que assim conciliaria a atual administração, que controlava o mecanismo eleitoral, e os que lutavam pela estabilização, que controlavam grande parte do poder político e econômico. Disse que enquanto a contínua ascensão do valor do mil-réis, até o seu valor ouro oficial de vinte e sete pence da libra permaneceria como uma meta ao longo prazo seria concebível que, acontecimentos específicos, pudessem requerer uma estabilização passageira a um nível mais baixo. Rodrigues Alves e os líderes de vários estados influentes, endossaram a candidatura de Afonso Pena e sob o sistema de voto de cabresto, que desenvolveu-se nesta época, ficou claro para todos que ele seria o próximo Presidente da Nação. Isso trouxe aos fazendeiros esperanças de que o Governo Federal viesse a estabilizar o valor do mil-réis³⁰.

Sendo assim, a situação da lavoura no final do Governo Rodrigues Alves tornou-se crítica e a eleição de Afonso Pena selou a nova tendência na política, que abriria não só a possibilidade de intervenção no mercado cafeeiro, com vistas a salvaguardar a lavoura e o comércio de café, bem como a estabilização do câmbio a um nível inferior do que o pregado pelas gestões anteriores. Com isso, o ano de 1906, o último do Governo Rodrigues Alves, marcou uma inflexão política e conseqüentemente econômica, notabilizada no Convênio de Taubaté e na Caixa de Conversão.

²⁹ **O Estado de São Paulo**, 5 de março de 1906, n. 9.952, p. 23.

³⁰ HOLLOWAY, Thomas H. op. cit., p. 54.

1.2 As propostas de intervenção no mercado cafeeiro anteriores ao Convênio de Taubaté.

Foram inúmeros os projetos apresentados no Congresso Nacional com vistas a promover a resolução da crise cafeeira e valorizar o preço do café nos mercados de exportação. Tais intentos se fizeram presentes pelo menos oito anos antes do surgimento do acordo de Taubaté. O mais famoso deles foi o Plano Siciliano, apresentado em 1903, e que acabou prevalecendo na execução do Programa de Valorização, com a consolidação do controle dos comerciantes, que Alexandre Siciliano já previa em 1903. Contudo, temos que alguns deputados e senadores já propunham projetos para a cafeicultura desde 1897.

O deputado Alfredo Ellis propôs um projeto, em 1897, que incentivava o estudo da cultura do café no exterior, a fim de formar um panorama do mercado cafeeiro para que se pudesse criar estratégias de resolução da crise. Em 1899 o mesmo autor apresentou uma proposta de incentivo para que associações nacionais abrissem empresas de torrefação, moagem e venda do café brasileiro nas principais cidades européias. Esta era uma tentativa deliberada de “nacionalizar” o beneficiamento e a comercialização do café no estrangeiro, tarefa até então executada por empresas externas³¹.

Em 1902 Alfredo Ellis evocava o café como uma questão nacional e exigia do poder público uma medida de ajuda e proteção ao produto, tendo em vista a situação monopolista do Brasil no mercado internacional. Diante da insistente baixa no preço em 1902 o estado de São Paulo tomou medidas para tentar controlar a oferta de café e melhorar a situação financeira dos produtores, dentre elas estavam a limitação de novos plantios, a eliminação indireta dos cafés inferiores e a redução dos fretes ferroviários. Contudo, o próprio Alfredo Ellis chamou atenção para o fato de que tais medidas não eliminavam a especulação dos intermediários. Sendo assim, para o parlamentar, o estado deveria atuar na limitação destes agentes, para que o produtor

³¹ TORELLI, Leandro Salman. **A Defesa do Café e a Política Cambial**: os interesses da elite paulista na Primeira República (1898-1920). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004, p. 11. O autor nos oferece uma análise dos debates no Congresso Nacional acerca da Valorização do Café.

pudesse colocar preço em seu produto e não mais depender dos desígnios do crédito dos intermediários³².

Não obstante a isso, Torelli argumentava que Alfredo Ellis adotou uma posição ambígua em relação ao problema do café. Nas suas exposições identificou que o problema da lavoura encontrava-se na especulação empreendida nos canais comerciais, contudo não propôs uma medida clara para a intervenção estatal no mercado. Segundo o autor, isso se relaciona ao fato de o parlamentar ter adotado uma postura neutra na cisão do PRP, não abandonando completamente a concepção de saneamento das contas proposta pela gestão Campos Sales, mas entendendo que a consolidação definitiva das finanças públicas passava pela resolução da crise do café.³³

Em julho de 1902, motivado pelo fraco resultado nos preços, provocado pela colheita de 1901, o Presidente do estado do Rio de Janeiro, Quintino Bocayuva, apresentou um plano de recuperação dos preços do café para as autoridades de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Segundo Bocayuva, os três estados deveriam fixar um preço oficial, em ouro, para a saca de café e então no momento da comercialização seria cobrado um imposto igual a diferença entre o valor oficial e a menor cotação do mercado. Com isso, a tentativa de exportar café por um preço inferior ao convencionado pelo poder público, seria penalizada pelo encargo tributário e assim o preço não seria estabelecido abaixo do fixado. Para que os produtores pudessem suportar as pressões dos compradores pelo tempo necessário até que a cotação oficial fosse aceita pelo mercado - seria forçada uma escassez artificial até que os ofertantes impusessem o valor oficial aos compradores - o estado se obrigaria a fornecer um empréstimo de 20 mil réis por saca, armazenada nos galpões oficiais, para cada produtor, para que estes fizessem frente à suas obrigações financeiras³⁴.

Segundo Pierre Denis, o projeto não encontrou aplicação prática e foi combatido por todos os lados, inclusive pela Sociedade Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro. Esta argumentava que a expectativa de emissão de sessenta mil contos para honrar o empréstimo aos produtores não seria suficiente, sendo, no entanto, necessários mais

³² TORELLI, Leandro Salman. op. cit., p. 13. O autor argumenta que Alfredo Ellis propôs um novo projeto no qual o poder executivo estaria autorizado a conceder garantia de juros para bancos que emprestassem recursos para as lavouras de café e cana.

³³ Ibid., p. 14.

³⁴ DENIS, Pierre. **O Brasil no século XX**. Ed. portuguesa. Lisboa: Bertrand, ?, p. 240-241. Ainda sobre o plano de Bocayuva ver também a análise de: DELFIM NETTO, Antônio. op. cit., 46.

de cento e oitenta mil contos em emissões fiduciárias. Para tal, a política restritiva de Campos Sales e seus frutos na reorganização das finanças seriam perdidos, assim como o Estado passaria a ter o monopólio do comércio de café, afastando os particulares do negócio e eliminando a concorrência, o que restringiria o desenvolvimento da própria cafeicultura.³⁵

Em 1903 um projeto de lei enviado pelo agora Senador Alfredo Ellis, autorizava o governo federal a empreender um acordo com os estados produtores para angariar capitais nacionais e internacionais e realizar o Programa de Valorização. O projeto foi rejeitado pelo gaúcho Ramiro Barcelos na Comissão de Finanças, mas contou com o apoio de Francisco Glicério na Comissão de Agricultura³⁶.

Dentre os projetos apresentados em 1903, o de Cândido Rodrigues autorizava o governo Federal a garantir juros e subvencionar capitais para companhias e sindicatos que desejassem empreender a valorização do café. No mesmo ano é apresentado o projeto de Alexandre Siciliano, membro da Sociedade Paulista de Agricultura³⁷. Tendo em vista a importância deste projeto, o discutiremos a seguir com mais detalhes.

O plano de Alexandre Siciliano previa uma intervenção no mercado cafeeiro jamais vista desde a introdução do produto no Brasil e voltava-se contra o problema fundamental do café, ou seja, a crescente oferta de plantios. O principal argumento de Siciliano para colocar o programa em curso era o fato de o país possuir uma produção robusta frente aos demais produtores mundiais, como demonstrou nos seguintes dados:

Tabela 1

Porcentagem da produção de café brasileiro em relação ao mercado mundial

Ano	% da produção brasileira sobre a produção total do mundo
1870-1875	46%
1880-1885	56%
1890-1895	59%
1895-1900	65%
1900-1905	76%

Fonte: SICILIANO, A. op. cit., p.3.

³⁵ DENIS, Pierre. op. cit., p. 242.

³⁶ TORELLI, Leandro Salman. op. cit., p. 15.

³⁷ SICILIANO, Alexandre. **Valorização do Café**. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1905.

Porém, o fato de o Brasil ter atingido a marca de dois terços da produção mundial implicava não só a possibilidade do efetivo controle do mercado, mas também que a atividade exportadora de café rumava em direção ao colapso, caso o descompasso entre o mercado consumidor e a oferta dos cafezais não fosse resolvido. Como revelou o autor nestas linhas:

O Brasil supre, no mínimo, 75% de todo o café consumido no mundo e está além disso em condições tão especiais de, não tendo competidor, determinar, segundo o excesso ou a escassez do café brasileiro, a alta ou a baixa em todos os mercados. Tudo, pois, depende do Brasil. Acontece, entretanto, que, devido a essas condições tão excepcionalmente favoráveis, se manifestou um desenvolvimento excessivo na cultivação do café no Brasil, estabelecendo um excesso de produção tão considerável que determinou uma crise econômica em todo o país e especialmente arruinou os produtores.³⁸

Contudo, o Plano Siciliano não pregava a intervenção pura e simples, de modo a controlar os preços em um horizonte de tempo alongado. As medidas tratavam-se de uma política paliativa e emergencial, já que ao longo prazo as plantações deveriam ser restringidas e taxadas, de modo que a oferta fosse controlada, pois assim “o equilíbrio entre suprimento e a procura seria finalmente restabelecido, com uma alta proporcionada nas cotações”.³⁹

O intento valorizador consistia em retirar o excesso de produto do mercado, desta forma a curva da oferta seria retraída, enquanto que a de preços assistiria uma ascensão. Porém, dado a monta da movimentação do produto e tendo em vista que seu comércio era realizado não só no porto de Santos, mas, sobretudo nos portos americanos e europeus, a associação para a Valorização deveria ter envergadura internacional. Contudo, para apresentar viabilidade, o plano deveria contar com os seguintes requisitos:

- a) “Que o capital empregado na aquisição do produto volte integralmente no fim de um limitado período de tempo às mãos do capitalista”⁴⁰; este ponto evidencia o entendimento de Siciliano de que a operação consistia em um negócio e como

³⁸ SICILIANO, Alexandre. op. cit., p.4.

³⁹ Ibid., p. 5.

⁴⁰ Ibid., p. 6.

tal deveria proporcionar retorno ao empregador de recursos. Isso seria seu atrativo para o capital externo, ou seja, o autor tinha consciência dos limites do programa se tivesse de contar com capitais internos, por exemplo, as emissões do tesouro público.

- b) “Que, juntamente com o capital, o capitalista obtenha proporcionados lucros, como é razoável e justo em qualquer transação”⁴¹; nesta passagem evidencia-se mais claramente a concepção do programa como um negócio. É claro que o olhar do presente conhece o final do processo, algo que o autor não conhecia, porém parecia evidente que a gestão do dinheiro seria realizada fora do âmbito de interesses dos produtores. Conta-se ainda com uma experiência prévia de alguns comerciantes que detinham monopólios comerciais de produtos agrícolas na Ásia e na América Central, um bom exemplo disso é o americano *Herman Sielcken*, um dos principais agentes da Valorização e detentor de grandes monopólios comerciais agrícolas por todo o mundo⁴².
- c) “Que durante todo o tempo em que o capital para esse fim calculado estiver imobilizado, sejam pagos sobre os mesmos os juros que forem considerados justos”⁴³; segundo os contratos firmados com os bancos americanos e europeus, sob a intermediação de *Sielcken*, os juros fixavam-se em 6% ao ano, mais comissões comerciais e taxas de armazenamento, sendo que toda a operação era controlada pelo consórcio (armazenagem, comercialização e transporte).
- d) “Que todo e qualquer risco seja desviado da operação”⁴⁴; o risco foi um ponto muito debatido, já que nenhum agente colocaria seu capital em uma operação que lhe traria prejuízos. O segredo, contudo, residia na garantia dada pelo empréstimo, qual seja, a própria produção. No entanto, esta somente seria satisfatória se houvesse uma garantia de juros dada pelo Estado. Isso foi uma constante nos grandes negócios realizados no Brasil, sendo uma exigência dos investidores a garantia oferecida pelo Estado-Nacional.

⁴¹ SICILIANO, Alexandre. op. cit., p. 6.

⁴² HOLLOWAY, Thomas H. op. cit., p. 73-74.

⁴³ SICILIANO, Alexandre. op. cit., p. 6.

⁴⁴ Ibid.

Siciliano contava com o volume das exportações brasileiras para garantir que as retiradas de produto do mercado criassem uma tendência de subida de preços do produto, o que conseqüentemente garantiria o lucro na operação, necessário para cobrir todos os custos e remunerar o investimento dos comerciantes. O autor reuniu uma série de informações estatísticas e calculou a quantidade necessária de café a ser retirada do mercado, de modo a alterar os preços. Em suas palavras:

“Se um forte elemento capitalista se introduzi-se no mercado, tendo por fim impedir a baixa, até que o excesso da produção existente desaparecesse, e se, em combinação com essa operação, continuassem as taxas proibitivas de plantações, é evidente que, na pior contingência, os preços subiriam consideravelmente, logo que o suprimento visível, que é presentemente de 71%, fosse reduzido a 50% do total do consumo, isto é, se fosse reduzido a cerca de 8 milhões de saccas. Seria, neste caso, necessário comprar e armazenar 3 milhões de saccas. As condições seriam, de facto, todas em favor da alta, porque não seria meramente uma questão de previsão calculada, mas de uma certeza, que os suprimentos visíveis continuariam em constante decrescimento. A posição seria por conseguinte muito melhor ainda do que a exellente posição estatística de 1885, a que acima nos referimos, quando se deu a grande alta do café.”⁴⁵

A posição de Siciliano transparece neste trecho, ao revelar o desejo que o negócio cafeeiro retomasse os logros no último quartel do século XIX. Neste sentido, podemos afirmar que a necessidade da resolução do problema cafeeiro tornava-se um imperativo na época, tanto como reivindicação da lavoura, que somava prejuízos seguidos, quanto dos negócios adjacentes, que sobreviviam da exportação do café e encontravam-se restringidos pela crise da produção.

Os planos que antecederam o acordo de Taubaté divergiam em alguns aspectos no tratamento da crise do café. De um lado havia a preocupação daqueles que acreditavam na intervenção como a única salvação da lavoura, mas que tal intento não poderia comprometer a estabilidade monetário-financeira do país. Para outros, a lavoura cafeeira era a maior riqueza nacional e a perpetuação de sua crise não só levaria ao colapso dos produtores, mas dos demais agentes que viviam dos negócios

⁴⁵ SICILIANO, Alexandre. op. cit., p. 11.

do café e também do próprio Estado, que tinha no comércio internacional do produto sua principal fonte de divisas (moeda forte).

Os diagnósticos da crise e a solução para a mesma também receberam os mais diversos tratamentos. Havia aqueles que constatando que a produção era maior que a demanda, chegaram à conclusão de que o caminho era o aumento do consumo. O próprio Campos Sales e seu Ministro Joaquim Murinho colocaram em prática medidas para tentar aumentar as suas vendas, dentre as quais a diminuição de impostos de importação e o aumento da propaganda do produto no exterior. A eficácia destas medidas esbarravam no fato de que o crescimento da oferta superava o aumento do consumo global. s

Outras ações buscavam o tratamento da oferta, e propuseram medidas de proibição dos plantios, eliminação dos cafés inferiores, limitação da exportação e taxações de excedente. O governo paulista implementou medidas similares a partir de 1902 e durante o período da Valorização tentou regular a oferta nas fazendas, instituindo impostos sobre novas plantações e limitando quantidades a serem exportadas.

Contudo, nos parece que os diagnósticos mais consistentes e as ações mais precisas e também mais conscientes com relação à crise, foram aquelas que acusaram a organização comercial da economia cafeeira como a responsável pela distorção dos preços, incentivo à novos cultivos e a conseqüente penalização dos produtores. O governador do Rio de Janeiro em 1902, Quintino Bocayuva, propôs que o estado centralizasse a comercialização e subvencionasse os produtores durante a operação. O parlamentar Alfredo Ellis em todos os seus projetos, e não foram poucos, propunha que o estado incentivasse os produtores à controlar a comercialização de seu produto, a fim de que estes deixassem de depender da ação de intermediários. Já o projeto de Cândido Rodrigues buscava promover a fundação de sindicatos e associações de produtores, subvencionados pelo estado, que pudessem controlar a comercialização. Também os estudos promovidos pela *Associação Comercial do Rio de Janeiro* argumentavam que o problema do café era de natureza comercial, como é evidenciado no trecho abaixo:

O café não está desvalorizado, como mercadoria. O consumidor de café paga, ainda hoje, por quilo, o mesmo, ou quase, que pagava, quando o produtor nacional julgava remuneradores os preços de exportação. Ora, colocado o produtor em presença do consumidor, desde que este compra a mercadoria pelo preço de outrora, será absurdo declarar-se desvalorizada ela. Mas como, na viagem que faz do produtor ao consumidor, o café passa por numerosos intermediários, é intuitivo que, conservando o preço de compra e diminuindo o de venda, a diferença fica em poder dos que estão de permeio (...) A crise, assim, é de natureza comercial. O lucro do intermediário anula o benefício do produtor e não favorece o consumidor. Decorre do exposto, a noção elementar de que somente por meios comerciais poderá o produtor recuperar-se⁴⁶.

No entanto, dentre todos os anteriores, o plano Siciliano foi o único que não subestimou o poder do capital mercantil internacional, do qual o Estado não poderia prescindir e sem o qual a Valorização não poderia ser empreendida, já que os comerciantes internacionais possuíam interlocução com os banqueiros europeus e americanos, e ajudaram a conferir viabilidade ao programa⁴⁷. Também incorremos no fato de não haver no país um sistema bancário, que pudesse fornecer crédito aos produtores. Assim, tanto produtores como o poder público, dependiam do crédito intermediado pelo capital comercial, que fazia, neste contexto específico, o papel do inexistente sistema bancário⁴⁸. Neste sentido, enquanto os demais projetos colocavam o Estado nacional e os estados produtores como peças centrais na Valorização e contando com o financiamento dos capitais externos, Siciliano admitia, ao contrário do próprio acordo de Taubaté, que um Consórcio de Comerciantes, por meio de contrato com o Estado e com os estados produtores, gerisse a operação. Segundo o autor, somente um comitê que centralizasse as operações comerciais e financeiras na Europa

⁴⁶ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. **Valorização do café**. Rio de Janeiro: Typ. de Olympio de Campos & C., 1906, p. 129-130.

⁴⁷ Sobre a relação entre o capital mercantil e a concessão de créditos bancários ver: GONÇALVES, José R. Barbosa; MADI, Maria Alejandra C. **The performance of foreign banks in Brazil: international liquidity cycles and financial regulation, 1870-2000**, Congress of the European Business History Association (EBHA), (17/08/2006 to 20/08/2006), Copenhagen, Denmark, 2006.

⁴⁸ O estado de São Paulo e o próprio governo Federal não foram negligentes no tange à políticas de incentivo a montagem de instituições que pudessem conceder créditos aos produtores. Foi o caso do Banco de Crédito Hipotecário de São Paulo, criado em 1908, no bojo da Valorização. Contudo a já consolidada ação do capital comercial limitava o sucesso de tais empresas. No caso do crédito hipotecário havia o problema da execução do penhor das propriedades e da própria remuneração do capital empregado nesta modalidade de crédito, logo, para conter problemas de liquidez, o banco transferia os recursos da carteira hipotecária para empregá-los em papéis comerciais, como troca de cambiais e warrants, de maior rentabilidade e menor prazo.

e nos Estados Unidos, seria capaz de fazer valer a posição privilegiada e quase monopolista do Brasil no mercado internacional.

Pierre Denis sintetizou os pontos convergentes dos projetos de defesa do café que não só antecederam o Convênio de Taubaté, mas deram corpo e forma ao acordo firmado entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro em 1906:

Num único ponto estavam todos de acordo: em que os preços no mercado de Santos, longe de assegurarem uma justa remuneração ao enorme capital empregado nas fazendas, nem sequer permitiam ao fazendeiro viver em presença de despesas da mão-de-obra, dos instrumentos mecânicos e de transporte, que não é possível reduzir. Tal é o ponto de partida comum de todos esses estudos onde se encontram, combinados de modos diversos e muitas vezes fantasistas, as cifras que representam a produção anual, o consumo, e também esse monstruoso estoque comercial, espanto do povo paulista. Um outro ponto sobre o qual se encontram igualmente de acordo todos os economistas, era que o governo deveria interferir. Que não devia esperar, em meio dos sofrimentos e da miséria geral, que a seleção natural completasse a sua obra e que a crise vencesse os menos resistentes, deixando em campo somente os mais fortes⁴⁹.

Ao longo do processo de queda de preços e aperto financeiro da lavoura, durante a primeira metade da década de 1910, os estudos e projetos sobre a crise cafeeira apareciam e ganhavam terreno político no Congresso Nacional, bem como eloquência social, por meio de publicações na imprensa. Dentro dos quadros políticos do estado de São Paulo a Valorização ganhava força e no próprio quadro nacional a eleição de Afonso Pena representava um novo fôlego para as vozes descontentes com a política para com a lavoura das duas administrações anteriores.

Por fim, temos que “o governo de São Paulo não tentou eximir-se a essa interferência [no mercado cafeeiro]. Pouco a pouco germinou no espírito de alguns homens do estado a idéia do que deveria ser a valorização. O estado encarregar-se-ia de comprar o excedente da produção para a conservar fora do mercado durante o tempo necessário: a redução dos estoques devia forçosamente provocar a alta”⁵⁰.

⁴⁹ DENIS, Pierre. op. cit., p. 244.

⁵⁰ Ibid., p. 245.

1.3 Do Convênio de Taubaté à Valorização empreendida pelos comerciantes

1.3.1 O Convênio de Taubaté e a Caixa de Conversão

Como discutimos anteriormente, em 1906 identificava-se que os preços internacionais do café estavam abaixo dos custos de produção, em contrapartida o preço final, nos mercados consumidores, variava pouco. As perdas acumuladas entre 1897 e 1906 tanto por meio da valorização cambial, como pela queda dos preços internacionais, ensejavam ações no sentido de salvaguardar a posição dos produtores. Como havia expectativa para uma safra acima de 14 milhões de sacas, em agosto de 1905 organizou-se um encontro entre o governo federal e os estados produtores para tentar resolver o problema da lavoura. No mesmo ano o Congresso Nacional autorizava o Executivo Federal a endossar uma operação de empréstimos externos para os estados que desejassem participar da Valorização. Em fevereiro de 1906 é assinado o Convênio de Taubaté entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.⁵¹

As principais medidas implementadas pelo Convênio de Taubaté foram as seguintes:⁵²

- a) Fixação de um preço mínimo de 55 a 65 francos-ouro por saca de 60 quilos de café do tipo “7” americano, podendo ser aumentado conforme a situação do mercado;
- b) Os estados produtores deveriam dificultar a exportação de cafés inferiores ao tipo “7”, estabelecido pela Bolsa de Café de Nova Iorque⁵³;
- c) Os estados produtores deveriam promover o café no exterior, com o intuito de aumentar o consumo no mercado internacional;

⁵¹ HOLLOWAY, Thomas H. op. cit., p. 59-61; KUGELMAS, Eduardo. **Difícil Hegemonia**: um estudo sobre São Paulo na Primeira República. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

⁵² Decreto de criação do Convênio de Taubaté. In: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1908, p. 4-7. Para uma análise do Convênio temos as distintas perspectivas de DELFIM NETTO. op. cit; HOLLOWAY, Thomas H. op. cit; KUGELMAS, Eduardo. op. cit., p. 121; PERISSINOTO, Renato. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.; FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: _____ (Org). **História geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1977, Tomo III, vol. 1.

⁵³ Insistentes protestos dos produtores, principalmente dos de Minas Gerais, fizeram com que o governo contratasse um empréstimo junto ao Banco do Brasil para realizar a exportação dos cafés inferiores. Ver HOLLOWAY, Thomas H. op. cit., p. 62-63.

- d) Deveria ser criada uma sobretaxa por saca de café exportada no valor de 3 francos-ouro, que serviria para pagar juros e amortizações sobre o capital empregado no programa e para o custeio dos cafés no exterior;
- e) O estado de São Paulo ficou autorizado a negociar créditos externos até o valor de 15 milhões de libras esterlinas para compor o lastro da Caixa de Conversão/emissão, a ser criada pelo Congresso Nacional;
- f) Caso o estado de São Paulo necessitasse poderia contar com o endosso da União para a contratação de créditos externos, desde que fossem observadas as regulamentações fixadas em lei anterior;
- g) A organização, direção e operação do Convênio ficaria sob a responsabilidade de quatro membros, sendo um representante de cada estado e um quarto eleito pelos três estados.

Uma das cláusulas que mais criaram contravenção na aprovação do projeto do Convênio foi a criação da Caixa de Conversão. Primeiramente vieram às críticas a inconstitucionalidade da medida, já que somente o poder federal poderia legislar sobre assuntos monetários. Contudo, esta cláusula teria sido acrescentada sob o apoio de Afonso Pena, que era favorável a estabilização cambial, ou seja, os paulistas contavam com o apoio do próximo presidente da República para solucionar o problema do câmbio, já que um movimento irresoluto nesta matéria poderia comprimir os ganhos da Valorização. Como argumentou Pierre Denis:

A idéia da Caixa de Conversão nada mais fora para eles do que um meio de que se serviram para obter do senhor Penna o indispensável apoio. O senhor Penna é que fora em Taubaté o mais ativo defensor da Caixa de Conversão, aquele que mais trabalhara para acrescentar esta clausula suplementar às cláusulas primitivas da valorização. Ligou-se a valorização, menos pelo cuidado que lhe merecia a questão cafeeira, do que por aproveitar uma boa ocasião de criar a Caixa, na qual via a mola real da reorganização financeira do Brasil. O acordo fechou-se sobre estas bases: São Paulo encontrou ali a dupla vantagem de realizar um projeto que lhe era querido e de obter do senhor Penna um apoio indispensável. Assim se explica essa audaciosa tentativa de legislar sobre questões financeiras⁵⁴.

⁵⁴ DENIS, Pierre. op. cit., p. 252.

Sendo assim, a Caixa de Conversão fora uma fonte de problemas para os paulistas. Em nada adiantaria conseguir financiamento para a operação se o câmbio não fosse estabilizado. Para solucionar o impasse, a estratégia adotada foi postergar a ida à sanção presidencial da Caixa de Conversão até a posse de Afonso Pena, enquanto buscava-se apoio financeiro externo. Jorge Tibiriçá, presidente de São Paulo, passou a empreender uma luta parlamentar ao lado de Francisco Glicério e Cândido Rodrigues, no intento de construir alianças com a bancada mineira. O acordo foi que o câmbio se fixasse em 15 pence por mil-réis e não em 12 pence, como queriam alguns representantes. Essa taxa buscou conciliar amplos interesses, dentre eles os agrários, os comerciais e os financeiros, que estavam descontentes com as oscilações no câmbio entre 1905 e 1906.⁵⁵

Cabe ressaltar que os parlamentares aprovaram o projeto relativo à questão cambial em separado do Convênio. Era tácito que o câmbio deveria ser fixado em um patamar adequado às exportações de café e que o sucesso do programa atrelava-se a resolução desta questão. Contudo, o câmbio não poderia alinhar-se unicamente à questão cafeeira, mesmo porque a importação de alguns insumos era primordial para manter a economia nacional em funcionamento⁵⁶. Desta forma, a fixação do câmbio em “15 dinheiros esterlino por mil-réis⁵⁷” tinha por objetivo atender muito mais do que somente os interesses dos cafeicultores. Como argumentou Delfim Netto:

Apesar de toda a sua importância, o café era então, como é hoje, um produto, e tinha que ser tratado como tal. Confundir o problema cafeeiro com o problema cambial e procurar baixar a taxa cambial e fixá-la nesse nível, simplesmente para favorecer os cafeicultores, era estimular uma transferência de rendimentos dos consumidores de produtos importados para os produtores de café. Além do mais, o país já havia, durante oito anos, pago a sua parcela de sacrifício para o saneamento monetário,

⁵⁵ KUGELMAS, Eduardo. op. cit., p. 123-124.

⁵⁶ DELFIM NETTO, Antônio. op. cit., p. 64. O autor analisou o mercado cafeeiro sem a intervenção governamental e com a intervenção governamental. Durante o século XIX o ritmo dos plantios era ensejado pela ascensão nos ciclos de preços, após a deflagração das campanhas valorizadoras, que incentivou ainda mais a velocidade de expansão dos cultivos, criaram-se super safras que se repetiam ao longo de ciclos de mais ou menos 4 anos. Tal condição passou a demandar um conjunto de defesas permanentes do preço do produto. O autor chamou atenção para o fato de não haver uma hegemonia política dos cafeicultores, ao nível federal, capaz de fixar um câmbio amplamente favorável às exportações de café. Para além, o autor identificou a preocupação nacional dos parlamentares em fixar o câmbio em um patamar que atendesse a economia como um todo e não somente o setor cafeeiro.

⁵⁷ Decreto de criação da Caixa de Conversão. In: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1908, p. 20.

iniciado com Campos Salles e continuado por Rodrigues Alves (...) A Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados agiu muito bem, portanto, separando os dois projetos. O projeto-café, que veremos a seguir, foi tratado independentemente do projeto-Caixa de Conversão, aprovado mais tarde pelo Congresso, tendo começado a operar em 22 de dezembro de 1906⁵⁸.

No entanto, a estabilidade cambial alcançada com a Caixa de Conversão foi conseguida, em boa medida, graças às reformas financeiras iniciadas em 1905. A reorganização do Banco Brasil possibilitou a recuperação de um maior controle pelo estado sobre a dívida pública e o câmbio⁵⁹. Além de promover operações comerciais, o banco passou a ter o monopólio da comercialização dos títulos do Tesouro no mercado europeu, bem como passou a atuar no mercado de câmbio. Essa reforma contrariou os interesses dos bancos ingleses, que abandonaram as operações com os títulos brasileiros, o que conseqüentemente minimizou sua participação nos negócios de cambiais.⁶⁰ Com isso, os tradicionais *Bank of London and South America*, *Bank of London and River Plate* e o *Bank of London and Brazil* perderam sua posição dominante nos negócios de câmbio e títulos públicos. Isso é central para o entendimento da estabilidade cambial, já que antes da centralização no Banco do Brasil, os bancos ingleses especulavam com os títulos brasileiros no mercado europeu, em consequência tinham grande influência sobre as divisas, auferindo fortes ganhos nos leilões de câmbio.

Por fim, vimos que o principal conflito colocado na aprovação do convênio foi a correlação entre câmbio e cafeicultura. Os demais itens foram aprovados pelo Congresso sem modificações substantivas e a operação pode entrar em vigor em agosto de 1906, quando ocorreu a aprovação pelo Congresso Nacional e a sanção presidencial de Rodrigues Alves. Faltava ainda a aprovação da Caixa de Conversão, que ocorreu em dezembro de 1906, já sob a presidência de Afonso Pena.

⁵⁸ DELFIM NETTO, Antônio. op. cit., p. 63-64.

⁵⁹ Cf: PACHECO, Cláudio. **História do Banco do Brasil**. Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 1973.

⁶⁰ TRINER, Gail D. **British Banks in Brazil during the early Era of Globalization (1889-1930)**. Texto apresentado ao Congresso da International Economic History Association: Helsinki, 2006, p. 12; Não obstante a afirmação da autora, temos que o impacto das medidas sobre o interesse dos bancos, no entender de Leopoldo de Bulhões, era indeterminável, haja vista que a contabilidade era composta por dados da América do Sul. BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. op. cit., 1906. Ver também: CHAVANTES, Ana P. **Consolidação do setor bancário em São Paulo na década de 20**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia, Campinas, 2004, p. 20.

Deste modo, as bases para a operação estavam lançadas, contudo, na prática, o plano não se processou da forma como foi concebido. O governo paulista encontrou muitas dificuldades para conseguir os primeiros financiamentos do programa e para tal o papel dos comerciantes internacionais teve de ser redimensionado.

1.3.2 A Valorização efetiva: a trama do “Consórcio Internacional dos comerciantes”.

Neste tópico teceremos uma análise, a fim de expor as tensões e as problemáticas que envolveram a primeira operação interventora no mercado cafeeiro. Nosso intuito é reconstruir, em linhas gerais, o conjunto dos ocorridos na organização do “Consórcio da Valorização”.

Em agosto de 1906 o estado de São Paulo negociou um empréstimo, junto ao *Brasilianische Bank fur Deutschland*, no valor de 1.000.000 de libras, que seria utilizado para dar início ao programa de valorização. No entanto, este único empréstimo não bastava para consolidar a operação. O estado então viu na articulação de um financiamento, em parceria com o comerciante americano *Herman Sielcken*, sua fonte de salvação, tendo em conta que os parceiros de longa data do Brasil, os *Rothschilds*, se recusaram a participar da operação. Não obstante *Herman Sielcken* fosse mal visto pelos produtores brasileiros, sendo considerado como um adversário de peso nos negócios, este acabou por se mostrar o principal elo de ligação com os financistas externos, sustentadores financeiros do programa paulista. O grande comerciante americano aceitou o intento de formar um consórcio de comerciantes e banqueiros estrangeiros, único capaz de reunir as condições financeiras para a intervenção no mercado de café. Os participantes foram *Crossman*, *Sielcken*, *Arbuckle Bros.* e *Theodor Wille* juntamente com três companhias localizadas em Havre, quatro firmas de Hamburgo, dois bancos londrinos e um de Hamburgo.⁶¹

O consórcio estrangeiro adiantaria até 80% dos recursos para a compra do café excedente, enquanto que o Estado de São Paulo entraria com uma contrapartida de 20%. O dinheiro adiantado pelo consórcio era uma forma de empréstimo ao Estado de São Paulo, que seria remunerado a uma taxa de juros de 6% ao ano. A garantia da operação era todo o café comprado no mercado pela *Wille and Co.* São Paulo pagava

⁶¹ HOLLOWAY, Thomas H. op. cit., 70-71.

ainda pela armazenagem do produto nos portos europeus e americanos, bem como uma comissão de 3% ao consórcio, sobre as negociações realizadas no mercado.⁶² Em fins de 1906 a deteriorada situação financeira do estado de São Paulo comprometia o programa. O consórcio pressionava para que o estado pagasse os 20% da contrapartida do adiantamento, mais os juros e comissões devidas. Havia ainda aquele primeiro empréstimo, contratado junto ao banco berlinense, que vencia em agosto de 1907. O problema fora parcialmente sanado pela contratação de um novo empréstimo de 3.000.000 de libras esterlinas junto às casas financeiras *J. Henry Schroeder and Co.* de Londres (2.000.000 de libras) e o *National City Bank of New York* (1 milhão de libras); *Sielcken* representava a *J. Henry Schroeder* em Londres e a *Theodor Wille and Co.* negociou o empréstimo com *National Bank* de Nova York, representando o último junto aos paulistas.⁶³

Os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais não participaram do esquema, dado que seus orçamentos eram pequenos em relação ao estado de São Paulo, também o fato de prevalecer o regime de parcerias nos plantios, fazia com que os produtores não sofressem, tanto quanto os paulistas, em momentos de queda de preços. Em janeiro de 1907 São Paulo firmou um acordo com Minas e Rio para que estes estados também cobrassem a sobretaxa sobre o café exportado pelo porto do Rio de Janeiro, contudo os recursos não seriam revertidos para o consórcio, mas utilizados para financiar melhorias nos métodos de plantio e beneficiamento do café produzido nos dois estados. O consórcio reafirmara, no entanto, que só compraria grãos de qualidade superior.

Em fevereiro de 1907 o Governo Federal liberou um empréstimo ao estado de São Paulo de 6.000.000\$000 de mil-réis, com o intuito de financiar a compra dos grãos de baixa qualidade, predominantes no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. As compras foram realizadas pela *Wille and Co.*, a um câmbio de 15 pence por mil-réis; a quantidade dos recursos chegou a 375 mil libras. Era uma pequena parte, se

⁶² DELFIM NETTO, Antônio. op. cit., p. 84-85.

⁶³ HOLLOWAY, Thomas H. op. cit., 73. Note-se a preponderância dos comerciantes nas negociações. Estes funcionavam como “fiadores” junto aos banqueiros; garantiam que o estado pagaria as obrigações, até porque detinham e geriam os estoques de café no exterior.

considerado a monta de recursos do programa com um todo. No entanto apaziguou, mesmo que de forma momentânea, os agricultores daqueles estados.⁶⁴

Em outubro de 1907 a casa *Rothschild* liberou um empréstimo de 3.000.000 de libras ao Governo Federal, que fora repassado à São Paulo.⁶⁵ Os empréstimos conseguidos em 1907 foram fundamentais para garantir as operações do estado até que os estoques começassem a ser vendidos, já o empréstimo junto ao governo federal seria pago em prestações anuais, a partir de recursos da sobretaxa, após terem sido honrados os juros do empréstimo de dezembro de 1906, junto ao *J. Henry Schroeder and Co.* e ao *National City Bank* de Nova York.

No início de 1908 o consórcio realizou pequenas compras, já que os estoques haviam chegado a 8.474.623 milhões de sacas. Pouco tempo depois foram autorizadas as primeiras vendas e estas se mantiveram até que o estoque atingisse 7 milhões de sacas.⁶⁶

Em fins de 1908 o problema das finanças paulista foi resolvido por meio da negociação de um vultuoso empréstimo de 15.000.000 de libras, junto a casa *J. Henry Schroeder and Co* (8.000.000 de libras mais 2.000.000 de libras fornecidas pelo *National City Bank* de Nova York) de Londres. As 5.000.000 de libras restantes foram emprestadas pela *Société Générale de Paris* e pelo *Banque de Paris e Pays Bas*. A maior parte deste recurso foi utilizado para saldar os antigos empréstimos do início da valorização, inclusive o adiantamento do consórcio *Sielcken* de 80%.⁶⁷ O novo empréstimo colocou definitivamente os rumos da valorização sob os desígnios do capital comercial.

Como vimos, no fim de 1908 já haviam sido vendidas 1.000.000 de sacas dos estoques oficiais, as quase 7.000.000 de sacas restantes, que antes eram controladas pelo estado de São Paulo, passaram ao controle de uma comissão de 7 membros, dos quais 4 eram indicados pela *J. Henry Schroeder and Co.*, 2 pelos bancos franceses (*Société Générale* e *Banque de Paris e Pays Bas*) e 1 pelo estado de São Paulo. O acordo de dezembro de 1908 colocava a gestão dos estoques sob o controle dos comerciantes do consórcio, bem como estabelecia que todos os lucros com as futuras

⁶⁴ HOLLOWAY, Thomas H. op. cit., p. 75-76.

⁶⁵ Para conseguir mais empréstimos arrendou-se a estrada de ferro Sorocabana. DELFIM NETTO, Antônio. op. cit., 87.

⁶⁶ DELFIM NETTO, Antônio. op. cit., p. 87.

⁶⁷ HOLLOWAY, Thomas H. op. cit., 79.

vendas seriam utilizados para saldar o empréstimo contratado em 1908. Pelo novo acordo, de modo a garantir que o estado sustentasse os custos com o armazenamento, seguro e gastos de manutenção dos estoques, a sobretaxa deveria ser aumentada para 5 francos-ouro. Ainda pelo acordo, o estado não poderia decretar nenhuma lei concernente ao setor cafeeiro sem permissão do comitê, bem como ocorreu a fixação de um limite não tributado de exportações. Quando estas excedessem 9 milhões de sacas anuais, na safra de 1908/09, incidiria sobre a operação a taxa de 20% *ad valorem*, além da tarifa aduaneira normal de 9% e da sobretaxa em francos-ouro. Para a safra de 1909/10 o teto não tributado era de 9,5 milhões de sacas, para as safras seguintes o teto era de 10 milhões de sacas, até que se findasse o empréstimo.⁶⁸

Com isso, a situação do programa tornara-se confortável, em grande medida pela expectativa de que as próximas safras sofreriam uma retração de oferta, ou seja, a tendência era que com o empréstimo conseguido em 1908 e com estoques adicionais baixos, os preços finalmente se recuperassem. Quando os preços estivessem em um nível satisfatório, os estoques comprados em época de baixa seriam negociados, agora sob uma nova cotação. Os pagamentos seriam honrados e as fartas comissões pagas aos agentes comerciais. O cartel cafeeiro, que era resultado de uma coalizão entre o capital cafeeiro nacional e as casas financeiro-comerciais européias e norte-americanas, demonstrava com isso o tamanho de seu poder.⁶⁹

As manipulações dos estoques pelo consórcio garantiram o rápido aumento dos preços a partir de 1909, sustentado-os até 1912. Segundo Holloway, o expediente utilizado por *Sielcken* consistia em formar um fluxo de comercializações fora da bolsa de Nova York, concentrando as compras em firmas associadas:

Era *Herman Sielcken* que, atuando como agente e representante do comitê em Nova York, encarregava-se de todas as vendas de valorização nos Estados Unidos. Apesar do mercado americano normalmente absorver quarenta por cento de toda a importação mundial do café, o comitê da valorização decidiu remeter regularmente para o mercado americano mais da metade do seu lote anual. *Sielcken*, periodicamente anunciava, que, quinhões de café da valorização, estavam a venda, com a condição de serem mantidas fora da bolsa de Nova York. Normalmente os licitantes vencedores acabavam sendo a

⁶⁸ HOLLOWAY, Thomas H. op. cit., p. 80-81.

⁶⁹ DELFIM NETTO, Antônio. op. cit., p. 89.

'*Crossman and Sielcken*', a '*Arbuck Bros*', alguma firma associada ou sob o controle dessas duas grandes companhias, ou ainda um de seus empregados ou agentes. Desta maneira, o café passava da posse legal do estado de São Paulo para as mãos dos comerciantes, que haviam participado ativamente no esquema, desde 1906.⁷⁰

Os negócios na bolsa de café e de mercadorias em geral eram feitos a termo (*warrants*), ou seja, compram-se e vendem-se promessas de liberação de determinadas quantidades e qualidades de produto em uma data futura. Quando algum comprador pedia a liberação do produto, o vendedor recorria à bolsa para adquirir a quantidade prometida. No entanto, o cartel *Sielcken-Arbuckle-Wille* negociava café fora da bolsa e mais, comprava grandes volumes do produto na própria bolsa e os inseria nos estoques provenientes da valorização, de modo que eles não reaparecessem no mercado oficial. Passou a ser cada vez mais difícil obter as quantidades de café que haviam sido vendidos a termo. Quando a procura pelo produto na bolsa excedeu a oferta, os preços começaram a subir. Assim, os leilões privados com os vencedores já conhecidos *a priori* (empresas do comitê de valorização e firmas controladas por este) garantiram que grande quantidade de café deixasse de ser negociado na bolsa, esse mecanismo artificializou os preços, por intermédio de uma dissimulada escassez de produto.⁷¹

Como era prática comum tomar por base a cotação diária da bolsa, mesmo em transações fora dela e como todas as vendas da valorização eram feitas fora deste marco, os comerciantes que estavam envolvidos no truste, abasteciam diretamente os torradores e os varejistas a preços da bolsa artificialmente inflacionados, que haviam sido ficticiamente provocados pela escassez que, eles próprios, causaram com a limitação das vendas.⁷²

Em 1912 o Procurador Geral do Departamento de Justiça americano ameaçou confiscar todo o estoque da valorização e processar *Herman Sielcken* por formação de truste. A ação se frustrou já que a lei não tinha efeito contra governos estrangeiros, tendo em vista que os estoques pertenciam legalmente ao governo de São Paulo, o que significa dizer que *Sielcken* era um representante, pelo menos era o que o mesmo desejava parecer perante as autoridades americanas. No início de 1913 *Sielcken*

⁷⁰ HOLLOWAY, Thomas H. op. cit., p. 84.

⁷¹ HOLLOWAY, Thomas H. op. cit., p. 85.

⁷² Ibid.

vendeu às firmas participantes do programa as 931.000 sacas de café restantes dos estoques da valorização em Nova York. A partir disso as operações nos Estados Unidos foram finalizadas. Ainda restavam cerca de 3 milhões de sacas na Europa, que continuaram a ser comercializadas. Essas vendas garantiram lucros suficientes para cobrir os custos com o programa de valorização e no final do ano de 1915 o estado de São Paulo liquidou o empréstimo de 15.000.000 de libras realizado em 1908. O nível de retorno financeiro do programa pode ser comprovado, se levarmos em conta que o estado ainda adquiriu dois empréstimos sob o pretexto da Valorização, um no ano de 1913 de 7.500.000 de libras e outro no ano de 1914 de 4.200.000 de libras, ambos contratados junto à *J. H. Schroeder*.

Cabe-nos por fim avaliar a eficácia do programa de valorização para os diversos agentes (capitais) envolvidos no esquema. Para Delfim Netto a operação pode ser avaliada da seguinte forma: observando-se as operações contábeis tem-se que a valorização teve um sucesso inegável, já que o Estado saldou todas as obrigações com seus credores em 1914, com um estoque de 3,1 milhões de sacas de café ainda por negociar, sem contar que os recursos provenientes da operação foram de importância ímpar para o próprio orçamento público do estado e para a realização de investimentos⁷³. Os comerciantes, para além das comissões e juros pagos pelas operações, ainda beneficiaram-se pelo aumento de preços. Quanto aos banqueiros, receberam em média 9% de juros pelo capital emprestado. Observando-se o programa do ponto de vista da melhoria da situação financeira dos produtores e sua remuneração em moeda nacional, temos o que se segue: Em 1906, quando o programa começou, o preço médio da saca era de 30\$000 mil réis, enquanto que as divisas de exportação no mesmo ano foi de 25.000.000 de libras. Em 1912, pico de preços após o programa, a saca chegou a 70\$000 mil réis, gerando um saldo de divisas da ordem de 45.000.000 de libras. A produção em 1912 foi de aproximadamente 13,5 milhões de sacas, tendo um estoque mundial visível de 14 milhões de sacas, dos quais 8 milhões estavam em estoque disponível. Em 1907 a produção brasileira foi de 20 milhões de sacas, com um estoque de 9 milhões; o governo adquiriu desta safra, até 1908, uma monta de 8 milhões de sacas, como já vimos. Ressaltados esses fatos, temos que a operação

⁷³ Discutiremos este ponto no terceiro capítulo.

logrou êxitos ao defender o preço em moeda nacional, elevando o mesmo à níveis anteriores à 1900.⁷⁴

A constatação de Delfim Netto é empiricamente comprovada por meio das variáveis preço e renda dos cafeicultores, no entanto o aparente objetivo do programa de defender os preços do produto em moeda nacional, não nos evidencia os rumos que a operação ganhou a partir da associação com o cartel internacional de comercialização. Como afirmou Perissinotto:

Ao nosso ver, portanto, na análise do esquema valorizador, não basta analisar o histórico dos preços do café após 1906, constatar a sua ascensão e concluir a partir disso que houve uma vitória da lavoura sobre o capital mercantil. Nem basta dizer que a valorização garantiu à lavoura uma boa margem de lucros. Mais do que isso, é preciso analisar o esquema valorizador globalmente para perceber que nele as principais reivindicações da lavoura não foram atendidas. Ao contrário, a ela coube uma posição completamente subordinada no esquema, além do peso das sobretaxas. Os grandes lucros de fato couberam aos exportadores que, com o controle e a retenção dos estoques, conseguiram que o preço subisse nos países consumidores e, ao mesmo tempo, impuseram um preço mínimo bastante baixo ao cafeicultor.⁷⁵

Para Holloway a operação teve um significado ainda mais importante para a economia cafeeira e para o próprio Convênio de Taubaté:

O efêmero acordo de Taubaté, tornou-se um rótulo conveniente, porém errado, para se identificar o esquema da valorização de 1906. Apesar do encontro de Taubaté ter desempenhado papel importante nos estágios preliminares para as negociações, um nome mais apropriado para a operação poderia ser “O Plano Sielcken”. Nenhuma classificação categórica poderia de fato rotular as várias operações financeiras comerciais e fiscais que envolveram a primeira valorização do café.⁷⁶ Para os banqueiros e comerciantes europeus e norte-americanos que participaram, a valorização foi decididamente uma operação que teve êxito. Os bancos e as casas comerciais que emprestaram dinheiro durante a fase de compras, praticamente não arriscavam nada nas operações de crédito. Qualquer empréstimo era garantido adiantadamente. O estoque de café era a garantia mais segura, devido a facilidade de venda e por ser um bem segurável. Mas a sobretaxa, o arrendamento das estradas de ferro e a reputação do governo federal serviriam também de boas garantias. Todo aquele que adiantou créditos,

⁷⁴ DELFIM NETTO, Antônio. op. cit., p. 93-94.

⁷⁵ PERISSINOTTO, Renato. op. cit., p. 76-77.

⁷⁶ HOLLOWAY, Thomas H. op. cit., p. 98.

acabou lucrando com o esquema. São Paulo fazia devidamente o pagamento dos juros e saldava, todas as grandes dívidas, antes da data de vencimento.⁷⁷

A interpretação de Kugelmas também ressalta os grandes ganhos obtidos pelo oligopsonio mercantil na operação, contudo o autor argumenta que sucesso do Convênio de Taubaté não foi uma garantia de que a República Velha fora marcada por uma hegemonia cafeeira e, portanto, paulista. Ocorreram fracassos iminentes no que tange o apoio do governo federal e de seu principal credor, os *Rotshchilds*, bem como o promitente apoio dos demais estados cafeeiros. Já a Caixa de Conversão só foi aprovada com o câmbio 25% a mais valorizado do que interessava diretamente aos cafeicultores. O imbróglio político desgastou a figura de Rodrigues Alves, um dos mais importantes políticos do PRP. Deste modo, a Valorização só foi um sucesso dada a grande autonomia dos estados da federação, o que possibilitou a São Paulo negociar acordos diretamente com os credores externos e a cooperação dos importadores, que aparentemente deveriam ser contrários a manipulação dos preços. No entanto estes se aproveitaram de uma rigidez nos preços no varejo e a partir de sua grande capacidade financeira vislumbraram a possibilidade de estocar grande quantidade do produto, formando um mercado paralelo que inflou os preços na Bolsa de Nova York. Por fim, os logros da valorização de 1906 foram acima de tudo do capital mercantil que controlava o comércio de café em nível internacional, mas também não deixaram de ser, é claro que em menor grau, de grande parte das atividades ligadas ao setor cafeeiro, inclusive dos produtores⁷⁸. Contudo, como *a priori* poderia transparecer, o próprio estado de São Paulo angariou ganhos com a Valorização, e estes não foram poucos, como poderemos observar no capítulo terceiro do presente trabalho.

Até o presente, nossa preocupação centrou-se no processo de constituição e desenvolvimento da intervenção e regulação da oferta de café no mercado internacional. No entanto, as considerações feitas neste capítulo tem como objeto principal conferir um apoio contextual – um cenário - para a análise efetiva dos dados contidos na contabilidade que discrimina o fluxo de dinheiro entre o Tesouro do Estado

⁷⁷ Ibid., p. 98.

⁷⁸ KUGELMAS, Eduardo. op. cit., p. 127.

de São Paulo e o Consórcio Internacional da Valorização, mensurando, desta maneira, a monta dos recursos empregados no grande negócio interventor, bem como a aplicação destinada aos mesmos. No próximo capítulo nos ocuparemos da análise dos Relatórios do Serviço de Defesa do Café, afim de remontar o funcionamento interno da Valorização.

CAPÍTULO 2 O PRIMEIRO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO CAFÉ (1906-1914): A GERÊNCIA DAS OPERAÇÕES PELO CARTEL COMERCIAL.

O objetivo do segundo capítulo é apresentar e discutir os dados da contabilidade do Programa de Valorização empreendido pelos comerciantes a partir de 1906. O capital empregado no projeto advinha dos empréstimos intermediados pelo consórcio de comerciantes, da venda dos estoques oficiais de café e da sobre-taxa em francos-ouro, recolhida nas alfândegas portuárias. As contas apresentadas pela Secretaria da Fazenda demonstram a arrecadação e os repasses da sobre-taxa, recolhida pelo Estado de São Paulo, que era utilizada para cobrir os custos com a compra e armazenamento do café, bem como para realizar a amortização dos empréstimos junto aos credores. Também se contabilizava os valores arrecadados com a venda do café estocado nos portos mundiais (essa receita só se realizou a partir de 1909 quando se iniciaram as vendas). Em contrapartida, o consórcio apresentava a demonstração contábil com os movimentos comerciais de compra e venda, nas contas eram lançados os devidos abatimentos com a amortização, com os juros, com as comissões de venda e as cotas de armazenamento. A observação destes dados nos permite estudar o funcionamento do Programa de Valorização, demonstrando a ação dos comerciantes na gerência do mesmo.

A documentação consultada é de acesso público e encontra-se impressa em volumes da antiga tipografia oficial do Estado de São Paulo. A consulta realizada foi ao conjunto dos *Relatórios da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo*. Estes trazem todos os lançamentos contábeis das empresas públicas e das Secretarias de estado, bem como um relatório à parte, que é produzido pelo *Inspetor do Tesouro do Estado de São Paulo*, versando acerca do *Serviço de Defesa do Café*. Deste relatório, em especial, dispomos dos anos de 1906 ao ano de 1913, ou seja, é possível formar uma série temporal de dados capazes de nos revelar um panorama dos fluxos de capitais transacionados nas operações de compra e venda do café, assim como as contas das operações de empréstimo, consignação de café, saques contra embarques

e emissão de letras hipotecárias, realizadas pelo governo paulista e pelos comerciantes.

Os Relatórios de Defesa do Café trazem a contabilidade dos empréstimos entre o Estado de São Paulo e os agentes financeiros, a contabilidade da arrecadação e repasse da sobre-taxa e das Letras do Tesouro estadual. Além das contas relativas ao endividamento, os relatórios trazem os lançamentos de entradas e saídas do café comprado pelo Consórcio da Valorização e as tabelas de custos de armazenamento do café nos hangares dos portos.

Os volumes relativos aos anos de 1906, 1907, 1908 e 1909 fornecem nos anexos os contratos de empréstimo entre São Paulo e o consórcio, assim como a legislação que criou o Convênio de Taubaté e a sobre-taxa de exportação.

Nossa intenção, portanto, é observar o funcionamento do Programa de Valorização e os interesses nele envolvidos. Contudo, temos que o Complexo Cafeeiro possuía uma determinada forma de acumulação de capital, isso se coloca como um elemento estrutural, que condiciona em maior ou menor grau, a dinâmica interna da economia. Significa que a manipulação do comércio internacional do café interfere diretamente nas formas internas de reprodução. O Complexo dependia de certas importações para a manutenção da produção, tais como insumos, manutenção das ferrovias e portos, máquinas de beneficiamento, etc. Deste modo, os agentes que vivem do conjunto dos negócios da exportação cafeeira apropriam-se da maior fatia dos ganhos, por meio da compra na lavoura por um preço próximo ao custo de produção e a venda nos torrefadores externos e mercados consumidores por um preço superestimado.

Mas o simples intercambio café-manufaturados não explica a reprodução interna, o fato é que o Brasil ofereceu condições favoráveis para investimentos externos, ou seja, a reprodução do capital não só ocorria no comércio internacional do café, mas conectava-se às atividades internas, em uma estrutura de portos, ferrovias, armazéns, fazendas, serviços urbanos de logística e intermediação financeira, voltadas para a realização de uma renda global, que abarcava o conjunto das atividades da economia cafeeira. Na síntese de Bárbara Levy:

A formação do Estado Nacional envolveu o delineamento de um perfil social específico, capaz de manter a reprodução de um modelo econômico de caráter primário exportador que implicava uma dependência de novo tipo, através da participação no sistema capitalista mundial. O crescimento deste sistema engendrou uma expansão contraditória que tendeu a consolidação/dissolução das relações pré-capitalistas nas áreas periféricas. O sistema capitalista não expandiu-se apenas através de uma relação de trocas entre produtos manufaturados e produtos primários, como o café, baseada na divisão internacional do trabalho. Isto seria a manutenção do nível de articulação dos séculos anteriores, tendo sido a metrópole, como simples intermediária, riscada do conjunto de relações e simplesmente substituída por uma hegemonia inglesa. O fato novo e decisivo foi a contribuição da formação social brasileira que se configurou já nos moldes orientados para contribuir no sentido de elevar a taxa média de lucros, capaz de garantir a expansão do sistema não mais apenas no momento da realização, mas na medida em que assegurava oportunidades de investimento de capital. O capital invertido nos países periféricos, modelarmente no Brasil, representou um importante papel na manutenção de uma adequada taxa de renda para o sistema econômico, dominante do ponto de vista mundial.⁷⁹

Nossa intenção é fazer um estudo da documentação que nos permita compreender a tônica das relações entre os agentes durante o programa de valorização (1906-1914), bem como fazer os possíveis desdobramentos para a compreensão das especificidades do capitalismo brasileiro neste período.

Iniciaremos a análise da documentação pelos empréstimos intermediados pelos comerciantes internacionais. A intenção é evidenciar como o governo reuniu os recursos necessários para fazer as compras de café, bem como os custos de tais empréstimos. A arrecadação da sobre-taxa e seus repasses também serão mostrados, contudo é fato que a mesma era repassada ao cartel comercial para realizar a amortização dos deveres. Neste sentido, os empréstimos funcionavam como adiantamentos, que eram pagos no decorrer da arrecadação da sobre-taxa na alfândega.

As compras de café iniciaram-se já em 1906, sendo que os estoques governamentais foram encerrados em 1914, ano em que podemos considerar o fim da Primeira Operação de Valorização⁸⁰. Desta forma, após a análise dos empréstimos faremos a demonstração do emprego dos mesmos nas operações de compra e venda

⁷⁹ LEVY, M. Bárbara. **História da bolsa de valores do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977, p. 35.

⁸⁰ Ver HOLLOWAY, Thomas H. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**: a primeira valorização do café. Trad. Marcio Doctors. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 86.

dos estoques de café, assim pretende-se um duplo mapeamento, que abarcará a esfera das financeiras e a esfera comercial da valorização. Contudo, tais esferas não se encontram separadas, tendo em vista que o cartel comercial controlava o comércio e o financiamento do produto. Reiteramos que a idéia é perseguir os passos dos agentes que capitanearam o programa, ou seja, o cartel mercantil, cujo negócio era a valorização de seu capital no negócio da Valorização.

2.1 Os empréstimos contraídos para a Defesa do Café

O primeiro empréstimo realizado para empreender a Valorização se deu junto ao *Brasilianische Bank fur Deutschland*. Valendo-se da Lei n. 984 de 24 de dezembro de 1905, mais especificamente do artigo 29, que autorizava o Estado de São Paulo a lançar mão de empréstimos externos, para fins da Valorização do café, o governo paulista contratou um empréstimo junto à instituição citada, no valor de 1.000.000 de libras esterlinas, pagável em prazo de um ano, ao representante oficial do banco na praça de Londres. Como o empréstimo foi transacionado na forma de desconto de Letras do Tesouro, o valor líquido produzido foi de 919.000 libras esterlinas, já que 81.000 libras esterlinas foram a remuneração (desconto e comissão) do banco pelo adiantamento dos recursos por um ano. Este empréstimo produziu uma quantia ínfima de recursos, frente ao que a Valorização demandava em termos de crédito e prazos. A outra fonte, no ano corrente de 1906, (sobre-taxa de 3 francos) foi toda remetida para cobrir as despesas da valorização, bem como amortizar os demais empréstimos realizados no decorrer do ano de 1906.⁸¹

⁸¹ INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Informação prestada ao Exmo. Sr. Dr. Olavo Egydio de Sousa Aranha, Secretário da Fazenda pelo Cel. Luiz Gonzaga de Azevedo, Inspetor do Tesouro do Estado de São Paulo, sobre o Serviço de Defesa do Café em 1906 e 1907.** São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & Comp., 1908, p. 27-28.

Tabela 1

Conta corrente do Empréstimo de 1.000.000,00 - Brasilianische Bank fur Deutschland.			
Operações	Débito	Cambio (Libras)	Crédito
Valor Nominal de 500 letras emitidas pelo Tesouro do Estado	1.000.000,00	15 1/2	
Sua comissão de 8 1/10% s/ o empréstimo		15 1/2	81.000,00
Liquido		15 1/2	919.000,00

Liquido	919.000,00		
Saques do Tesouro contra a Direction der Disconte Gesellschaft		15 1/2	37.360,00
Saques do Tesouro contra a W. Brandt's Sons & C.		15 1/2	59.720,00
Saques do Tesouro contra o J. Henry Schroder & C.		15 1/2	60.710,00
Saques do Tesouro contra o London & Hanseatic Bank		15 1/2	154.110,00
Saques do Tesouro contra o German Bank of London		15 1/2	46.700,00
Saques do Tesouro contra o Crédit Lyonnais		15 1/2	37.360,00
Saques do Tesouro contra o C. J. Hambro & Sons		15 1/2	28.020,00
Saques do Tesouro contra o Baring Brothers & C.		15 1/2	18.680,00
Saques do Tesouro contra a Société Generale		15 1/2	74.720,00
Saques do Tesouro contra o Swiss Bankverein		15 1/2	46.700,00
Saques do Tesour contra o Hardy Nathan & Sons		15 1/2	9.340,00
Saques do Tesouro contra o Berliner Handelsgesellschaft		20,40 Mks por libra	46.768,10
Saques do Tesouro contra a Direction der Disconte Gesellschaft		20,40 Mks por libra	274.301,10
Saques do Tesouro contra o Norddeutsch Bank in Hanburg		20,40 Mks por libra	24.510,00
Total	919.000,00	15 1/2	919.000,00

Fonte: INSPETORIA DO TESOIRO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 26-27.

Era evidente que o empréstimo do *Brasilianische Bank* não supriria as necessidades do projeto valorizador, como os financiadores clássicos dos negócios durante o Império, os *Rothschilds*, inicialmente não colocaram fé no intento, fez-se necessário recorrer ao Império comercial de *Herman Sielcken*, futuro controlador das operações de compra e venda do café brasileiro em Nova Iorque, e seus associados financeiros, tais como o londrino *J. H. Schroder* e o nova-iorquino *National City Bank*. Sendo assim, em outubro de 1906 um novo empréstimo foi negociado com o *Schroder* e o *City Bank*.

Em 8 de dezembro de 1906 um empréstimo de 3.000.000 de libras esterlinas junto ao *Schroder – City*⁸² foi contratado, sendo que o primeiro agente disponibilizou 2.000.000 de libras e o segundo agente 1.000.000 de libras. O contrato foi celebrado em Londres e *Herman Sielcken* foi designado como representante do *City Bank* na cidade de Londres⁸³. A primeira cláusula do contrato definitivo que regulamentava o

⁸² O empréstimo foi repassado ao cambio de 15 1/2, segundo nos informa o relatório do serviço de defesa do café de 1906-1907.

⁸³ O comerciante ofereceu garantias de que o empréstimo seria pago; uma dessas garantias era que próprio faria a gestão comercial dos estoques de café.

repassa de recursos ao estado de São Paulo deixava bastante explícito qual o custo e quais as garantias deveriam ser oferecidas para o financiamento do projeto:

1.º - O Governo criará e emitirá imediatamente as ditas apólices que vencerão juros a razão de 5 por cento ao ano pagáveis semestralmente. O primeiro pagamento de juros para o semestre completo que termina no dia 1º de junho de 1907 deverá ser feito nesta data. O pagamento do capital e juros das ditas apólices será garantido pelo Governo e esse capital e juros serão sujeitos a uma primeira hipoteca ou garantia de uma sobre-taxa de três francos em ouro por saca sobre todo café exportado pelo Estado de São Paulo, cuja taxa será imposta e cobrada pelo Governo durante a vigência do empréstimo e de tal modo que o Governo não criará ou emitirá outra qualquer hipoteca ou garantia para a sobretaxa acima mencionada que tenha preferência sobre o valor *pari passu* com as ditas apólices.⁸⁴

O empréstimo foi concedido mediante a cobrança de um imposto, que seria responsável por criar uma receita contínua que pudesse cobrir o serviço da dívida. A taxa das exportações do café era uma garantia real, contínua e com potencial de aumento, já que a tarifa era *ad valorem*. O contrato reservou uma cláusula inteira para regulamentar o repasse da sobre-taxa ao comitê:

4.º - Na segunda feira de cada semana durante a vigência do empréstimo o Governo pagará o produto resultante desta sobre-taxa livre de toda e qualquer dedução aos senhores Theodor Wille & C.º em Santos como agentes dos Banqueiros e da importância assim paga serão duas terças partes remetidas aos referidos J. Henry Schroder & C.º para o serviço das apólices inglesas e a restante terça parte ao The National City Bank para o serviço das apólices americanas. O primeiro pagamento desse produto começará e será feito na segunda feira 17 de dezembro de 1906 e continuará todas as semanas até acumular importância suficiente para prover os juros de um ano inteiro das apólices. O seguinte pagamento começará e será feito na primeira segunda feira em agosto de 1907 e continuará todas as semanas até acumular importância suficiente para prover os juros das ditas apólices no ano que termina em trinta e um novembro de 1908. [...] No caso de ser insuficiente o produto da sobretaxa para fazer face a algum dos mencionados pagamentos o Governo imediatamente o completará com recursos tirados de seus rendimentos gerais.⁸⁵

O contrato era explícito: a alfândega de Santos estava a serviço dos banqueiros e suas receitas alienadas até que os juros e o principal fossem inteiramente pagos aos

⁸⁴ INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 33.

⁸⁵ Ibid., 1908, p. 34.

emprestadores. O instrumento nomeava *Theodor Wille* como representante dos banqueiros em Santos. Os agentes envolvidos na intermediação destes empréstimos apareceram nas demais operações financeiras e comerciais, por vezes com suas próprias companhias, outrora como representantes de um conjunto de empresas. Perfazem, desta forma, um cartel, que controlava desde o financiamento até a comercialização do café no mercado externo, mais adiante retomaremos o problema, quando analisarmos a conta de comercialização dos cafés comprados pelo estado.

Além dos juros garantidos pelos repasses da sobre-taxa, os banqueiros efetuaram um deságio nas Letras do Tesouro emitidas pelo estado, a proporção acordada na cláusula 8ª era de que para cada 100 libras nominais seriam repassados 93 libras em recursos reais, sendo assim, as letras somadas no valor nominal de 3.000.000 de libras renderam ao governo paulista a quantia real de 2.790.000 libras. Nas tabelas abaixo reproduzimos as contas correntes dos ditos empréstimos:

Tabela 2

Conta corrente do Empréstimo de 1.000.000,00 - National City Bank			
Operações	Débito	Cambio (libras)	Crédito
Sua parte no empréstimo	1.000.000,00	15 1/2	
Diferença de "tipo" na razão de 7%		15 1/2	70.000,00
Sua comissão de 1 1/4% s/ o empréstimo		15 1/2	12.500,00
Liquido		15 1/2	917.500,00

Liquido	917.500,00		
Importancia posta à n/ disposição no Bank of Montreal		15 1/2	146.041,13
Importancia posta à n/ disposição no Bank of Montreal		15 1/2	146.041,13
Importancia posta à n/ disposição no Bank of Montreal		15 1/2	146.041,13
Importancia posta à n/ disposição no Bank of Montreal		15 1/2	146.041,13
Transferido da c/ de J. Henry Schroder		15 1/2	333.333,68
Total	917.500,00	15 1/2	917.500,00

Fonte: INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 52-53.

Tabela 3

Conta corrente do Empréstimo de 2.000.000,00 - J. Henry Schroder & C.			
Operações	Débito	Cambio (libras)	Crédito
Sua parte no empréstimo	2.000.000,00	15 1/2	
Diferença de "tipo" na razão de 7%		15 1/2	140.000,00
Sua comissão de 1 1/4% s/ o empréstimo		15 1/2	25.000,00
Liquido		15 1/2	1.835.000,00

Liquido	1.835.000,00		
Importancia posta à n/ disposição na casa Kleinwort, Sons & C.		15 1/2	97.361,22
Transferido para sua conta corrente do movimento		15 1/2	194.722,46
Transferido para sua conta corrente do movimento		15 1/2	194.722,46
Transferido para sua conta corrente do movimento		15 1/2	194.722,46
Importancia posta à n/ disposição na casa Kleinwort, Sons & C.		15 1/2	97.361,22
Importancia posta à n/ disposição na casa Kleinwort, Sons & C.		15 1/2	97.361,22
Transferido para sua conta corrente do movimento		15 1/2	194.722,46
Importancia posta à n/ disposição na casa Kleinwort, Sons & C.		15 1/2	97.361,22
Transferido da c/ do National City Bank	333.333,68	15 1/2	
Pago por n/ conta à Direction der Disconte Gesellschaft		15 1/2	1.000.000,00
Total	2.168.333,68	15 1/2	2.168.333,68

Fonte: INSPETORIA DO TESOUREIRO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 52-53.

Observemos que outras casas bancárias se relacionavam às operações, o que evidencia a existência de um comércio dos títulos do Tesouro nas praças financeiras europeias e americanas. Nos parece clara a regra de que o capital não poderia permanecer imobilizado em um recebível nos prazos acordados entre o cartel e o governo. Para mensurar de forma quantitativa a monta dos lucros com essas operações secundárias, seria necessário observar os balanços das respectivas casas bancárias, porém ao analisarmos as contas correntes acima é possível deduzir que tais práticas eram corriqueiras e certamente lucrativas para os emprestadores e seus subsidiários.

O resgate dos títulos deste empréstimo iniciou-se no exercício de 1907 (setembro) e terminou em julho de 1909 com o depósito final em favor de *J. Henry Schroder*, no valor de 61.400,00 libras, referente a uma reserva para honrar os títulos cujos portadores não haviam feito a liquidação em data prevista. Temos que aproximadamente dois terços do resgate dos títulos do empréstimo de 1906 foi realizado em dezembro de 1908, data em que um novo empréstimo, no valor de 15.000.000,00 de libras, foi contratado junto aos banqueiros europeus e americanos. Este empréstimo foi, na realidade, um refinanciamento dos recursos de 1906. Os valores das amortizações lançados na conta do empréstimo que constam do *Relatório da Inspeção do Tesouro* do ano de 1909 são os seguintes: em dezembro de 1908 foi resgatado na praça de Londres o valor nominal de 1.324.800,00 libras e na praça de

Nova Iorque foi resgatado o valor nominal de 659.100,00 libras. Estas amortizações praticamente liquidaram as letras disponíveis, dado que daí em diante os resgates passaram a ordem de poucos milhares de libras (entre 1.000,00 e 5.000,00). Enquanto que as recompras anteriores ao empréstimo de dezembro de 1908 não passavam de 80.000,00⁸⁶.

Segundo pode-se apurar, o Tesouro público remeteu ao *Schroder & C.*, por intermédio da *Theodor Wille* de Santos, até maio de 1908, a quantia de 742.429,15 libras. Ao *National City Bank* foi remetido, pelo mesmo intermediário, a quantia de 370.567,18 libras. Deste modo, foi repassado, utilizando-se os recursos da sobre-taxa de 3 francos, o valor total de 1.112.996,33 libras aos dois banqueiros signatários do empréstimo⁸⁷. Neste contexto, temos que os banqueiros realizaram em termos de juros e comissões aproximadamente 110.727,00 de libras⁸⁸ em um prazo de aproximadamente dois anos. Poderíamos considerar que a antecipação das recompras traduziu-se em economia governamental, contudo o novo empréstimo contratado em dezembro de 1908 contou com um aporte de 10.000.000,00 de libras a cargo de *J. H. Schroder*, sendo assim o governo trocou uma dívida pela outra, ou, em outras palavras, ganhou novo prazo.

A sobre-taxa de 3 francos não cobria os custos do programa, isso evidenciou-se em dois fatos: primeiro que se o ritmo das remessas vindas desta fonte de receita não se alterasse, o governo não conseguiria cobrir o empréstimo de 3.000.000,00 de libras com o *Schroder-City*, sendo assim um novo empréstimo foi negociado com os mesmos banqueiros. Segundo, os banqueiros exigiram que se elevasse a sobre-taxa para 5 francos, com vistas a aumentar os fluxos de remessas no futuro. Ao refinar os recursos e elevar a sobre-taxa, os banqueiros revigoravam suas garantias.

Antes de analisarmos o empréstimo de 15.000.000,00 de libras feito no final de 1908, que consolidou a posição financeira do programa valorizador, centremos nossa atenção no empréstimo intermediado pelo Governo Federal no valor de 3.000.000,00 de libras junto aos banqueiros da *Casa Rothschild & Sons*.

⁸⁶ INSPETORIA DO TESOUREIRO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 24-25.

⁸⁷ Dispomos dos dados até maio, com a contabilidade do emprego das remessas pelos banqueiros.

⁸⁸ INSPETORIA DO TESOUREIRO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 26-37.

Por meio da Lei nº 1684 de 12 de agosto de 1907 e o do Decreto presidencial nº 6664 de 28 de setembro de 1907 o Presidente da República do Brasil autorizou a emissão de *Bonds* no valor nominal de 3.000.000,00 de libras esterlinas a serem cambiados junto à Casa Rothschild & Sons. Este empréstimo foi negociado por intermédio do Governo Federal junto a tradicional casa bancária londrina. Tal condição se fez mediante a negação inicial dos Rothschild em participar do financiamento em acordo com o governo estadual, para os londrinos, tradicionais comerciantes da dívida do Estado Nacional brasileiro na Europa, um acordo que não envolvesse o Tesouro Nacional não lhes parecia seguro. Este empréstimo possuía a especificidade de ter sido concedido ao Governo Federal e repassado ao estado de São Paulo para empreender a Valorização.⁸⁹

Nos termos do contrato de empréstimo os serviços financeiros seriam remunerados da maneira que se segue:

6.º A título de remuneração dos seus serviços prestados e a prestar em relação aos arranjos feitos para emissão dos tais *Bonds*, os Senhores Rothschild receberão uma quantia correspondente a um três quartos por cento sobre o valor nominal máximo dos ditos *Bonds* e mais um quarto por cento a título de corretagem. As ditas porcentagens e corretagem pagar-se-ão imediatamente depois da emissão dos tais *Bonds* [...] Resgatar-se-á os referidos *Bonds* dentro do prazo de quinze anos a contar do primeiro dia de Agosto de mil novecentos e nove de modo aqui estipulado por meio de um fundo reserva acumulativo de quatro e meio por cento ao ano sobre o valor nominal total dos ditos *Bonds*, e o tal fundo de reserva aplicar-se-á semestralmente no primeiro dia de fevereiro e de agosto em cada ano⁹⁰.

Os *Bonds* eram papéis comerciais e sua negociação se fazia mediante leilões nas praças financeiras. Assim como nos empréstimos anteriores os títulos sofreram um deságio em seu valor nominal, além dos juros e comissões sobre a operação. Contudo, o Governo Federal não tomou os recursos para seu uso, mais sim com o fim de compor os fundos da Valorização. Sendo assim, um novo contrato foi gerado com o Estado de São Paulo. Nos seus termos, os juros devidos ao Governo Federal eram da ordem de

⁸⁹ INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 54-59. No empréstimo de dezembro de 1908 o Governo Federal foi o avalista do estado de São Paulo, contudo a operação se deu entre o governo estadual e os banqueiros.

⁹⁰ INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 56.

cinco por cento ao ano e a amortização teria o prazo de quinze anos. Além do fundo de amortização que o governo de São Paulo repassaria ao Governo Federal, o primeiro se comprometia a entregar o excedente da sobre-taxa em francos para o último, de modo a formar uma garantia complementar⁹¹. Segundo a cláusula 7ª do contrato:

Para a garantia especial do empréstimo de 3.000.000,00 de libras esterlinas feito nos termos deste contrato, o Estado de São Paulo dá ao Governo Federal, até 31 de dezembro de 1911, o excedente da sobre-taxa ouro, digo, o excedente da sobre-taxa de três francos ouro por saca de café exportado, depois de paga a prestação precisa para o serviço do empréstimo de três milhões de libras esterlinas, contratado pelo estado em oito de dezembro de 1906, e de 1º de janeiro de 1912 em diante todo o produto da dita sobre-taxa, até a soma necessária ao serviço anual de amortização e juros mencionados na cláusula quinta. No caso do produto da sobre-taxa de três francos ouro não ser suficiente para o serviço da dívida, o Estado de São Paulo tirará da sua receita ordinária a quantia precisa para completar a soma das prestações a que fica obrigado, de modo que até o dia 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano o governo da União tenha recebido a quantia de 142.500,00 libras para o juro e amortização referente a cada semestre⁹².

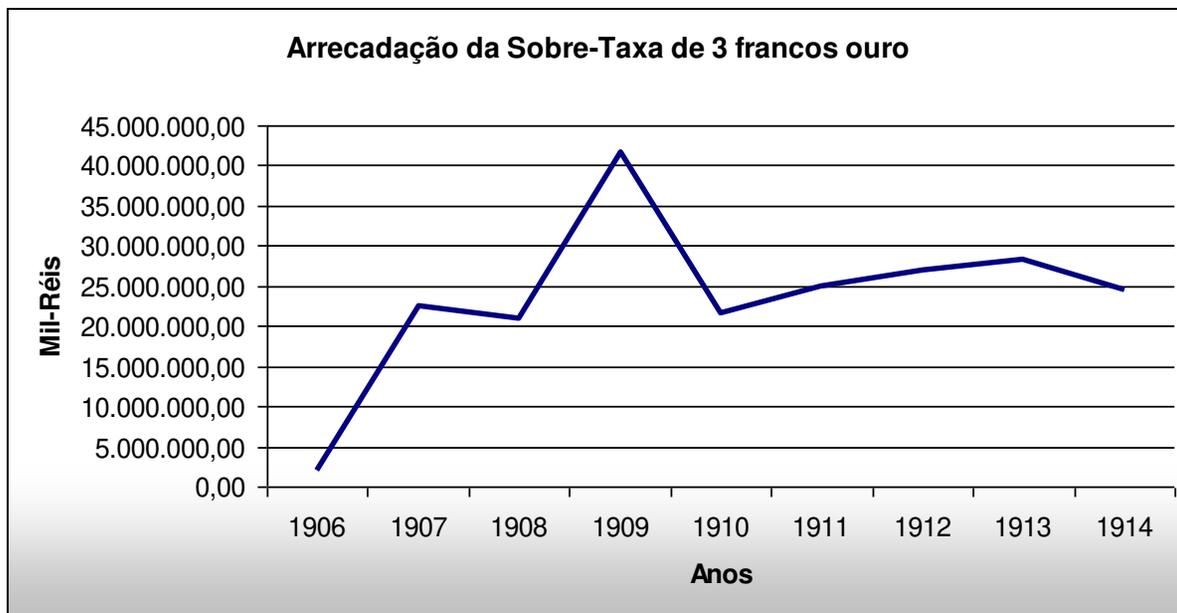
A especificação no contrato de que os recursos eram para o fundo da Valorização obrigavam o estado a amortizar os empréstimos *pari passu* à venda dos estoques. Com isso, a solvência do estado encontrava-se atrelada a capacidade de manter o nível de exportações, ou seja, a arrecadação da sobre-taxa e de receitas de exportação eram fundamentais para manter a capacidade de pagamento dos empréstimos, e, em última análise, eram cruciais para o funcionamento da Defesa do Café e das próprias contas do estado de São Paulo. Contudo, como vimos anteriormente, o produto da sobre-taxa não foi capaz de cobrir as obrigações no decorrer dos anos de 1906, 1907 e 1908, tanto que se fez mister a contratação de um novo empréstimo em dezembro de 1908, o qual corrigiu os problemas orçamentários de São Paulo. Embora estejamos alegando que as dificuldades na gestão das contas públicas eram latentes, constata-se, que em contrapartida, os financiadores não deixaram de emprestar ao estado, estes sabiam que enquanto o estado oferecesse

⁹¹ INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 61.

⁹² Ibid., p. 61-62.

garantias e o café mantivesse sua posição no mercado internacional, o retorno financeiro do negócio seria garantido⁹³.

Gráfico 1



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, vários anos (1906-1914). (elaboração própria).

Segundo observamos as séries de dados dos Relatórios da Secretaria da Fazenda, o empréstimo com o Governo Federal seguiu o curso normal de amortização até chegar ao seu termo em 1924. Ao contrário dos outros empréstimos, neste o Governo Federal pagava as quantias aos emprestadores e depois recebia do Estado de São Paulo, sendo assim a antecipação dos pagamentos poderia ser feita em favor do governo central, contudo ficava a cargo deste a amortização junto aos londrinos. Segue abaixo a tabela de pagamento do empréstimo junto aos Rothschild & Sons:

⁹³ GONÇALVES, José R. Barbosa; MADI, Maria Alejandra C. **Commodity prices, financial integration and policy options: the performance of Brazilian economy, 1889-1931**, XIV International Economic History Congress, (21/08/2006 to 25/08/2006), Helsinki, Finland, 2006.

Tabela 4

Empréstimo Federal			
Juros e Amortização do empréstimo de 3.000.000,00 de libras			
Vencimentos	Juros	Amortização	Total
1º de Fevereiro de 1908	75.000	-	75.000
1º de Agosto de 1908	75.000	-	75.000
1º de Fevereiro de 1909	75.000	-	75.000
1º de Agosto de 1909	75.000	67.500	142.500
1º de Fevereiro de 1910	73.312	69.188	142.500
1º de Agosto de 1910	71.582	70.918	142.500
1º de Fevereiro de 1911	69.809	72.691	142.500
1º de Agosto de 1911	67.992	74.508	142.500
1º de Fevereiro de 1912	66.129	76.371	142.500
1º de Agosto de 1912	64.220	78.280	142.500
1º de Fevereiro de 1913	62.263	80.237	142.500
1º de Agosto de 1913	60.257	82.243	142.500
1º de Fevereiro de 1914	58.201	84.299	142.500
1º de Agosto de 1914	56.094	86.406	142.500
1º de Fevereiro de 1915	53.933	88.567	142.500
1º de Agosto de 1915	51.719	90.781	142.500
1º de Fevereiro de 1916	49.450	93.050	142.500
1º de Agosto de 1916	47.124	95.376	142.500
1º de Fevereiro de 1917	44.739	97.761	142.500
1º de Agosto de 1917	42.295	100.205	142.500
1º de Fevereiro de 1918	39.790	102.710	142.500
1º de Agosto de 1918	37.222	105.278	142.500
1º de Fevereiro de 1919	34.590	107.910	142.500
1º de Agosto de 1919	31.893	110.607	142.500
1º de Fevereiro de 1920	29.127	113.373	142.500
1º de Agosto de 1920	26.293	116.207	142.500
1º de Fevereiro de 1921	23.388	119.112	142.500
1º de Agosto de 1921	20.410	122.090	142.500
1º de Fevereiro de 1922	17.358	125.142	142.500
1º de Agosto de 1922	14.229	128.271	142.500
1º de Fevereiro de 1923	11.022	131.478	142.500
1º de Agosto de 1923	7.735	134.765	142.500
1º de Fevereiro de 1924	4.366	138.134	142.500
1º de Agosto de 1924	913	36.542	37.455
Total	1.537.455	3.000.000	4.537.455

Fonte: INSPETORIA DO TESOUREIRO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 26-37.

O estado de São Paulo mostrava-se um excelente pagador, os empréstimos que pôde antecipar, antecipou e os que pôde renegociar, o fez igualmente. Parece evidente que o problema não era honrar os compromissos de pagamento, mas sim se manter na condição de negociar. O que não poderia ocorrer sob nenhuma hipótese era o fechamento dos canais de financiamento, já que tal fato representaria o fim da valorização. Na assinatura do Convênio de Taubaté previa-se que os estados

produtores (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) controlariam a comercialização internacional dos estoques de café, o capital estrangeiro participaria da operação na condição de financiador. Este objetivo não se concretizou e na prática os financiadores formaram um cartel que engolfou as operações de comercialização. O empréstimo de 15.000.000,00 de libras, contratado em dezembro de 1908, colocou a direção da valorização definitivamente nas mãos do cartel comercial.

O preâmbulo do Relatório da Inspeção do Tesouro, que versava sobre a defesa do café resumia a operação da seguinte forma:

Para a consolidação definitiva das responsabilidades provenientes dos Cafés pertencentes ao Estado, o Governo, executando a disposição do Art. 3º da Lei Estadual n. 1127 de 25 de agosto de 1908, contratou em 11 de dezembro de 1908, em empréstimo de 15.000.000,00 de libras como os banqueiros Snrs. J. Henry Schroder & C., de Londres, Société Générale, de Paris e Banque de Paris et des Pays Bas, também de Paris. Este empréstimo foi realizado ao tipo líquido de 85% e deve ficar inteiramente liquidado dentro do prazo de dez anos, tendo como garantia especial, a arrecadação da sobre-taxa de 5 francos por saca de café exportado, e o produto da venda dos cafés pertencentes ao Estado⁹⁴.

Além da garantia da sobre-taxa, recolhida por agentes nos portos brasileiros, e o produto da venda dos estoques em poder do Consórcio da Valorização, os banqueiros contavam ainda com a garantia oferecida pelo Governo Federal, esta se tratava da autorização pelo Presidente da República de uma garantia de pagamento da dívida pelo Tesouro Nacional caso o estado de São Paulo não honrasse o compromisso. Segundo os termos do contrato, a sobre-taxa de 5 francos deveria ser depositada semanalmente, junto aos representantes dos banqueiros, pelo Governo Federal.

O empréstimo foi contratado à juros de cinco por cento ao ano que deveriam ser pagos semestralmente. O Governo se responsabilizou pelo fiel cumprimento dos pagamentos, caso contrário a hipoteca imposta sob os estoques de café seria executada e os mesmos passariam a propriedade dos banqueiros. No contrato isso aparece descrito da forma como se segue:

⁹⁴ INSPETORIA DO TESOUREIRO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 39.

Esta hipoteca onerará igualmente o café cerca de 7.000.000 de sacas pertencentes atualmente ao Governo e que se acha neste momento nos portos da Europa e dos Estados Unidos, sob reserva dos adiantamentos supra-indicados (adiantamentos estes que serão reembolsados do produto dos ditos *Bonds* e produto da venda do dito café. Entregar-se-á os *warrants* ou outros títulos de propriedade relativos ao dito café aos Banqueiros que agem na qualidade de *fidei* comissários dos portadores de *Bonds* e estes entregarão à Comissão mencionada na clausula 9 destes presentes ou às pessoas por ela designadas para efetuar a venda do dito café segundo vem prescrito na dita cláusula, contra o pagamento do produto destas vendas⁹⁵.

No artigo 4º do contrato entre o governo e os banqueiros, os últimos asseguraram um fluxo continuo de repasses da sobre-taxa, operação esta idêntica ao do empréstimo com os Schroder-City de 3.000.000,00 de libras. Toda segunda-feira de cada semana o produto proveniente da sobre-taxa de 5 francos-ouro deveria ser depositada junto ao representante dos banqueiros em Santos, no caso os Srs. Theodor Wille & C. Caso a quantia mínima anual de 45.000.000,00 de francos, o que ao câmbio médio estabelecido em contrato, para o redesconto dos *Bonds*, formaria a quantia de 1.791.401,27 libras, não fosse atingida, o governo teria o prazo de oito dias para compor o valor total e entregar aos banqueiros⁹⁶.

O artigo 9º e 10º do contrato trazia as especificações acerca dos poderes da comissão representativa do Governo paulista, convém reproduzi-los aqui:

Constituir-se-á, como segue, uma Comissão composta de sete membros residentes nos Estados Unidos da América do Norte ou na Europa ou parte num ou parte no outro daqueles países. Os Senhores Schroder designarão quatro membros daquela comissão e os seus sucessores, a Societé Générale designará dois membros e os seus sucessores e o Governo designará um membro e seu sucessor. Essa Comissão fica revestida com plenos poderes para efetuar e fiscalizar as vendas e a liquidação do dito café pertencente atualmente ao Governo segundo acima foi dito, e fazer quaisquer negócios e coisas relativas a essas vendas e liquidação. Enquanto houver *Bonds* em circulação e não resgatados o Governo obriga-se a não comprar café por sua conta direta ou indiretamente, ou de criar, passar, promulgar qualquer direito autorizando qualquer novo projeto de valorização relativa ao café. Ele obriga-se igualmente a não trazer modificação alguma a legislação em vigor atualmente, para o que diz respeito a sobre-taxa⁹⁷.

⁹⁵ INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 46.

⁹⁶ Ibid., p. 47-48.

⁹⁷ Ibid., p. 51-52.

Tabela 5

Conta corrente do Empréstimo de 15.000.000,00 - J. H. Schroder & C; B. de Paris et P.B e Societé Générale de Paris.			
Operações	Débito	Cambio (libras)	Crédito
Sua parte no empréstimo	15.000.000,00	15 1/2	-
Transferido no National City Bank de Nova Iorque	37.977,18	15 1/2	-
Juros	4.003,14	15 1/2	-

Diferença de "tipo" na razão de 14%	-	15 1/2	2.100.000,00
Sua comissão de 1 % s/ o empréstimo	-	15 1/2	150.000,00
Pagamentos com entregas de café	-	15 1/2	10.138.857,20
Transferido para o crédito do Tesouro	-	15 1/2	340.789,40
Juros	-	15 1/2	27.744,18
Pequenas despesas	-	15 1/2	461,15
Resgate de títulos (empréstimo de 1906)	-	15 1/2	2.279.014,19
Diferença de cambio	-	15 1/2	5.113,15
Total	15.041.981,18	15 1/2	15.041.981,18

Fonte: INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 88-89.

Ao contrário do Convênio firmado em Taubaté, segundo estas cláusulas a participação do Governo na operação ficou bastante reduzida, enquanto que a concessão deste empréstimo colocou os estoques governamentais, que vinham sendo formados desde 1906, nas mãos do conjunto de firmas definidas pelos *Schroder, Sielcken, Wille*, responsáveis diretos pelas operações comerciais, ou seja, o cartel da Valorização.

O Programa de Valorização constituiu-se como um grande negócio, mais um dentre todos os outros, como as ferrovias e serviços públicos urbanos, intermediação financeira, etc. O conjunto dessas atividades que geriam a produção e faziam sua logística, constituíam um complexo econômico, cuja dinâmica esteve marcada, deste o princípio, por uma pulverização de interesses: por um lado uma elite que vivia dos grandes negócios (direta e indiretamente), seja ela nacional ou estrangeira, por outro, produtores pequenos e médios, não só de café, mas outras culturas, trabalhadores urbanos e rurais. A renda advinda das atividades do complexo era distribuída tal qual a hierarquia acima, sendo que este processo seguiu desta forma até os anos de 1920, quando as transformações econômicas e sociais modificaram a dita hierarquia, fazendo surgir uma economia mais diversificada.

Até então centramos nossa atenção ao movimento dos capitais externos envolvidos na Valorização, contudo grandes firmas nacionais estavam envolvidas nesses negócios. Estas não participaram da concessão dos vultuosos empréstimos que consolidaram a valorização, mas seu papel se reservou na emissão, troca e redesconto

de cambiais da sobre-taxa de exportação e na compra de letras da dívida interna do estado. Para exemplificar, no caso da sobre-taxa, o Banco do Commercio e Indústria de São Paulo teve em 1907, endossadas em seu nome, o valor de 25.081.471,88 francos, enquanto que os bancos estrangeiros, tais como o *London and Brazilian Bank* cambiou 4.937.924,50 francos e o *J.H. Schroder* 5.068.176,00 francos.

No que tange à compra de Letras da dívida interna do Tesouro contabiliza-se em 1907 os valores descritos na tabela abaixo:

Tabela 6

Resumo dos Credores da Divida Interna do Estado de São Paulo em 1907			
Credores	Libras	Francos	Mil-Réis
Banco do Commercio e Industria de São Paulo	-	-	870.640.000
Prado, Chaves e Cia.	-	-	13.763.042.890
Irmãos Maffei	-	-	105.000.000
Dauntre Salles e Cia.	-	-	95.000.000
Souza Queiroz Amaral e Cia.	-	-	123.500.000
João Jorge, Figueiredo e Cia.	-	-	15.500.000
Anhaia Pereira e Cia.	-	-	48.000.000
Conrad Henrich Donner	15.502,10	-	248.040.000
F. A. Neubauer	4.762,10	-	76.200.000
Société Financière et Commerciale Franco-Brésilienne	-	1.125.000	715.500.000
Total	20.265,00	1.125.000	16.060.422.890

Fonte: INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 74.

Essas apólices, bem como o desconto de cambiais, tornaram-se despesas para o Estado nos próximos 12 meses e sua amortização aparece nas contas dos anos subsequentes. Contudo, a intenção é demonstrar, por meio desses números, que a participação na valorização não era somente do capital estrangeiro, ou seja, o capital nacional também participava das grandes operações de crédito, era um fornecedor de capital ao governo e esteve presente tanto nas negociatas financeiras, quanto no comércio de café em âmbito internacional. Assim, nossa intenção não é mensurar o papel do capital estrangeiro e o do capital nacional, na realidade não estamos sequer separando as duas esferas, mas sim reafirmando uma unidade de interesses que se coaduna no processo de reprodução do Complexo Cafeeiro e que vai além da simples dicotomia nacional-internacional.

2.2 O movimento geral dos estoques da Valorização (1906-1907): a ação da Prado, Chaves & C. e da Theodor Wille & C. na consignação dos cafés da Valorização.

As compras de café por intermédio do Estado de São Paulo tiveram início em 20 de agosto de 1906. Até 31 de dezembro de 1907 as firmas que intermediaram as compras foram as seguintes: *Peimann, Ziegler & C.* de Hamburgo, o *Syndicato Europeu e Norte Americano*, representado em Santos pela *Theodor Wille* de Hamburgo, a *Crossmann & Sielcken* de Nova Iorque, a *F. A. Neubauer & C.* de Hamburgo e *Conrad Henrich Donner* representados em São Paulo pela *Casa Schmidt e Trost*, a *Société Financière et Commerciale Franco-Brésilienne* de São Paulo, a *Prado, Chaves & C.* de São Paulo-Santos e a *Comptoir Commercial Anversois, Bunge & C.* de Antuérpia⁹⁸.

A *Peimann, Ziegler & C.* comprou no período acima 540.000 sacas de café (310.000 em Hamburgo e 230.000 no Havre), sendo que no mesmo período foram vendidas 40.000 em Hamburgo. O saldo líquido do período, portanto, contabilizou 500.000 sacas em poder da firma. Os contratos de intermediação eram bastante claros, a empresa era remunerada à ordem de 1,5% para o café de Hamburgo e 2% no Havre, referentes à corretagem e comissão de venda e o Governo deveria pagar por todas as despesas com desembolsos em armazenagens, selos, juros, e tudo que advenha do processo descrito acima. O total líquido arrecadado no exercício somou 17.624:029\$834 mil-réis, sendo que a despesa envolvendo a gestão deste montante de produto somou aproximadamente 308:559\$000 mil-réis⁹⁹.

A *Crossmann & Sielcken* de Nova Iorque comprou por ordem governamental a quantia de 452.700 sacas de café, somando o valor de 15.196:877\$400 mil-réis¹⁰⁰, totalizando um custo de aproximadamente 300:000\$000. Ao contrário desta firma, a *Conrad Henrich Donner* comprou 140.500 sacas e revendeu 118.500 sacas, restando em estoque 22.000 sacas no valor de 622:050\$700. Como vimos, a quantia de 300:000\$000 mil-réis compraria por volta de 11.000 sacas de café, ou seja, nas operações realizadas pela *Crossmann & Sielcken* auferiu-se um líquido de 11.000

⁹⁸ INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 75.

⁹⁹ Ibid., p. 78-79.

¹⁰⁰ Os valores apresentados neste item encontram-se em mil-réis. O câmbio médio do ano de 1906 foi de 16,2 pence/mil-réis e o do ano de 1907 foi de 15,2 pence/mil-réis. O câmbio médio no biênio foi de 15,7 pence/mil-réis, segundo os dados apresentados em TAUNAY apud KUGELMAS, Eduardo. **Difícil Hegemonia**: um estudo sobre São Paulo na Primeira República. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986, p. 165-166.

sacas sob um estoque de aproximadamente 450.000 sacas, sendo estas as quantias declaradas ao Governo, já que é sabido que *Herman Sielcken* negociava o produto em mercado paralelo, o que forçou os preços da Bolsa para cima. Quando o evento ocorreu os estoques particulares da firma foram oferecidos ao mercado, agora com os preços reajustados. Contudo esta não foi nem de longe a principal fonte de lucro, tendo em vista que os cafés governamentais eram dados como garantia nos empréstimos, assim os estoques que estavam em poder dessas firmas amortizaram boa parte dos empréstimos no ato de sua comercialização e mais, ao comprar o café na Bolsa as casas comerciais auferiam suas comissões e ao revender o estoque iguais comissões eram pagas, o que significa dizer que era o movimento do estoque a promitente fonte de lucros.

Outro exemplo do que tratamos acima é a *F. A. Neubauer & C.*, que comprou 259.000 sacas de café e vendeu, no mesmo exercício, 181.000 sacas, somando um líquido de 78.000 sacas. A *Société Financière et Commerciale Franco-Brésilienne* comprou 110.782 sacas e as armazenou em Santos. Segundo sua demonstração contábil, a soma dos valores das referidas sacas importou na quantia de 3.121:277\$600 mil-réis com um custo de 7:368\$100 mil-réis.

A *Comptoir Commercial Anversois, Bunge & C.* comprou, em 18 de janeiro de 1907, em consignação com a *Prado, Chaves & C.* (55.544) e a *Theodor Wille & C.* (944.456), a quantia de 1.000.000 de sacas de café, a serem enviadas para o comércio na Europa, via Antuérpia, ao custo total de 33.788:210\$800 mil-réis, sendo que as despesas da operação foram 7.153:751\$850 mil-réis. Neste caso específico, as duas firmas centralizaram o produto no porto de Santos e consignaram a venda para um subsidiário europeu, no entanto a quantia comercializada constituía grande monta, bem como era um bom exemplo do maciço controle sobre os estoques exercido pelas firmas acima, nos armazéns dos portos de Santos e Rio de Janeiro. Vejamos as condições para o dito controle.

A criação dos *Armazéns Gerais* por uma lei federal de 1903, acabou por proporcionar o domínio das casas comerciais sobre a produção de café. O fazendeiro deveria depositar sua produção nos armazéns e negociá-la diretamente com os exportadores, porém os custos de construção, manutenção e seguro nos armazéns

eram demasiadamente elevados e só poderiam ser assumidos pelo grande capital. O domínio sobre os armazéns conquistou uma posição privilegiada para as grandes casas de comércio de Santos e Rio de Janeiro, dentre elas a *Theodor Wille* e a *Prado, Chaves*. O controle dos armazéns significou o comando da oferta, ou seja, o domínio sobre as consignações de café para o exterior.

Entre 1905 e 1906 a companhia inglesa *E. Johnston and Co.* implantou a *Registradora de Santos* e a *Cia Paulista de Armazéns Gerais*. Como em qualquer grande negócio da época, o governo paulista garantiu juros de 6% sobre o capital aplicado no empreendimento. Em 1909 as duas firmas foram fundidas e deram origem à *Brazilian Warrant Company*. Esta passou a ser uma das empresas controladas pela *Theodor Wille*, que representava os interesses dos comandantes do consórcio da valorização, ou seja, as empresas ligadas a *Herman Sielcken*. A centralidade na compra do café foi fundamental para o sucesso da valorização, ou seja, se os intermediários entre a produção e o mercado consumidor fossem muitos, a manipulação do mercado seria dificultada por uma difusão nas ações e em última instância, por uma dispersão de interesses¹⁰¹.

Visto isso, podemos afirmar que a *Theodor Wille* foi, sem sombra de dúvidas, a firma que comercializou a maior parte do café do Governo de São Paulo no período. Nos exercícios de 1906 e 1907 foram comprados por seu intermédio 6.196.087 sacas de café, consignados às mais variadas firmas europeias. Sobre a compra realizada em 18 de janeiro de 1907 cabe reproduzir a tabela de descrição dos custos da operação.

¹⁰¹ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1909, p. 343.

Tabela 7

Cafés comprados por Theodor Wille e Prado, Chaves em 18 de janeiro de 1907

Item	Valor
Custo líquido de 1.000.000 de sacas de café	26.634:458\$950
Despesas de Exportação	7.153:751\$850
Sacaria	1.700:000\$000
Direitos de Exportação	2.484:008\$260
Taxa de 3 francos	1.903:715\$460
Capatasias	300:000\$000
Carretos	283:336\$800
Embarcadores	51:664\$240
Corretagem na Compra do Café	56:405\$730
Corretagem na Venda de Cambiais	21:513\$090
Estampilhas para cheques, recibos e cambiais	22:456\$580
Comissão na compra e embarque de café	296:108\$800
Diversas	34:542\$890
Total	33.788:210\$800

Fonte: INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 75.

Vale notar que os custos de exportação envolvem o ensacamento do café, bem como a sobre-taxa e os direitos de exportação, estes são apropriados como repasses para cobrir o serviço dos empréstimos, bem como para realizar as compras no mercado internacional. Devemos reforçar que a *Theodor Wille* era a legítima representante dos banqueiros *Schroder & C.* no Brasil, bem como era o depositário fiel da sobre-taxa de 3 francos (5 francos). Em outros termos, os empréstimos funcionavam como adiantamentos para comprar o café, e tudo que advinha das receitas cafeeiras e da venda dos estoques eram utilizados para amortizar os empréstimos, assim o estoque armazenado nos portos da Europa, EUA e Brasil eram oficialmente do governo paulista, mas na prática tanto a posse, quanto a gestão do mesmo, passaram bem longe dos olhos do estado.

A *Prado, Chaves & C.* negociou oito contratos de consignação com o governo paulista, totalizando a compra de 1.043.550 sacas de café no exercício 1906 e 1907. Deste total foram vendidos 149.501 sacas e 435.544 sacas foram consignadas ao exterior, em sua maioria às firmas do porto de Havre. A importância somada foi de 27.946:949\$750 mil-réis, importando uma despesa de 2.774:975\$000 mil-réis. A companhia brasileira participava das comercializações geralmente em associação como a *Theodor Wille* em Santos, mas como vimos também atuou como intermediário do

governo nas consignações na Europa e nos EUA. Embora a historiografia minimize o papel das firmas brasileiras no programa, é evidente que sua participação não foi de pequena escala¹⁰².

A *Theodor Wille* assinou sete contratos de consignação das 6.000.000 de sacas compradas no exercício de 1906-1907 em nome do governo, vejamos a sua distribuição na tabela abaixo:

Tabela 8

Demonstração dos Contratos de Consignação da Theodor Wille
Contrato nº 1 - Santos

Casa Comercial	Porto	Sacas de café
Theodor Wille	Hamburgo	100.000
Commerz & Disconto Bank	Hamburgo	100.000
Siegmundo Robinow & Sohn	Hamburgo	100.000
Schroder Gebruder & C.	Hamburgo	50.000
Verwerk Gebruder & C.	Hamburgo	50.000
Peimann Ziegler & C.	Hamburgo	200.000
Arbuckle Brothers	Nova Iorque	300.000
Crossman & Sielcken	Nova Iorque	100.000
Kleinwort Sons & C.	Londres	100.000
J. Henry Schoder & C.	Londres	100.000
Latham & C.	Havre	350.000
Frederic Jung & C.	Havre	250.000
Fernand Sauquet	Havre	200.000
Total	-----	2.000.000

Fonte: INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 175.

Tabela 9

Demonstração dos Contratos de Consignação da Theodor Wille
Contrato nº 2 - Santos

Casa Comercial	Porto	Sacas de café
Conrad H. Donner	Hamburgo	100000
Wm. Brandt's Sohns & C.	Londres	100.000
M. M. Warburg & C.	Hamburgo	100.000
Schroder Gebruder & C.	Hamburgo	50.000
Verwerk Gebruder & C.	Hamburgo	50.000
Theodor Wille	Hamburgo	200.000
D. H. Watjen & C.	Bremen	300.000
Crossman & Sielcken	Nova Iorque	100.000
J. Henry Schoder & C.	Londres	100.000
W. Schoffer & C.	Rotterdam	100.000
R. Mees & Zoonen	Rotterdam	350.000
Total	-----	1.005.000

Fonte: INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 175.

¹⁰² INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 117-119.

Tabela 10

Demonstração dos Contratos de Consignação da Theodor Wille
Contrato nº 3 - Santos

Casa Comercial	Porto	Sacas de café
Arbuckle Brothers	Nova Iorque	100000
Siegfried Gruner & C.	Nova Iorque	50.000
C. Anrstein	Trieste	40.000
Union Bank Vienna	Trieste	40.000
Haag Freres	Havre	50.000
F. Metz & C.	Havre	75.000
Société d'Importacion et de Commission	Havre	100.000
A.Savarin & C.	Havre	25.000
Westphalen & C.	Havre	66.000
A. Berrizbeitia	Havre	50.000
W. Mason	Havre	25.000
L & C. Dreyfus	Havre	70.000
Dufay Gigandet & C.	Marselha	15000
E. C. Wejhausen	Bremen	25000
G. J. H. Siemers & C.	Hamburgo	12.500
August Sanders & C.	Hamburgo	12.500
Benedict Schonfeld & C.	Hamburgo	12.500
Theodor Wille	Hamburgo	12.500
Hanssen & Studt	Hamburgo	40.000
Nottebohn & C.	Hamburgo	25.000
Siegmundo Robinow & Sohn	Hamburgo	12.500
Lassally & Sons	Hamburgo	25.000
Braunschweig & C.	Antuerpia	23.453
Total	-----	906.953

Fonte: INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 175-176.

Tabela 11

Demonstração dos Contratos de Consignação da Theodor Wille
Contrato nº 1 - Rio de Janeiro

Casa Comercial	Porto	Sacas de café
Crossman & Sielcken	Nova Iorque	200.000
Arbuckle Brothers	Nova Iorque	100.000
Total	-----	300.000

Fonte: INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 176.

Tabela 12

Demonstração dos Contratos de Consignação da Theodor Wille
Contrato nº 2 - Rio de Janeiro

Casa Comercial	Porto	Sacas de café
Hanssen & Studt	Hamburgo	10.000
Nottebohn & C.	Hamburgo	25.000
Lassally & Sons	Hamburgo	5.000
G. J. H. Siemers & C.	Hamburgo	12.500
August Sanders & C.	Hamburgo	12.500
Benedict Schonfeld & C.	Hamburgo	12.500
Maegli & Sons	Hamburgo	25.000
Dufay Gigandet & C.	Marselha	85.000
Siegfried Gruner & C.	Nova Iorque	50.000
Latham & C.	Havre	50.000
F. Metz & C.	Havre	102.644
Haag Freres	Havre	50.000
L & C Dreyfus	Havre	30.000
Westphalen & C.	Havre	34.000
A. Savarin & C.	Havre	52.000
W. Mason	Havre	25.000
Guillerault & C.	Havre	50.000
Braunschweig & C.	Antuérpia	26.547
Block & Fils	Antuérpia	25.000
C. Arnstein	Trieste	20.000
Union Bank Vienna	Trieste	20.000
Total	-----	722.691

Fonte: INSPETORIA DO THESSOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 177.

O total destes contratos da Theodor Wille foi de 5.159.644 sacas de café¹⁰³, somando um valor de 173.785:925\$470 mil-réis, com uma despesa de gestão de 31.883:248\$680 mil-réis. Aproveitemos para reproduzir a contabilidade dos custos de armazenamento, embarque, comissões de compra e comercialização, impostos e outros custos diversos, descritos na tabela abaixo:

¹⁰³ No relatório o total de sacas intermediadas pela Theodor Wille é na verdade de 6.159.644. O saldo de 1.000.000 de sacas comercializadas em Antuérpia não constam nos valores das demonstrações contábeis que tivemos acesso.

Tabela 13

Cafés comprados por Theodor Wille e Prado, Chaves no período de 1906/07

Item	Valor
Custo líquido de 5.159.644 sacas de café	141.902:676\$790
Despesas de Exportação	31.883:248\$680
Sacaria	8.521:856\$600
Direitos de Exportação	9.662:158\$310
Taxa de 3 francos	8.459:387\$210
Capatasias	1.267:401\$180
Carretos	1.442:415\$300
Embarcadores	285:539\$690
Corretagem na Compra do Café	345:833\$110
Corretagem na Venda de Cambiais	156:605\$220
Estampilhas para cheques, recibos e cambiais	132:278\$240
Comissão na compra e embarque de café	1.441:908\$730
Diversas	167:854\$990
Total	173.785:925\$470

Fonte: INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 177.

Os contratos da *Theodor Wille* garantiram grandes quantias em comissões, corretagem e arrecadação alfandegária. Na realidade, os dados sugerem que os ganhos das firmas se restringiram ao giro financeiro dado pelas corretagens, embarques e armazenamentos, contudo cabe-nos recordar que estes são somente os ganhos diretos do processo. A compra do café era feita com os recursos adiantados pelos emprestadores e o produto ficava armazenado, sob a tutela do oligopsônio mercantil, até a sua efetiva venda para a amortização das dívidas. Como os consignatários dos estoques tinham somente estes como recurso imobilizado pelo estado de São Paulo, a parte que lhes cabia da administração e comercialização do produto era paga em “café”. Isso se dava em virtude dos mecanismos de “saques contra embarques de café”, que funcionavam como um adiantamento dado pelos consignadores ao governo. O governo lançou mão desta prática durante quase todo este exercício; segundo o relatório da *Inspetoria do Tesouro* o governo sacou entre 1906 e 1907 a quantia de 137.247:532\$310 mil-réis, referentes à 6.159.644 sacas de café¹⁰⁴.

A maior parte do café era embarcado pela *Prado, Chaves & C.* e pela *Theodor Wille*. Do montante de recursos sacados acima temos que o governo pagou por saldo

¹⁰⁴ INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 66-67.

(com os estoques) um total de 70.327:611\$000 mil-réis. Com isso temos que 50% dos estoques foram repassados ao conjunto dos comerciantes para a cobertura dos saques contra os embarques. Considerando que o repasse foi feito com os preços baixos de 1907, e revendido no mercado, após a alta considerável dos preços. Ao nosso ver, aqui reside o ganho indireto dos comerciantes, uma grande fonte de lucros nas operações que envolveram o Primeiro Programa de Valorização.

Em resumo, o estado recebeu aquilo que lhe era de direito, ou seja, os repasses dos saldos das vendas de café, enquanto que os comerciantes faturavam na compra do café à preços baixíssimos, na administração dos mesmos nos armazéns, bem como na venda do produto, após o devido aumento dos preços. A subida de preços tratou-se de uma manipulação de leilões à margem das Bolsas de Valores, em especial a de Nova Iorque, o que forçou os preços para cima. Este movimento ampliou os lucros consideravelmente, tanto em termos de comissões, quanto em termos da venda dos estoques próprios que as firmas acumularam ao longo das operações de valorização.

Nos dois primeiros anos do Programa de Valorização o saldo de compras de café, bem como o saldo monetário da operação encontram-se resumidos na tabela 14:

Tabela 14

Contratos	Demonstração do café comprado e armazenado no exercício de 1907					
	Existência em 1906		Existência em 1907		Comprado e Armazenado em 1907	
	Sacas	Valor	Sacas	Valor	Sacas	Valor
Theodor Wille & Co. Santos	2.124.022	72.891:125\$870	5.159.644	173.785:925\$470	3.035.622	100.894:799\$600
Comptoir Commercial Anversois e Bunge & C.	20.000	706:252\$000	1.000.000	33.788:210\$800	980.000	33.081:958\$800
Peimann, Ziegler & Co.	300.000	11.247:459\$941	500.000	17.624:029\$834	200.000	6.376:569\$893
Prado, Chaves & Co. Café no País	20.543	599:555\$950	458.505	12.481:128\$250	437.961	11.881:572\$300
Prado, Chaves & Co. Café Consignado	105.000	3.573:583\$000	364.492	11.765:217\$694	259.492	8.191:634\$694
Crossman & Sielcken	-	-	452.700	15.196:877\$400	452.700	15.196:877\$400
Conrad Hinrich Donner	-	-	22.000	622:050\$700	22.000	622:050\$700
F. A. Neubauer	-	-	78.000	2.201:205\$300	78.000	2.201:205\$300
Société F. et C. Franco-Brésiliene	-	-	110.782	3.113:909\$500	110.782	3.113:909\$500
Total	2.569.566	89.017:976\$761	8.146.123	270.578:554\$948	5.586.557	181.560:578\$187

Fonte: INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 177.

Nos dois primeiros anos da operação observamos um processo de centralização dos estoques promovido pela *Prado, Chaves* e pela *Theodor Wille*, a partir do controle sobre os *Armazéns Gerais*. Estas empresas consignaram o café à várias firmas européias e americanas, como demonstramos nos dados anteriores, para que estas comercializassem o produto no exterior. No período mais adiante, que observaremos a seguir, estes consignatários seriam eliminados, ocorrendo um processo de

centralização nas mãos do cartel internacional de *Sielcken*. Contudo, a ação da *Theodor Wille* e da *Prado, Chaves* foi de crucial importância para a centralização dos estoques em 1908 e 1909, em virtude de sua ação nos armazéns brasileiros.

2.3 O movimento geral dos estoques da Valorização (1908-1909): o processo de centralização dos estoques na Europa e nos Estados Unidos.

No exercício que compreende os anos de 1908 e 1909 foram comprados e armazenados no país 1.451.261 sacas de café. Deste total foram vendidos 853.749 sacas e consignados ao exterior um total de 571.544 sacas, restando um estoque no país de 25.968 sacas. O valor total destas compras foi de 18.923:397\$850 mil-réis¹⁰⁵, gerando uma despesa corrente de 1.519:721\$480 mil-réis. Desta quantia somou-se 386:573\$000 mil-réis em comissões, 51:053\$400 mil-réis em corretagem, 202:172\$690 mil-réis em armazenagem, 403:989\$000 mil-réis com o beneficiamento do café. Assim, temos que dois terços dos custos são referentes à administração e comercialização dos estoques, ou seja, tratava-se da fatia apropriada pelos comerciantes nas operações com o café do governo. As firmas envolvidas com esta conta eram a *Prado, Chaves & C.*, a *Société F. et C. Franco-Brésilienne* e a *Arblucble & C.* Novamente a *Prado, Chaves* aparece nos negócios e joga um papel importante, juntamente com a *Theodor Wille*, a *Brazilian Warrant & C.* e o *Banco do Commercio e Indústria*, que atuou em Santos e no Rio de Janeiro nas operações de intermediação das consignação ao exterior, no desconto de Letras do Tesouro, na centralização dos estoques nos armazéns, bem como na comercialização dos papéis do mercado à termo e dos papéis dos saques contra embarques.

Neste exercício uma nova experiência de intervenção foi tentada; até então a atuação do Consórcio da Valorização restringia-se ao mercado à vista, contudo o relatório dos anos de 1908 e 1909 constatou o seguinte:

¹⁰⁵ Os valores apresentados neste item encontram-se em mil-réis. O câmbio médio durante os anos de 1908 e 1909 foi de 15,2 pence/mil-réis, segundos dados apresentados em Taunay apud KUGELMAS, Eduardo. **Difícil Hegemonia**: um estudo sobre São Paulo na Primeira República. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986, p. 165-166.

Para auxiliar a sustentação dos mercados de café, tanto no país como no estrangeiro tornou-se inúmeras vezes necessária a intervenção nos mercados chamados – a termo -, que são onde a especulação se faz mais sentir, influindo de forma positiva sobre os preços do café disponível no mercado internacional do gênero¹⁰⁶.

Foram adquiridos neste mercado a quantia de 1.895.761 sacas de café, tendo sido adquiridas 502.761 sacas em Nova Iorque, 908.500 sacas em Hamburgo e 484.500 sacas em Havre. Deste total, o governo revendeu 827.000 sacas, tendo rendido a operação em termos monetários a quantia de 57.565:008\$909 mil-réis, com uma despesa de conservação de 7.580:783\$520 mil-réis. Em geral estas operações se traduziram em prejuízo para o Governo, contudo foram importantes para em dados momentos sustentar os preços do mercado. A *Crossmann & Sielcken* comprou 502.761 sacas em Nova Iorque, sendo um dos principais agentes deste tipo de operação. Como vimos no capítulo anterior a prática de compra e venda à termo foi a estratégia fundamental de *Herman Sielcken* para valorizar o café na Bolsa de Nova Iorque. O *Relatório do Tesouro* era taxativo: as operações a termo trouxeram prejuízos ao governo, mas assim não foi com comitê de comerciantes que além de angariar os retornos nas comissões pagas pela administração e comercialização do café, ainda faturavam na especulação do mercado futuro, tendo em vista que a pequena resposta de subida dos preços em 1909 aumentavam consideravelmente os preços no mercado futuro, Sielcken teve seus estoques valorizados ao longo do período que estendeu de 1908 a 1910, ano em que as vendas do café da valorização se acentuou.

Os representantes do governo na Europa e nos EUA executavam leilões de venda do café desde 1906, contudo no primeiro exercício aqui apresentado, ou seja, os anos de 1906 e 1907, as vendas foram relativamente pequenas. Nos anos de 1908 e 1909 os leilões se intensificaram, tendo sido negociadas no Havre 48.192 sacas, com faturamento líquido de 1.746:578\$350 mil-réis, em Nova Iorque 169.786 sacas, com faturamento de 3.752:039\$620 mil-réis, em Hamburgo 80.977 sacas, com faturamento de 2.981:396\$030 mil-réis, em Londres 500 sacas, com faturamento de 18:973\$200 mil-réis, em Rotterdam 44.809 sacas, com faturamento de 1.572:021\$380 mil-réis, em Bremen 14.826 sacas, com faturamento de 525:767\$800 mil-réis e em Trieste 10.193

¹⁰⁶ INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 137.

sacas, com faturamento de 364:098\$430 mil-réis, perfazendo um total de 369.283 sacas de café, com faturamento bruto de 13.737:342\$395 mil-réis, despesas e descontos de 776:467\$585 mil-réis, perfazendo um faturamento líquido total de 12.960:874\$810 mil-réis¹⁰⁷.

Até o final de 1908 os cafés do governo encontravam-se pulverizados nas mãos do consignatários, a partir da concessão do empréstimo de 15.000.000,00 de libras junto ao *J. H. Schroder* e a consequente formação do *Comitê Administrador do Programa de Valorização*, a gestão dos estoques foi paulatinamente repassada ao comitê de comerciantes comandado por *Herman Sielcken*. Reproduziremos abaixo uma tabela demonstrativa do movimento do estoque até a entrega do café ao Comitê, pelos consignatários da Europa e dos EUA.

¹⁰⁷ INSPETORIA DO TESOUREIRO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 175.

Tabela 15

Movimento do estoque até a entrega ao Comitê pelos Cosignatários da Europa e EUA					
Consignatários	Praça	Contratos Primitivos		Vendas	Entregue ao Comitê
		Santos	Rio		
Lathan & C.	Havre	350.000	-	26.985	323.015
Frédéric Jung & C.	Havre	250.000	-	25.769	229.833
Sauquet & C.	Havre	200.000	-	17.411	183.736
F. Metz & C.	Havre	75.000	75.000	2.771	148.241
Société I. et Commission	Havre	100.000	-	651	99.503
Westphalen & C.	Havre	66.000	34.000	100.000	-
L. e C. Dreyfus	Havre	70.000	30.000	424	99.576
Haag Frères	Havre	-	-	-	52.747
A. Berrizbeita	Havre	50.000	-	673	49.706
Haag Frères	Havre	25.000	25.000	566	49.804
Haag Frères	Havre	25.000	25.000	1.187	49.176
Mason & C.	Havre	25.000	25.000	50.000	-
A. Savarian & C.	Havre	25.000	25.000	281	49.719
Sauquet & C.	Havre	-	-	154	49.846
Guillerault & C.	Havre	-	50.000	334	49.666
Lathan & C.	Havre	-	50.000	1.013	48.987
L. e C. Dreyfus	Havre	-	-	-	46.749
F. Metz & C.	Havre	-	27.644	800	27.055
A. Savarian & C.	Havre	-	27.000	457	26.543
Arbuckle Brothers	Nova Iorque	300.000	-	-	303.952
Crossman & Sielcken	Nova Iorque	300.000	-	110.748	190.761
Crossman & Sielcken	Nova Iorque	-	200.000	2.009	199.441
Crossman & Sielcken	Nova Iorque	105.000	-	61.659	43.874
Arbuckle Brothers	Nova Iorque	-	100.000	-	100.951
Arbuckle Brothers	Nova Iorque	-	100.000	-	100.812
Crossman & Sielcken	Nova Iorque	-	100.000	550	99.893
Arbuckle Brothers	Nova Iorque	100.000	-	-	101.263
Siegfred Gruner & C.	Nova Iorque	50.000	-	-	50.271
Siegfred Gruner & C.	Nova Iorque	-	50.000	-	50.182
Peimann, Ziegler & C.	Hamburgo	200.000	-	11.253	189.970
William Brandt's & C.	Hamburgo	100.000	-	6.150	94.998
Theodor Wille	Hamburgo	100.000	-	24.972	75.982
Siegmund Robinow & S.	Hamburgo	100.000	-	11.513	89.000
Commerz Disconto Bk.	Hamburgo	100.000	-	12.494	87.972
Theodor Wille	Hamburgo	75.000	-	528	75.000
M. M. Warburg	Hamburgo	100.000	-	54.243	47.000
Verwerck Gebruder & C.	Hamburgo	50.000	-	3.512	47.000
Verwerck Gebruder & C.	Hamburgo	50.003	-	3.000	47.509
Hanssen & Studt	Hamburgo	40.000	10.000	-	50.143
Nottebohm & C.	Hamburgo	25.000	25.000	248	50.000
Vorwerk Gebruder & C.	Hamburgo	50.000	-	50.000	-
Theodor Wille	Hamburgo	-	-	-	50.000
Conrad Hinrich Domer	Hamburgo	50.000	-	50.000	-
Nagel & Cohrs.	Hamburgo	-	-	-	46.997
Lassally & Sohn.	Hamburgo	25.000	5.000	14	30.141
Schroder Gebruder & C.	Hamburgo	25.000	-	12.500	12.692
Maegli & C.	Hamburgo	-	25.000	-	25.136
August Sanders & C.	Hamburgo	12.500	12.500	83	25.000
Karl Krische	Hamburgo	-	-	22	25.079
G. J. H. Siemers	Hamburgo	12.500	12.500	25.000	-
Siegmund Robinow & S.	Hamburgo	12.500	12.500	25.000	-
Peimann, Ziegler & C.	Hamburgo	-	-	-	25.089
Peimann, Ziegler & C.	Hamburgo	-	-	113	25.000
Benedict Schonfeld & C.	Hamburgo	12.500	12.500	25.089	-
Theodor Wille	Hamburgo	-	-	-	15.000
Theodor Wille	Hamburgo	12.500	-	4.077	8.495
Peimann, Ziegler & C.	Hamburgo	-	12.500	13	12.500
Theodor Wille	Hamburgo	-	-	-	12.500
Maegli & C.	Hamburgo	-	-	1.000	11.500
Kock Hagmann & C.	Hamburgo	-	-	1.000	11.500

Movimento do estoque até a entrega ao Comitê pelos Cosignatários da Europa e EUA

Consignatários	Praça	Contratos Primitivos		Vendas	Entregue ao Comitê
		Santos	Rio		
Ferdinand Jacobson	Hamburgo	-	-	1.000	9.000
Anversois e Bunge & C.	Antuerpia	1.015.000	-	14.354	1.005.610
Brannschweig & C.	Antuerpia	23.453	26.547	420	49.852
Block & Fils.	Antuerpia	-	25.000	137	24.948
J. H. Schroder & C.	Londres	200.000	-	2.711	197.790
R. Mees & Zoonnen	Rotterdam	150.000	-	34.146	116.852
W. Schoffer & C.	Rotterdam	50.000	-	12.062	38.339
Frederick Moller & Sons	Bremen	-	-	16.624	83.907
D. H. Watjen & C.	Bremen	100.000	-	100.000	-
E. C. Weyhausen	Bremen	25.000	-	25.116	-
Theodor Wille	Bremen	-	-	-	25.000
Niederosterreichische	Trieste	40.000	20.000	10.802	109.807
Union Bank	Trieste	40.000	20.000	60.000	-
Dufay Gigandest & C.	Marselha	-	75.000	2.629	72.371
Dufay Gigandest & C.	Marselha	15.000	10.000	590	24.410
		4.926.953	1.247.691	1.006.857	5.774.391

Fonte: INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 175.

Como vimos, o saldo que restou após as autorizações das vendas pelo governo por meio dos consignatários, foi repassado ao Comitê de comerciantes formado no final do ano de 1908. A partir de então, este comitê seria responsável pelas vendas dos estoques do Programa de Valorização. Neste sentido, o empréstimo concedido no final de 1908 possibilitou a centralização dos estoques que anteriormente a isto estavam espalhados junto à vários consignatários escolhidos pela *Prado, Chaves & C.* e pela *Theodor Wille & C.*, desde de 1906 quando o programa se iniciou. É possível inferir, deste modo, que a partir da centralização das operações pelo Consórcio de 1908 a Valorização ganhou novos rumos, tendo em vista que a partir de 1910 as vendas teriam início, agora sob a égide de um grupo de comerciantes diminuto.

Até a entrega definitiva dos estoques ao comitê, os café do governo renderam aos consignatários, nas contas das despesas, a quantia de 49.122:633\$745 mil-réis. Esta pode ser desmembrada da maneira como se segue: comissões no valor de 10.715:956\$907 mil-réis, fretes no valor de 9.941:581\$339 mil-réis, armazenagens 8.893:336\$875 mil-réis, seguro marítimo no valor de 825:556\$750 mil-réis, seguro contra fogo no valor de 2.479:035\$994 mil-réis, despesas com transporte, empilhação, etc, no valor de 1.898:947\$371 mil-réis e juros no valor de 14.040:960\$857 mil-réis. Neste sentido, temos que todo o estoque possuía um alto custo de gestão, que o governo era obrigado a arcar. Contudo, entregar o estoque para que os comerciantes

promovessem as operações tornou-se um imperativo para o governo, do ponto de vista que os comerciantes financiaram a operação, na igual medida em que se delineava o interesse do capital mercantil pelo negócio. A partir de 1906 o capital comercial marcou sua participação nos programas de Valorização que se sucederam, assim como na defesa permanente, onde o Instituto do Café passou a intermediar os empréstimos e adiantamentos para as compras dos excedentes produtivos¹⁰⁸.

Vejamos na tabela abaixo os números do repasse dos estoques ao comitê:

Tabela 16

Resumo dos Pagamentos realizados pelo Comitê com a especificação das praças e dos cafés recebidos						
Praças	Pagamentos Realizados					
	Moedas	Saldo das consignações	Saldo do mercado a termo	Total	Cambios médios	Total em libras
Havre	Franco	54.102.095,70	10.597.784,83	64.699.880,53	25,12	2.575.632,19
Marselha	Franco	2.948.089,60	-	2.948.089,60	25,13	117.313,55
Antuerpia	Franco	43.821.906,44	-	43.821.906,44	25,13	1.743.808,45
Hamburgo	Marcos	32.503.771,35	9.480.666,48	41.984.437,83	20,48	2.050.021,38
Bremen	Marcos	2.511.621,50	-	2.511.621,50	20,45	122.817,68
Rotterdam	Florins	2.571.173,22	-	2.571.173,22	12,06	213.198,44
Trieste	Corôas	3.145.503,38	-	3.145.503,38	240,9	13.057,30
Londres	Libras	404.477,37	-	404.477,37	-	404.477,37
Nova Iorque	Dorales	8.808.003,26	4.717.513,53	13.525.516,79	4,86	2.783.028,15
						10.023.354,51

Fonte: INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 175.

Tabela 17

Praças	Cafés Entregues ao Comitê		
	Consignações	Termo	Total
Havre	1.583.902,00	258.000,00	1.841.902,00
Marselha	96.781,00	-	96.781,00
Antuerpia	1.080.410,00	-	1.080.410,00
Hamburgo	1.130.205,00	308.000,00	1.438.205,00
Bremen	83.907,00	-	83.907,00
Rotterdam	155.191,00	-	155.191,00
Trieste	109.807,00	-	109.807,00
Londres	291.788,00	-	291.788,00
Nova Iorque	1.241.400,00	502.761,00	1.744.161,00
	5.773.391,00	1.068.761,00	6.842.152,00

Fonte: INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 175.

¹⁰⁸ INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 408-410.

Após a operação de repasse dos saldos do estoque dos consignatários para o Comitê de comerciantes, a situação geral do Primeiro Programa de Valorização do Café ficou assim:

- a) Cafés consignados para os mercados Europeus e Americanos: 7.347.248 sacas;
- b) Adquiridos nos mercados a termo nas praças europeus e de Nova Iorque: 1.895.761 sacas;
- c) Café proveniente de operações nos mercados de Santos, São Paulo e Rio de Janeiro: 1.625.257 sacas;
- d) **Total: 10.868.266 sacas;**
- e) Deste total foram revendidas durante toda a campanha da valorização: 3.781.894 sacas;
- f) **Restando: 7.086.372 sacas;**
- g) Deste total de sacas encontravam-se no país 25.968 sacas, 217.252 sacas em mãos de correspondentes à disposição do Estado e as outras 6.843.152 sacas encontravam-se em poder do Comitê de comerciantes responsáveis pela gestão do Programa de Valorização;
- h) Dos cafés entregues ao comitê são provenientes de saldos das consignações feitas para a Europa e Estados Unidos, no período anterior: 5.774.391 sacas;
- i) Saldo das compras feitas no mercado a termo: 1.068.761 sacas;
- j) Produzindo um total que ficou sob a custódia do comitê de **6.843.152 sacas**¹⁰⁹.

Os cafés descritos acima foram distribuídos da forma que se segue:

- a) Nova Iorque: 1.744.161 sacas;
- b) Hamburgo: 1.766.203 sacas;
- c) Havre: 1.583.902 sacas;
- d) Antuérpia: 1.080.410 sacas;
- e) Londres: 197.790 sacas;
- f) Roterdam: 155.191 sacas;
- g) Bremen: 108.907 sacas;
- h) Trieste: 109.807 sacas;

¹⁰⁹ INSPETORIA DO TESOUREIRO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 519-520.

- i) Marselha: 96.781 sacas;
- j) **Total: 6.843.152 sacas¹¹⁰.**

O ano de 1909 representou a guinada da Valorização em favor do conjunto de comerciantes que passaram a compor um cartel. A concessão do empréstimo de 15.000.000,00 de libras esterlinas pelos comerciantes e banqueiros ingleses e nova-iorquinos fez com que os negócios se concentrassem em torno de um grupo formado por **cinco comerciantes**.

2.4 O movimento geral dos estoques da valorização (1910-1914): O comércio de café capitaneado pelo Comitê de comerciantes.

A partir de 1910, o Comitê de Comerciantes, formado por *J. H. Schroder & C.*, de Londres, *Theodor Wille* de Hamburgo, *Herman Sielcken* de Nova Iorque, *Eduardo Bunge* de Antuérpia, o *Visconde de Touches*, representando o capital dos banqueiros franceses e o representante do governo paulista, Francisco Ferreira Ramos, que a partir de 1911 foi substituído por Paulo da Silva Prado, tornou-se soberano na negociação dos estoques do governo. No conjunto dos anos de 1910 a 1914 o Comitê negociou praticamente metade dos estoques advindos de 1909, finalizando completamente as operações em Nova Iorque no ano de 1914, restando pouco mais de 2.500.000 sacas de café para serem negociadas nos mercados de Hamburgo, Bremen, Trieste, Antuérpia e Havre.

O produto da venda dos estoques serviu ao propósito da amortização dos empréstimos contratados pelo governo. Como vimos, os empréstimos funcionavam como adiantamentos de receita, que eram pagos com os fluxos de caixa das comercializações e demais despesas. Este é o ponto central do esquema articulador do negócio; como as receitas do estado encontravam-se comprometidas na aquisição de café e na amortização das dívidas e da mesma forma se encontrava o fruto das vendas de café no mercado internacional, o estado necessitava recorrer corriqueiramente aos empréstimos externos, a fim de fazer a cobertura dos déficits orçamentários. Tanto que ao longo do período 1910 a 1914 os banqueiros franceses e a casa *J. H. Schroder & C.*

¹¹⁰ INSPETORIA DO TESOUREIRO DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 517-518.

concederam mais dois empréstimos ao estado de São Paulo e mais uma vez os estoques foram dados como garantia.

Os empréstimos, neste sentido, sustentavam a forma de subordinação do estado ao capital mercantil no âmbito do esquema valorizador, mas, por seu turno, favoreciam o estado no fechamento das contas públicas. O que significa dizer, que no bojo do negócio, o capital mercantil, representado pelo Comitê da Valorização, realizava sua acumulação por meio do financiamento da Valorização e, em última instância, pelo financiamento dos próprios gastos do estado, nas mais variadas áreas. Se de um lado o estado criava um elo de dependência com relação ao capital mercantil, que era seu interlocutor junto aos banqueiros internacionais, por outro possibilitou a fundação de um canal de crédito, o qual o estado poderia recorrer quando houvesse problemas orçamentários, desde que o café oferecesse condições favoráveis para o capital mercantil.

Visto isso, passemos então para a análise do movimento dos estoques pertencentes ao estado entre os anos de 1910 e 1914. Como vimos anteriormente, o saldo do estoque que passou à gerência do comitê foi de 6.812.131 sacas de café. No presente ano foram vendidas 506.998 sacas, a um valor de 18.174:732\$453 mil-réis. Estes cafés estavam avaliados ao custo de 17.174:732\$453 mil-réis, perfazendo um lucro líquido, à cargo do governo, no valor de 1.572:360\$787 mil-réis. Este valor foi integralmente utilizado para a amortização dos encargos dos empréstimos da valorização¹¹¹. Vejamos na tabela abaixo a descrição dos fluxos de venda por mercado negociado:

Tabela 18

Vendas realizadas no exercício de 1910 pelo comitê da Valorização					
Praças	Sacas Vendidas	Preço de Custo	Lucro da Operação	Prejuízo da Operação	Preço da Venda
Hamburgo	100.000	3.475:000\$000	47:772\$300	-	3.522:773\$300
Antuérpia	29.215	982:794\$343	139:629\$857	-	1.122:424\$200
Havre	90.200	3.000:945\$950	359:821\$020	-	3.360:766\$970
Nova Iorque	252.609	8.525:675\$080	963:091\$980	-	9.488:767\$060
Rotterdam	25.000	855:450\$000	80:782\$200	-	936:232\$200
Marselha	9.974	334:867\$080	-	18:737\$570	316:129\$510
Total	506.993	17.174:732\$453	1.591:098\$357	18:737\$570	18.747:093\$240

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1910, p. 136.

¹¹¹ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1910, p. 136.

Na demonstração a seguir segue a descrição da aplicação dos lucros obtidos nas vendas realizadas, bem como as demais receitas empregadas pelo governo no decorrer de 1910:

Tabela 19

Conta Corrente com os Banqueiros no ano de 1910

Importância debitada aos Banqueiros

Operações	J. H. Schroder (libras)	Societé G. de Paris (francos)	Banque de P. et de P. Bas	Imp. Deb. em Moeda
Remessas da Sobretaxa Francos	934.835,18	5.963.990,18	5.958.501,62	20.499:337\$349
Vendas de café	942.637,59	5.887.748,05	-	18.808:816\$780
Transferência entre Banqueiros	-	5.661.583,54	4.945.742,75	6.615:100\$650
Juros e Comissões	26.220,82	57.748,60	55.575,58	479:695\$830
Vendas de Varreduras e Amostras	-	3.597,90	-	2:284\$650
Restituições do Comitê	14.000,00	-	-	224:000\$000
Diferenças de Cambio	599,18	-	-	9:153\$300
Saldo do exercício de 1909	669.798,98	3.151.110,17	3.144.991,20	14.633:147\$220
Total	2.588.091,75	20.725.778,44	14.104.811,15	62.643:857\$492

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1910, p. 174.

Tabela 20

Conta Corrente com os Banqueiros no ano de 1910

Importância creditada aos Banqueiros

Operações	J. H. Schroder (libras)	Societé G. de Paris (francos)	Banque de P. et de P. Bas	Imp. Deb. em Moeda
Amort. do Emp. de 15.000.000 de libras	1.346.510,00	8.038.400,00	8.038.400,00	31.784:160\$000
Serv. de Juros do Emp. de 15.000.000 de libras	458.516,00	2.838.560,00	2.838.560,00	10.833:916\$000
Com. Sobre o Emp. de 15.000.000 de libras	18.050,52	108.769,60	108.769,60	416:407\$400
Conservação do stock	301.546,10	2.801.393,56	-	6.356:193\$090
Agio no resg. dos tit. do Emp. de 15 milhões de lib.	4.524,12	-	-	71:394\$390
Transf. entre os Banqueiros	175.000,00	4.945.742,75	1.248.158,54	6.615:100\$650
Juros do Emp. de 1906 (3.000.000 de libras)	161,34	-	-	266\$700
Publicações, despesas de tabelião e outras	1.522,15	5.710,75	158,40	27:322\$500
Selo em Cambiais	-	1.291,55	1.034,75	1:360\$676
Vendas de Café				
Despesas deduzidas das contas de venda	-	97.359,95	-	61:723\$540
Diferenças de Cambio	-	3.931,00	-	2:335\$920
Total	2.305.686,81	18.841.159,16	12.235.081,29	56.170:180\$866
Saldo para o exercício de 1911	282.405,12	1.884.619,38	1.869.729,86	6.473:676\$626
Geral	2.588.092,09	20.725.778,54	14.104.811,15	62.643:857\$492

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1910, p. 175.

No exercício de 1911 foram vendidas 1.203.665 sacas de café, de um total de 6.305.133 sacas advindas do ano anterior. O saldo restante para o ano de 1912 foi de 5.101.468 sacas. O produto da venda deste café somou a quantia de 55.045:530\$850 mil-réis, sendo que o preço de custo do mesmo foi de 40.580:193\$269 mil-réis. Com isso, temos que a operação obteve um lucro de 14.465:337\$581 mil-réis, que foi

inteiramente aplicado na amortização dos empréstimos contratados com os banqueiros¹¹². Segue abaixo as especificações da operação:

Tabela 21

Vendas realizadas no exercício de 1911 pelo comitê da Valorização				
Praças	Sacas Vendidas	Preço de Custo	Lucro da Operação	Preço da Venda
Nova Iorque	601.329	20.138:508\$210	6.313:776\$727	26.452:284\$937
Hamburgo	237.541	8.254:549\$750	2.952:446\$918	11.206:996\$668
Bremen	10.000	344:130\$000	126:915\$706	471:045\$706
Havre	225.000	7.486:875\$000	3.283:176\$721	10.770:051\$721
Antuérpia	51.097	1.717:319\$073	725:138\$274	2.442:457\$347
Rotterdam	45.078	1.542:479\$004	638:610\$584	2.181:089\$688
Trieste	22.500	722.340\$000	313:618\$937	1.035:958\$937
Marselha	10.191	342:152\$034	94:352\$652	436:505\$286
Londres	929	31:839\$598	17:300\$962	49:340\$560
Total	1.203.565	40.580:193\$269	14.465:337\$581	55.045:530\$850

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1911, p. 124.

Tabela 22

Conta Corrente com os Banqueiros no ano de 1911
Importância debitada aos Banqueiros

Operações	Valores em Mil-Réis
Remessas da Sobretaxa Francos	24.777:593\$845
Vendas de café	55.783:686\$180
Transferência entre Banqueiros	16.132:123\$230
Juros e Comissões	263:249\$700
Diferenças de Cambio	8:667\$400
Saldo do exercício de 1910	6.473:676\$626
Diferenças de Cambio na conv. do saldo a 16d.	4.471:915\$536
Total	107.910:912\$517

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1911, p. XIX.

¹¹² SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1911, p. XVIII-XIX.

Tabela 23

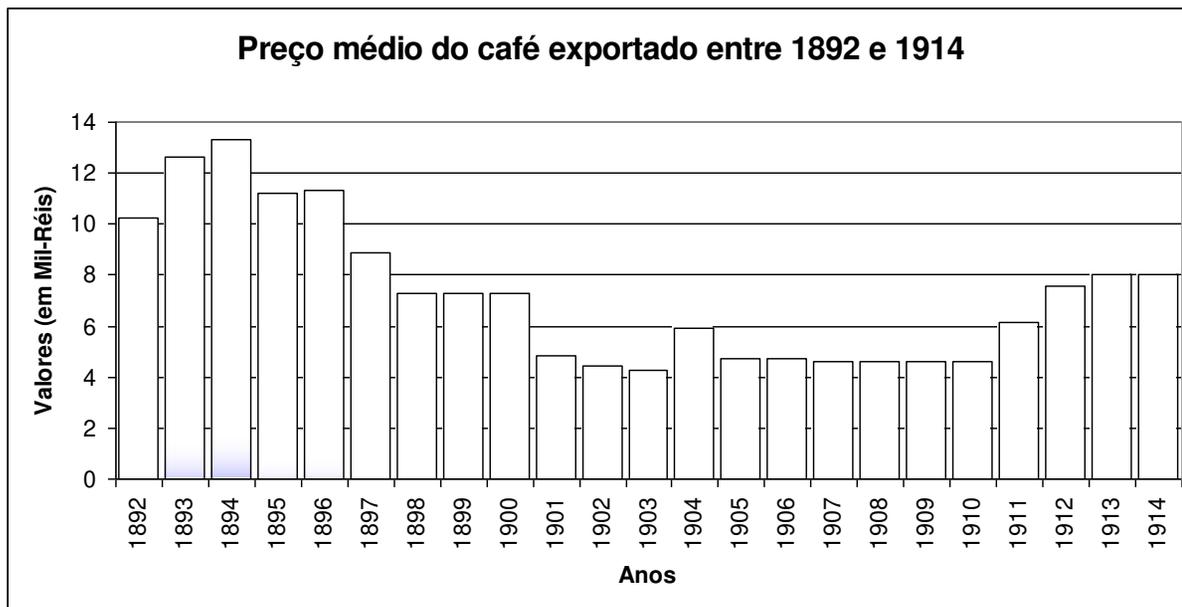
Conta Corrente com os Banqueiros no ano de 1911
Importância creditada aos Banqueiros

Operações	Valores em Mil-Réis
Amort. do Emp. de 15.000.000 de libras	69.600:000\$000
Serv. de Juros do Emp. de 15.000.000 de libras	8.081:767\$280
Com. Sobre o Emp. de 15.000.000 de libras	733:407\$060
Conservação do stock	5.930:123\$693
Transf. entre os Banqueiros	16.132:123\$230
Publicações, despesas de tabelião e outras	63:840\$780
Selo em Cambiais	2:797\$084
Despesas deduzidas das contas de venda	738:155\$330
Diferenças de Cambio	22:445\$980
Despesas de fiscalização	152:148\$120
Total	101.456:808\$557
Saldo para o exercício de 1912	6.454:103\$960
Geral	107.910:912\$517

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1911, p. XIX.

Em 1911 o mercado começou a sentir os efeitos da Valorização, assim os preços apresentaram uma melhora, a ponto que se pode acelerar a comercialização dos estoques. Como vimos acima, aproximadamente um sexto do café existente nas mãos do comitê da Valorização foi vendido até o final de 1911. O gráfico abaixo demonstra a evolução dos preços do café desde o final do século. É possível observar uma relevante recuperação dos preços em 1911:

Gráfico 2



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1914, p. 20. (elaboração própria).

Os preços não só se recuperaram em relação aos dez anos anteriores, mas voltaram aos níveis da segunda metade da década de 90 do século XIX já nos dois anos seguintes (1912 e 1913).

De 1911 para 1912 restaram de saldo nos estoques do governo 5.101.468 sacas, das quais foram vendidos no exercício de 1912 a quantia de 723.563 sacas. Passaram para o próximo exercício o saldo corrente de 4.377.903 sacas. A operação comercial somou o valor de 37.715:785\$140 mil-réis, sendo que os cafés comercializados tinham um preço de custo de 24.257:802\$355 mil-réis. Sendo assim, o lucro auferido com o negócio foi de 13.457:982\$785 mil-réis, todo aplicado no resgate de títulos da dívida do empréstimo de 15.000.000,00 de libras contraído em 1908¹¹³. Detalhamos abaixo as demonstrações das vendas de café realizadas no exercício de 1912. Também reproduzimos a conta corrente entre o governo e os banqueiros europeus e americanos, fruto das relações em torno da presente operação.

¹¹³ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1912, p. 117.

Tabela 24

Vendas realizadas no exercício de 1912 pelo comitê da Valorização				
Praças	Sacas Vendidas	Preço de Custo	Lucro da Operação	Preço da Venda
Nova Iorque	420.613	14.086:329\$370	7.177:702\$130	21.264:031\$500
Havre	115.000	3.743:437\$500	2.462:814\$420	6.206:251\$920
Hamburgo	90.417	3.138:515\$750	1.817:408\$884	4.955:924\$634
Antuérpia	41.982	1.411:006\$647	863:494\$353	2.274:501\$000
Rotterdam	29.866	1.021:954\$788	601:742\$712	1.623:697\$500
Bremen	10.638	366:085\$494	216:779\$662	582:865\$116
Trieste	10.056	322:837\$824	224:084\$676	546:922\$500
Marselha	4.993	167:634\$982	93:955\$988	261:590\$970
Total	723.565	24.257:802\$355	13.457:982\$785	37.715:785\$140

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, p. 117.

Tabela 25

Conta Corrente com os Banqueiros no ano de 1912
Importância debitada aos Banqueiros

Operações	Valores em Mil-Réis
Remessas da Sobretaxa Francos	26.466:872\$171
Vendas de café 723.565 sacas	38.303:171\$280
Transferência entre Banqueiros	12.109:490\$626
Juros e Comissões	301:540\$120
Diferenças de Cambio	10:718\$340
Estorno de pagamento feito no exercício anterior	160:000\$000
Venda de Varreduras	65:191\$830
Saldo do exercício de 1911	6.454:103\$960
Diferenças de Cambio na conv. do saldo a 16d.	3.352:468\$262
Total	87.223:556\$589

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, p. 138.

Tabela 26

Conta Corrente com os Banqueiros no ano de 1912
Importância creditada aos Banqueiros

Operações	Valores em Mil-Réis
Amort. do Emp. de 15.000.000 de libras	52.320:000\$000
Serv. de Juros do Emp. de 15.000.000 de libras	4.982:362\$960
Com. Sobre o Emp. de 15.000.000 de libras	545:972\$200
Conservação do stock	5.097:767\$260
Transf. entre os Banqueiros	12.109:490\$626
Publicações, despesas de tabelião e outras	50:122\$200
Selo em Cambiais	2:993\$720
Estorno de quantias creditadas a mais em vendas	587:386\$140
Diferenças de Cambio	173:383\$166
Total	75.869:478\$272
Saldo para o exercício de 1912	11.354:078\$317
Geral	87.223:556\$589

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, p. 139.

De 1912 para 1913 restaram de saldo no estoque a quantia de 4.377.903 sacas. Foram vendidas durante o exercício de 1913 a quantia de 1.232.483 sacas. Sendo assim, restaram no estoque para ano posterior o saldo de 3.145.420 sacas. As negociações renderam ao comitê e ao governo a quantia de 18.719:980\$880 mil-réis em lucros. Após as vendas do presente ano, os estoques na Europa e nos EUA encontravam-se da seguinte forma: em Havre 1.216.585 sacas, em Hamburgo 1.005.190 sacas, em Antuérpia 717.931 sacas, em Trieste 67.087 sacas, em Marselha 66.716 sacas, em Bremen 42.322 sacas, em Roterdam 25.000 sacas e em Nova Iorque 4.589 sacas. As sacas vendidas tinham como preço de custo o valor de 41.420:330\$510 mil-réis, sendo que as referidas sacas foram comercializadas a um preço de 60.140:311\$390 mil-réis.

Embora as vendas estivessem rendendo lucros significativos para o Programa de Valorização, o governo passava por um desequilíbrio fiscal e precisou, em 1913, lançar mão de um novo empréstimo junto ao Schroder e aos banqueiros franceses no valor de 7.500.000,00 libras. Em realidade, o empréstimo de 15.000.000,00 de libras com os mesmos emprestadores foi amortizado no total de seu residual, ou seja, 4.577.080,00 libras. Assim, houve uma renovação do crédito e ampliação do prazo de pagamento. Por um lado o estado estancou o déficit de 1913, enquanto que para os comerciantes,

controladores do negócio da Valorização, era fundamental que as receitas do estado continuassem atreladas aos créditos advindos da Valorização, tendo em vista que o comando dos estoques continuariam sob a égide deste capital comercial.

Em 1913, com a amortização do empréstimo de 1908 e a concessão de um novo crédito, a situação financeira do Programa de Valorização encontrava-se da seguinte forma:

Tabela 27

PASSIVO	
Saldo do Empréstimo de 7.330.000,00 libras	109.950:000\$00
Saldo do Empréstimo de 3.000.000,00 libras por meio do Gov. Federal	37.249:024\$000
Total do Passivo	147.199:024\$000
ATIVO	
Importancias fornecidas à Caixa Comum do Tesouro	29.001:849\$931
Valor de 3.145.720 sacas de café existentes	106.486:109\$226
Total do Ativo.....	135.487:959\$159
RESUMO	
IMPORTÂNCIA DO ATIVO.....	135.487:959\$157
IMPORTÂNCIA DO PASSIVO.....	147.199:024\$000
PASSIVO DESCOBERTO.....	11.711:064\$853

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1913, p. VI-VII.

Para financiar o passivo descoberto e consolidar o orçamento do estado em 1914, o Schroder liberou um novo empréstimo de 4.200.000 milhões de libras. Basicamente, os dois empréstimos, tanto o de 1913, quanto o de 1914, serviram mais ao propósito de cobrir o déficit orçamentário do que propriamente os custos com a Valorização¹¹⁴. No entanto, o empréstimo de 1908 foi quitado integralmente em 1914 e com isso as sacas restantes – cerca de 3 milhões de sacas - que estavam sob o poder do comitê voltaram ao controle do estado de São Paulo.

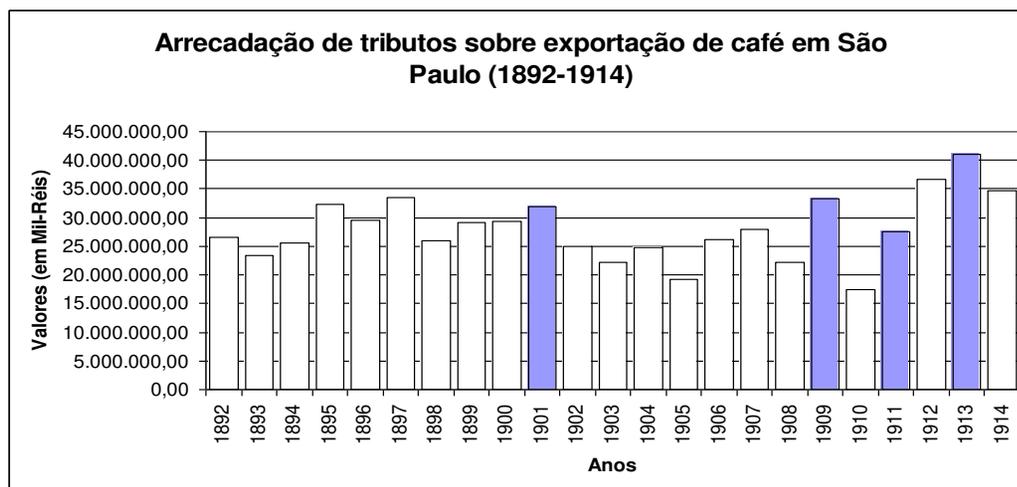
Em 1914 foram comercializadas 700.000 sacas de café, de um total de 3.145.420 sacas, que adinham do exercício anterior. Restou para o exercício de 1915 a quantia de 2.445.420 sacas. Em Nova Iorque os estoques foram liquidados com a venda de 4.589 sacas, sendo finalizadas as operações naquele porto. Restaram pouco mais de 2.400.000 de sacas, distribuídas por Bremen, Trieste, Havre e Antuérpia. Em 1915 o

¹¹⁴ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1914, p. V-VII.

governo alemão adquiriu os estoques armazenados em Bremen, Trieste e Antuérpia, por 120 milhões de marcos¹¹⁵. Restaram 1.220.000 de sacas em Havre, comercializado em 1918¹¹⁶. Convencionou-se que a Primeira Valorização chegou à termo em 1914, com a dissolução do comitê. Contudo, o estado ainda comercializou estoques em 1915 e 1918, já no transcurso da Segunda Valorização, como já havíamos apontado na introdução do trabalho.

Sendo assim, a oscilação dos preços do principal produto de exportação desde a segunda metade do século XIX era extremamente deletéria às contas públicas federais, que necessitava de divisas para manter o câmbio, e também para as contas do estado de São Paulo, que angariava, por meio do café, sua principal receita tributária. Como veremos no próximo capítulo, a queda nos preços prejudicava a situação orçamentária paulista, tendo em vista que a principal receita era o direito de exportação. Sendo assim, a Valorização também significou a recuperação do orçamento público paulista, bem como a revitalização das condições de investimento do estado.

Gráfico 3

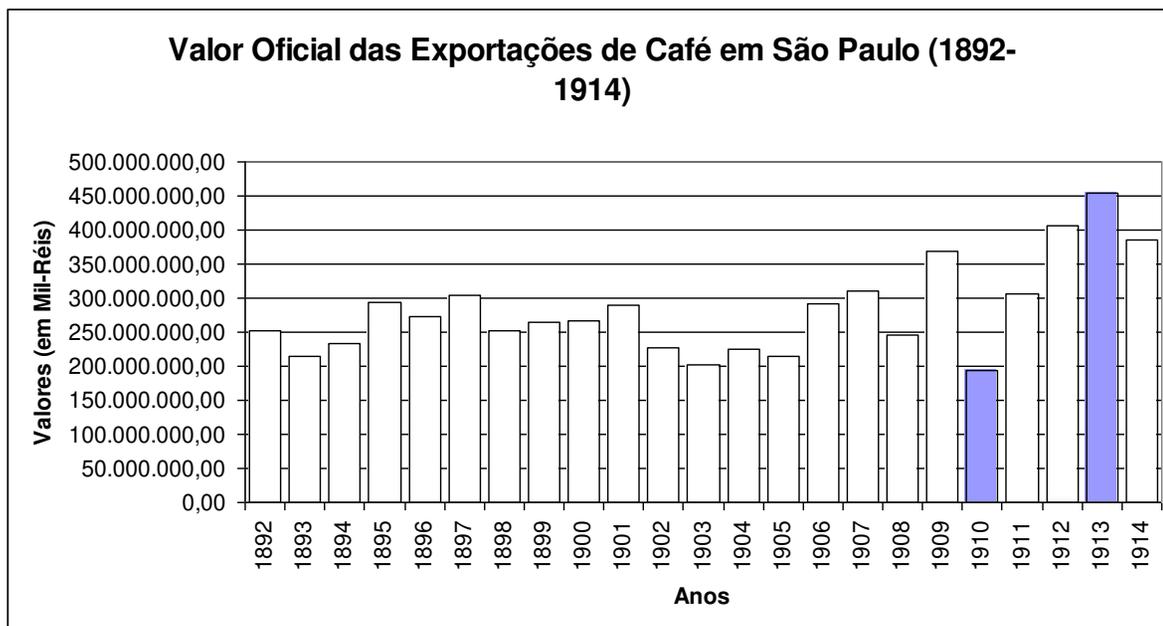


Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1914, p. 20. (elaboração própria).

¹¹⁵ O dinheiro foi liberado em 1921, após as negociações do Tratado de Versalhes.

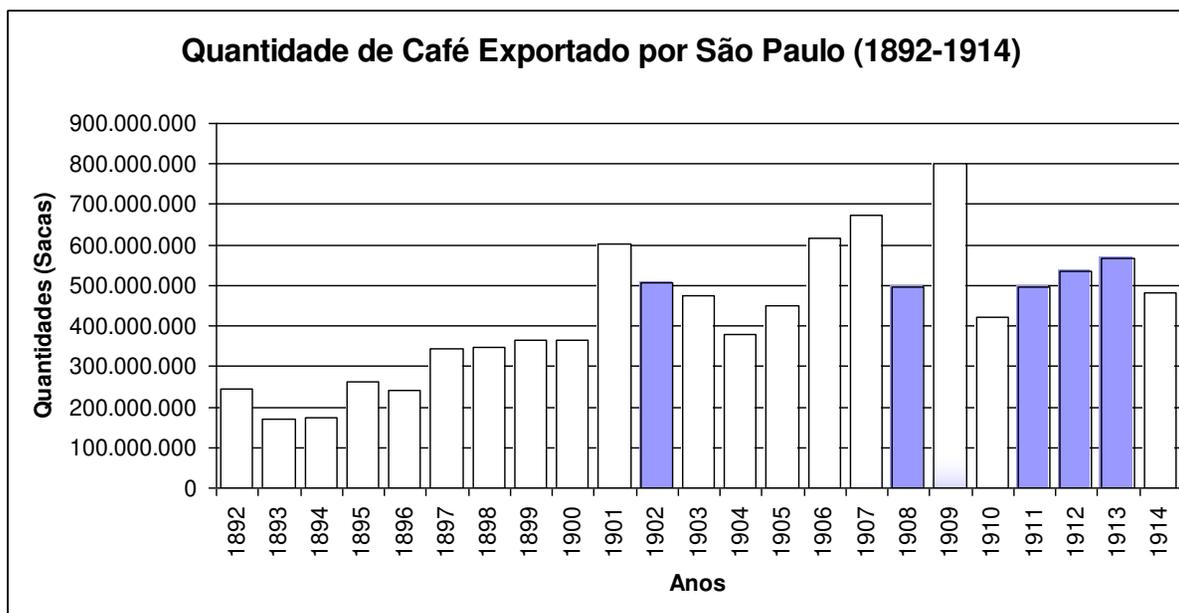
¹¹⁶ DELFIM NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009, p. 71.

Gráfico 4



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1914, p. 20. (elaboração própria).

Gráfico 5



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1914, p. 20. (elaboração própria).

A Valorização notabilizou-se como um grande negócio na medida que os agentes mercantis passaram a auferir seus lucros por meio de uma gama de sub-operações que se entrelaçavam para formar o conjunto da negociação. O financiamento dos cofres do estado de São Paulo pelos banqueiros europeus e americanos, intermediado pelos comerciantes internacionais, a compra e armazenamento do café nos portos brasileiros, pela *Theodor Wille e Prado, Chaves & C.*, a exportação e consignação do café na Europa e EUA pelas casas comerciais e por fim, o *Consórcio Sielcken*, que arrebanhou as atividades e as centralizou no mercado nova-iorquino, tomando os estoques e as receitas públicas como garantia dos empréstimos, nos evidenciam a forma como a operação foi articulada e os interesses que estavam em jogo. É neste sentido, que podemos compreender que o processo descrito encontrava-se inserido em um padrão de desenvolvimento típico, historicamente definido pela divisão internacional do trabalho, herança colonial que se redesenhou nos processos de independência, criando um tipo específico de capitalismo nas ex-colônias, intimamente ligado a uma hierarquia internacional que ensejava e alimentava o processo de acumulação dos capitalismo avançados¹¹⁷.

¹¹⁷ Ver: MELLO, João M. C. de. **O capitalismo tardio**: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 6ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987; NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

CAPÍTULO 3 AS CORRELAÇÕES ENTRE O PRIMEIRO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO CAFÉ E AS FINANÇAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1906-1914).

3.1 A exportação de café e a composição do orçamento público do estado de São Paulo.

No capítulo anterior nos ocupamos da descrição e da análise do Programa de Valorização, abordando a ação dos comerciantes junto à centralização, compra e venda dos estoques de café, acumulados em nome do Estado de São Paulo. Como foi possível observar, a centralização da estocagem, bem como a captação dos empréstimos para a execução do plano, foram capitaneadas pelos comerciantes, assim como já havia previsto Alexandre Siciliano¹¹⁸. Contudo, não podemos estabelecer uma relação unívoca, onde somente os comerciantes se beneficiaram com a operação. De fato a manipulação dos preços internacionais do café, pelo cartel de comerciantes, mostrou-se um negócio bastante lucrativo para tais agentes, contudo, não podemos deixar de considerar que para as finanças do estado de São Paulo a exportação de café foi responsável, em vários exercícios que foram observados do orçamento público, pela geração de um montante considerável de arrecadação tributária, da qual o tesouro estadual não poderia prescindir. Sendo assim, a recuperação do preço internacional do café foi de fundamental importância para a sustentação do orçamento público, além do mais, mostrou-se central para manter a capacidade e o nível de investimentos, realizados pelo poder público estadual.

Nas tabelas abaixo reproduziremos a composição das receitas do estado de São Paulo e suas correlações com a exportação de café:

¹¹⁸ Cf. SICILIANO, Alexandre. **Valorização do Café**. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1905.

Tabela 1

Renda ordinária e extraordinária do Estado de São Paulo (1892-1914)		
	Direitos de Exportação (em mil-réis)	Arrecadação Total (em mil-réis)
1892	26.603:298\$449	38.105:288\$342
1893	23.355:491\$051	34.534:020\$592
1894	25.624:517\$252	37.282:226\$360
1895	32.474:396\$712	50.409:230\$397
1896	30.064:610\$832	50.807:820\$867
1897	33.624:965\$054	48.571:165\$491
1898	26.365:140\$488	42.279:559\$926
1899	29.241:971\$524	57.341:105\$916
1900	29.425:356\$252	42.651:253\$890
1901	32.061:268\$064	45.684:952\$197
1902	24.966:025\$583	37.648:582\$098
1903	22.255:860\$009	34.127:184\$992
1904	24.922:230\$340	42.603:824\$052
1905	19.296:639\$577	35.506:739\$052
1906	25.858:451\$677	58.993:213\$827
1907	27.766:278\$713	66.400:439\$171
1908	22.189:593\$925	42.693:415\$262
1909	33.210:696\$576	56.659:990\$204
1910	17.476:852\$310	43.280:869\$074
1911	27.603:889\$955	63.946:167\$671
1912	36.697:184\$736	75.640:562\$651
1913	40.979:157\$176	76.007:986\$377
1914	34.854:923\$343	65.711:403\$534

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia do Diário Official, várias páginas, 1892-1914. (elaboração própria).

Tabela 2

Preço Médio do café e quantidade exportada (1889-1914)		
	Preço Médio do Café (em mil-réis)	Quantidade Exportada
1889/90	5\$860	137.898.061
1890/91	7\$260	193.447.568
1891/92	9\$010	119.166.000
1893	12\$640	169.216.720
1894	13\$320	174.414.912
1895	11\$210	262.375.176
1896	11\$330	240.395.503
1897	8\$860	343.521.826
1898	7\$300	346.077.230
1899	7\$260	363.465.115
1900	7\$270	366.700.935
1901	4\$825	602.005.632
1902	4\$449	508.290.160
1903	4\$250	473.667.486
1904	5\$910	380.080.210
1905	4\$740	450.731.848
1906	4\$710	616.683.973
1907	4\$600	674.863.571
1908	4\$600	496.028.650
1909	4\$600	802.190.738
1910	4\$600	421.992.494
1911	6\$173	496.136.930
1912	7\$593	536.366.165
1913	8\$000	568.667.053
1914	8\$000	482.772.413

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., várias páginas, 1889-1914. (elaboração própria).

Pode-se inferir, a partir dos dados observados, que o café foi responsável por quase a totalidade das exportações realizadas pelo estado, sendo assim, temos que a exportação da rubiácea garantiu à São Paulo aproximadamente a metade de suas receitas tributárias ordinárias. Como é possível observar nos dados abaixo:

Tabela 3
Porcentagem dos direitos de exportação em relação ao total das rendas ordinárias e extraordinárias do estado de São Paulo (1892-1914).

Ano	%
1892	69,82
1893	67,63
1894	68,73
1895	64,42
1896	59,17
1897	69,23
1898	62,36
1899	51,00
1900	68,99
1901	70,18
1902	66,31
1903	65,21
1904	58,50
1905	54,35
1906	43,83
1907	41,82
1908	51,97
1909	58,61
1910	40,38
1911	43,17
1912	48,52
1913	53,91
1914	53,04

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., várias páginas, 1892-1914. (elaboração própria).

A queda do preço do café no mercado internacional era desastrosa para o orçamento paulista, neste sentido, assim como os produtores eram penalizados com a derrocada nos preços, o estado enfrentava severas restrições financeiras quando da baixa dos preços do produto no mercado internacional.

A Valorização foi responsável pela manutenção do nível de arrecadação pautado nos impostos sob o café, se recuperarmos um simples dado, podemos perceber isso. A quantidade de café exportado em 1914 foi a metade da que foi exportada em 1909, contudo o preço da saca em 1914 era exatamente o dobro do da saca comercializada em 1909, assim o estado pôde sustentar sua arrecadação. Enquanto o Consórcio de comerciantes controlasse a oferta do produto nos mercados europeus e americanos e o câmbio se mantivesse estabilizado nos níveis previstos na Caixa de Conversão e o

estado mantivesse suas condições externas de pagamento, podendo contrair empréstimos, as contas de São Paulo permaneceriam equilibradas.

Como demonstramos no capítulo anterior, São Paulo realizou esforços orçamentários para honrar seus compromissos financeiros com os comerciantes da Valorização, os recursos angariados com a recuperação dos preços do produto de exportação, bem como parte dos empréstimos contraídos para o funcionamento da própria Valorização, foram investidos no estado nas mais diversas áreas. Desta forma, se de um lado a recuperação dos preços foi fundamental para a sustentação orçamentária de São Paulo, por outro lado o estado não pôde prescindir dos recursos externos, que eram afeiçoados pelos comerciantes, para cobrir os déficits no orçamento público¹¹⁹.

Ao observarmos esses dados, nos parece claro que o estado de São Paulo beneficiou-se com a operação, já que lhe foi possível, em meio às crises que viviam as contas federais na passagem da primeira para a segunda década do século XX, fazer investimentos, promovendo obras públicas, como ferrovias, saneamento básico e reformas urbanísticas. Nossa intenção neste capítulo, portanto, é demonstrar como São Paulo gerenciou e onde alocou os recursos tributários que advinham das operações de exportação do café. Com isso, é possível mensurar quais foram os custos da Valorização para o estado e quais foram os ganhos auferidos com o dito projeto.

Com o intuito de organizar o trabalho, dividiremos a descrição e análise das execuções orçamentárias por ano (exercícios), mapeando o destino da aplicação das receitas tributárias. Observaremos a alocação nos destinos dos gastos fixados pelas Secretarias de estado, sendo elas: Secretaria do Interior, Secretaria da Justiça, Secretaria da Agricultura e Obras Públicas e Secretaria da Justiça.

¹¹⁹ Cf: PELÁEZ, Carlos Manuel. Análise econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café – 1906-1945: Teoria, política e mediação. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, vol. 25, n.4, p. 5-211, out./dez. 1971. O autor apontou para o fato em 1913 e 1914, mas não apresentou os dados. Ver também: DELFIM NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

3.2 O exercício orçamentário de 1906

A receita ordinária do estado de São Paulo arrecadada no presente ano foi da ordem de 38.843:117\$750 mil-réis, dos quais 25.858:451\$677 mil-réis advinham dos direitos de exportação do café, 3.018:273\$813 do Imposto de transmissão inter-vivos e 1.097:432\$754 mil-réis de Imposto de transito ou transporte ferroviário. O restante dos impostos que compuseram a receita não somaram um mil conto de réis de cada. No que tange à receita extra-ordinária, o estado arrecadou 6.388:010\$734 mil-réis com diferenças de câmbio na comercialização de saques contra-embarques de café e 12.736:715\$610 mil-réis de receitas da Ferrovia Sorocabana. O balancete produzido pela Inspeção do Tesouro, já com ganhos e encargos da Valorização, encontra-se reproduzido abaixo¹²⁰:

Tabela 4

Balancete da Receita e Despesa no exercício em 1906	
Receita	Valor
Saldo do exercício de 1905	10.627:236\$208
Receita ord. e extra-ord. arrecadada	58.993:213\$827
Depósitos de diversas origens	1.992:986\$466
Suprimentos recebidos das Caixas (1905-1907)	17.757:662\$042
<i>Dívida interna fundada</i>	
Valor nominal das apólices	2.687:500\$000
<i>Empréstimo para o serviço de Valorização do Café</i>	
4.000.000 de libras ao câmbio de 15 1/2 d.	61.932:000\$000
<i>Correspondentes da Valorização do Café</i>	
Importância suprida e correspondente a 80% do café consignado	62.045:786\$915
<i>Montepio dos Magistrados</i>	
Importância arrecadada	19:980\$000
<i>Taxa especial de 3 francos</i>	
Importância arrecadada	1.971:051\$957
<i>Saldo a favor de exactores</i>	
Sujeitos a liquidação de contas	10:368\$121
Total	218.027:417\$415

Despesa	Valor
Importância paga às Secretarias	61.614:855\$592
Restituição de depósitos diversos	1.802:097\$810
Saldos a favor dos exactores (restituídos com a liquidação das contas)	3:542\$500
<i>Despesas com os serviços da Valorização do café</i>	
Pago por diferenças no "tipo" dos empréstimos externos comissões, juros, publicações, viagens e outras despesas (amortizadas com o produto da taxa de 3 francos)	7.014:512\$858
<i>Valores em café</i>	
Valor do café pertencente ao Estado de São Paulo (custo e despesas de exportação no exercício)	89.017:976\$761
<i>Saldos que passam para 1907</i>	
A disposição do Tesouro no país e no estrangeiro	58.584:800\$015
Total	218.027:417\$415

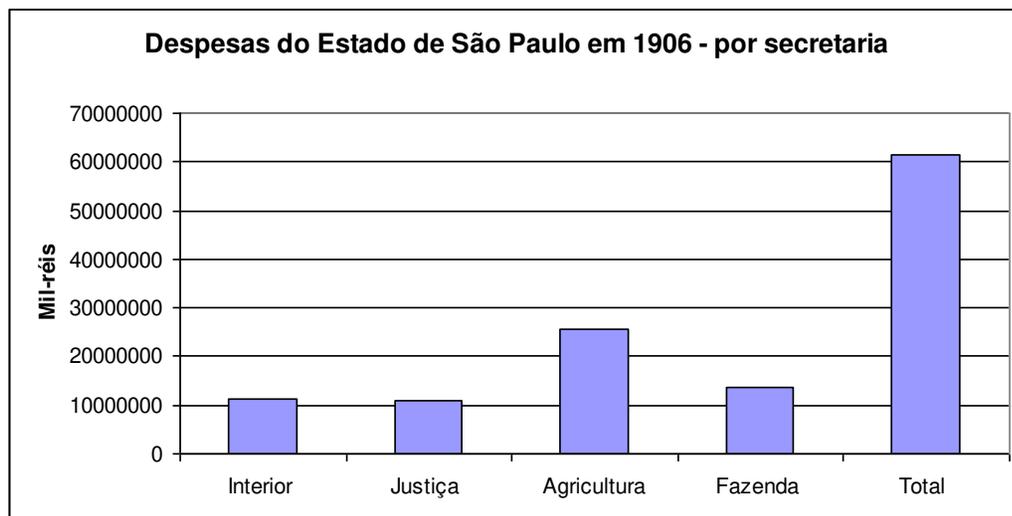
Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1906, p. 9-10.

¹²⁰ A unidade monetária do Brasil no período era o mil-réis; todos os valores monetários expressos no capítulo – nas tabelas, gráficos e textos – encontram-se nesta unidade. As exceções encontram-se indicadas para o caso de francos, libras, marcos, entre outros.

O empréstimo para a Valorização compôs uma parte significativa do orçamento e somado à receita do café que fora consignado, totalizou uma renda de aproximadamente 113 mil contos de réis. O custo com os empréstimos (juros e amortizações) e de operacionalização do estoque estatal somaram a monta de pouco mais de 97 mil contos de réis. Com isso, temos que o estado reservou para o exercício seguinte um caixa de pouco mais de 58 mil contos de réis e aplicou, por fim, em custeio e investimentos alocados nas secretarias, o valor de 61,5 mil contos de réis. Os gastos das mesmas foram pouco maiores do que as receitas ordinárias e extra-ordinárias do estado, e a reserva de caixa para o próximo exercício deu-se, provavelmente, em virtude de exigências dos contratos de empréstimos externos. Vale a atenção para o fato de que no balanço, os compromissos financeiros da Valorização aparecem separados das rendas extra-ordinárias, ou seja, os gestores não misturaram a procedência das rendas. Nos parece que a intenção era evidenciar a separação entre as receitas de exportação, bem como a sua aplicação nas secretarias, e as dotações para cobrir os compromissos com os empréstimos externos. Isso favorece nossa análise, pois separa àquilo que fora empregado na Valorização dos investimentos no estado.

No exercício de 1906 os recursos foram divididos entre as quatro secretarias do estado da maneira demonstrada no gráfico abaixo:

Gráfico 1



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1906, p. 59. (elaboração própria).

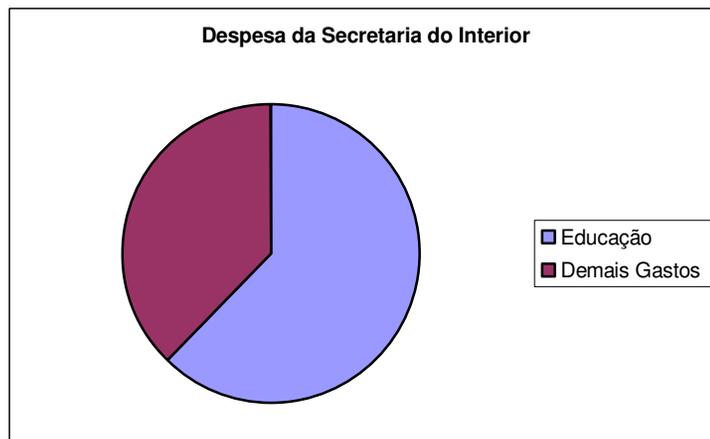
Era incumbência da Secretaria do Interior a administração dos grupos escolares, dos ginásios e da escola Politécnica, bem como do Museu do Estado, do “Hospício de Alienados”, da Repartição de Estatística, do Diário Oficial e do Serviço Sanitário. Seu orçamento fora o segundo menor do ano de 1906, perfazendo aproximadamente um sexto da receita. Deste modo, temos que este montante responde pelo custeio da educação, do serviço sanitário e dos demais serviços realizados pela pasta. Vejamos os números detalhados:

Tabela 5

Despesas da Secretaria do Interior	
Título da Despesa	Despesa
Presidencia do Estado	74:400\$000
Senado	446:515\$140
Camara dos Deputados	691:935\$723
Secretaria de Estado	184:200\$000
Biblioteca Pública	29:400\$000
Inspetoria de Ensino	96:967\$370
Escola Normal	295:608\$952
Escola de Itapetininga	62:090\$970
Escola de Piracicaba	58:489\$010
Escola de Campinas	57:704\$404
Escola de Guaratinguetá	58:241\$920
Ensino Primário	5.579:763\$383
Gymnasio da Capital	154:616\$736
Gymnasio de Campinas	152:211\$930
Escola Politécnica	490:600\$000
Seminário de Educandas	89:774\$169
Hospício de Alienados	465:468\$772
Repartição de Estatística	90:600\$000
Diário Oficial	184:674\$311
Museu do Estado	61:283\$820
Serviço Sanitário	833:100\$000
Socorros Públicos	874:002\$511
Subvenções	18:079\$030
Galeria de Pintura	5:500\$000
Eventuais	366:281\$460
Total	11.421:610\$611

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1906, p. 18-19 (anexo 3).

Gráfico 2



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1906, p. 18-19 (anexo 3) (elaboração própria).

Sendo assim, mais da metade dos gastos da Secretaria do Interior, no presente ano, foi no ramo da educação. Basicamente estes gastos foram para pagar salários, reformas e conservação de prédios escolares e materiais diversos¹²¹.

Outro item de relevância é o gasto com o serviço sanitário, que perpez a quantia de 833:100\$000 mil-réis. Neste gasto encontravam-se os recursos para o Laboratório Farmacêutico, para o Instituto Bacteriológico, para o Instituto de Análises Clínicas e Instituto de Vacinas. Além destes departamentos de pesquisa sanitária, temos também os gastos com o Hospital de Isolamento da Capital e com a Comissão de Profilaxia e Tratamento de Epidemias¹²², que consumiram o total de 874:002\$511 mil-réis. Tais encargos nos revelam que o estado tratava dos problemas típicos, advindos de um processo de urbanização, que a Capital vivia nas duas primeiras décadas do século XX. Deste modo, temos que a Secretaria do Interior empregou praticamente 80% dos

¹²¹ Em todos os exercícios observados, a educação (instrução pública) foi a área que obteve mais recursos, em especial a educação básica, como evidenciamos na descrições das despesas do Interior. Sobre o assunto temos os seguintes estudos: NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do. **A administração do ensino público paulista na Primeira Republica**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980; COSTA, Ana Maria Catelli Infantosi da. **A escola na Republica Velha: expansão do ensino primário em São Paulo**. São Paulo: EDEC, 1983; NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira Republica**. São Paulo: EPU, 1974.

¹²² Para as questões acerca da saúde pública e do saneamento, ver: TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. **Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo**. São Paulo: Ed. UNESP, 1996; ALMEIDA, Marta de. **Republica dos invisíveis: Emilio Ribas, microbiologia e saúde publica em São Paulo (1898-1917)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

recursos em educação e saúde da população e serviços de saneamento e combate às epidemias.

À Secretaria da Justiça cabia a administração das instituições de justiça, da força pública e do sistema prisional. Vejamos a distribuição dos gastos:

Tabela 6

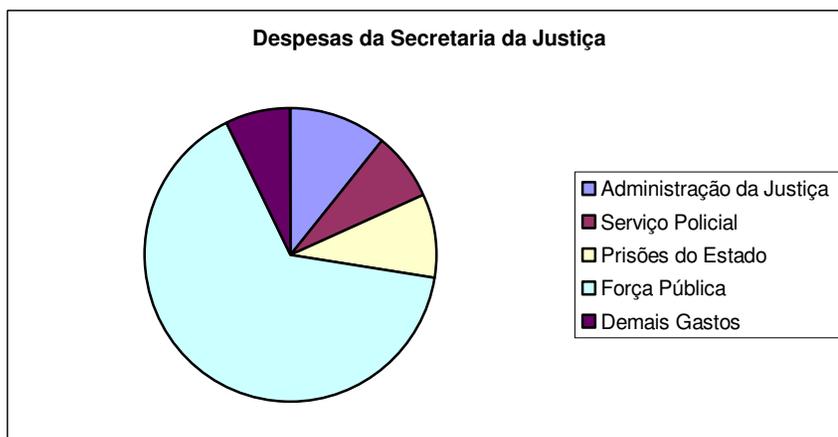
Despesas da Secretaria da Justiça	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria de Estado	90:351\$194
Administração da Justiça	1.162:605\$024
Ministério Público	425:281\$796
Junta Comercial	32:411\$920
Serviço Policial	803:080\$000
Prisões do Estado	1.007:228\$372
Instituto Disciplinar	36:200\$000
Colônia Correccional	85:600\$000
Força Pública	7.022:724\$000
Almoxarifado	19:200\$000
Eventuais	20:000\$000
<i>Créditos especiais</i>	
Fundação da colônia correccional	58:342\$020
Total	10.763:024\$326

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1906, p. 20-21 (anexo 3).

Uma breve observação nos remete ao fato que a secretaria empregou praticamente 70% dos recursos na manutenção da força pública. Para além da força pública, havia também os dispêndios com a administração da justiça, com os serviços policiais (delegacias) e com as prisões do estado, que completavam o volume dos gastos mais vultuosos.

No caso da Força Pública, o custo com salários de pessoal somou 6.059:886\$798 mil-réis, enquanto que os demais gastos foram em fardamentos, iluminação, compra de animais, carros e arreios, manutenção dos equipamentos do Corpo de Bombeiros, entre outros. Nas prisões do estado o valor gasto com salários somou 258:927\$667 mil-réis e o restante dos recursos empregados foram basicamente para a alimentação e vestuário dos detentos, ou seja, 752:300\$705 mil-réis. No que tange ao investimento, a secretaria empregou 61:342\$020 mil-réis com a construção da Colônia Correccional da Capital. Observemos o gráfico com a comparação entre as maiores despesas:

Gráfico 3



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1906, p. 20-21 (anexo 3) (elaboração própria).

A maior incumbência da secretaria era, sem sombra de dúvidas, o controle social por meio da força pública. Assim como os gastos com saneamento no orçamento da Secretaria do Interior ocorriam em virtude do processo de urbanização, o gasto com a força pública também reflete as tentativas de modernização no início do século XX, ou seja, o próprio processo de urbanização e de industrialização, principalmente na Capital, exigiam um maior controle social, pois o reordenamento das condições de efetivação do trabalho e conseqüentemente das relações de trabalho, estabeleciam uma tensão que requeria, no entender da elite dominante, a presença da força policial¹²³.

A Secretaria da Agricultura tinha o maior dos orçamentos e era por meio de sua administração que se realizavam os investimentos em ferrovias, trabalho (imigração), pesquisas agrônômicas, serviços de águas, indústria e comércio, dentre outros. Assim, além da incumbência dos serviços mais diretamente ligados às questões agrícolas, que se estendiam da colonização e a imigração até a aplicação de recursos na “Escola Prática Luiz de Queiroz”, importante escola de agronomia, a secretaria deveria gerir os

¹²³ Sobre a força pública ver: FERNANDES, Heloisa Rodrigues. **A força pública de São Paulo: origem, determinações e fundamentos históricos (1831-1926)**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972; BRITO, Luis Tenório de. **A força pública de São Paulo: pioneira e mecenas**. São Paulo : Biblos, 1963; ALMEIDA, Enio Antonio de. **Academia do Barro Branco: a história da criação e implantação da Escola de Formação dos Oficiais da Força Pública Paulistana na República**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

recursos a serem aplicados na infra-estrutura de transportes (ferrovias), bem como de estradas, pontes, prédios públicos em geral, sistema de águas e canais, etc¹²⁴. Em virtude desta característica, a pasta da agricultura era responsável por grande parte dos investimentos públicos nas áreas de infra-estrutura urbana, rural e de transportes. Vejamos nas tabelas abaixo a repartição dos gastos dentro do balanço da secretaria:

Tabela 7

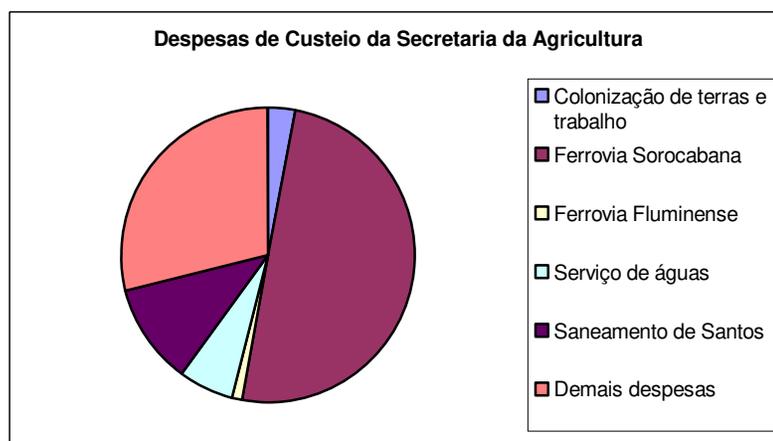
Despesa da Secretaria da Agricultura	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria	138:775\$335
Superintendência de Obras Públicas	215:911\$354
Inspetoria de Estradas de Ferro	94:110\$280
Diretoria de Terras e Colonização	36:483\$477
Diretoria de Indústria e Comércio	37:473\$427
Agência Oficial de Colonização e Trabalho	22:212\$100
Inspetoria de Imigração	9:900\$000
Serviço de Terras, Colonização e Imigração	332:488\$823
Serviço Agrônômico	1.067:721\$225
Comissão Geográfica e Geológica	195:359\$277
Obras Públicas em Geral	1.243:107\$551
Saneamento de Santos	1.493:722\$517
Contratos e Subvenções	508:501\$525
Repartição de Águas	812:330\$177
Tramway da Cantareira	239:305\$937
Telegrafo do Itararé	3:319\$900
Repartição de Imigrantes	6:930\$890
Estrada de Ferro Sorocabana	6.600:000\$000
Estrada de Ferro Fluminense	126:417\$685
Eventuais	68:424\$790
Total	13.252:496\$270
Créditos especiais (investimentos)	
	Despesas
Tomadas de conta de capital das E. de Ferro	13:947\$937
Barragens do Engordador e Guarahú	148:235\$464
Prolongamento da E. de Ferro Funilense	283:738\$962
E. de Ferro de S. Sebastião a Mogy das Cruzes	75:000\$000
Grupo Escolar de Limeira	92:443\$636
Custeio da Estrada de Ferro Sorocabana	560:846\$480
Obras de Capital da E. de Ferro Sorocabana	232:570\$230
Exploração dos rios Peixe, Ribeira e Juquery-querê	104:820\$426
Prolongamento da E. de Ferro Sorocabana	1:463\$460
Extinção de gafanhotos	210:947\$192
Construção do canal do Tamanduatehy	162:015\$799
Novas construções da E. de F. Sorocabana	4.082:345\$610
Abastecimento de água da Capital	4.356:574\$609
Colonização e Imigração	2.019:580\$565
Total dos Investimentos	12.344:170\$370

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1906, p. 22-23 (anexo 3).

¹²⁴ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1906, p. 43-65 (anexo 3).

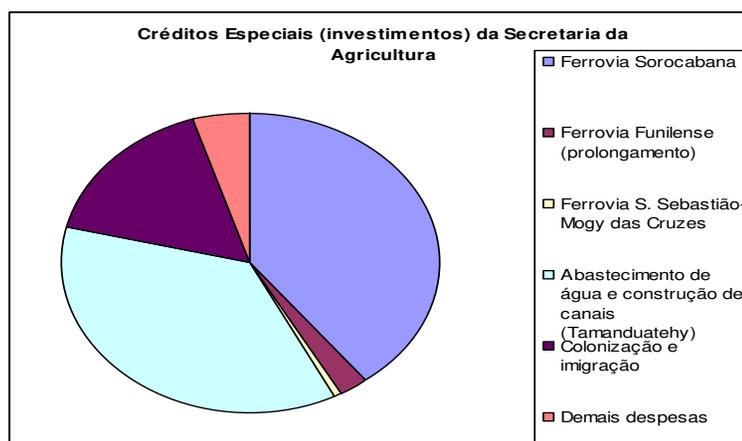
A partir das tabelas podemos observar que a monta de investimentos do estado concentrou-se nas ferrovias, em especial com a estrada de ferro Sorocabana¹²⁵. Somente de manutenção e custeio foram empregados 6.600:000\$000 mil réis, somaram-se a isso as novas construções, ocorridas no presente exercício, no valor de 4.082:345\$610 mil-réis¹²⁶. Vejamos nos gráficos abaixo a divisão e comparação dos gastos:

Gráfico 4



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1906, p. 22-23 (anexo 3) (elaboração própria).

Gráfico 5



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1906, p. 22-23 (anexo 3) (elaboração própria).

¹²⁵ PINTO, Adolfo A. **História da viação pública em São Paulo**. São Paulo: Tip. Vanorden, 1903. Disponível em www.openlibrary.com/efsininscd.jjd996775&%e.jejej#/?ddjejes8684jh/html. Acesso em 19 de outubro de 2010; SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo (1870-1940)**. São Paulo: HUCITEC, 1981; MATOS, Odilon N. de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1990.

¹²⁶ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., p. 65 (anexo 3).

Também observamos um investimento substantivo no sistema de abastecimento de água da Capital e na construção do canal do Tamanduateí. Juntamente com a Sorocabana, o investimento nas águas foi um dos mais relevantes no exercício de 1906. Os créditos especiais para o setor de colonização e imigração também foram significativos¹²⁷. É claro que as ferrovias, as colonizações e a imigração serviam à expansão cafeeira, mas são importantes indicadores das tentativas de modernização empreendidas no estado de São Paulo, deflagrada pelo estado e pela elite paulista.

Por fim, observamos a alocação de recursos na Secretaria da Fazenda nas tabelas abaixo:

Tabela 8

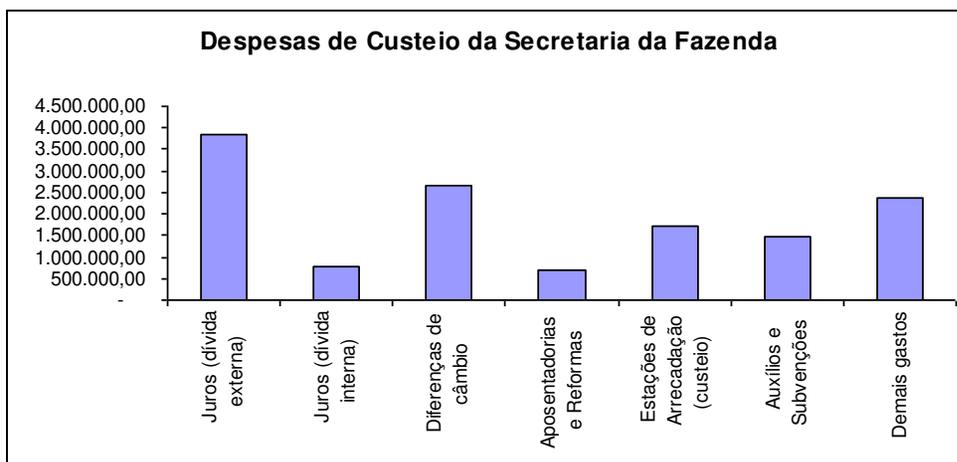
Despesas da Secretaria da Fazenda	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria e Tesouro	444:400\$000
Arrecadação de Rendas	1.708:169\$675
Exercícios Findos	1.904:663\$310
Reposição e Restituições	34:917\$989
Juros Diversos	4.657:722\$746
Diferenças de Câmbio	2.652:145\$196
Aposentados	538:417\$657
Reformados	174:898\$091
Auxílios e Subvenções	1.456:045\$511
Eventuais	6:764\$340
Total	13.578:144\$515
Créditos Especiais (Investimentos)	
Título da Despesa	Despesa
Edifício do Congresso	170:000\$000
Escola Livre de Farmácia	80:000\$000
Total dos Investimentos	250:000\$000

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1906, p. 25-26 (anexo 3).

O maior gasto da pasta foi para cobrir juros da dívida interna e externa e fazer frente às diferenças de câmbio no resgate de títulos públicos. A secretaria também fornecia auxílios e subvenções para diversas instituições, tais como auxílios para as Santas Casas de Misericórdia do estado (933:166\$700 mil-réis) e para as mais variadas instituições de caráter beneficente (522:878\$811 mil-réis). O estado ainda investiu na construção de edifícios públicos, como vimos nas contas de créditos especiais. Vejamos, então, uma comparação na natureza dos gastos da secretaria:

¹²⁷ Sobre imigração e colonização temos as seguintes obras: HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Trad. Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; DAVATZ, Thomaz. **Memórias de um colono no Brasil**. Trad. Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Ed. Martins, 1941; COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999; Idem. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Difel, 1966; HALL, Michael. **The origins of mass immigration in Brazil 1871/1914**. Chicago: University Microfilm, 1972.

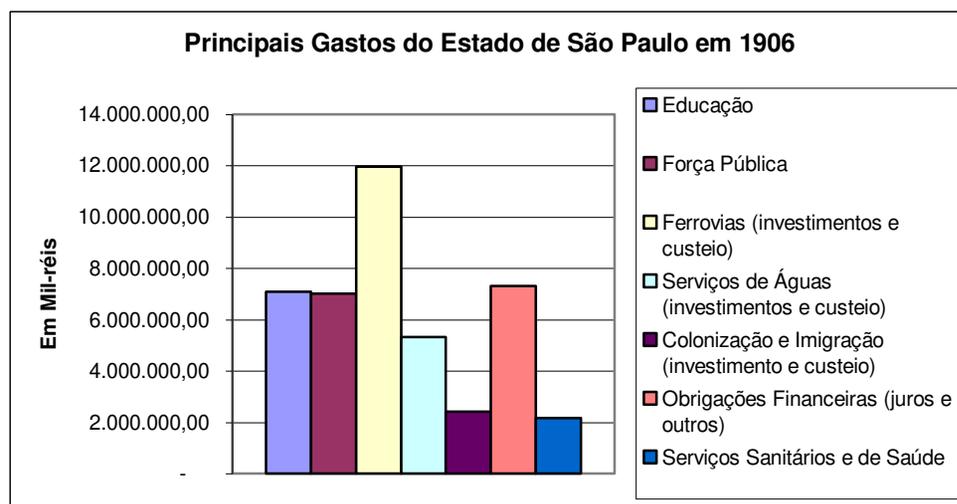
Gráfico 6



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1906, p. 25-26 (anexo 3) (elaboração própria).

O gráfico evidencia que mais da metade dos gastos foram com o pagamento da dívida externa e interna do estado, bem como nas transações com os títulos públicos (diferenças de câmbio). A pasta da fazenda, portanto, tinha papel central na administração da dívida do estado, na distribuição das receitas entre as secretarias e na gestão do sistema de arrecadação de direitos tributários. Em última análise, era responsável por arrebatar e distribuir os recursos necessários ao funcionamento das demais secretarias e repartições do estado.

Gráfico 7



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1906, (anexo 3) (elaboração própria).

3.3 O exercício orçamentário de 1907

No presente ano a renda ordinária e extra-ordinária do estado de São Paulo foi da ordem de 66.400:439\$171 mil-réis. Deste montante são provenientes de direitos de exportação a quantia de 27.766:278\$713 mil-réis, enquanto que 4.226:680\$595 mil-réis são de Imposto de transmissão inter-vivos. O Imposto de transporte, predial e de consumo de água e tratamento de esgoto somaram pouco mais de mil contos de réis cada¹²⁸. O restante da arrecadação veio dos demais encargos e impostos cobrados pelo estado.

Neste ano o estado conseguiu dois empréstimos para fazer frente à Valorização do Café. Por sinal, dos 371.449:810\$871 mil-réis que o estado declarou como receita geral em 1907, foram gastos com a Defesa do Café a quantia de 211.156.794,58 mil-réis. As secretarias consumiram a quantia de 68.569:960\$004 mil-réis, ou seja, pouco mais do que o valor que o estado arrecadou com suas rendas ordinárias e extraordinárias. Com isso, temos que a quantia de 209.886:907\$180 mil-réis, conseguido com os dois empréstimos, emissão de letras diversas e os saques contra embarques de café (adiantamentos) praticamente cobriram os custos da Valorização neste exercício¹²⁹. É claro que somente com suas rendas o estado não teria condições de financiar a operação do café, deste modo a emissão de dívida interna e externa e as transações com saques de embarque e adiantamentos, perfizeram o caixa.

¹²⁸ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1907, p. IV.

¹²⁹ A arrecadação ordinária praticamente cobriu os gastos da secretaria, contudo os empréstimos externos e internos foram importantes para formar saldos para o exercício posterior.

Tabela 9

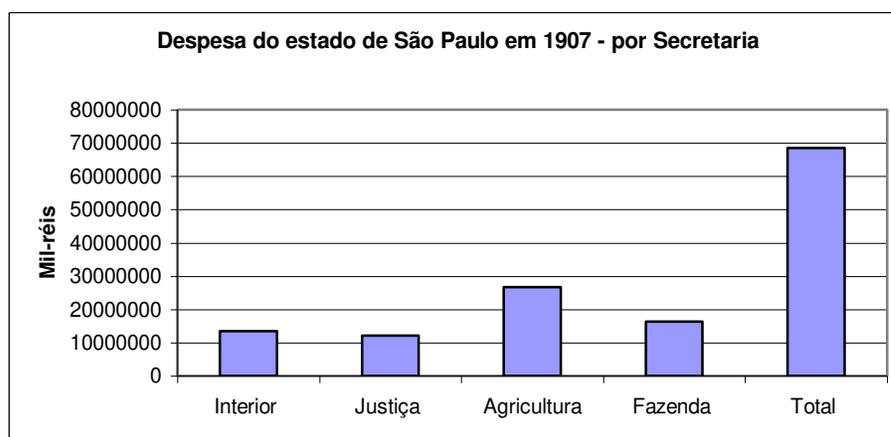
Balancete da Receita e Despesa no exercício em 1907

Receita	Valor
Saldo do exercício de 1906	58.584:800\$015
Receita ord. e extra-ord. arrecadada	66.400:439\$171
Taxa especial de 3 francos por saca de café exportado	21.275:988\$022
Valor nominal do empréstimo de 2.000.000 libras contratado com a Sorocabana Railway.	17.778:000\$000
Apólices emitidas durante o ano	6.049:000\$000
Depósitos de várias origens	2.055:042\$197
Valor nominal do empréstimo de 3.000.000 libras contratado com o Governo Federal para o Serviço de Defesa do Café	48.000:000\$000
Valor de letras emitidas pelo Tesouro para o mesmo fim	16.060:422\$890
Saques contra embarques e de adiantamentos recebidos	121.999:484\$291
Adiantamentos recebidos com os Bancos no País	5.583:770\$513
Monte Pio dos Magistrados	48:540\$000
Caixa Beneficente da Força Pública	125:670\$037
Agência oficial de Colonização e trabalho	22:665\$625
Suprimento recebido da Caixa do exercício de 1908	7.465:988\$110
Total	371.449:810\$871

Despesa	Valor
Importância paga às Secretarias	68.569:960\$004
Restituição de depósitos diversos	1.595:375\$437
Suprimentos feitos à Caixa do exercício de 1906	17.727:662\$042
Saldos a favor dos exatores (restituídos com a liquidação das contas)	96:029\$566
Pagamentos realizados por conta do Monte Pio dos Magistrados	60:000\$000
Idem à Agência Oficial de Colonização e Trabalho	117:466\$588
Compras de Café realizadas durante o exercício	181.560:578\$187
Resgate de Letras do Brazilianische Bank - 1.000.000 libras	15.483:000\$000
Despesas com os diversos serviços da Defesa do Café	14.113:216\$395
Saldo que passou para o exercício de 1908	72.125:902\$652
Total	371.449:810\$871

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia do Diário Official, 1907, p. 8 (anexo 1).

Gráfico 8



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1907, p. 9 (anexo 1) (elaboração própria).

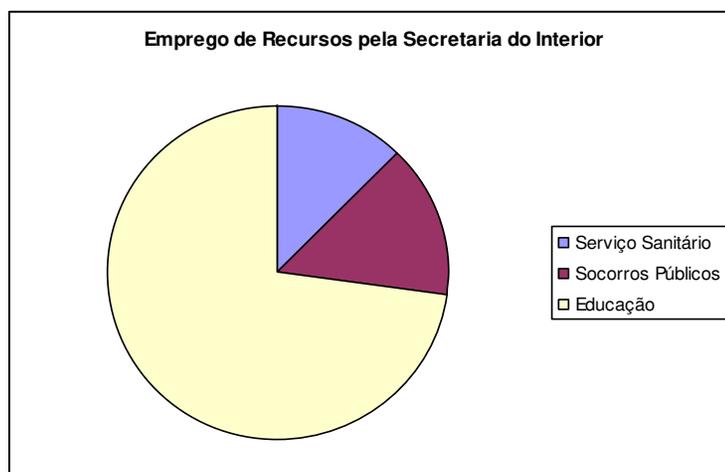
O orçamento da Secretaria do Interior em 1907 foi da ordem de 13.516:126\$903 mil-réis em 1907. Na tabela abaixo os gastos aparecem descritos:

Tabela 10

Despesas da Secretaria do Interior	
Título da Despesa	Despesa
Presidencia do Estado	74:400\$000
Senado	464:732\$618
Camara dos Deputados	860:773\$824
Secretaria de Estado	188:237\$620
Biblioteca Pública	29:400\$000
Inspetoria de Ensino	97:059\$850
Escola Normal	297:842\$768
Escola de Itapetininga	61:940\$330
Escola de Piracicaba	56:784\$090
Escola de Campinas	58:726\$570
Escola de Guaratinguetá	60:231\$441
Ensino Primário	6.199:628\$889
Gymnasio da Capital	195:325\$015
Gymnasio de Campinas	153:452\$397
Escola Politécnica	484:398\$818
Seminário de Educandas	76:712\$808
Hospício de Alienados	464:800\$000
Repartição de Estatística	100:600\$000
Diário Oficial	183:336\$201
Museu do Estado	63:000\$000
Serviço Sanitário	1.330:789\$293
Socorros Públicos	1.574:045\$469
Subvenções	18:035\$380
Galeria de Pintura	4:500\$000
Eventuais	60:000\$000
Total	13.177:154\$749

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1907, p. 53 (anexo 1).

Gráfico 9



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1907, p. 53 (anexo 1) (elaboração própria).

Os gastos com custeio cresceram em relação à 1906, porém a distribuição dos mesmos foram similares à do ano anterior, ou seja, dentre as áreas evidenciadas no

gráfico. No que tange aos investimentos, observamos o gasto de 36:832\$344 mil-réis nas novas edificações do Juquery e 200:000\$000 mil-réis para a construção do prédio para o Seminário de Educandas¹³⁰.

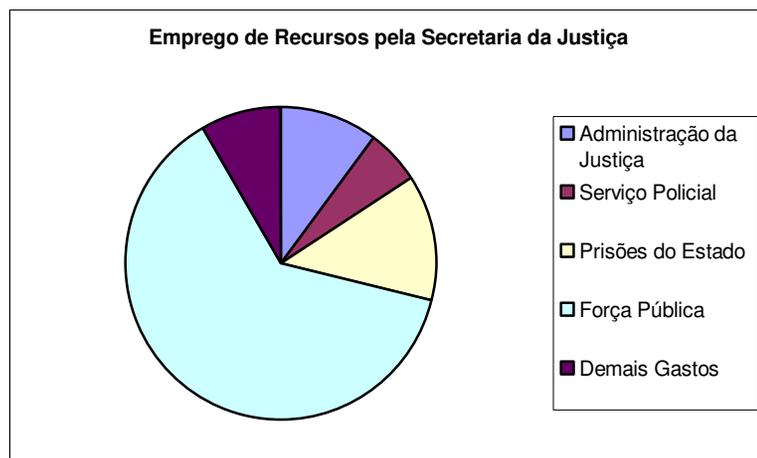
Na Secretaria da Justiça os gastos também aumentaram, mas mantiveram a alocação do exercício anterior. Seguem abaixo os dados de custeio:

Tabela 11

Despesas da Secretaria da Justiça	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria de Estado	241:320\$000
Administração da Justiça	1.241:133\$333
Ministério Público	450:600\$000
Junta Comercial	34:800\$000
Serviço Policial	682:016\$622
Prisões do Estado	1.571:579\$528
Instituto Disciplinar	72:400\$000
Colônia Correccional	135:018\$722
Força Pública	7.612:424\$000
Pagadoria da Força Pública	9:758\$530
Almoxarifado	22:800\$000
Eventuais	39:817\$261
Total	12.113:667\$996

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1907, p. 57 (anexo 1).

Gráfico 10



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1907, p. 57 (anexo 1) (elaboração própria).

A receita da Secretaria da Agricultura somou a quantia de 26.669:574\$612 mil-réis. Como no ano de 1906 a maior parte dos investimentos do estado encontravam-se

¹³⁰ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1907, p. 53.

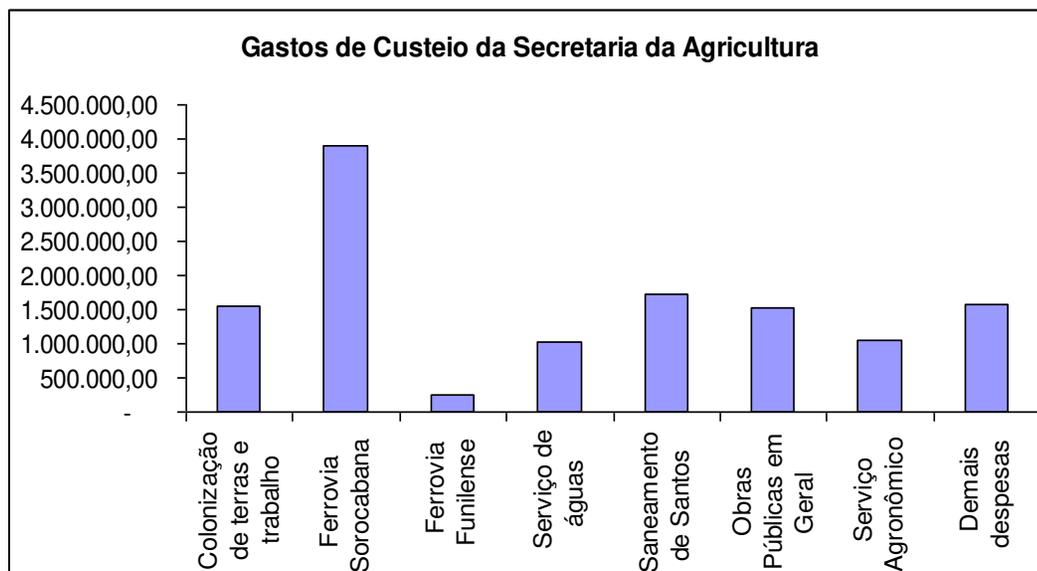
concentrados nesta pasta. As ferrovias e o abastecimento de água ocuparam lugar de destaque:

Tabela 12

Despesa da Secretaria da Agricultura	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria	148:400\$000
Superintendência de Obras Públicas	200:200\$000
Inspetoria de Estradas de Ferro	92:500\$000
Diretoria de Terras e Colonização	69:000\$000
Diretoria de Indústria e Comércio	47:000\$000
Agência Oficial de Colonização e Trabalho	67:800\$000
Inspetoria de Imigração	12:119\$969
Serviço de Terras, Colonização e Imigração	1.416:147\$044
Serviço Agrônômico	1.056:810\$553
Comissão Geográfica e Geológica	235:240\$282
Obras Públicas em Geral	1.515:278\$278
Saneamento de Santos	1.729:080\$944
Contratos e Subvenções	588:622\$410
Repartição de Águas	1.028:099\$747
Tramway da Cantareira	245:199\$125
Repartição de Imigrantes	4:587\$500
Estrada de Ferro Sorocabana	3.901:259\$726
Estrada de Ferro Funilense	238:796\$271
Transportes em Estradas de Ferro	138:190\$700
Eventuais	59:749\$858
Total	12.238:690\$438
Créditos especiais (investimentos)	
Créditos especiais (investimentos)	Despesas
Abastecimento de água da Capital	5.993:059\$288
Novas construções da E. de F. Sorocabana	7.238:195\$264
Canalização do Tamanduatehy	90:472\$565
Secretaria da Agricultura	724:204\$948
Barragens do Engordador e Guarahú	152:682\$996
Extinção de gafanhotos	44:555\$269
Tomadas de conta de capital das E. de Ferro	33:543\$492
Colonização e Imigração	154:170\$342
Construção do novo Palácio	200:000\$000
Total dos Investimentos	14.430:884\$174

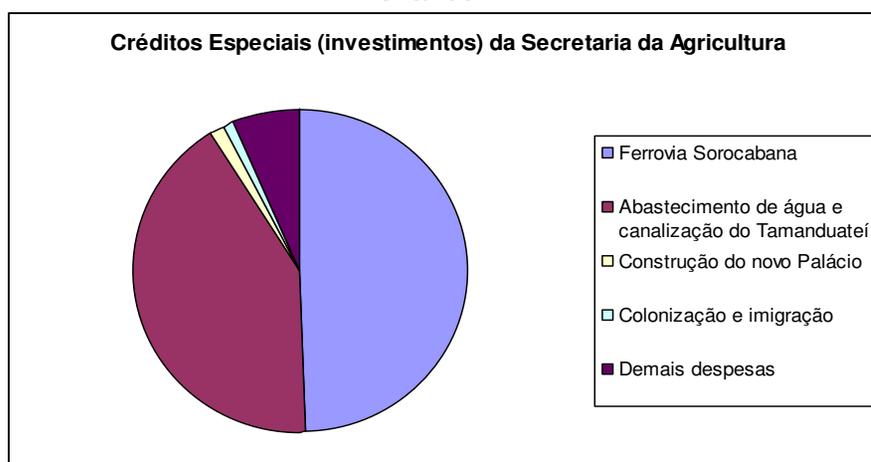
Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1907, p. 61 (anexo 1).

Gráfico 11



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1907, p. 61 (anexo 1) (elaboração própria).

Gráfico 12



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1907, p. 61 (anexo 1) (elaboração própria).

O gasto corrente com a Ferrovia Sorocabana chegou a 32% das receitas de custeio e a ferrovia ainda absorveu 49% dos créditos especiais conseguidos pela pasta, que foram aplicados nas suas novas construções. O abastecimento de água e a canalização do Tamanduateí consumiram 42% dos gastos com investimento. O Serviço Agrônômico também constituiu um importante gasto neste ano, tais como na Escola Prática Luiz de Queiroz, no Serviço de Zootecnia e na importação de animais reprodutores e máquinas agrícolas.

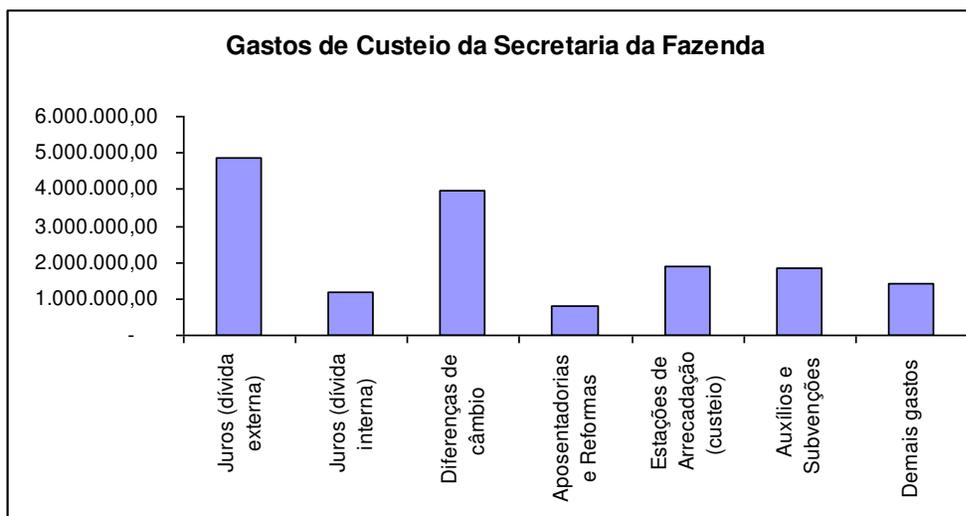
Os gastos da Fazenda aumentaram ligeiramente principalmente no contexto das obrigações financeiras. Estas advinham dos juros e amortizações das dívidas interna e externa, contraídas em virtude do Programa de Valorização. O programa já se encontrava em curso em 1907 e alguns empréstimos e adiantamentos foram contraídos para realizar compras e exportação de café. Foram gastos 181.560:578\$187 mil-réis na aquisição de estoques da rubiácea e para tal o estado teve de assumir passivos financeiros. Observemos os dados na tabela abaixo:

Tabela 13

Despesas da Secretaria da Fazenda	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria e Tesouro	444:400\$000
Arrecadação de Rendas	1.890:317\$492
Exercícios Findos	890:776\$183
Reposição e Restituições	30:439\$005
Juros Diversos	6.065:336\$896
Diferenças de Câmbio	3.988:380\$615
Aposentados	578:286\$814
Reformados	209:645\$373
Auxílios e Subvenções	1.860:609\$336
Eventuais	50:000\$000
Total	16.008:181\$714

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1907, p. 230-231 (anexo 3).

Gráfico 13



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1907, p. 230-231 (anexo 3) (elaboração própria).

Em relação à 1906, a receita e os gastos do estado cresceram em 1907, reflexo de um aumento na arrecadação de impostos de exportação e de transmissão inter-

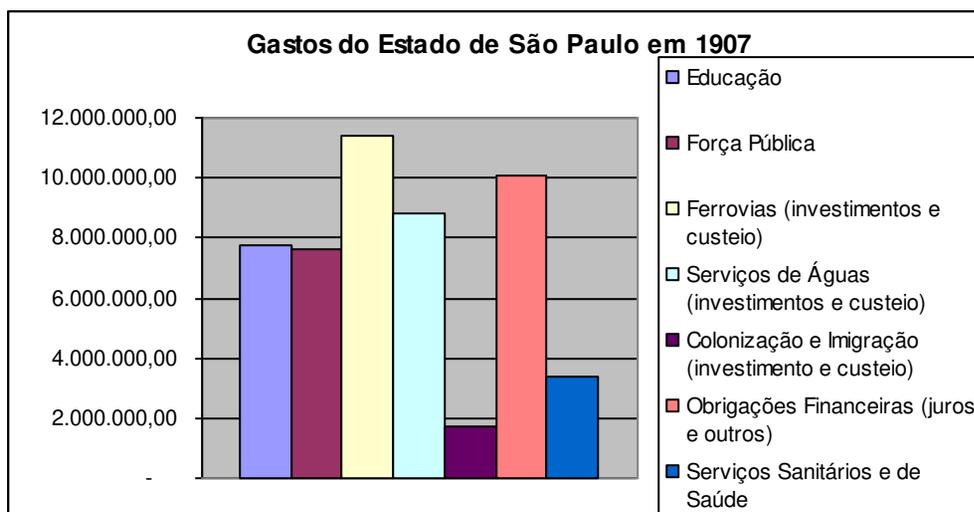
vivos. Embora o estado tenha mantido seus investimentos em infra-estrutura, a despesa com juros e obrigações financeiras gerais cresceu em relação à 1906. Vejamos os dados da distribuição de gastos em 1907:

Tabela 14

Principais Gastos do Estado de São Paulo em 1907	
Título do Gasto	Quantia
Educação	7.742.102,98
Força Pública	7.612.424,00
Ferrovias (investimentos e custeio)	11.378.251,26
Serviços de Águas (investimentos e custeio)	8.840.712,54
Colonização e Imigração (investimento e custeio)	1.711.704,89
Obrigações Financeiras (juros e outros)	10.053.717,51
Serviços Sanitários e de Saúde	3.369.634,76

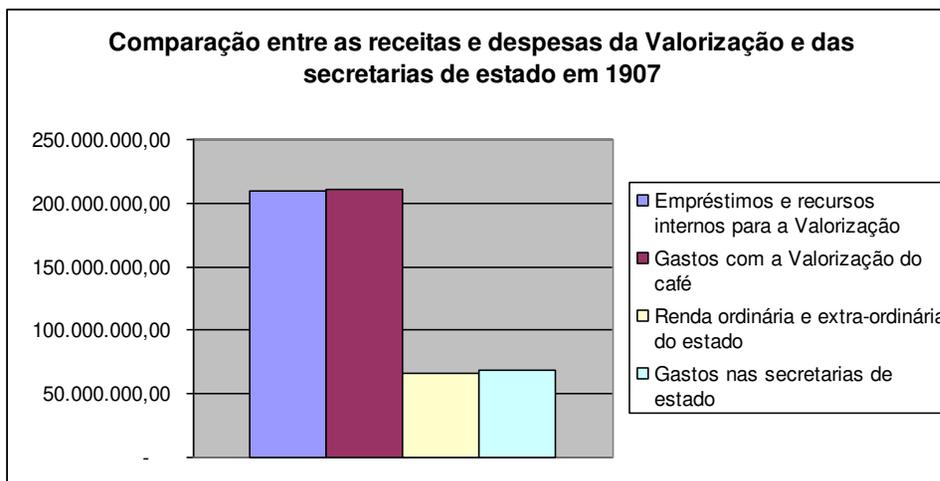
Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1907, várias páginas (anexo 3) (elaboração própria).

Gráfico 14



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1907, várias páginas (anexo 3) (elaboração própria).

Gráfico 15



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1907, várias páginas (anexo 3) (elaboração própria).

Embora a Valorização fosse uma conta separada do orçamento de São Paulo, o volume de recursos empregados neste intento foi aproximadamente quatro vezes maior do que a soma do que foi gasto em todas as Secretarias de estado. A história foi a mesma nos anos que se seguiram, o empreendimento tinha seu custo, mas era fundamental para que o estado mantivesse o nível de arrecadação dos direitos de exportação, principal receita do Tesouro público. A partir de 1908 a Valorização passaria a ser uma peça central no fechamento do orçamento público estadual.

3.4 O exercício orçamentário de 1908

No ano 1908 o estado de São Paulo recorreu à um vultoso empréstimo externo, intermediado pelo Consórcio da Valorização, bem como lançou mão de outros expedientes financeiros, tais como emissão dívida interna, saques contra embarques, sobre-taxa de exportação, dentre outros, para equilibrar suas contas internas e fazer frente às suas obrigações. O que nos chamou atenção neste exercício é que a arrecadação com as rendas ordinárias e extraordinárias do estado (a renda separada das receitas para a Valorização) foi de 42.693:415\$262 mil-réis, enquanto que os gastos correntes e com investimentos nas Secretarias de estado foram de 67.988:640\$835 mil-réis. Do total da receita temos que 466.039:954\$150 mil-réis são provenientes da dívida interna, externa, da sobre-taxa e das vendas dos estoques

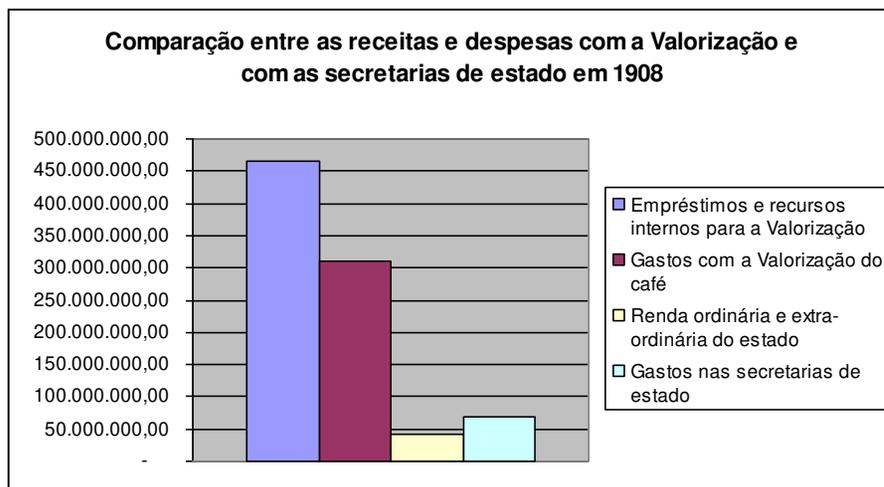
oficiais de café. Estes expedientes foram contratados para que o orçamento fosse fechado, caso contrário às despesas do estado não poderiam ser cobertas. Como as despesas com a Valorização (empréstimos, juros, manutenção de estoques, compras de café, etc) foram da ordem de 310.848:845\$290 mil-réis, não só foi possível cobri-las, bem como colocar recursos nas Secretarias e provisionar para o próximo exercício o valor de 189.320:996\$621 mil-réis. De fato, sem as intermediações financeiras da Valorização, o estado não teria fechado suas contas neste exercício, ou seja, em 1908 com a queda do volume de exportações e a conseqüente retração das receitas ordinárias, as transações diretamente ligadas à Valorização salvaguardaram os cofres paulistas.

Tabela 15

Balancete da Receita e Despesa no exercício em 1908	
Receita	Valor
Renda do Estado	42.693:415\$262
Sobretaxa em Francos-ouro	20.371:298\$692
Dívida Interna Fundada	4.334:500\$000
Dívida Flutuante	2.540:531\$455
Empréstimo de 15.000.000,00 de libras para a Valorização	240.000.000\$000
Saques contra embarques de café	137.247:532\$310
Adiantamentos creditados	10.911:244\$321
Vendas de café realizadas no período	27.532:088\$548
Bancos no País e no estrangeiro	23.913:839\$304
Letras do Tesouro	36.554:534\$600
Montepio dos Magistrados	49:960\$000
Caixa Beneficente da Força Pública	89:799\$100
Agencia Oficial de Colonização e Trabalho	31:761\$031
Depositários Públicos	195:240\$942
Caixa de 1909	3.439:389\$399
Saldo do exercício de 1907	72.125:902\$652
Total	622.033:794\$385
Despesa	Valor
Secretarias de Estado	67.988:640\$835
Despesa da Valorização	101.279:423\$648
Dívida Flutuante	1.935:979\$598
Resgate de títulos do empréstimo de 3.000.000 de libras	43.172:797\$200
Saques contra embarques transferido para favorecidos	157.152:281\$896
Compras de café no exercício	9.244:342\$541
Bancos no País e no estrangeiro	4.133:770\$513
Letras do Tesouro	40.121:678\$890
Montepio dos Magistrados	30:000\$000
Caixa Beneficente da Força Pública	91.597\$931
Agencia Oficial de Colonização e Trabalho	10:460\$878
Depositários Públicos	70:000\$000
Caixa de 1907	7.465:988\$110
Saldos para 1909	189.320:996\$621
Total	622.033:794\$385

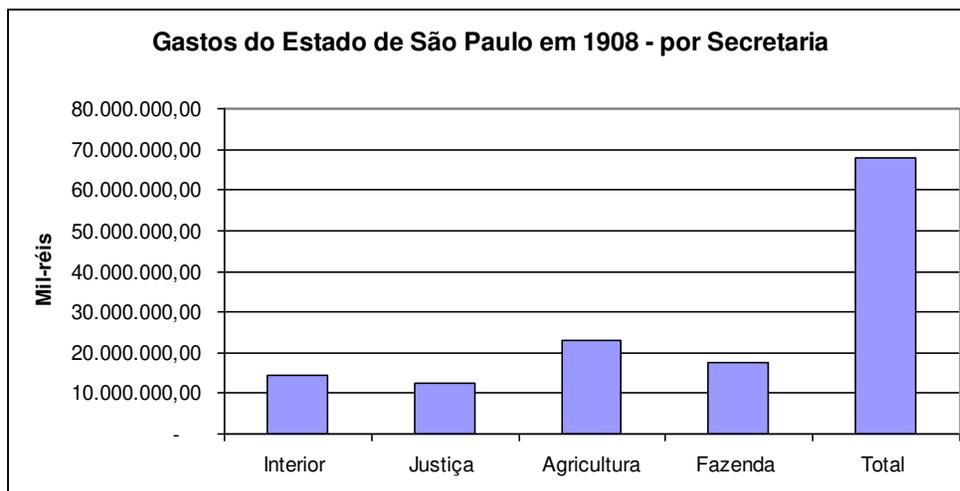
Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1908, p. IV-VII.

Gráfico 16



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. IV-VII. (elaboração própria).

Gráfico 17



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. IV-VII. (elaboração própria).

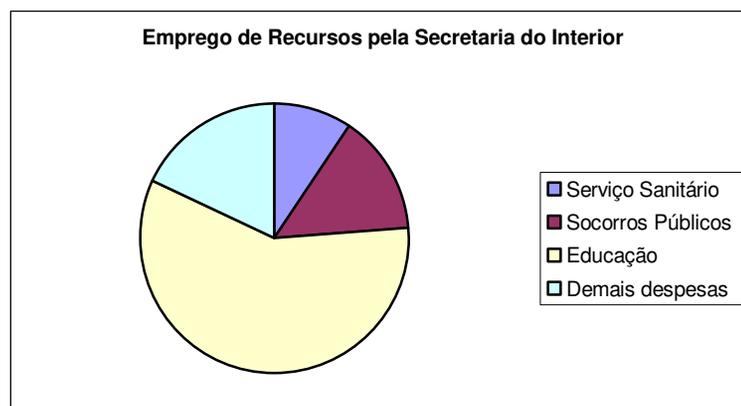
O orçamento da Secretaria do Interior em 1908 foi de 14.526:804\$620 mil-réis, os quais forma aplicados da seguinte forma:

Tabela 16

Despesas da Secretaria do Interior	
Título da Despesa	Despesa
Presidencia do Estado	76:400\$000
Senado	676:762\$196
Camara dos Deputados	1.213:496\$877
Secretaria de Estado	184:451\$525
Biblioteca Pública	17:120\$220
Inspetoria de Ensino	30:000\$000
Escola Normal	97:200\$000
Escola de Itapetininga	61:512\$594
Escola de Piracicaba	60:620\$000
Escola de Campinas	58:139\$437
Escola de Guaratinguetá	59:886\$601
Ensino Primário	6.835:173\$465
Gymnasio da Capital	173:040\$758
Gymnasio de Campinas	153:749\$430
Gymnasio de Ribeirão Preto	68:156\$164
Escola Politécnica	456:687\$687
Seminário de Educandas	75:397\$503
Hospício de Alienados	571:658\$369
Repartição de Estatística	101:326\$554
Diário Oficial	129:437\$284
Museu do Estado	63:000\$000
Serviço Sanitário	1.342:295\$140
Socorros Públicos	1.442:641\$846
Subvenções	18:739\$600
Eventuais	60:000\$000
Total	14.323:353\$240

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 84-85 (anexo 1).

Gráfico 18



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 84-85 (anexo 1) (elaboração própria).

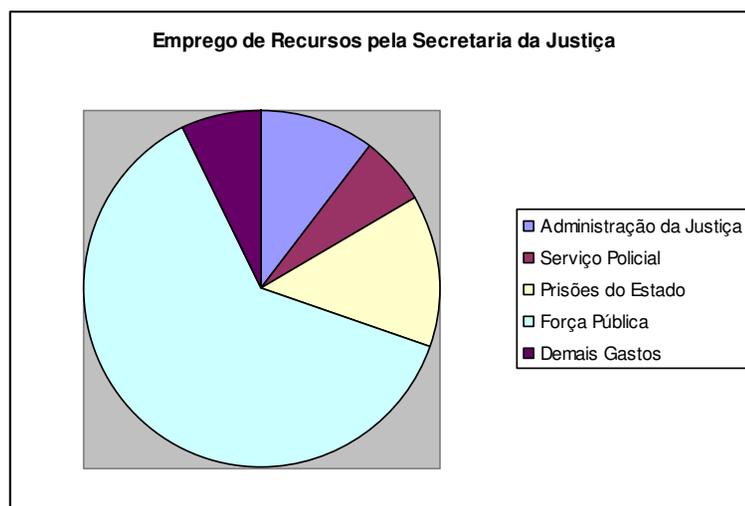
O orçamento da Secretaria da Justiça foi de 12.656.631,62 mil-réis, sendo empregado nos seguintes itens:

Tabela 17

Despesas da Secretaria da Justiça	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria de Estado	237:647\$843
Administração da Justiça	1.322:973\$471
Ministério Público	444:828\$451
Junta Comercial	33:111\$200
Serviço Policial	771:360\$000
Prisões do Estado	1.686:864\$613
Instituto Disciplinar	19:200\$000
Colônia Correcional	100:000\$000
Força Pública	7.805:876\$000
Pagadoria da Força Pública	9:396\$400
Almoxarifado	26:437\$710
Eventuais	27:264\$320
Total	12.484:959\$954

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 216-217 (anexo 1).

Gráfico 19



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 216-217 (anexo 1) (elaboração própria).

Além dos gastos corriqueiros, a Secretaria empregou 65:032\$405 mil-réis no Fórum Criminal da Capital e 106:639\$258 mil-réis na Construção de uma colônia correcional¹³¹.

Na Secretaria da Agricultura, lócus dos investimentos do estado, temos a seguinte demonstração:

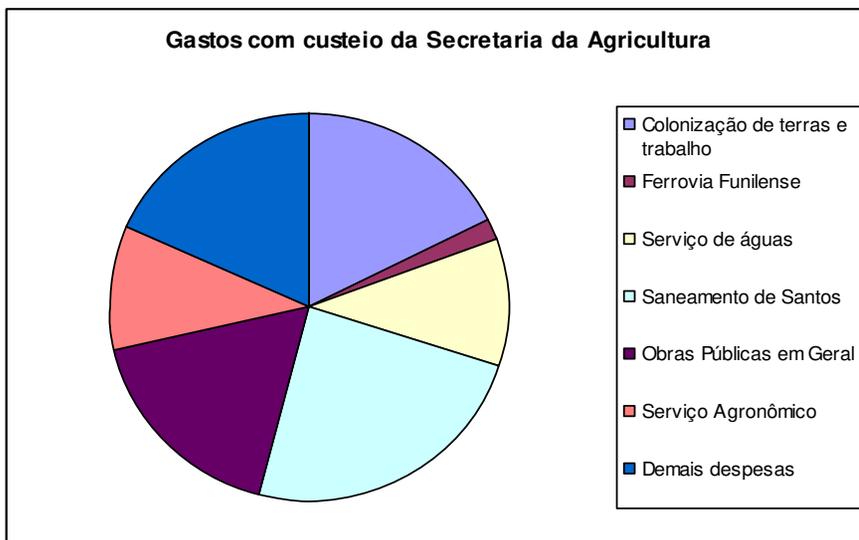
¹³¹ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 217.

Tabela 18

Despesa da Secretaria da Agricultura	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria	755:070\$859
Agência Oficial de Colonização e Trabalho	55:011\$792
Inspetoria de Imigração	44:400\$000
Serviço de Terras, Colonização e Imigração	1.705:683\$877
Serviço Agrônômico	1.037:683\$921
Comissão Geográfica e Geológica	205:600\$000
Obras Públicas em Geral	1.769:261\$511
Saneamento de Santos	2.433:555\$627
Contratos e Subvenções	591:422\$644
Repartição de Águas	1.076:059\$790
Tramway da Cantareira	219:025\$592
Repartição de Imigrantes	1:698\$600
Estrada de Ferro Funilense	171:861\$551
Transportes em Estradas de Ferro	50:000\$000
Eventuais	50:000\$000
Total	10.166:335\$764
Créditos especiais (investimentos)	Despesas
Novas construções da E. de F. Sorocabana	7.761:804\$736
Abastecimento de água da Capital	2.235:083\$587
Rep. Do estado na Exp. Nacional	2.848:742\$855
Construção do novo Palácio	74:538\$831
Extinção de gafanhotos	568\$650
Estrada de Ferro de São Sebastião à Minas	28:864\$681
Canal do Tamanduatei	500\$000
Propaganda do Café	51:655\$000
Total dos Investimentos	13.001:458\$340

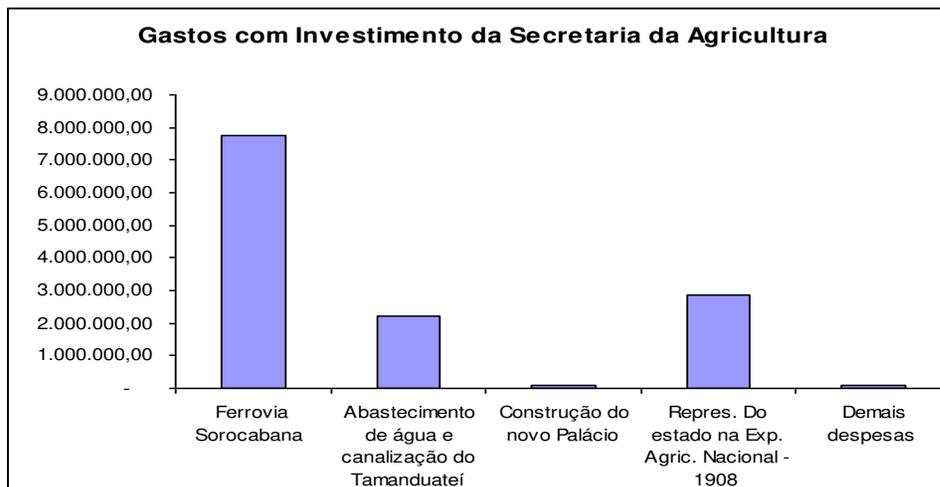
Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 218-219 (anexo 1).

Gráfico 20



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 218-219 (anexo 1) (elaboração própria).

Gráfico 21



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 218-219 (anexo 1) (elaboração própria).

Em 1908 os gastos da Secretaria, apurados os dados, se concentraram ainda mais no sistema de águas e nas ferrovias, em especial na continuidade das obras das novas construções da estrada de ferro Sorocabana. Outro gasto que nos chamou atenção foi o de custeio da participação do estado na Exposição Agrícola Nacional, que buscava promover os produtos agrícolas do estado de São Paulo. No que tange às obras públicas realizadas, foram gastos 1.769:261\$511 mil-réis na reparação de edifícios para escolas, quartéis e cadeias, bem como reparação da estrada de rodagem entre Casa Branca e Campinas e na construção de uma ponte no rio que corta Mogy Mirim¹³². O governo também investiu nas obras de custeio do saneamento de Santos, com a continuação das obras do coletor geral e da nova rede de esgotos. Por fim, foram investidos 253:276\$796 mil-réis em novas instalações e melhorias da iluminação pública, tanto das vias, quanto das praças e dos prédios públicos.

Na Secretaria da Fazenda os gastos os gastos foram os seguintes:

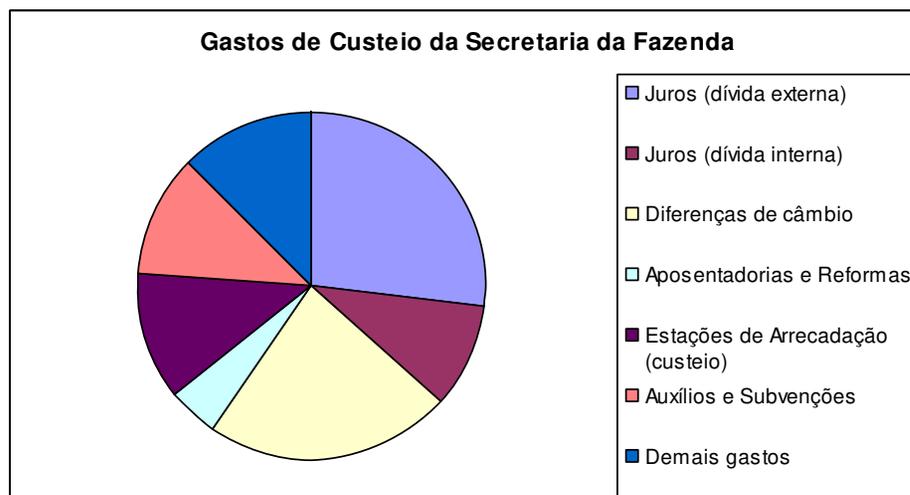
¹³² SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 258 (anexo 2).

Tabela 19

Despesas da Secretaria da Fazenda	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria e Tesouro	450:200\$000
Arrecadação de Rendas	2.103:755\$409
Exercícios Findos	1.678:705\$374
Reposição e Restituições	50:000\$000
Juros Diversos	6.479:450\$722
Diferenças de Câmbio	3.975:241\$013
Aposentados	599:383\$770
Reformados	259:072\$862
Auxílios e Subvenções	1.990:649\$860
Eventuais	28:349\$500
Total	17.614:808\$510

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 278-279.

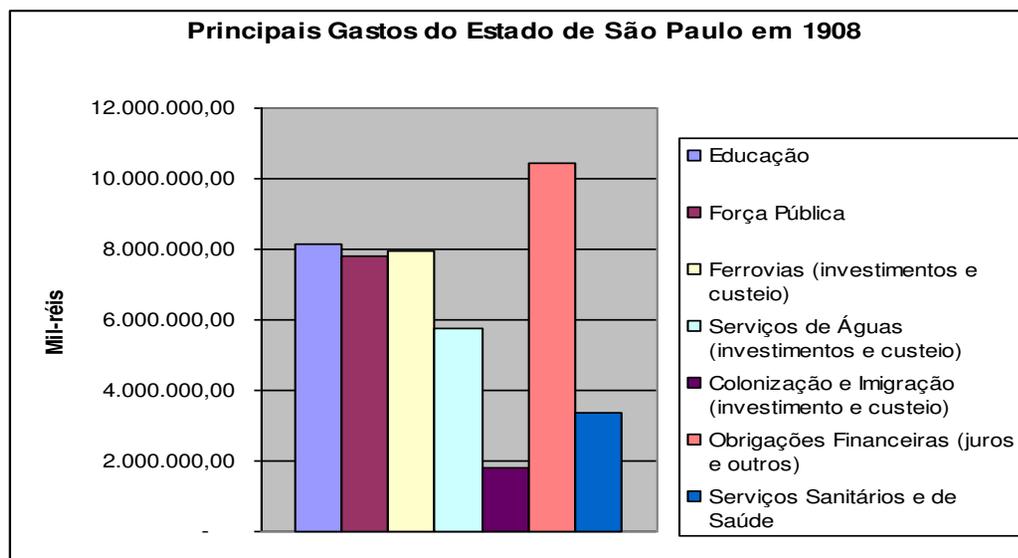
Gráfico 22



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. 278-279 (anexo 2) (elaboração própria).

Como ressaltamos no início deste item, o governo utilizou-se do financiamento da Valorização para fechar as suas contas. No entanto, os investimentos realizados mantiveram o mesmo perfil do exercício anterior, com a exceção de que os gastos com obrigações financeiras superaram os de ferrovia, educação e serviço de águas. Vejamos os principais gastos do estado em 1908:

Gráfico 23



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, várias páginas, (anexo 2) (elaboração própria).

3.5 O exercício orçamentário de 1909

No exercício de 1909 temos que a arrecadação com os expedientes da Valorização somou o valor de 121.896.257,92 mil-réis, fruto de dívidas internas, sobre-taxa e vendas de café.

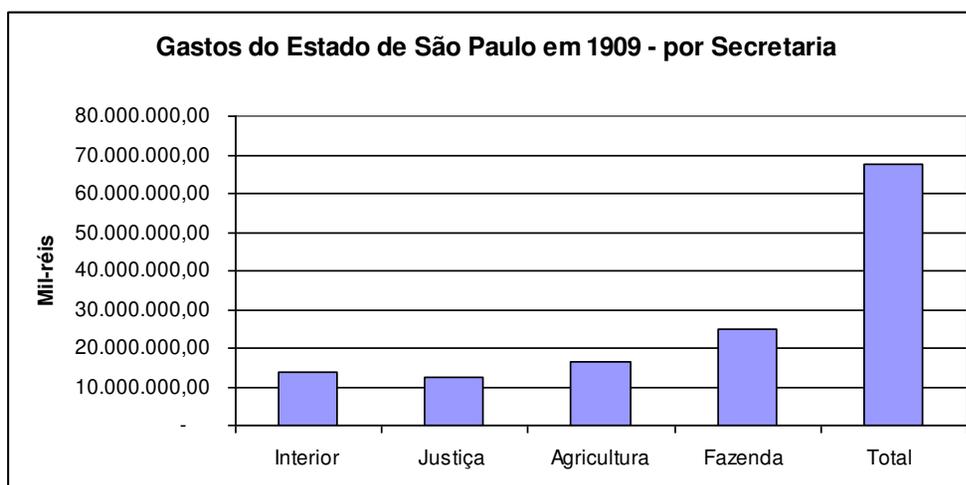
Tabela 20

Balancete da Receita e Despesa no exercicio em 1909	
Receita	Valor
Renda do Estado	56.659:990\$204
Sobretaxa em Francos-ouro	41.632:076\$195
Dívida Interna Fundada	5.031:000\$000
Dívida Flutuante	2.659:157\$305
Bancos no País e no estrangeiro	2.252:094\$280
Letras do Tesouro	48.124:308\$340
Valores em Café	22.197:621\$798
Montepio dos Magistrados	50:400\$000
Caixa Beneficente da Força Pública	54:776\$542
Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos	40:270\$541
Depositários Públicos	468:000\$000
Caixa de 1910	2.458:800\$000
Saldo do exercício de 1908	189.320:996\$621
Total	370.949:979\$870
Despesa	
Secretarias de Estado	67.757:577\$102
Dívida Flutuante	2.050:350\$562
Bancos no País e no estrangeiro	16.184:306\$580
Letras do Tesouro	33.740:584\$394
Despesas da Valorização	36.242:635\$653
Empréstimos da Valorização (amortizações)	17.418:762\$800
Liquidações dos Correspondentes da Valorização	169.424:530\$341
Montepio dos Magistrados	30:000\$000
Caixa Beneficente da Força Pública	55:010\$602
Depositários Públicos	172:000\$000
Caixa de 1908 (suprimentos de caixa)	3.439:389\$399
Saldos para 1910	24.415:351\$977
Total	370.949:979\$870

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia Casa Garraux, 1909, p. 8-9, (anexo 1).

A arrecadação ordinária do estado somou 56.659.990,20 mil-réis, porém as despesas das Secretarias e com a Valorização foram de 67.757.577,10 e 223.085.928,79 mil-réis, respectivamente. Neste sentido, o recurso que fez o fechamento geral do orçamento foi o saldo proveniente do exercício anterior no valor de 189.320.996,62 mil-réis. Este foi formado com base no empréstimo externo de 1908, que consolidou as contas paulistas para o empreendimento da Valorização. A partir de 1909 os estoques oficiais da Valorização começariam a ser vendidos, garantindo uma receita considerável para os anos posteriores. Também a recuperação dos preços do café a partir de 1910 ajudou a fortalecer a arrecadação.

Gráfico 24



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 111, (anexo 1) (elaboração própria).

Na tabela a seguir demonstramos os dados da Secretaria do Interior, com efeito, o perfil dos gastos não se alterou em comparação com os exercícios anteriores e tendo em vista que os investimentos não se concentram nesta pasta, as demonstrações contábeis discriminam os gastos com custeio.

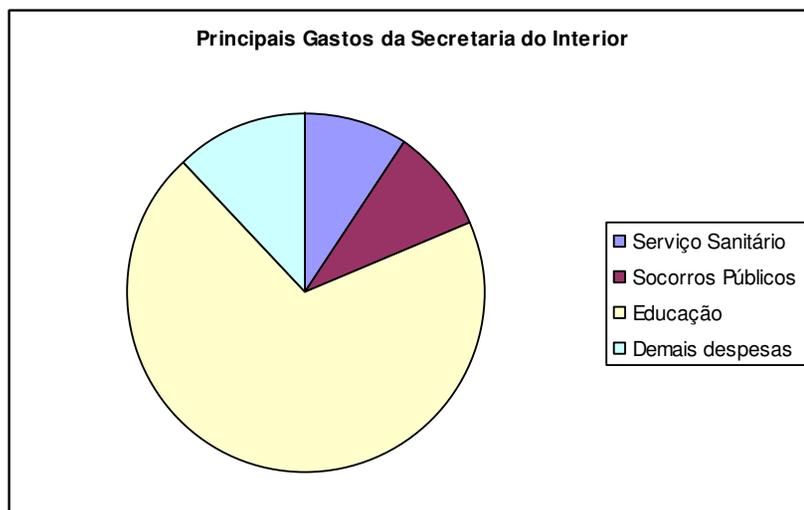
Tabela 21

Despesas da Secretaria do Interior

Título da Despesa	Despesa
Presidencia do Estado	76:400\$000
Senado	463:688\$216
Camara dos Deputados	805:174\$341
Secretaria de Estado	193:195\$435
Almoxarifado	20:360\$000
Biblioteca Pública	27:708\$208
Inspetoria de Ensino	92:087\$150
Escola Normal	346:132\$670
Escola de Itapetininga	108:499\$420
Escola de Piracicaba	58:422\$860
Escola de Campinas	57:780\$940
Escola de Guaratinguetá	57:021\$164
Ensino Primário	7.502:255\$900
Gymnasio da Capital	172:830\$618
Gymnasio de Campinas	153:403\$398
Gymnasio de Ribeirão Preto	80:836\$510
Escola Politécnica	468:427\$104
Seminário de Educandas	75:579\$939
Hospício de Alienados	647:367\$246
Repartição de Estatística	94:333\$652
Diário Oficial	168:880\$274
Museu do Estado	62:032\$540
Serviço Sanitário	1.272:504\$828
Socorros Públicos	599:302\$168
Subvenções	17:987\$000
Eventuais	60:000\$000
Total	13.682:211\$581

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 415, (anexo 1).

Gráfico 25



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 415, (anexo 1) (elaboração própria).

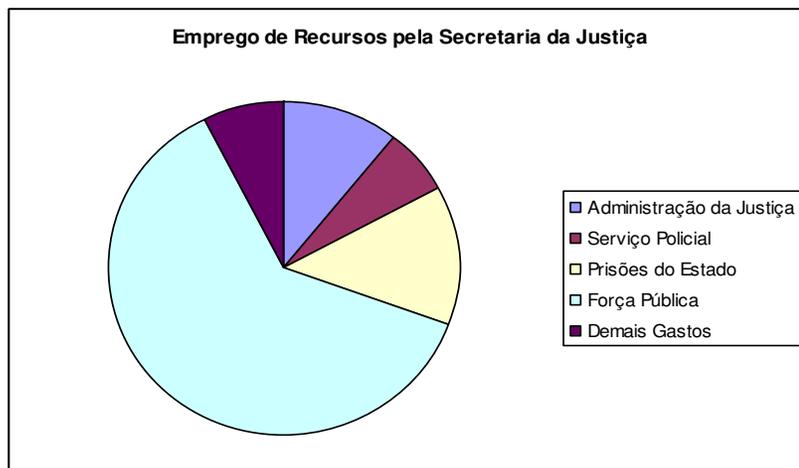
Na Secretaria da Justiça o emprego de recursos em 1909 encontram-se descritos na tabela e no gráfico abaixo:

Tabela 22

Despesas da Secretaria da Justiça	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria de Estado	245:613\$200
Administração da Justiça	1.368:688\$124
Ministério Público	451:853\$970
Junta Comercial	33:635\$990
Serviço Policial	791:360\$000
Prisões do Estado	1.691:371\$136
Instituto Disciplinar	19:149\$255
Colônia Correccional	99:904\$112
Força Pública	7.795:040\$000
Pagadoria da Força Pública	9:647\$790
Almoxarifado	26:449\$790
Eventuais	40:000\$000
Total	12.572:713\$497

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 117, (anexo 1).

Gráfico 26



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 117, (anexo 1) (elaboração própria).

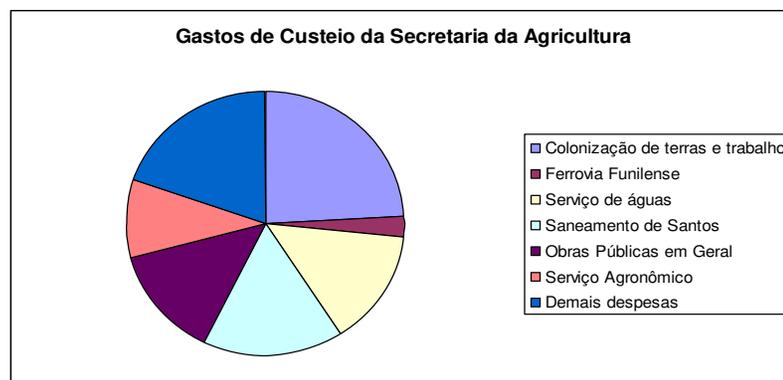
Na Secretaria da Agricultura observamos novos investimentos em estradas de ferro, estações de abastecimento de água e na nova Penitenciária da Capital. Sendo assim, mesmo em exercícios difíceis, do ponto de vista das receitas ordinárias, como foram os de 1908 e 1909, o estado manteve seus investimentos nas áreas tidas como estratégicas, graças aos recursos obtidos com o projeto da Valorização do café. Vejamos nos dados abaixo os gastos em custeio e as aplicações em investimentos:

Tabela 23

Despesa da Secretaria da Agricultura	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria	766.194\$662
Agência Oficial de Colonização e Trabalho	58:200\$000
Inspetoria de Imigração	44:400\$000
Serviço de Terras, Colonização e Imigração	2.178:830\$738
Serviço Agrônômico	900:155\$000
Comissão Geográfica e Geológica	161:600\$000
Obras Públicas em Geral	1.295:643\$622
Saneamento de Santos	1.549:359\$612
Contratos e Subvenções	664:916\$083
Repartição de Águas	1.348:600\$000
Tramway da Cantareira	169:864\$452
Repartição de Imigrantes	5:000\$000
Estrada de Ferro Funilense	225:496\$244
Transportes em Estradas de Ferro	50:000\$000
Eventuais	50:000\$000
Total	9.410:060\$413
Créditos especiais (investimentos)	
Créditos especiais (investimentos)	Despesas
Novas construções da E. de F. Sorocabana	6.077:270\$213
Abastecimento de água da Capital	317:580\$774
Rep. Do estado na Exp. Nacional	190:972\$260
Propaganda do Café	130:780\$400
Extinção de gafanhotos	4:323\$700
Estrada de Ferro de São Sebastião à Minas	212\$894
Canal do Tamanduateí	206:567\$233
Construção do novo Palácio	2:018\$000
Hospedaria de Imigrantes	217:590\$000
Nova Penitenciária da Capital	228:473\$400
Construção do Ramal do Guapira	33:866\$962
Despesas com o Tramway da Cantareira	13:879\$026
Total dos Investimentos	7.216:957\$629

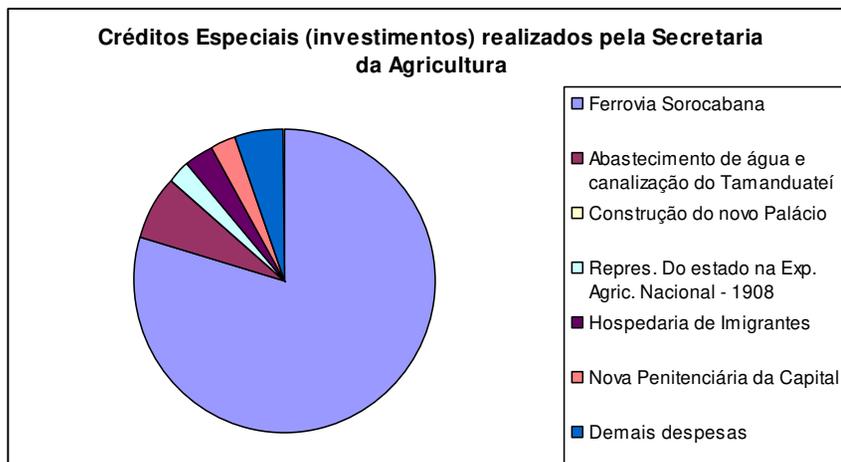
Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 121, (anexo 1).

Gráfico 27



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 121, (anexo 1) (elaboração própria).

Gráfico 28



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 121, (anexo 1) (elaboração própria).

A secretaria investiu, ainda, na conservação de edifícios públicos (228:634\$523 mil-réis) e na recuperação e manutenção de pontes, estradas de rodagem e conclusão de obras iniciadas nos exercícios anteriores (813:904\$817 mil-réis). Também observamos o emprego de recursos em iluminação pública (315:868\$642 mil-réis) e subvenções à Estrada de Ferro Rezende a Bocaína, à Estrada de Ferro Bananalense, à Estrada de Ferro Santos à Guarujá e à Estrada de Ferro de Dourado, totalizando 184:000\$000 mil-réis em subvenções¹³³.

Pela primeira vez na série de anos analisados, o orçamento da Secretaria da Fazenda ultrapassou o das demais secretarias. Era previsível que tal fato ocorresse tendo em vista que o endividamento do estado cresceu substantivamente em virtude da Valorização. Contudo, o endividamento mostrou-se um expediente necessário, tanto para a Valorização, quanto para a sustentação das finanças do estado. Vejamos os dados abaixo, em especial para a questão das obrigações financeiras:

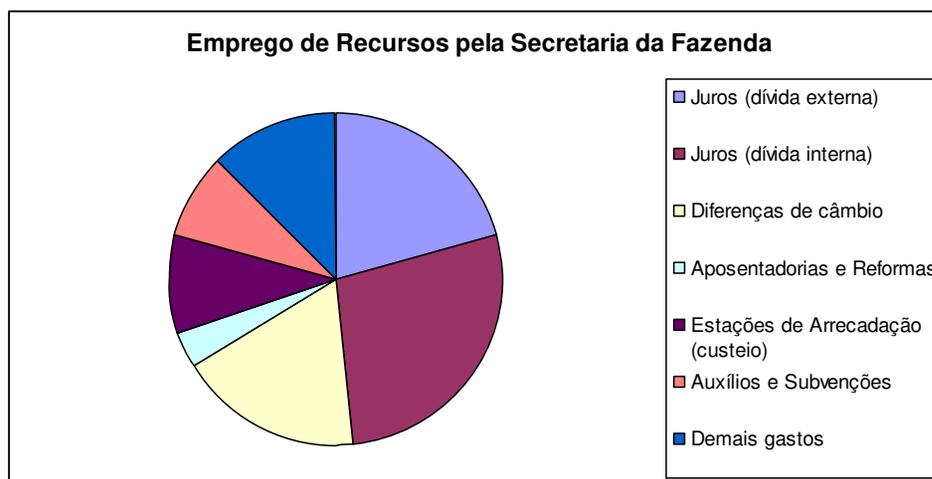
¹³³ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 259-260, (anexo 2).

Tabela 24

Despesas da Secretaria da Fazenda	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria e Tesouro	452:000\$000
Arrecadação de Rendas	2.362:804\$541
Exercícios Findos	2.510:861\$182
Reposição e Restituições	50:000\$000
Juros Diversos	11.900:801\$917
Diferenças de Câmbio	4.379:762\$960
Aposentados	601:217\$776
Reformados	271:006\$717
Auxílios e Subvenções	2.051:398\$068
Eventuais	48:644\$100
Total	24.628:497\$260

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 231, (anexo 2).

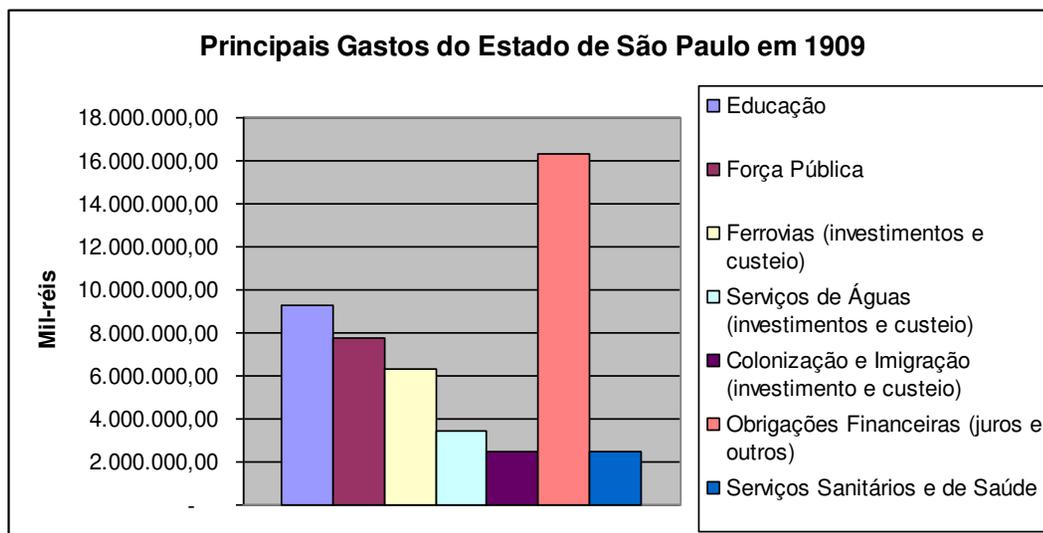
Gráfico 29



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p. 231, (anexo 2) (elaboração própria).

Como havíamos mencionado, os gastos com obrigações financeiras cresceram em 1909, enquanto que os recursos para a Secretaria da Agricultura, pasta dos investimentos, diminuíram no mesmo ano. Enquanto que o orçamento de 1908 para a Secretaria da Agricultura foi de 23.167.794,10 mil-réis, o de 1909 foi de 16.627:015\$045 mil-réis, praticamente um terço a menos. Mas, como demonstramos nos dados de investimento da pasta, os gastos nos setores das ferrovias, das águas, de iluminação e vias, diminuíram, mas mantiveram-se alocados.

Gráfico 30



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, várias páginas, (anexo 2) (elaboração própria).

3.6 O exercício orçamentário de 1910

No exercício de 1910 a arrecadação com expedientes da Valorização, ou seja, sobre-taxa, emissão de letras e vendas de estoques oficiais, foi da ordem de 143.376:814\$380 mil-réis, enquanto que as despesas da mesma, com juros, amortizações, compra de café, etc, custaram ao estado o valor de 115.255:367\$490 mil-réis.

Tabela 25

Balancete da Receita e Despesa no exercício em 1911	
Receita	Valor
Renda do Estado	63.946:167\$691
Sobretaxa em Francos-ouro	25.047:191\$814
Dívida Interna Fundada	642:000\$000
Dívida Flutuante	7.760:648\$769
Bancos no País e no estrangeiro	1.046:125\$000
Letras do Tesouro	114.627:091\$727
Valores em Café	40.580:193\$269
Montepio dos Magistrados	53:730\$000
Caixa Beneficente da Força Pública	51:701\$272
Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos	684:702\$876
Diretora da Hospedaria dos Imigrantes	4:327\$815
Depositários Públicos	1.254:174\$000
Caixa de 1912	2.600:000\$000
Diversos Saldos	599\$530
Saldo do exercício de 1910	31.790:770\$034
Total	290.089:423\$797

Despesa	Valor
Secretarias de Estado	65.851:701\$310
Dívida Flutuante	3.155:258\$707
Bancos no País e no estrangeiro	14.657:468\$604
Letras do Tesouro	40.198:556\$218
Empréstimos da Valorização (amortizações)	34.025:856\$000
Despesas da Valorização	23.218:227\$965
Montepio dos Magistrados	90:000\$000
Caixa Beneficente da Força Pública	50:430\$099
Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos	496:935\$507
Depositários Públicos	426:902\$780
Diretoria da Hospedaria dos Imigrantes	30:795\$870
Caixa de 1909 (suprimentos de caixa)	2.458:800\$000
Saldos para 1911	31.790:770\$034
Total	216.451:703\$694

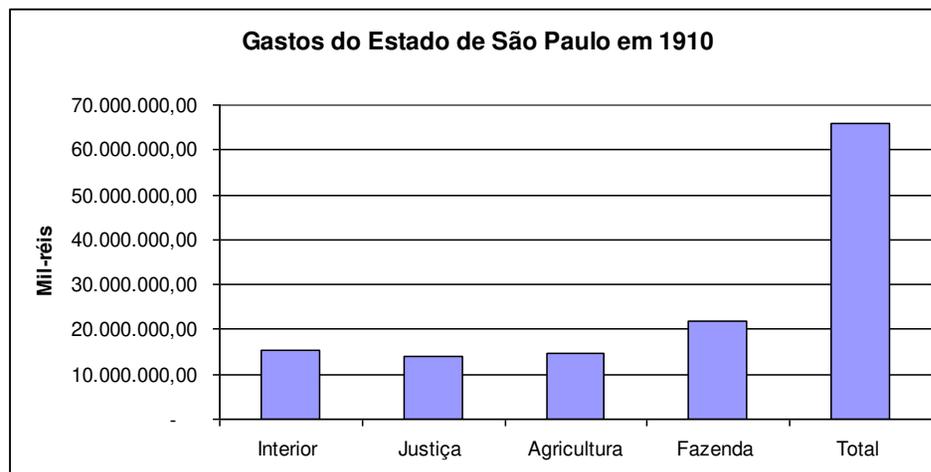
Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia Casa Garraux, 1910, p. VI-VII.

A arrecadação ordinária foi menor em relação ao exercício anterior, sendo que em 1909 arrecadou-se 56.659:990\$202 mil-réis e em 1910 a quantia caiu para 43.280:869\$076 mil-réis. Tal retração deveu-se fundamentalmente à queda das receitas de exportação que foram de 17.476:852\$310 mil-réis, enquanto que no ano anterior as mesmas foram de 33.210:696\$582 mil-réis¹³⁴. Isto ocorreu em virtude da queda nas exportações (quase a metade do volume exportado em 1909), contudo a partir de 1911 as receitas passariam por uma franca recuperação, juntamente com os preços do café. Novamente os saldos provenientes dos empréstimos internos e externos, contratados nos exercícios anteriores, tornaram possível o financiamento das despesas do estado. Contudo, as despesas alocadas nas Secretarias de estado tiveram de ser cortadas, principalmente os gastos nas Secretarias da Agricultura.

Vejamos nos dados abaixo a distribuição dos gastos nas ditas secretarias de estado:

¹³⁴ Dados nas tabelas 1, 2 e 3.

Gráfico 31



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1910, p. VII. (elaboração própria).

Segundo os relatórios analisados, os gastos com a Secretaria do Interior foram alocados da maneira como se segue:

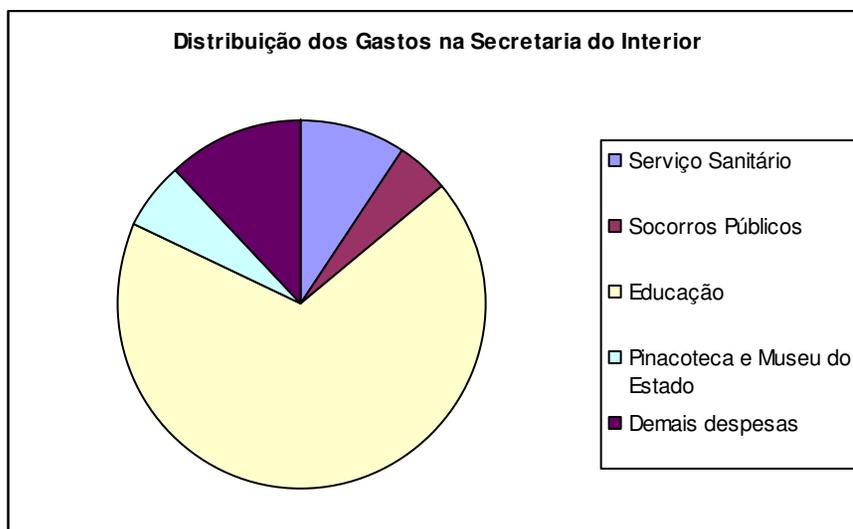
Tabela 26

Despesas da Secretaria do Interior	
Título da Despesa	Despesa
Presidencia do Estado	76:400\$000
Senado	473:151\$235
Camara dos Deputados	823:903\$066
Secretaria de Estado	195:200\$000
Almoxarifado	20:360\$000
Biblioteca Pública	31:110\$807
Inspetoria de Ensino	112:200\$000
Escola Normal	365:246\$408
Escola de Itapetininga	114:000\$000
Escola de Piracicaba	59:247\$360
Escola de Campinas	59:416\$327
Escola de Guaratinguetá	61:620\$000
Ensino Primário	8.217:797\$444

Despesas da Secretaria do Interior	
Título da Despesa	Despesa
Gymnasio da Capital	187:829\$750
Gymnasio de Campinas	179:530\$513
Gymnasio de Ribeirão Preto	94:071\$180
Escola Politécnica	453:859\$789
Seminário de Educandas	77:740\$000
Hospício de Alienados	671:145\$058
Repartição de Estatística	101:724\$383
Diário Oficial	140:320\$000
Museu do Estado	73:209\$480
Serviço Sanitário	1.397:520\$000
Pinacoteca do Estado	836:620\$168
Socorros Públicos	12:000\$000
Subvenções	28:541\$000
Eventuais	60:000\$000
Total	14.917:763\$968

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1910, p. 31, (anexo 1).

Gráfico 32



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1910, p. 31, (anexo 1) (elaboração própria).

A Secretaria empreendeu ainda um gasto extra de 55:796\$970 mil-réis nas novas edificações do hospício do Juquery, bem como inseriu a Pinacoteca do Estado nos seus gastos correntes.

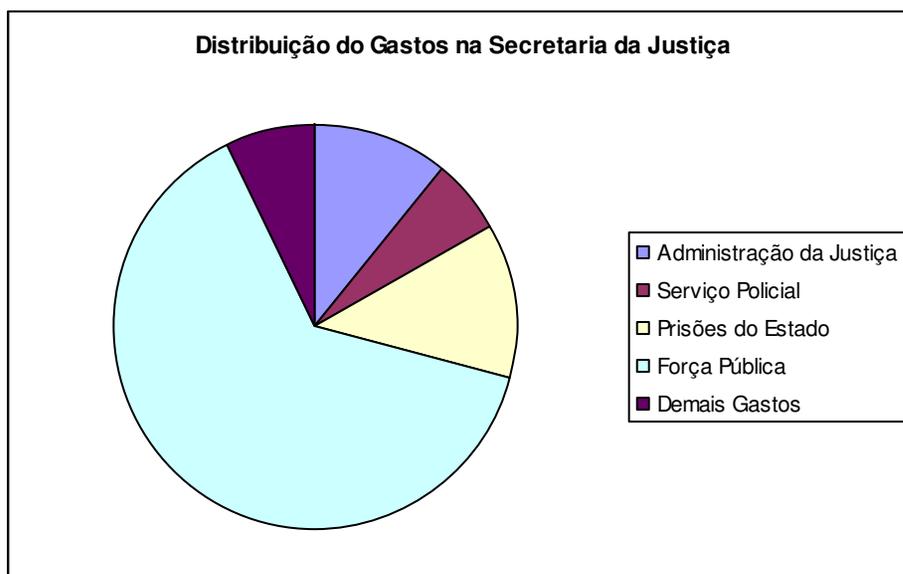
Na Secretaria da Justiça os gastos correntes apresentaram o mesmo perfil do exercício anterior, após a apresentação destes dados faremos a exposição dos investimentos realizados pela Secretaria no ano de 1910.

Tabela 27

Despesas da Secretaria da Justiça	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria de Estado	254:320\$000
Administração da Justiça	1.417:669\$401
Ministério Público	464:606\$382
Junta Comercial	34:146\$325
Serviço Policial	804:360\$000
Prisões do Estado	1.621:308\$421
Instituto Disciplinar	18:489\$820
Colônia Correcional	99:510\$227
Força Pública	8.409:432\$000
Pagadoria da Força Pública	9:247\$300
Almoxarifado	26:600\$000
Eventuais	40:000\$000
Total	13.199:689\$876

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1910, p. 33, (anexo 1).

Gráfico 33



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1910, p. 33, (anexo 1) (elaboração própria).

A Secretaria investiu, para além dos gastos acima, 40:000\$000 mil-réis na Cadeia Pública de Casa Branca, 299:126\$250 mil-réis na reorganização do Corpo de Bombeiros e 134:148\$515 mil-réis na reorganização da Secretaria¹³⁵.

¹³⁵ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1910, p. 33.

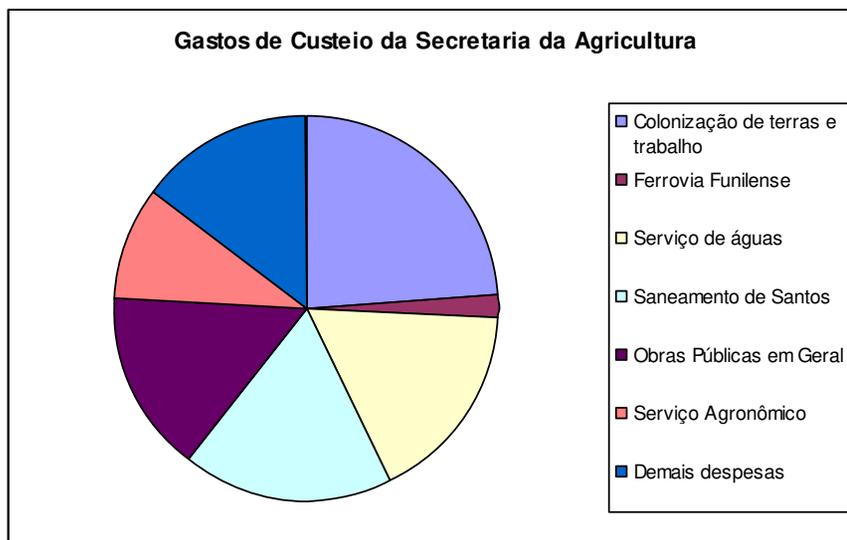
Como havia mencionado os gastos na Secretaria da Agricultura foram reduzidos, ou seja, alguns investimentos foram diminuídos e outros cortados, vejamos os dados:

Tabela 28

Despesa da Secretaria da Agricultura	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria	771:416\$292
Inspetoria de Imigração do Porto de Santos	57:248\$400
Serviço de Imigração e Colonização	2.927:564\$133
Serviço Agronômico	1.167:000\$000
Comissão Geográfica e Geológica	158:244\$046
Obras Públicas em Geral	1.932:272\$740
Saneamento de Santos	2.212:521\$782
Contratos e Subvenções	618:405\$110
Repartição de Águas e Esgotos	2.143:405\$067
Tramway da Cantareira	194:807\$209
Repartição de Imigrantes	5:000\$000
Estrada de Ferro Funilense	245:503\$928
Transportes em Estradas de Ferro	50:000\$000
Comissão de Tomadas de Contas	7:506\$400
Eventuais	50:000\$000
Total	12.540:895\$107
Créditos especiais (investimentos)	
Créditos especiais (investimentos)	Despesas
Novas construções da E. de F. Sorocabana	1.175:463\$500
Construção do Ramal do Guapira	196:958\$570
Prolongamento da E. de Ferro Funilense	133:137\$557
Propaganda do Café	235:164\$300
Canal do Tamanduateí	105:982\$604
Estrada de Ferro de São Sebastião à Minas	-
Construção do novo Palácio do Governo	-
Extinção de Gafanhotos	69:560\$310
Representação do Estado na Exp. Agrícola 1908	6:289\$600
Subvenção à Cia de Melhoramentos de M. Alto	36:000\$000
Hospedaria de Imigrantes	2:668\$539
Escola de A. e Artífices	9:855\$500
Construção da Nova Penitenciária da Capital	60:897\$480
Total dos Investimentos	2.032:077\$960

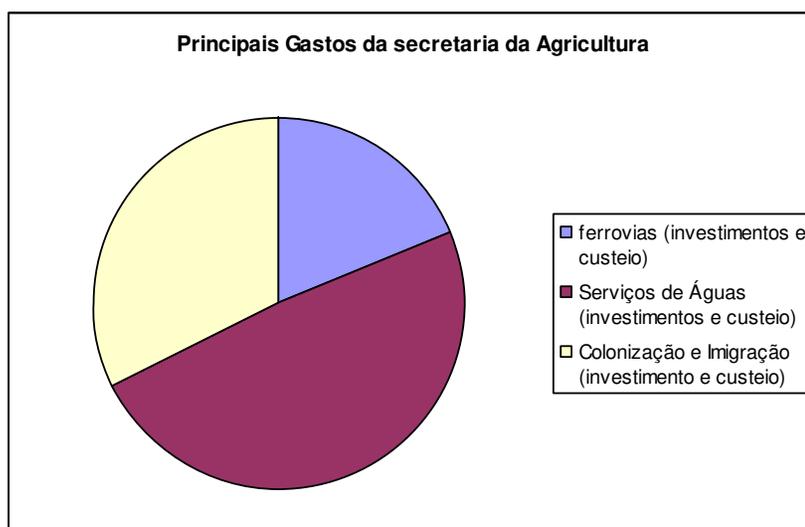
Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1910, p. 35, (anexo 1).

Gráfico 34



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1910, p. 35, (anexo 1) (elaboração própria).

Gráfico 35



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1910, p. 35, (anexo 1) (elaboração própria).

É notável que alguns investimentos caíram, como os da Ferrovia Sorocabana, enquanto outros cresceram tais como o do serviço de águas e saneamento e o de imigração e de colonização de terras. Houve, ainda, a manutenção nos investimentos em obras públicas, tais como iluminação, estradas de rodagem, vias públicas, reformas de prédios de escolas, quartéis e outros edifícios públicos em geral. Por fim, a

Secretaria também aplicou um aporte de recursos na construção da Nova Penitenciária da Capital.

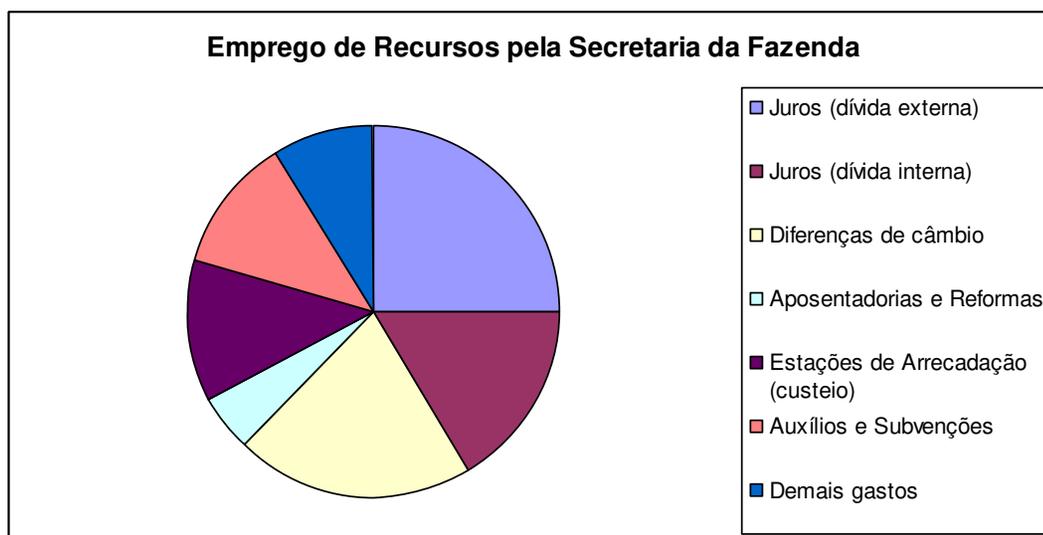
Como observamos, os gastos com obrigações financeiras neste exercício foram menores do que os de 1909, contudo, a pasta da Fazenda consumiu a maior parte dos recursos empregados pelo estado de São Paulo, como demonstrado nas contas abaixo:

Tabela 29

Despesas da Secretaria da Fazenda	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria de Estado	525:800\$000
Arrecadação de Rendas	2.509:321\$592
Fiscalização de Armazéns Gerais	3:600\$000
Exercícios Findos	1.000:000\$000
Reposições e Restituições	238:446\$631
Juros Diversos	8.148:848\$091
Diferenças de Câmbio	4.301:481\$200
Aposentados	661:373\$355
Reformados	315:591\$980
Auxílios e Subvenções	2.398:409\$000
Eventuais	50:000\$000
Total	19.981:008\$619

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1910, p. 208, (anexo 2).

Gráfico 36

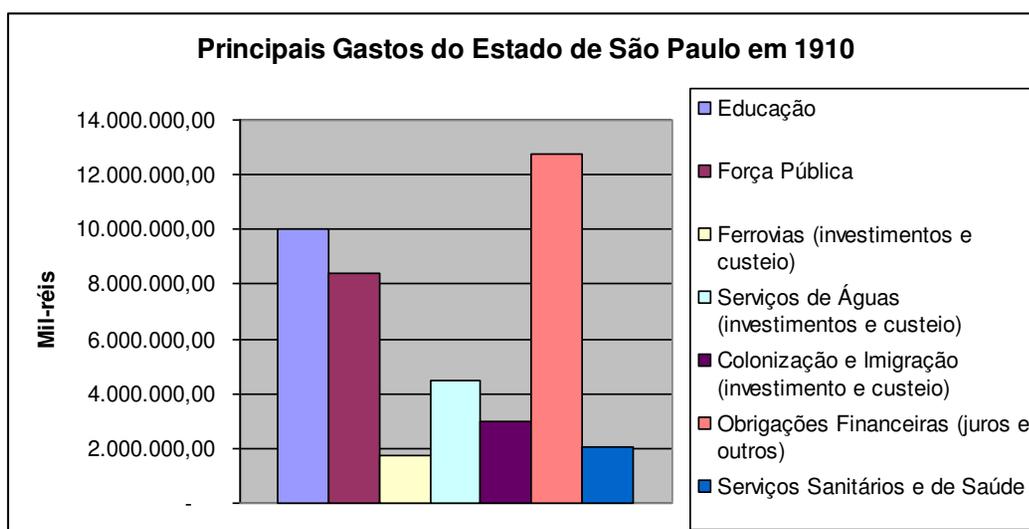


Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1910, p. 208, (anexo 2) (elaboração própria).

Neste exercício observamos uma situação de aperto fiscal, como havíamos colocado na introdução do item. Como as obrigações financeiras, tanto internas como externas, mostraram-se inflexíveis no curto prazo, o estado viu-se obrigado a diminuir

alguns investimentos em áreas que nos anos anteriores haviam sido privilegiadas com recursos abundantes, como no caso das ferrovias e em especial a Estrada de Ferro Sorocabana. Não obstante a isso, observamos na conta de investimentos da Secretaria da Fazenda o pagamento, ao Banco de Crédito e Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, o valor de 1.159:339\$195 mil-réis, como garantia de juros pelo capital empregado. O banco foi fundado em 1908 e visava fornecer créditos de longo prazo para a lavoura cafeeira, baseado na concessão de hipotecas. Isso demonstra que o estado tentou viabilizar formas de crédito institucionais, que possibilitassem à lavoura o acesso à recursos com uma taxa de juros menor.¹³⁶

Gráfico 37



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1910, p. várias páginas, (anexo 2) (elaboração própria).

¹³⁶SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1910, p. 210. O crédito hipotecário era uma antiga demanda dos cafeicultores e o estado tentou diversas vezes implantar bancos desta natureza, inclusive com garantias de juros para o capital que a iniciativa privada empregasse no intento. Ao observarmos os balancetes do Banco de Crédito Hipotecário é possível notar que a carteira de ativos não comportava um excesso de contratos desta natureza, pois os créditos comerciais, de curto prazo, apresentavam uma remuneração muito mais satisfatória, então os recursos do banco transitavam da carteira hipotecária, para, por exemplo, a troca de cambiais e papéis comerciais, como os *warrants*. Nos exercícios seguintes a garantia de juros diminuiu, até desaparecer das contas.

3.7 O exercício orçamentário de 1911

Em 1911 as receitas advindas da Valorização e da emissão de dívida pública somaram a quantia de 188.657:125\$580 mil-réis e as rendas ordinárias e extraordinárias do estado somaram o valor de 63.946:167\$691 mil-réis. Em contrapartida, os gastos nas Secretarias de estado foram da ordem de 83.859:847\$924 mil-réis, enquanto que as despesas com a valorização e amortização da dívida pública, foram de 157.509:586\$190 mil-réis. Neste exercício houve um aumento dos recursos aplicados nas Secretarias, assim como um crescimento nos investimentos, em relação à 1910. Tal recuperação foi possível graças a um crescimento de um terço na arrecadação dos direitos de exportação, resultado direto de um ligeiro aumento nos preços de exportação do café, bem como da arrolagem de dívidas do exercício anterior e saldos conservados dos anos passados. Foi possível, deste modo, manter o nível de endividamento e como a Valorização já lograva seus primeiros frutos, com o aumento da arrecadação de direitos de exportação, o estado não encontrou dificuldades para fechar as suas contas neste exercício.

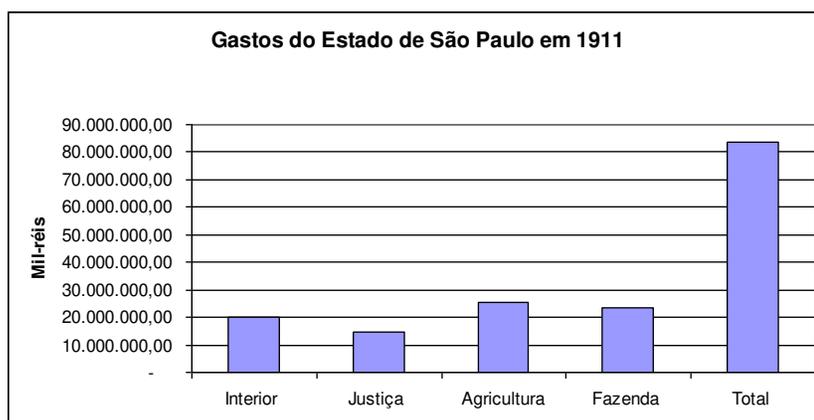
Tabela 30

Balancete da Receita e Despesa no exercício em 1910	
Receita	Valor
Renda do Estado	43.280:369\$074
Sobretaxa em Francos-ouro	21.164:314\$298
Dívida Interna Fundada	24.955:000\$000
Dívida Flutuante	3.780:754\$707
Bancos no País e no estrangeiro	1.845:667\$560
Letras do Tesouro	76.127:993\$592
Valores em Café	17.348:751\$782
Montepio dos Magistrados	52:972\$000
Caixa Beneficente da Força Pública	54:974\$326
Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos	515:321\$180
Diretora da Hospedaria dos Imigrantes	10:710\$805
Depositários Públicos	434:300\$000
Caixa de 1911	2.445:400\$000
Diversos Saldos	9:320\$259
Saldo do exercício de 1909	24.415:351\$977
Total	216.451:703\$094

Despesa	Valor
Secretarias de Estado	65.851:701\$310
Dívida Flutuante	3.155:258\$707
Bancos no País e no estrangeiro	14.657:468\$604
Letras do Tesouro	40.198:556\$218
Empréstimos da Valorização (amortizações)	34.025:856\$000
Despesas da Valorização	23.218:227\$965
Montepio dos Magistrados	90:000\$000
Caixa Beneficente da Força Pública	50:430\$099
Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos	496:935\$507
Depositários Públicos	426:902\$780
Diretoria da Hospedaria dos Imigrantes	30:795\$870
Caixa de 1909 (suprimentos de caixa)	2.458:800\$000
Saldos para 1911	31.790:770\$034
Total	216.451:703\$694

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia Casa Garraux, 1911, p. IV-V.

Gráfico 38



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1911, p. IV-V. (elaboração própria).

A Secretaria do Interior aplicou um aporte de recursos na ordem de 3.362:500\$276 mil-réis em obras públicas, tais como na revitalização de prédios escolares (Escola Normal de São Carlos, Pirassununga, São Carlos, Botucatu e Calcareas), na recuperação de prédios hospitalares (Juquerí e Santos) e na reorganização dos arquivos e do almoxarifado da Secretaria¹³⁷. Com isso, os gastos na pasta ficaram divididos da seguinte forma:

¹³⁷ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1911, p. 180, (anexo 2).

Tabela 31

Despesas da Secretaria do Interior	
Título da Despesa	Despesa
Presidencia do Estado	76:400\$000
Senado	506:722\$979
Camara dos Deputados	863:164\$619
Secretaria de Estado	277:960\$000
Almoxarifado	20:360\$000
Biblioteca Pública	32:400\$000
Inspetoria de Ensino	187:800\$000
Escola Normal	498:579\$656
Escola de Itapetininga	174:000\$000
Escola de Piracicaba	77:453\$140
Escola de Campinas	81:604\$017
Escola de Guaratinguetá	82:503\$823
Ensino Primário	8.977:436\$886
Gymnasio da Capital	192:006\$540
Gymnasio de Campinas	172:209\$337
Gymnasio de Ribeirão Preto	127:131\$169
Escola Politécnica	442:942\$421
Seminário de Educandas	77:740\$000
Hospício de Alienados	698:318\$376
Repartição de Estatística	100:841\$941
Diário Oficial	220:000\$000
Museu do Estado	78:838\$350
Serviço Sanitário	1.397:520\$000
Socorros Públicos	1.405:623\$024
Pinacoteca do Estado	19:196\$700
Subvenções	34:879\$100
Eventuais	70:000\$000
Total	16.893:632\$078

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1911, p. 179, (anexo 2).

Gráfico 39



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1911, p. 179, (anexo 2) (elaboração própria).

Na Justiça tivemos a aplicação de 379:992\$476 mil-réis na recuperação do Corpo de Bombeiros e dos Institutos Disciplinares de Taubaté, Mogy-Mirim e Sorocaba, além das despesas corriqueiras, concentradas nos gastos com a Força Pública¹³⁸.

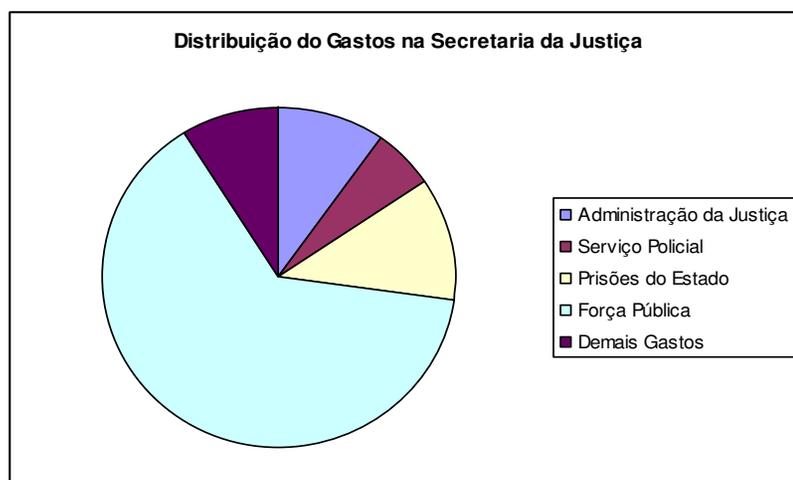
¹³⁸ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1911, p. 181, (anexo 2).

Tabela 32

Despesas da Secretaria da Justiça	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria de Estado	596:986\$605
Administração da Justiça	1.452:306\$240
Ministério Público	493:316\$605
Junta Comercial	33:063\$880
Serviço Policial	850:605\$240
Prisões do Estado	1.686:136\$852
Instituto Disciplinar	17:677\$895
Colônia Correccional	96:050\$930
Força Pública	9.413:939\$800
Pagadoria da Força Pública	10:823\$990
Eventuais	40:000\$000
Total	14.690:903\$037

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1911, p. 181, (anexo 2).

Gráfico 40



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1911, p. 181, (anexo 2). (elaboração própria).

Na Secretaria da Agricultura observamos uma aceleração nos investimentos em obras públicas, tais como nas ferrovias e no sistema de águas da Capital e outras cidades. No que tange às obras públicas, a Secretaria empregou recursos na revitalização de prédios públicos (359:619\$964 mil-réis), na construção de pontes e estradas, espalhadas pelo estado (1.309:202\$137 mil-réis) e na conclusão das Cadeias de Ribeirão Bonito e Jacareí (27:240\$129 mil-réis). Foram construídas, ainda, a Ponte Metálica de São Vicente (121:483\$878 mil-réis) e a Ponte Jardinópolis-Ribeirão Preto, sobre o Rio Grande, ligando os dois municípios (6:814\$800 mil-réis)¹³⁹.

¹³⁹ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1911, p. 203, (anexo 2).

O relatório trazia um gasto de 6.056:484\$290 mil-réis, que era justificado como “Melhoramentos da Capital”, no entanto não encontramos mais detalhes acerca deste nos documentos, ou seja, não foram descritos de forma desagregada. Contudo, como as demais obras foram relatadas de forma pormenorizada, temos que este recurso pode ter sido aplicado nas vias públicas (abertura de ruas, avenidas e estradas urbanas), na iluminação de vias e praças, reformas urbanas gerais e etc¹⁴⁰.

O sistema de águas (saneamento, abastecimento, etc.) recebeu, além dos recursos ordinários para a Repartição de Águas e Esgotos e para o saneamento de Santos, recursos extras para investimentos na canalização do Tamanduateí e para as águas e o esgoto de Piraju. Vejamos nos dados a seguir a distribuição e alocação detalhada destes gastos:

Tabela 33
Despesa da Secretaria da Agricultura

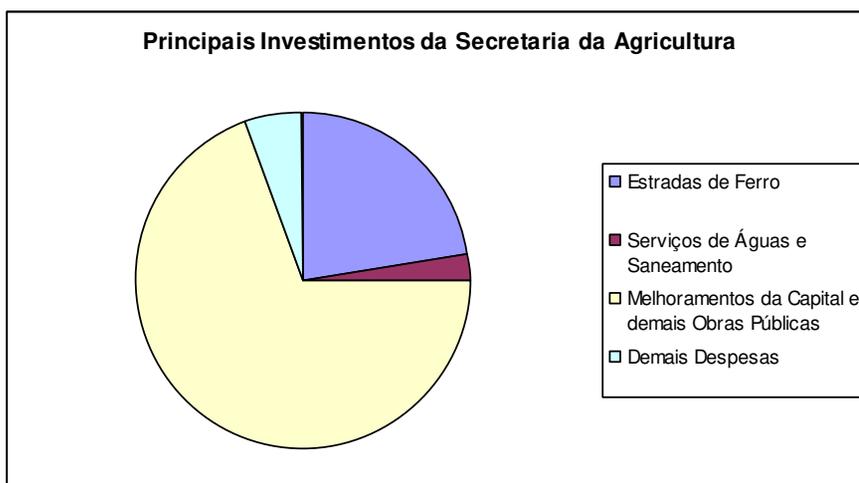
Título da Despesa	Despesa
Secretaria	1.362:616\$970
Inspetoria de Imigração do Porto de Santos	67:200\$000
Serviço de Imigração e Colonização	3.374:466\$796
Serviço Agrônômico	1.436:300\$000
Comissão Geográfica e Geológica	221:840\$000
Obras Públicas em Geral	2.250:274\$345
Saneamento de Santos	2.599:458\$883
Contratos e Subvenções	683:454\$145
Repartição de Águas e Esgotos	3.306:600\$000
Tramway da Cantareira	312:635\$513
Repartição de Imigrantes	5:000\$000
Estrada de Ferro Funilense	289:484\$156
Transportes em Estradas de Ferro	243:194\$282
Comissão de Tomadas de Contas	18:208\$500
Eventuais	50:000\$000
Total	16.220:733\$590

¹⁴⁰ Ibid., p. 201. Como exemplo, temos que a estrada do Caminho do Mar encontrava-se em construção neste ano.

Créditos especiais (investimentos)	Despesas
Exposição de Turim	146:738\$058
Novas Construções da E. F. Sorocabana	869:223\$343
Águas e Esgotos de Pirajú	135:000\$000
Canal do Tamanduateí	100:584\$629
Propaganda do Café	313:398\$061
Prolongamento da E. F. Funilense	645:928\$097
Escola de A. e Artífices	12:000\$000
Melhoramentos da Capital	6.056:484\$290
Ramal do Guapira	27:373\$502
E. F. de Pindamonhangaba aos C. do Jordão	41:998\$273
Construção do Novo Palácio do Governo	2:395\$700
Extinção de Gafanhotos	5:157\$450
Indenização ao Conces. Da E. F. de S. Sebastião às Rais de Minas	600:000\$000
Representação do Estado na Exp. Agrícola Nacional	12\$000
Congresso Agrícola	46:931\$100
Construção do Novo Quartel dos Bombeiros	30:000\$000
Nova Penitenciária da Capital	132:215\$118
Construção do Novo Necrotério	60:000\$000
Obras do Quartel da Luz	110:000\$000
Obras do Quartel da Cavalaria	35:000\$000
Aumento do Hospital da Força Pública	300:000\$000
Total dos Investimentos	9.165:439\$621

Fonte: ECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1911, p.182-183, (anexo 2).

Gráfico 41



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1911, p.182-183, (anexo 2) (elaboração própria).

No que tange à Fazenda, no presente exercício, é interessante observar, em especial, dois gastos concedidos por meio de créditos especiais, sendo que um deles é a garantia de juros paga ao Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola de São Paulo (259:478\$045 mil-réis) e o outro uma igual garantia oferecida aos Armazéns Gerais (26:726\$039 mil-réis). Os armazéns já haviam sido criados por lei anterior, contudo a Valorização do café revitalizou a ideia, pois por meio destes foi possível centralizar e controlar melhor os estoques a serem exportados. A Secretaria concedeu, ainda, um

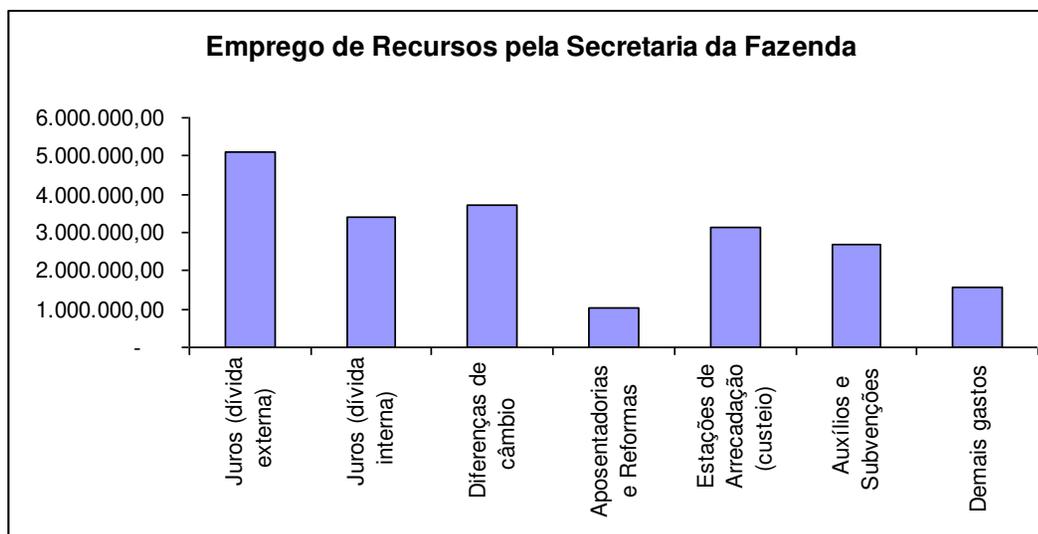
empréstimo de 1.000:000\$000 mil-réis à Santa Casa da Capital e gastou 1.314:091\$282 mil-réis com “desapropriações urbanas e rurais e outras obras”. Assim, os gastos na pasta foram diversificados em favor de outras obrigações que não só o pagamento de juros e amortizações da dívida pública¹⁴¹.

Tabela 34

Despesas da Secretaria da Fazenda	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria de Estado	567:200\$000
Arrecadação de Rendas	3.136:908\$478
Fiscalização de Armazéns Gerais	23:600\$000
Exercícios Findos	875:349\$216
Reposições e Restituições	42:608\$062
Juros Diversos	8.505:984\$636
Diferenças de Câmbio	3.729:215\$465
Aposentados	684:445\$262
Reformados	360:024\$932
Auxílios e Subvenções	2.673:033\$060
Eventuais	45:463\$288
Total	20.643:832\$399

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1911, p. 184, (anexo 2).

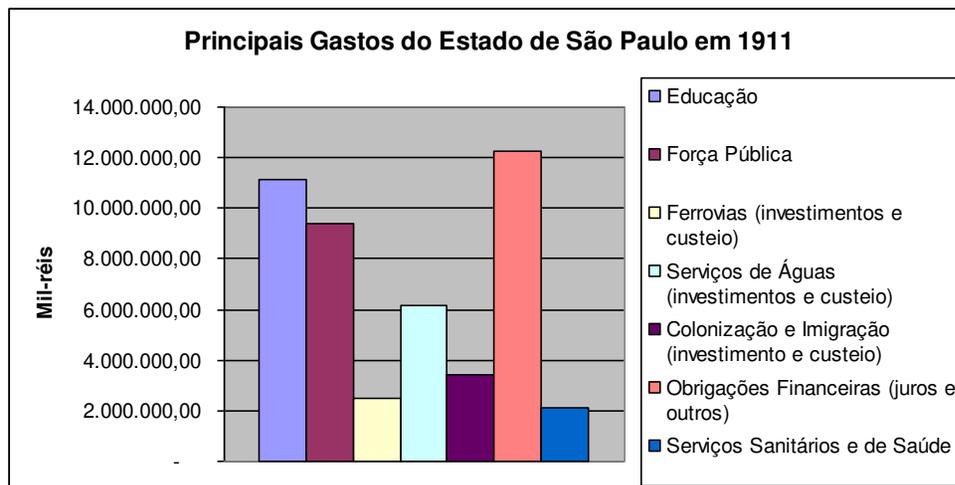
Gráfico 42



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1911, p. 184, (anexo 2) (elaboração própria).

¹⁴¹ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1911, p. 184, (anexo 2).

Gráfico 43



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1911, p. 184, (anexo 2) (elaboração própria).

3.8 O exercício orçamentário de 1912

Do mesmo modo que no exercício anterior, no ano de 1912 os gastos empregados nas Secretarias de estado superaram em mais de vinte mil contos de réis a arrecadação ordinária do estado, ou seja, com os impostos que lhe eram devidos. Tal fato não se mostrou um problema, à medida que o estado pode contar com o endividamento proveniente da Valorização, bem como a emissão de dívida interna e saldos provenientes dos exercícios anteriores. No entanto, a escalada do preço do café, ocorrida a partir de 1911, não só sustentou a arrecadação de direitos de exportação, mas conferiu à operação a confiabilidade necessária para que o estado pudesse contratar dois novos empréstimos, sendo um no exercício de 1913 e outro no exercício de 1914, fundamentais para o fechamento orçamento destes respectivos anos¹⁴².

As receitas com os expedientes da Valorização e emissão da dívida pública somaram a quantia de 121.727:064\$560 mil-réis, em contrapartida, as despesas decorrentes da Valorização e do pagamento de juros, amortização e resgate de letras da dívida, somaram o valor de 137.611:684\$600 mil-réis. Assim, graças ao saldo de 1911 e outras rendas angariadas em 1912, o estado não somente pôde cobrir as suas obrigações financeiras, bem como aumentou o volume de recursos para investimento em obras públicas.

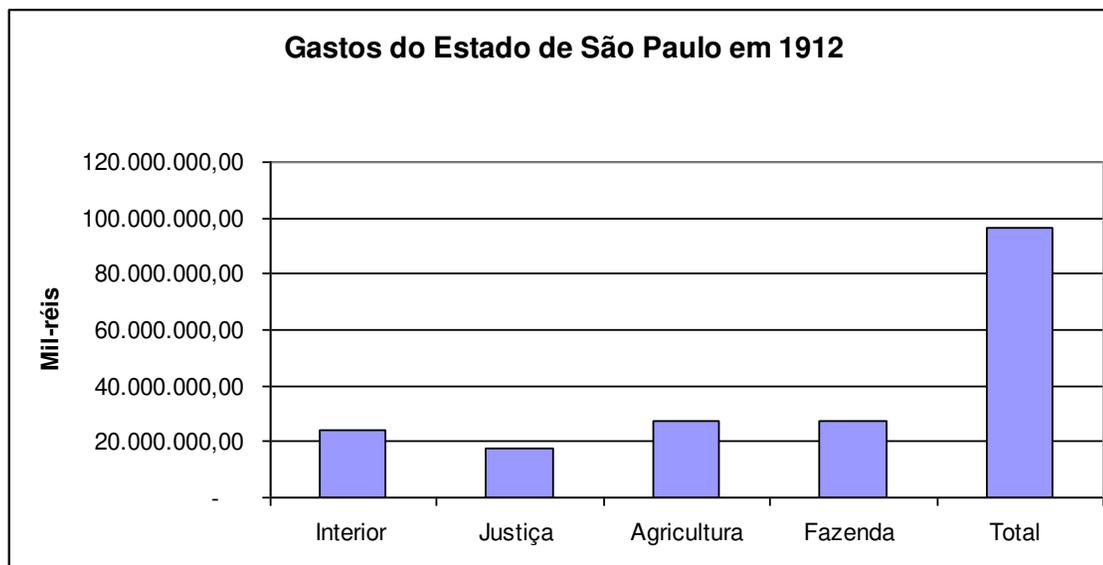
¹⁴² SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, p. V.

Tabela 35

Balancete da Receita e Despesa no exercício em 1912	
Receita	Valor
Renda do Estado	75.640:562\$561
Sobretaxa em Francos-ouro	26.859:371\$050
Dívida Interna Fundada	200:000\$000
Dívida Flutuante	7.870:433\$355
Bancos no País e no estrangeiro	419:942\$448
Letras do Tesouro	62.539:457\$801
Valores em Café	24.257:802\$355
Montepio dos Magistrados	53:760\$000
Caixa Beneficente da Força Pública	56:887\$905
Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos	752:185\$974
Depositários Públicos	286:500\$000
Caixa de 1913	17.100:000\$000
Saldo do exercício de 1911	44.870:422\$944
Total	260.907:326\$393
Despesa	Valor
Secretarias de Estado	96.643:449\$415
Dívida Flutuante	5.423:272\$261
Bancos no País e no estrangeiro	28:053\$000
Letras do Tesouro	75.505:786\$747
Empréstimos da Valorização (amortizações)	53.572:480\$000
Despesas da Valorização	3.110:145\$589
Montepio dos Magistrados	48:150\$000
Caixa Beneficente da Força Pública	55:429\$096
Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos	507:990\$360
Depositários Públicos	666:500\$000
Diversos Saldos	599\$530
Caixa de 1911 (suprimentos de caixa)	2.600:000\$000
Saldos para 1913	22.743:470\$395
Total	260.907:326\$393

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia Casa Garraux, 1912, p. IV-V.

Gráfico 44



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, p. VI. (elaboração própria).

Os gastos da Secretaria do Interior concentraram-se na área de educação, sendo que ocorreu a criação de novos núcleos escolares, tais como o de São Carlos, Botucatu e Pirassununga, assim como a criação das Escolas Profissionais da Capital. Os custos de tais obras foram de 3.496:994\$657 mil-réis. A Secretaria empregou também 49:977\$772 mil-réis nas novas edificações do Hospício de Juquerí, 281:057\$479 mil-réis no Hospital de Isolamento de Santos e 38:991\$775 na construção de novos laboratórios para a Escola Politécnica¹⁴³.

Tabela 36

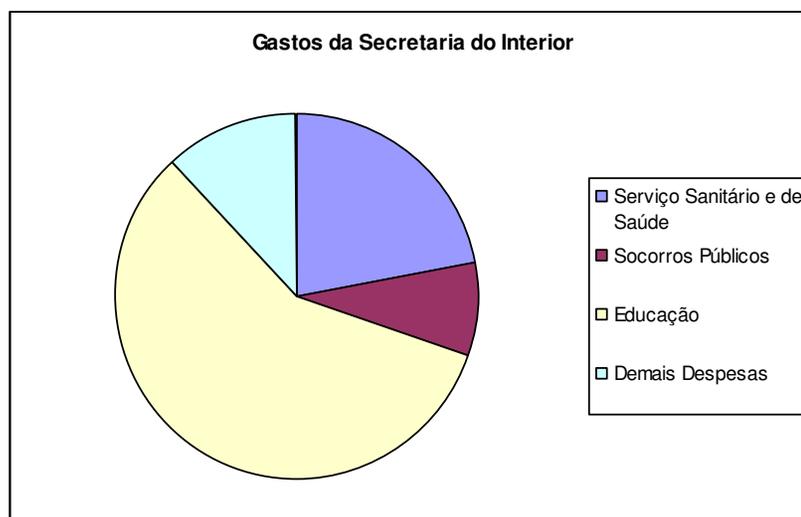
Despesas da Secretaria do Interior	
Título da Despesa	Despesa
Presidencia do Estado	75:136\$400
Senado	555:297\$333
Camara dos Deputados	1.023:564\$888
Secretaria de Estado	281:084\$340
Almoxarifado	51:640\$000
Biblioteca Pública	115:124\$958
Diretoria Geral de Instrução Pública	197:400\$000
Escola Normal da Capital	635:555\$635
Escola de Itapetininga	205:970\$000
Escola de São Carlos	86:440\$000
Escola de Piracicaba	97:739\$260
Escola de Campinas	94:610\$210
Escola de Guaratinguetá	98:546\$434
Escola de Botucatú	70:804\$476
Escola de Pirassununga	72:576\$492
Ensino Público Primário	9.985:740\$811

¹⁴³ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, p. 43 (anexo 2).

Despesas da Secretaria do Interior	
Título da Despesa	Despesa
Gymnasio da Capital	199:614\$004
Gymnasio de Campinas	174:702\$473
Gymnasio de Ribeirão Preto	145:784\$140
Escola Politécnica	498:200\$000
Seminário de Educandas	82:326\$704
Hospício de Alienados	758:982\$501
Repartição de Estatística	219:668\$428
Diário Oficial	219:291\$975
Museu do Estado	80:200\$000
Serviço Sanitário	2.396:240\$000
Socorros Públicos	1.803:495\$296
Pinacoteca do Estado	41:830\$300
Escolas Profissionais	185:537\$477
Subvenções	44:007\$000
Eventuais	60:000\$000
Total	20.557:111\$535

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, p. 43 (anexo 2).

Gráfico 45



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, p. 43 (anexo 2) (elaboração própria).

A Secretaria da Justiça empregou a quantia de 50:000\$000 mil-réis na compra do prédio para a instalação do Tribunal do Júri e Cadeia de Itatiba e 17:920\$188 mil-réis para obras nos Institutos Disciplinares de Mogi-Mirim, Taubaté e Sorocaba¹⁴⁴. Na tabela e no gráfico abaixo apresentamos os gastos correntes da Justiça no exercício de 1912:

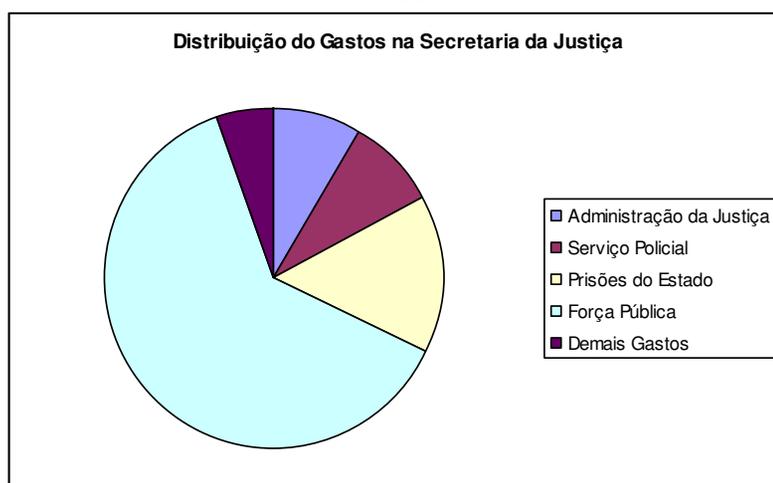
¹⁴⁴ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, p. 45 (anexo 2).

Tabela 37

Despesas da Secretaria da Justiça	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria de Estado	353:159\$992
Administração da Justiça	1.489:343\$631
Ministério Público	480:255\$683
Junta Comercial	34:383\$300
Serviço Policial	1.509:640\$000
Prisões do Estado	2.613:067\$027
Força Pública	10.861:488\$000
Eventuais	48:807\$621
Total	17.390:145\$254

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, p. 45 (anexo 2).

Gráfico 46



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, p. 45 (anexo 2) (elaboração própria).

Além dos gastos no sistema de águas, imigração e ferrovias, que por sinal são responsáveis por 50% dos recursos empregados pela Secretaria, temos que a Agricultura investiu em “obras públicas gerais” o valor de 2.233:279\$357 mil-réis. Dentre tais obras encontram-se a reparação e conservação de edifícios escolares, cadeias, quartéis e postos policiais (418:239\$965 mil-réis). Também foram empregados 1.652:108\$306 mil-réis na construção e reparo de pontes e estradas por todo o estado. O restante dos recursos foi empregado em iluminação pública de vias, praças, prédios públicos e etc¹⁴⁵.

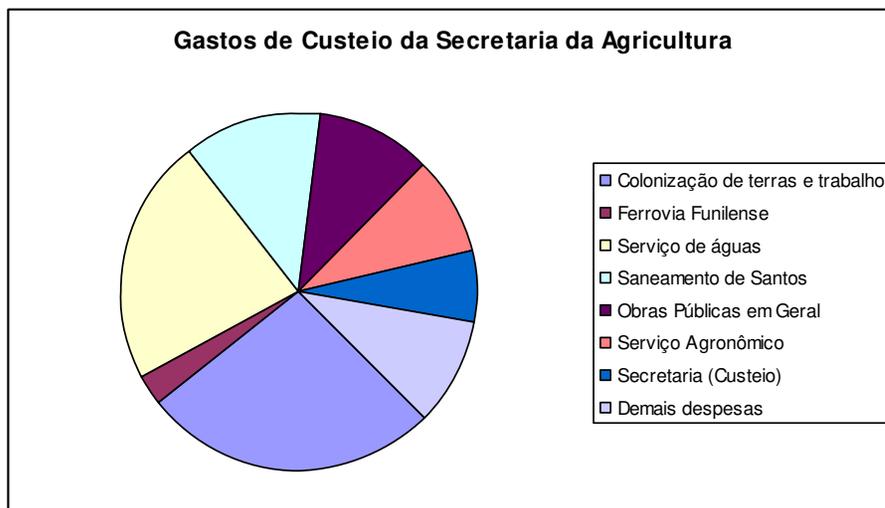
¹⁴⁵ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, p. 185 (anexo 3).

Tabela 38

Despesa da Secretaria da Agricultura	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria	1.339:540\$000
Inspetoria de Imigração do Porto de Santos	67:200\$000
Departamento Estadual do Trabalho	507:643\$315
Imigração	3.925:938\$803
Colonização	1.137:782\$617
Serviço Agrônômico	1.906:104\$017
Comissão Geográfica e Geológica	259:200\$000
Obras Públicas em Geral	2.233:279\$357
Saneamento de Santos	2.603:347\$424
Contratos e Subvenções	857:599\$683
Repartição de Águas e Esgotos	4.741:367\$974
Tramway da Cantareira	559:552\$720
Repartição de Imigrantes	15:000\$000
Estrada de Ferro Funilense	583:310\$068
Junta de Tomada de Contas	20:450\$000
Transportes em Estradas de Ferro	250:000\$000
Patronato Agrícola	28:907\$000
Eventuais	66:446\$533
Total	21.102:669\$511
Créditos especiais (investimentos)	
Créditos especiais (investimentos)	Despesas
Melhoramentos da Capital	3.329:671\$900
Novas Construções da E. F. Sorocabana	701:849\$221
Nova Penitenciária da Capital	1.272:626\$731
Propaganda do Café	130:847\$040
Escola de A. e Artífices	11:000\$000
Novo Quartel dos Bombeiros	63:315\$300
Prolongamento da E. de Ferro Funilense	298:639\$658
Estrada de Ferro de Pindamonhangaba aos Campos do Jordão	18:001\$627
Extinção de Gafanhotos	182\$000
Águas e Esgotos de Pirajú	65:000\$000
Construção do Novo Palácio do Governo	191:618\$489
Ramal do Guapira	13:520\$525
Aumento do Hospital da Força Pública	300:000\$000
Obras do Quartel da Cavalaria	23:519\$156
Obras no Quartel da Luz	110:000\$000
Construção do Novo Necrotério	35:193\$100
Desenv. Do Com. E da Nav. No Porto de Santos	80:000\$000
Total dos Investimentos	6.154:985\$747

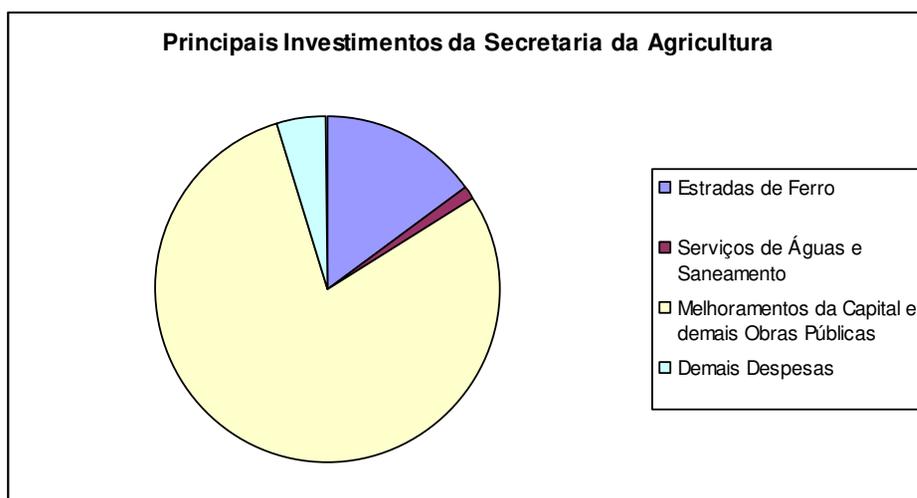
Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, p. 159 (anexo 3).

Gráfico 47



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, p. 159 (anexo 3) (elaboração própria).

Gráfico 48



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, p. 159 (anexo 3) (elaboração própria).

Dentre os gastos ferroviários, temos a construção do Ramal do Guapira e as obras de melhoria da Tramway da Cantareira. O ramal ligaria o Guapira (atual Jaçanã) ao Parque Dom Pedro II. Após 1907 a linha férrea urbana recebeu inúmeros investimentos do estado. Em 1913 foi inaugurada a estação do Tucuruvi e em 1915 a linha chegou onde atualmente localiza-se o município de Guarulhos¹⁴⁶. Nas demais

¹⁴⁶ O Tramway da Cantareira era uma linha urbana de trens na cidade de São Paulo. Começou como um ramal da E. F. Sorocabana, aberto em 1893 partindo da Rua João Teodoro, para transporte de materiais que seriam utilizados na construção da Adutora Cantareira.

ferrovias, seguiram-se os investimentos nas novas construções da Sorocabana e no prolongamento da Funilense. Empregou-se, ainda, 18:001\$627 mil-réis na construção da Estrada de Ferro entre Pindamonhangaba e Campos do Jordão.

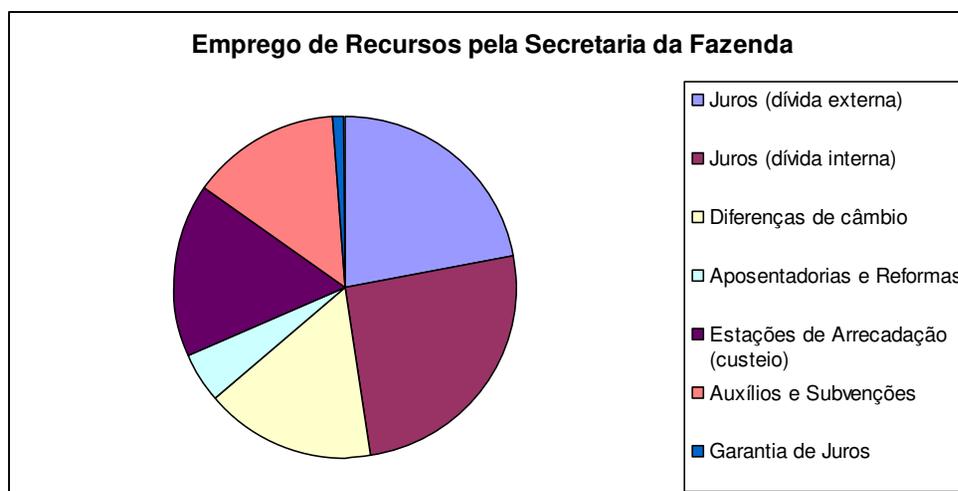
No que tange à Secretaria da Fazenda, os gastos seguiram a tendência do exercício anterior, com exceção dos juros da dívida interna e externa que sofreram elevação em virtude do aumento do endividamento do estado nos dois anos anteriores. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 39

Despesas da Secretaria da Fazenda	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria de Estado	563:898\$328
Arrecadação de Rendas	3.842:404\$742
Fiscalização de Armazéns Gerais	32:825\$115
Exercícios Findos	1.074:401\$631
Reposições e Restituições	50:000\$000
Juros Diversos	11.228:150\$330
Diferenças de Câmbio	3.794:743\$690
Aposentados	690:892\$818
Reformados	401:445\$640
Auxílios e Subvenções	3.340:419\$688
Garantia de Juros	291:165\$167
Eventuais	50:000\$000
Total	25.360:347\$149

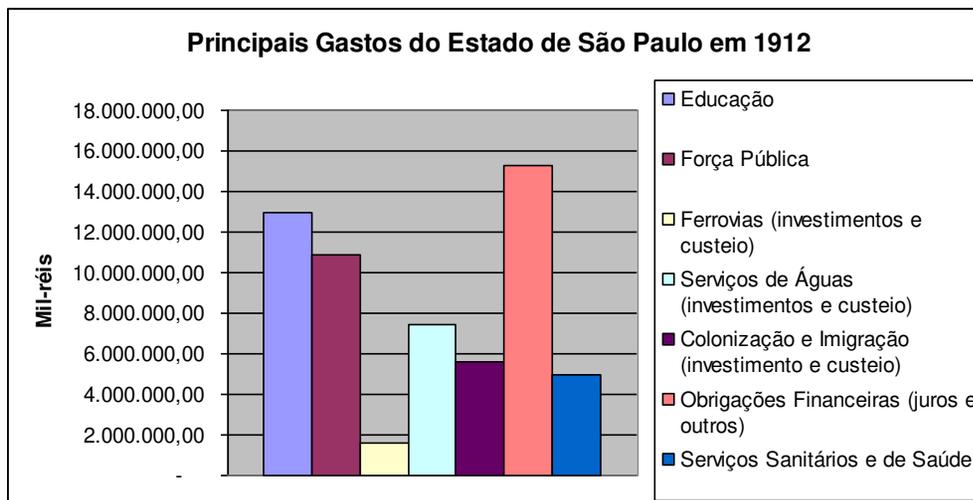
Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, p. 160 (anexo 3).

Gráfico 49



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, p. 160 (anexo 3) (elaboração própria).

Gráfico 50



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, várias páginas (anexo 1) (elaboração própria).

3.9 O exercício orçamentário de 1913

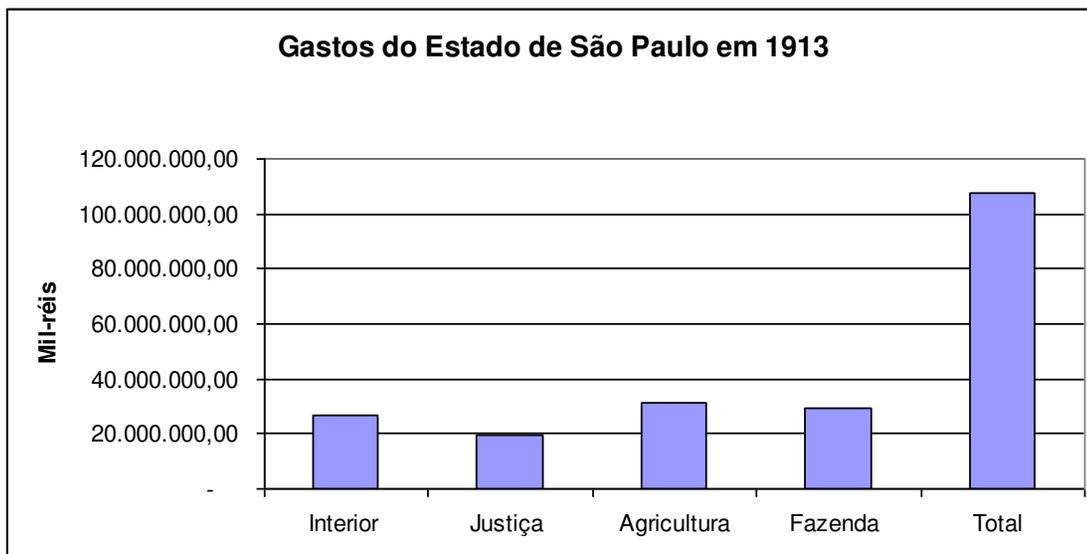
Para encerrar o exercício orçamentário de 1913 e fazer frente às obrigações, o estado teve de contratar um novo empréstimo externo por intermédio dos comerciantes da Valorização. Este conferiu ao estado a importância de 7.500.000 de libras, o equivalente em moeda nacional a 112.500:000\$000 mil-réis. Com isso, a receita proveniente de expedientes da Valorização e da emissão da dívida pública somou o valor de 265.685:603\$010 mil-réis. Em contrapartida, a despesa com a Valorização e arrolagem da dívida pública foi de 199.454:618\$030 mil-réis. Assim, o saldo restante que foi alcançado com o empréstimo, mais o que havia restado do caixa do ano anterior, foi empregado para fechar os gastos das secretarias, que em 1913 ultrapassaram mais de 30 mil contos de réis o das rendas ordinárias do estado.

Tabela 40

Balancete da Receita e Despesa no exercício em 1913	
Receita	Valor
Renda do Estado	76.007:986\$367
Sobretaxa em Francos-ouro	28.250:517\$098
Dívida Interna Fundada	13.050:500\$000
Dívida Flutuante	4.191:270\$847
Bancos no País e no estrangeiro	75:735\$600
Letras do Tesouro	66.272:984\$555
Valores em Café	41.420:330\$510
Montepio dos Magistrados	58:808\$321
Caixa Beneficente da Força Pública	56:595\$458
Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos	822:033\$475
Depositários Públicos	510:000\$000
Emp. Valorização (7.500.000 milhões de libras)	112.500:000\$000
Caixa de 1914	13.237:695\$911
Diversos Saldos	962\$750
Saldo do exercício de 1912	22.745:470\$395
Total	379.200:891\$287
Despesa	Valor
Secretarias de Estado	107.738:246\$256
Dívida Flutuante	4.633:780\$515
Bancos no País e no estrangeiro	419:942\$448
Letras do Tesouro	109.926:161\$279
Empréstimos da Valorização (amortizações)	78.382:960\$000
Despesas da Valorização	6.511:716\$234
Montepio dos Magistrados	75:000\$000
Caixa Beneficente da Força Pública	65:738\$360
Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos	916:759\$363
Depositários Públicos	591:365\$400
Caixa de 1912 (suprimentos de caixa)	17.100:000\$000
Saldos para 1914	52.839:221\$432
Total	379.200:891\$287

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia Casa Garraux, 1913, p. 20-21 (anexo 1).

Gráfico 51



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1913, p. 20-21 (anexo 1) (elaboração própria).

Os gastos corriqueiros da Secretaria do Interior seguiram o padrão do exercício anterior, contudo os gastos especiais foram expandidos em prol de novos investimentos em educação, serviços sanitários e de saúde. A pasta do Interior gastou, para além de seu orçamento regular, 3.821:465\$451 mil-réis, sendo 150:664\$160 mil-réis na Faculdade de Medicina, 130:473\$020 mil-réis nas Escolas Normais do Brás e de Casa Branca, 12:018\$750 na construção de novos prédios escolares, 116:577\$223 mil-réis no Hospital de Isolamento de Santos, 163:243\$433 mil-réis nas novas edificações do Hospício do Juquerí, 74:207\$351 mil-réis na construção do novo Palácio do Governo, 138:458\$611 mil-réis nos laboratórios da Escola Politécnica e 12:018\$750 mil-réis na reorganização do almoxarifado da Secretaria do Interior. Note-se que ano a ano a Secretaria preocupou-se em expandir os gastos nas escolas normais, primárias e secundárias e no ensino profissional, bem como nas áreas de higienização social, tais como os hospitais profiláticos e os hospícios¹⁴⁷.

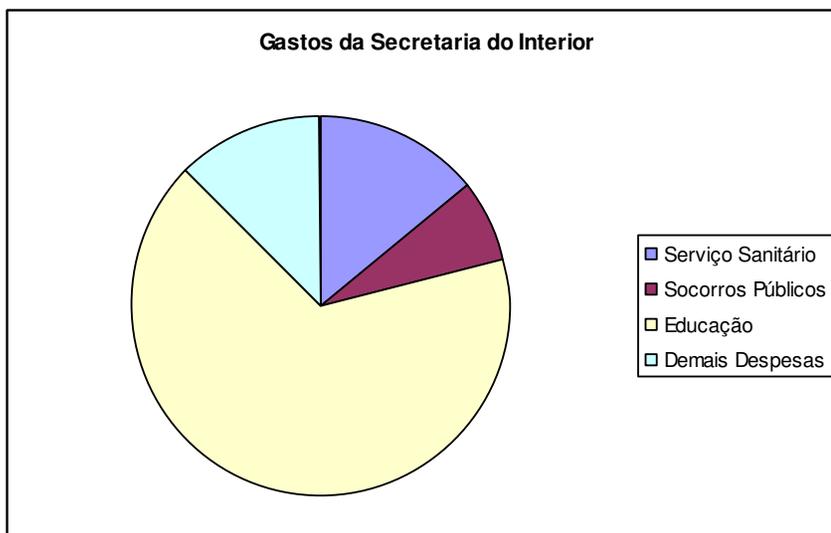
¹⁴⁷ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1913, p. XXV.

Tabela 41
Despesas da Secretaria do Interior

Título da Despesa	Despesa
Presidencia do Estado	171:400\$000
Senado	505:588\$511
Camara dos Deputados	912:030\$942
Secretaria de Estado	304:760\$000
Almoxarifado	80:000\$000
Biblioteca Pública	98:583\$850
Diretoria Geral de Instrução Pública	222:400\$000
Escola Normal da Capital	648:350\$000
Escola de Itapetininga	266:540\$000
Escola de São Carlos	195:800\$000
Escola de Botucatú	84:640\$000
Escola de Guaratinguetá	99:720\$000
Escola de Piracicaba	102:000\$000
Escola de Pirassununga	82:044\$336
Escola de Campinas	96:300\$000
Ensino Público Primário	11.488:940\$000
Gymnasio da Capital	206:920\$000
Gymnasio de Campinas	189:800\$000
Gymnasio de Ribeirão Preto	163:800\$000
Escola Politécnica	537:466\$600
Seminário de Educandas	82:740\$000
Hospício de Alienados	849:551\$717
Repartição de Estatística	243:800\$000
Diário Oficial	269:000\$000
Museu do Estado	80:800\$000
Serviço Sanitário	2.314:460\$000
Socorros Públicos	1.528:519\$175
Pinacoteca do Estado	42:400\$000
Escolas Profissionais	176:280\$000
Escolas de Artes e Ofícios	106:400\$000
Pencionato Artístico	60:000\$000
Serviço Eleitoral	8:000\$000
Eventuais e Representações	100:000\$000
Total	22.319:035\$231

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1913, p. XXV.

Gráfico 52



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1913, p. XXV. (elaboração própria).

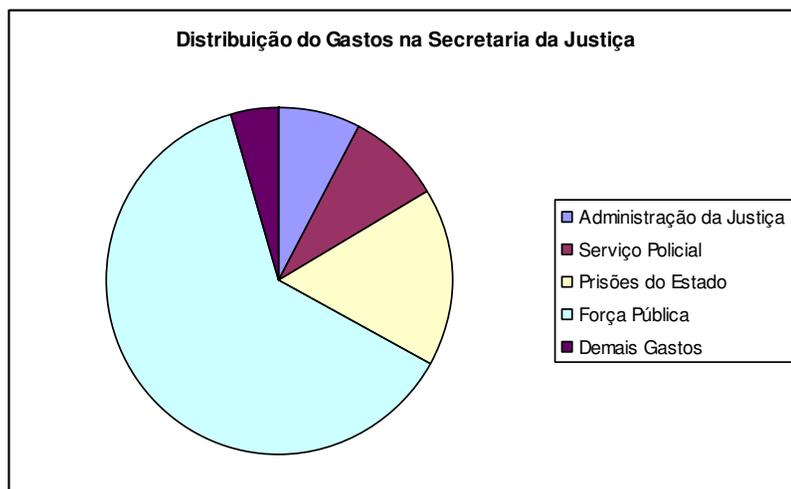
Na Justiça não houve o emprego de recursos extras, de modo que os gastos correntes permaneceram à guisa do ano anterior. Abaixo reproduzimos os balancetes:

Tabela 42

Despesas da Secretaria da Justiça	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria de Estado	314:989\$992
Administração da Justiça	1.506:772\$391
Ministério Público	478:784\$828
Junta Comercial	35.269\$728
Serviço Policial	1.766:040\$000
Prisões do Estado	3.192:250\$093
Força Pública	12.219:311\$000
Eventuais	48:241\$881
Total	19.661:159\$913

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1913, p. XXVI.

Gráfico 53



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1913, p. XXVI. (elaboração própria).

A Secretaria da Agricultura agregou na conta de seus investimentos quase quatro mil contos a mais do que no exercício anterior. Em 1913, além de ter tido o maior orçamento, a pasta foi, dentre todas as outras secretarias de estado, a que mais aumentou os seus gastos, revelando um crescimento dos investimentos sob sua responsabilidade. Os gastos mais vultuosos foram nas áreas de Imigração, Repartição de Águas e Esgotos, Serviço Agrônômico, Saneamento da Cidade de Santos e Obras Públicas em geral. No que tange aos créditos especiais (recursos extras), os maiores gastos foram com as novas construções da Estrada de Ferro Sorocabana e na construção da nova Penitenciária da Capital. No setor ferroviário, além da Sorocabana, foram empregados recursos na Estrada de Ferro de Guaratinguetá à Cunha e na construção do ramal do Guapira na Tramway da Cantareira. No que tange aos gastos de menor monta, temos o emprego de recursos na melhoria de prédios públicos, praças e vias da Capital, bem como em quartéis militares e dos bombeiros, estradas de rodagem (Faxina ao Paraná) e no Hospital da Força Pública¹⁴⁸.

¹⁴⁸ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1913, p. XXVII.

Tabela 43

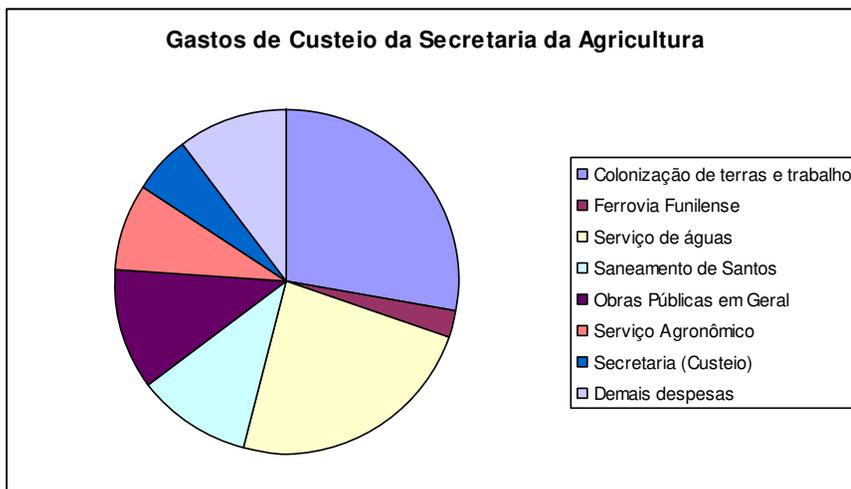
Despesa da Secretaria da Agricultura

Título da Despesa	Despesa
Secretaria	1.354:775\$958
Inspetoria de Imigração do Porto de Santos	98:600\$000
Departamento Estadual do Trabalho	534:105\$042
Imigração	5.232:117\$927
Colonização	707:121\$988
Serviço Agronômico	1.950:744\$237
Descriminação de Terras Devolutas	200:000\$000
Defesa Agrícola	1:007\$945
Comissão Geográfica e Geológica	232:680\$861
Obras Públicas em Geral	2.768:618\$930
Saneamento de Santos	2.695:104\$595
Contratos e Subvenções	1.538:491\$869
Repartição de Águas e Esgotos	5.743:636\$646
Tramway da Cantareira	473:804\$307
Repartição de Imigrantes	6:243\$925
Estrada de Ferro Funilense	641:751\$194
Junta de Tomada de Contas	16:368\$000
Transportes em Estradas de Ferro	200:000\$000
Patronato Agrícola	38:413\$280
Eventuais	49:062\$793
Total	24.482:649\$497

Créditos especiais (investimentos)	Despesas
Novas Construções da E. F. Sorocabana	2.070:252\$078
Nova Penitenciária da Capital	2.839:445\$424
Obras do Novo Palácio do Governo	41:490\$600
Escola de A. e Artífices	12:000\$000
Estrada de Ferro de Guaratinguetá a Cunha	70:600\$806
Construção do Ramal do Guapira do Tramway da Cantareira	319:321\$958
Obras no Hospital da Força Pública	230:562\$081
Estrada de Faxina ao Paraná	119:733\$120
Propaganda do Café	37:617\$350
Melhoramentos da Capital	765:840\$496
Obras no Quartel dos Bombeiros	203:785\$365
Obras no Quartel da Luz	168:736\$739
Edifícios para Institutos Disciplinares	105:119\$476
Prolongamento da Estrada de Ferro Funilense	61:731\$578
Total dos Investimentos	7.068:094\$970

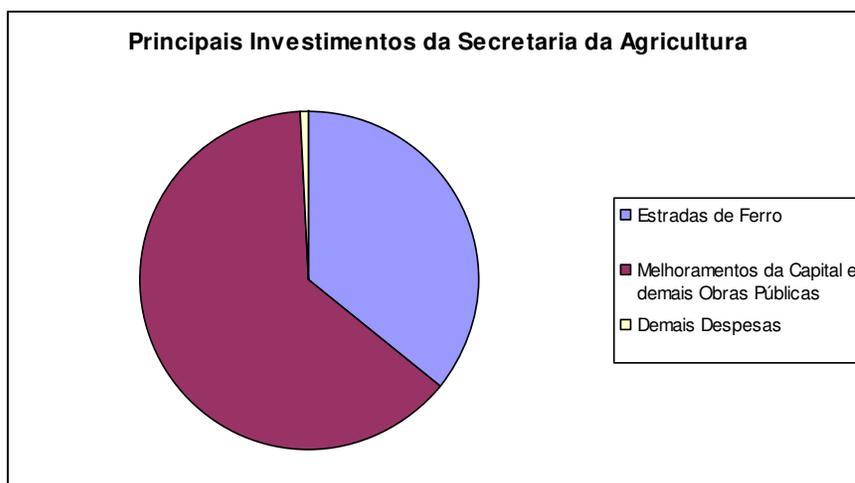
Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1913, p. XXVII.

Gráfico 54



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1913, p. XXVII. (elaboração própria).

Gráfico 55



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1913, p. XXVII. (elaboração própria).

Os maiores gastos da Secretaria da Fazenda encontram-se no pagamento de Juros da dívida interna e externa, nas diferenças de câmbio (troca de letras da dívida), na gestão e custeio das estações de arrecadação de rendas e na concessão de auxílios e subvenções, principalmente para as Santas Casas, Socorros Públicos e outras entidades filantrópicas ou de outras finalidades. Em relação ao exercício anterior, houve um aumento no custo da dívida pública, em virtude do crescente endividamento do estado, revigorado com o Programa de Valorização do Café. No presente ano a

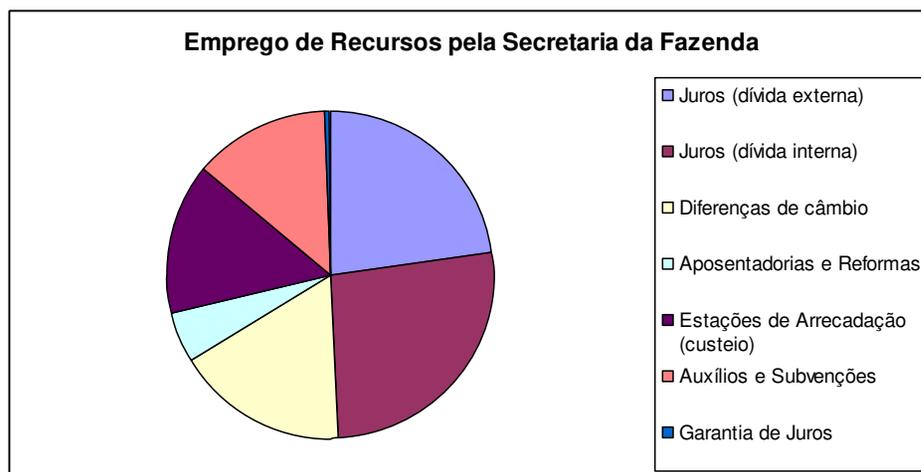
Secretaria não empregou recursos em novas obras públicas, assim seus recursos foram inteiramente comprometidos nas suas obrigações corriqueiras.

Tabela 44

Despesas da Secretaria da Fazenda	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria de Estado	543:300\$000
Arrecadação de Rendas	3.448:564\$952
Fiscalização de Armazéns Gerais	35:000\$000
Exercícios Findos	2.356:945\$661
Reposições e Restituições	50:000\$000
Juros Diversos	14.513:772\$159
Diferenças de Câmbio	3.888:540\$917
Aposentados	714:939\$029
Reformados	445:557\$421
Auxílios e Subvenções	3.080:499\$766
Garantia de Juros	113:100\$500
Eventuais	42:246\$407
Total	29.232:466\$812

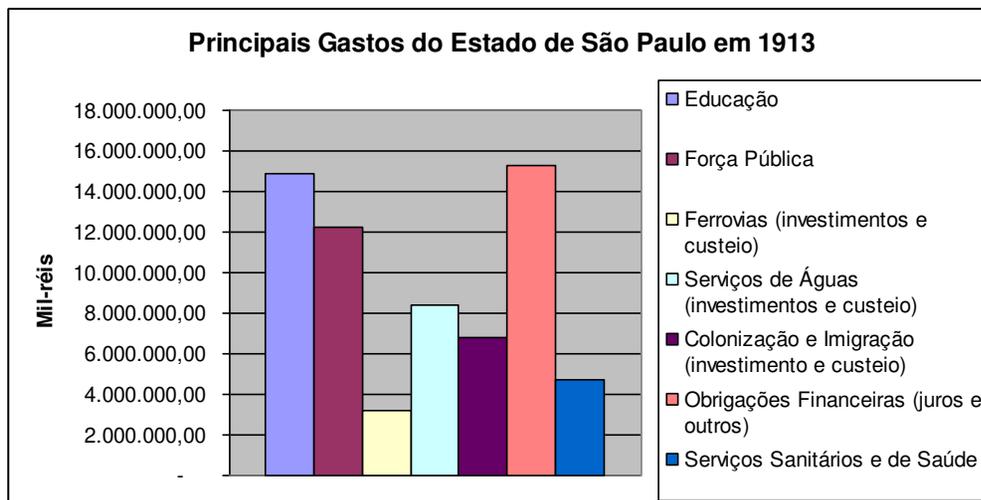
Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1913, p. XXVIII.

Gráfico 56



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1913, p. XXVIII. (elaboração própria).

Gráfico 57



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1913, p. XXVIII. (elaboração própria).

3.10 O exercício orçamentário de 1914

No ano de 1914 o estado contratou um novo empréstimo por intermédio dos comerciantes da Valorização. O valor dos recursos somaram 63.000:000\$000 mil-réis. A receita proveniente da Valorização e da dívida pública (interna e externa) somou 133.043:554\$380 mil-réis, já incluído o novo empréstimo. Em contrapartida, a despesa da Valorização e da dívida pública eram orçadas em 103.392:413\$841 mil-réis. No que tange às rendas ordinárias do estado, estas foram de 65.711:403\$534 mil-réis, contudo as despesas nas Secretarias de estado somaram 100.159:860\$773 mil-réis. Se observarmos o movimento empreendido pelo estado podemos constatar que o empréstimo foi contraído tendo em vista cobrir a diferença entre o que fora arrecadado de forma ordinária e as obrigações que se fazia necessário cobrir. Faltavam trinta e cinco mil contos de réis para fechar o custeio e os investimentos realizados pelo estado, de outro lado, o saldo do exercício de 1913 (52.839:221\$432 mil-réis) praticamente passou para 1915 (49.481:874\$029), ou seja, o empréstimo externo de 4.200.000 milhões de libras (63.000:000\$000 mil-réis) serviu ao propósito de consolidar as finanças estaduais no exercício, cobrindo o déficit das secretarias. Como os custos diretos da Valorização não passaram de quarenta mil contos de réis, temos que todos

os recursos restantes foram para renegociar e recomprar títulos da dívida interna, bem como para cobrir as ditas obrigações ordinárias do estado¹⁴⁹.

Tabela 45

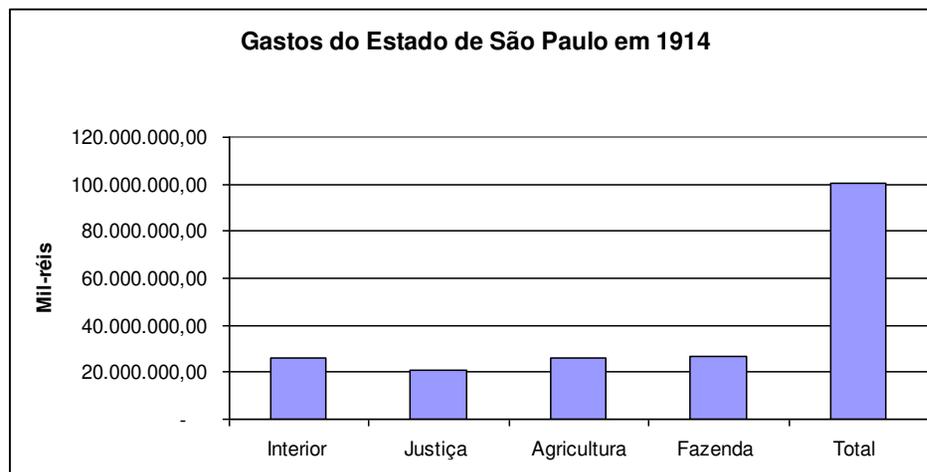
Balancete da Receita e Despesa no exercício em 1914	
Receita	Valor
Renda do Estado	65.711:403\$534
Sobretaxa em Francos-ouro	24.463:387\$287
Dívida Interna Fundada	2.905:000\$000
Dívida Flutuante	3.346:269\$553
Bancos no País e no estrangeiro	575:308\$706
Letras do Tesouro	38.866:565\$898
Valores em Café	462:331\$642
Depositários Públicos	378:000\$000
Montepio dos Magistrados	55:440\$000
Caixa Beneficente da Força Pública	63:590\$419
Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos	877:050\$750
Emp. Valorização (4.200.000 milhões de libras)	63.000:000\$000
Caixa de 1915	14.100:000\$000
Diversos Saldos	161\$300
Saldo do exercício de 1913	52.839:221\$432
Total	267.643:730\$521

Despesa	Valor
Secretarias de Estado	100.159:860\$773
Dívida Flutuante	3.988:434\$748
Letras do Tesouro	58.492:665\$240
Empréstimos da Valorização (amortizações)	7.588:639\$000
Despesas da Valorização	33.322:674\$853
Montepio dos Magistrados	53:193\$873
Caixa Beneficente da Força Pública	53:013\$346
Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos	930:678\$748
Depositários Públicos	335:000\$000
Caixa de 1913 (suprimentos de caixa)	13.237:695\$911
Saldos para 1915	49.481:874\$029
Total	267.643:730\$521

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda.** São Paulo: Typographia Casa Garraux, 1914, p. 34-35 (anexo 1).

¹⁴⁹ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1914, p. 34-35 (anexo 1).

Gráfico 58



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1914, p. 34-35 (anexo 1) (elaboração própria).

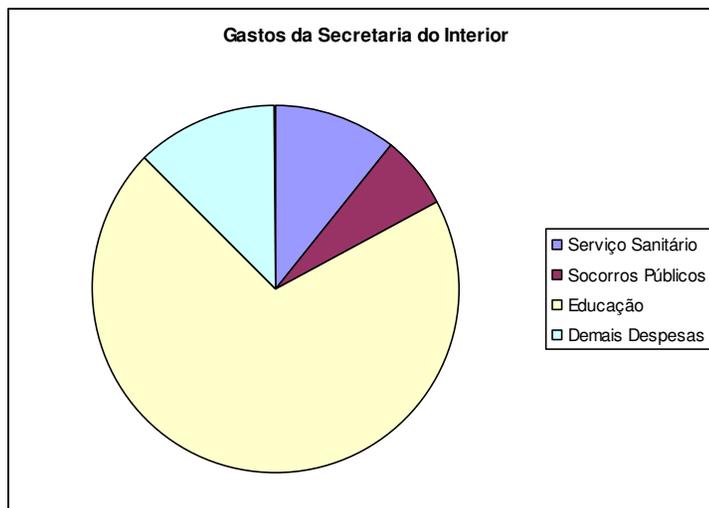
Em 1914 a Secretaria do Interior empregou 2.545:389\$210 mil-réis em despesas extraordinárias, ou seja, além dos gastos rotineiros da pasta. Deste montante foram gastos 108:001\$139 mil-réis nas novas edificações do Hospício do Juquerí, 41:537\$009 mil-réis nos novos laboratórios da Escola Politécnica, 2.231:114\$560 na construção de novos Grupos Escolares (Casa Branca, Brás, Escola Profissional Feminina e Masculina, Escola de Artes e Ofícios de Jacareí e Amparo), 2:745\$000 mil-réis na reorganização do almoxarifado da Secretaria do Interior e 161:991\$491 mil-réis na Faculdade de Medicina. Como pode ser visto, o Interior manteve os investimentos nas obras iniciadas em outros exercícios. Observemos os dados na tabela e no gráfico abaixo:

Tabela 46

Despesas da Secretaria do Interior	
Título da Despesa	Despesa
Presidencia do Estado	170:793\$010
Senado	582:385\$128
Camara dos Deputados	1.004:856\$445
Secretaria de Estado	375:321\$090
Almoxarifado	110:051\$701
Biblioteca Pública	93:217\$896
Diretoria Geral de Instrução Pública	289:606\$980
Escola Normal da Capital	723:821\$824
Escola de Itapetininga	269:584\$460
Escola de São Carlos	232:612\$690
Escola do Braz	154:289\$460
Escola de Botucatu	160:388\$664
Escola de Campinas	179:069\$556
Escola de Casa Branca	95:279\$190
Escola de Guaratinguetá	173:542\$078
Escola de Piracicaba	165:398\$700
Escola de Pirassununga	136:334\$991
Ensino Público Primário	11.590:041\$830
Gymnasio da Capital	205:792\$073
Gymnasio de Campinas	186:381\$260
Gymnasio de Ribeirão Preto	160:933\$729
Escola Politécnica	495:219\$886
Faculdade de Medicina	302:305\$440
Seminário de Educandas	82:740\$000
Hospício de Alienados	876:472\$851
Repartição de Estatística	228:054\$051
Diário Oficial	221:907\$563
Museu do Estado	67:071\$820
Serviço Sanitário	2.438:160\$000
Socorros Públicos	1.456:804\$535
Pinacoteca do Estado	29:122\$100
Escola Profissional Masculina	149:868\$896
Escola Profissional Feminina	69:527\$748
Escola de Artes e Ofícios de Amparo	51:425\$380
Escola de Artes e Ofícios de Jacareí	16:243\$772
Pencionato Artístico	58:863\$717
Serviço Eleitoral	103\$000
Eventuais e Representações	59:110\$170
Total	23.662:713\$684

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1914, p. 6 (anexo 2).

Gráfico 59



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1914, p. 6 (anexo 2) (elaboração própria).

Como em todos os exercícios anteriores, os maiores gastos desta Secretaria concentraram-se nas áreas de educação, socorros públicos e serviço sanitário, no interior de São Paulo e na Capital.

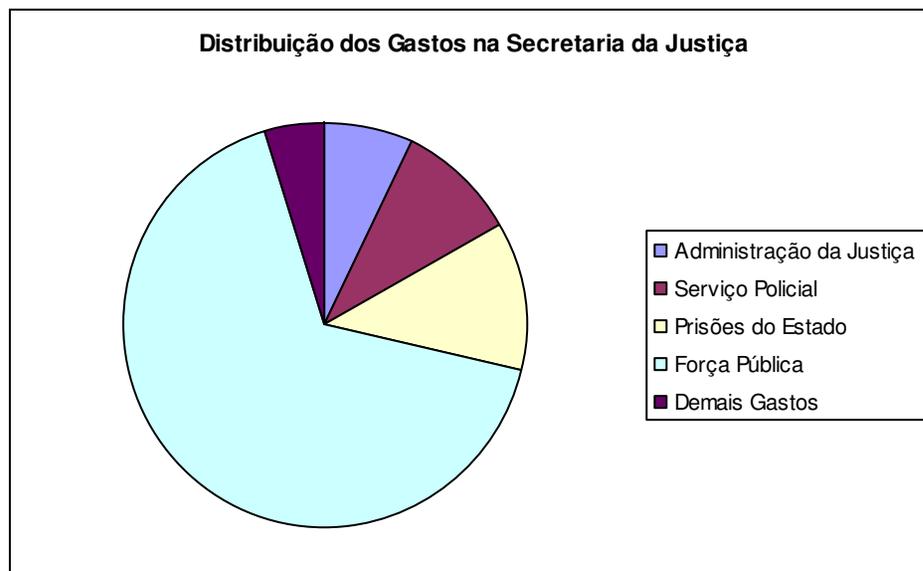
A Secretaria da Justiça empregou, no ano de 1914, 54:277\$830 mil-réis nos Institutos Disciplinares de Mogi-Mirim, Sorocaba e Taubaté. Os demais gastos se realizaram nas despesas ordinárias da pasta, como podemos observar na tabela e no gráfico a seguir:

Tabela 47

Despesas da Secretaria da Justiça	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria de Estado	440:013\$287
Administração da Justiça	1.499:281\$276
Ministério Público	479:261\$682
Junta Comercial	34:404\$469
Serviço Policial	2.096:057\$315
Prisões do Estado	2.471:767\$890
Força Pública	14.056:826\$482
Eventuais	51:697\$271
Total	21.129:309\$663

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1914, p. 7 (anexo 2).

Gráfico 60



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1914, p. 7 (anexo 2) (elaboração própria).

Neste exercício, somente o orçamento do Interior e da Justiça se mantiveram iguais ou aumentaram em relação à 1913. As receitas da Agricultura caíram de 31.550:744\$470 mil-réis para 26.105:938\$120 mil-réis. A queda mais expressiva não foi no custeio, mas nos créditos especiais, que sofreram retração de mais de cinquenta por cento. Assim como no ano anterior, a Estrada de Ferro Sorocabana e a nova Penitenciária da Capital consumiram praticamente oitenta por cento dos recursos especiais. No que tange aos gastos ordinários, os maiores dispêndios foram em Serviços de Águas, Colonização e Imigração e “Obras Públicas em Geral”. Foram aplicados 227:243\$261 mil-réis na reparação, conservação e adaptação de grupos e escolas, 160:502\$905 mil-réis em igual atividade nos prédios de Cadeias e Quartéis, 1.236:549\$249 mil-réis na conservação e construção de pontes e estradas de rodagem e 478:467\$510 mil-réis nos serviços de iluminação de vias públicas, praças e prédios públicos. A Secretaria concedeu, ainda, garantia de juros às Estradas de Ferro Santos à Juquiá e Pindamonhangaba à Campos do Jordão (663:770\$559 mil-réis)¹⁵⁰. Vejamos os demais gastos:

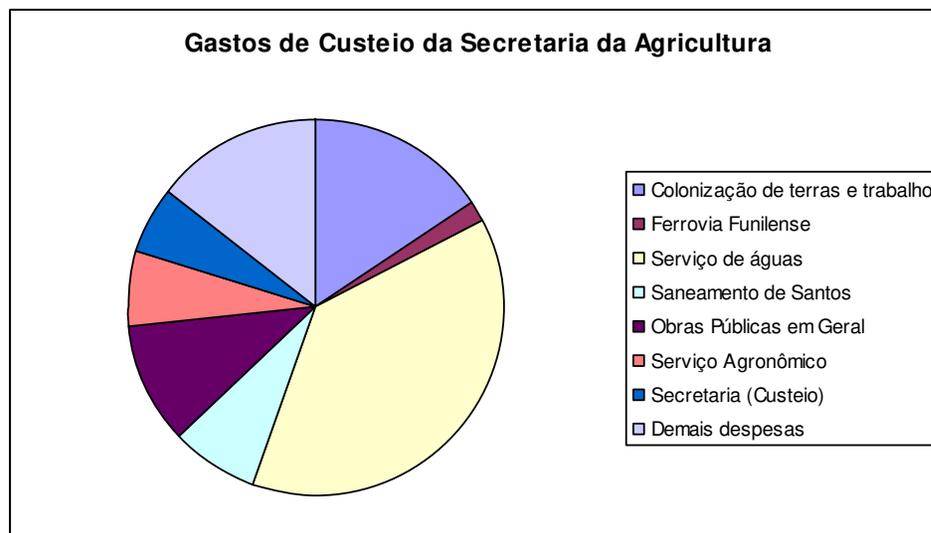
¹⁵⁰ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1914, p. 36 (anexo 2).

Tabela 48

Despesa da Secretaria da Agricultura	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria	1.339:862\$033
Inspetoria de Imigração do Porto de Santos	82:277\$230
Departamento Estadual do Trabalho	256:151\$216
Imigração	2.442:980\$996
Colonização	495:214\$996
Serviço Agronômico	1.414:834\$376
Discriminação de Terras Devolutas	255:102\$805
Defesa Agrícola	3:545\$034
Comissão Geográfica e Geológica	235:906\$140
Obras Públicas em Geral	2.356:790\$682
Saneamento de Santos	1.685:186\$279
Contratos e Subvenções	1.814:607\$860
Repartição de Águas e Esgotos	8.434:003\$938
Tramway da Cantareira	530:688\$128
Repartição de Imigrantes	10:473\$805
Estrada de Ferro Funilense	408:489\$835
Junta de Tomada de Contas	20:140\$200
Transportes em Estradas de Ferro	447:993\$790
Comissão de Estudos no Estrangeiro	45:000\$000
Patronato Agrícola	37:074\$500
Eventuais	78:764\$156
Total	22.350:177\$999
<i>Créditos especiais (investimentos)</i>	
Exportação de Frutas	34.783\$300
Escola de A. e Artífices	11.000\$000
Nova Penitenciária da Capital	1.969:080\$706
Ramal do Guapira	154:203\$194
Novo Quartel de Bombeiros	60:211\$297
Obras do Quartel da Luz	104:430\$296
Novas Construções da Sorocabana	1.288:609\$542
Aumento do Hospital da Força Pública	72:514\$907
Propaganda do Café	210\$000
Estrada de Rodagem de Faxina ao Paraná	60:266\$880
Estrada de Ferro Guaratinguetá a Cunha	450\$000
Total dos Investimentos	3.755:760\$120

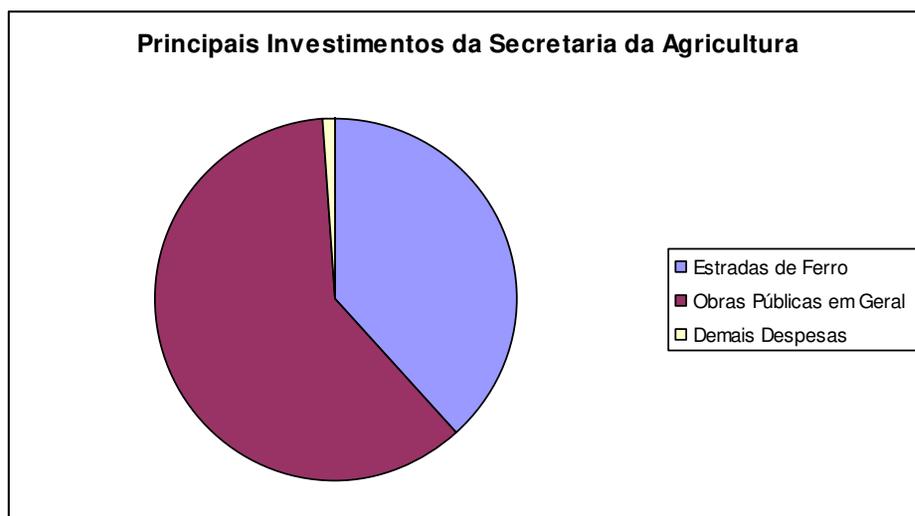
Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1914, p. 8 (anexo 2).

Gráfico 61



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1914, p. 8 (anexo 2) (elaboração própria).

Gráfico 62



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1914, p. 8 (anexo 2) (elaboração própria).

Na Secretaria da Fazenda é possível observar uma queda nas obrigações financeiras (juros, amortização e demais obrigações) e uma queda na concessão de auxílios e subvenções, em relação ao exercício anterior. Assim como na Agricultura, a Fazenda também foi obrigada a contrair os gastos em 1914, como os dispêndios com juros e diferenças de câmbios eram mais ou menos rígidos, os auxílios e subvenções tiveram de ser cortados em cinquenta por cento. A Secretaria não realizou

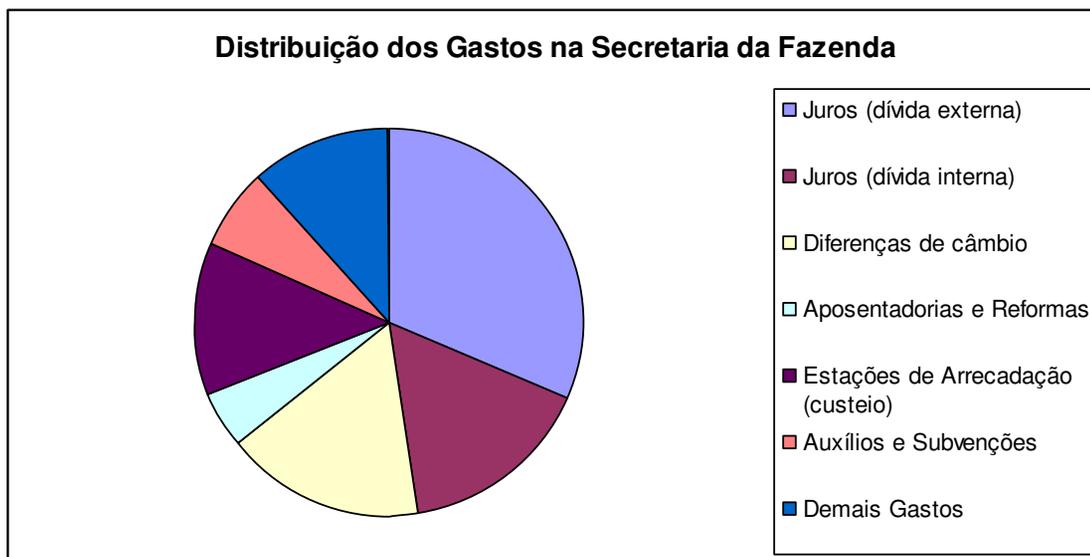
investimentos relevantes neste exercício, deste modo observemos os gastos correntes na tabela e no gráfico abaixo:

Tabela 49

Despesas da Secretaria da Fazenda	
Título da Despesa	Despesa
Secretaria de Estado	582:800\$000
Arrecadação de Rendas	3.291:540\$529
Fiscalização de Armazéns Gerais	47:543\$100
Exercícios Findos	2.834:752\$444
Reposições e Restituições	50:000\$000
Juros Diversos	12.183:699\$204
Diferenças de Câmbio	4.258:726\$113
Aposentados	780:311\$096
Reformados	480:204\$523
Auxílios e Subvenções	1.703:849\$964
Garantia de Juros	12:318\$755
Eventuais	36:420\$388
Total	22.982:782\$078

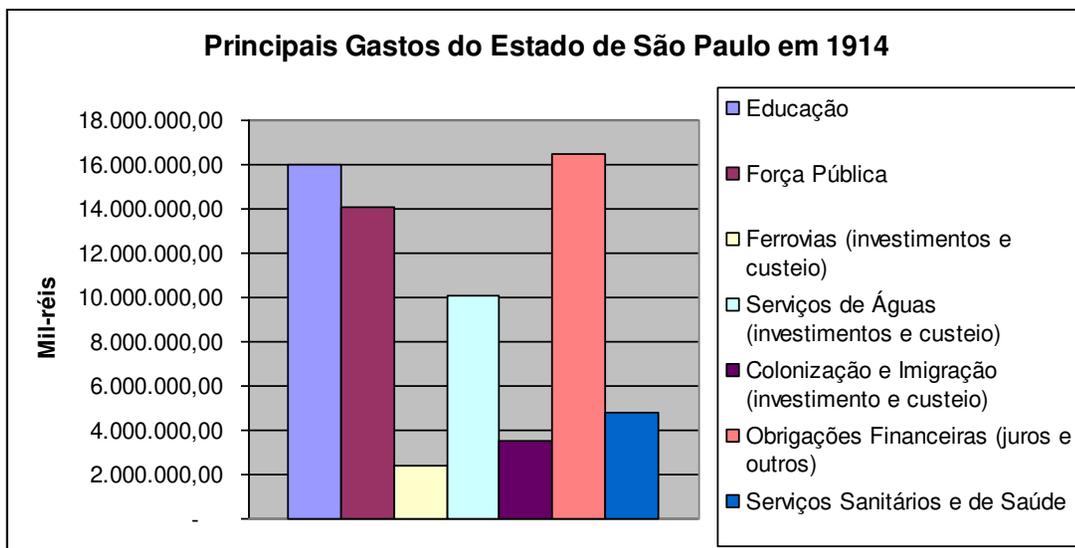
Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1914, p. 9 (anexo 2).

Gráfico 63



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1914, p. 9 (anexo 2) (elaboração própria).

Gráfico 64



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1914, várias páginas (anexo 2) (elaboração própria).

3.11 Uma síntese dos exercícios orçamentários de 1906-1914: A Valorização do café e o orçamento do estado de São Paulo.

Vimos ao longo das páginas anteriores as execuções orçamentárias do estado de São Paulo, ao longo do período em que foi empreendida a Primeira Valorização do Café. Após termos realizado tal percurso, percebemos que a Valorização serviu ao equilíbrio orçamentário de São Paulo de duas maneiras. Primeiro que a elevação do preço do café e a manutenção do nível de exportações, garantiu ao estado a sustentabilidade de suas receitas ordinárias, a contar que o café era o único produto de exportação paulista que deveria pagar direitos e em praticamente todos os exercícios analisados o café foi responsável por pelo a metade das receitas ordinárias do estado. Segundo que em virtude do Programa de Valorização, o estado encontrou um maior espaço para endividar-se interna e externamente, o que significa dizer, que nos exercícios em que as contas não podiam ser fechadas com as receitas corriqueiras – e estes foram praticamente todos -, o estado poderia lançar mão de empréstimos externos e emissão de Letras do Tesouro, intermediadas pelos comerciantes da Valorização.

Em 1908, quando o estado contraiu um empréstimo de 15.000.000 milhões de libras para consolidar financeiramente a Valorização, havia um déficit entre a

arrecadação ordinária e os gastos nas Secretarias, no valor de 25.295:225\$570 mil-réis, que foi coberto graças às movimentações financeiras da Valorização¹⁵¹.

Em 1909, o vasto saldo proveniente do exercício anterior cobriu a despesa da Valorização, a arrolagem da dívida interna e externa e o déficit de 11.097:586\$900 mil-réis formado pela diferença entre os gastos com as Secretarias e a arrecadação ordinária do estado¹⁵².

No exercício de 1910 o caso que estamos descrevendo foi mais latente, já que a diferença entre as receitas com a Valorização, mais a emissão de dívida e as despesas com ambas, tratou-se de um saldo positivo de 24.415:351\$980 mil-réis, enquanto que o déficit entre a renda ordinária do estado e os gastos com as Secretarias foram de 22.571:332\$240 mil-réis, sendo que o saldo do exercício anterior passou integralmente para 1911. Deste modo, o déficit foi integralmente coberto pelas receitas da Valorização e da dívida pública, contraída em virtude da primeira¹⁵³.

Em 1911 o saldo da Valorização e da dívida foi de 31.147:539\$390 mil-réis e o déficit no orçamento das Secretarias foi de 19.913:680\$230 mil-réis, enquanto que o saldo de 1910 de 31.790:770\$034 mil-réis foi acrescido e passou para 1912 com 44.870:422\$944 mil-réis¹⁵⁴. Assim, foi possível cobrir o déficit no orçamento e encorpar o caixa para 1912.

Em 1912 iniciou-se um problema orçamentário que seria solucionado por meio da contratação de novos empréstimos externos. O saldo da Valorização e da dívida pública foi de -15.884:620\$040 mil-réis, enquanto que o déficit do estado foi de 21.002:886\$850 mil-réis. As obrigações foram cobertas graças ao saldo do exercício anterior e a antecipações do caixa de 1913. Assim, o próximo exercício sofreria novas pressões financeiras¹⁵⁵.

Em 1913 foi contratado um novo empréstimo no valor de 7.500.000 milhões de libras (112.500:000\$000 mil-réis). Isso foi fundamental para compor a receita da Valorização e da dívida pública, que ficou na casa dos 265.685:603\$010 mil-réis, fazendo frente à uma despesa de 199.454:618\$030 mil-réis. Caso o empréstimo não

¹⁵¹ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1908, p. IV-V.

¹⁵² SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1909, p.V.

¹⁵³ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1910, p.VI-VII.

¹⁵⁴ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1911, p.IV-V.

¹⁵⁵ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1912, p.VI.

tivesse sido contratado haveria um déficit de quase cinquenta mil contos de réis somente para fechar as contas da Valorização e da dívida pública, sem contar o déficit das secretarias de estado. Este, por sua vez, ficou na casa dos 31.730:259\$890 mil-réis, enquanto que o saldo para 1914 foi aumentado em trinta mil contos de réis, em relação ao saldo recebido de 1912¹⁵⁶. Sendo assim, o empréstimo dirimiu as obrigações da Valorização, da dívida pública e desfez o déficit do estado, bem como recompôs o saldo de 1914.

Em 1914, assim como no ano anterior, um novo empréstimo foi contratado, desta vez no valor de 4.200.000 milhões de libras (63.000:000\$000 mil-réis). Assim, o saldo da Valorização e da dívida pública foi de 29.651:140\$539 mil-réis, enquanto que o déficit do estado foi de 34.448:457\$239 mil-réis. Bem, faltavam aproximadamente cinco mil contos para fechar o orçamento; dois terços deste recurso se originaram dos saldos de 1913 e o restante de outras receitas do estado¹⁵⁷.

Visto isso, temos que a partir de 1908 o estado contou com as receitas provenientes das exportações de café que foram fortalecidas pelas compras para a Valorização e também contou, após 1910, com uma elevação nos preços do produto, que sustentou a arrecadação tributária. Isso foi fundamental para que o estado pudesse sustentar seus investimentos, contudo, temos de considerar o papel central do Programa de Valorização do Café para o orçamento do estado. Vimos acima, que os empréstimos não foram utilizados integralmente para a composição da operação comercial, mas, também possibilitaram a zeragem dos déficits do estado, e, em última análise, foram centrais para a composição dos recursos, juntamente com as rendas ordinárias, que levaram a realização de uma série de investimentos entre 1906 e 1914, nas ferrovias, estradas, pontes, sistema de distribuição de água, coleta de esgoto, imigração, colonização de terras, força pública, educação (construção de grupos, escolas secundárias, escolas profissionais, ginásios e Faculdade de Medicina), serviços sanitários, de saúde (hospitais, hospícios, Santas Casas), sistema correcional, justiça, dentre outros.

É tácito que a Valorização logrou fartos lucros para o cartel de comerciantes, contudo, recondicionou o comércio do produto e recuperou os preços internacionais da

¹⁵⁶ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1913, p. 20-21 (anexo 1).

¹⁵⁷ SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. op. cit., 1914, p. 34-35 (anexo 1).

rubiácea, salvaguardando a posição econômica de parte dos produtores, bem como se mostrou uma peça fundamental para o funcionamento e equilíbrio das finanças do estado de São Paulo no período em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais de um trabalho são um esforço de síntese. Trata-se de reunir as informações e as análises centrais do trabalho, a fim de oferecer uma visão geral – panorâmica – de toda a pesquisa. Procuraremos, neste espaço, transparecer o sentido geral do trabalho e as conexões entre os capítulos.

Temos como ponto de partida uma Defesa Episódica do Café que se mostrou, acima de tudo, uma vitória política dos dissidentes da política econômica de Campos Sales e Rodrigues Alves. Quando da chegada de Campos Sales à presidência, o país vivia uma crise inflacionária e um processo de desvalorização cambial que deteriorava as finanças federais, que tinha de arrecadar as receitas em moeda desvalorizada e honrar os compromissos externos em moeda forte (libras esterlinas). Para corrigir este problema Campos Sales e o Ministro da Fazenda Joaquim Murinho, colocaram em curso uma política econômica restritiva que buscava, em primeiro lugar, a recuperação das condições de financiamento externo do Estado. Isso se faria pela valorização do câmbio, pela recuperação da moeda nacional – combate à inflação – e pela redução do déficit público, que passava, forçosamente, pelo aumento de impostos e pelo corte de gastos.

Contudo, a cafeicultura necessitava de dois expedientes para promover seu financiamento, quais sejam as desvalorizações cambiais, que cobriam as perdas com a queda dos preços internacionais do café, durante a última década do século XIX e a farta concessão de créditos nas praças financeiras, inaugurada no final do Império e consolidada no chamado Encilhamento. Porém, a política econômica de Campos Sales atacava frontalmente tais expedientes, primeiro com a suspensão dos direitos de emissão do Banco do Brasil e dos demais bancos emissores, segundo com a política de valorização cambial, por meio do ingresso de moeda forte no país e com a queima de papel moeda excedente. Desta forma, estava colocada a tensão que só se resolveria no Convênio de Taubaté, ou seja, de um lado o grupo de Campos Sales, paulista e cafeicultor, crente que a solução da crise da cafeicultura passava por uma estabilização econômica, que consolidaria as instituições republicanas e colocaria o país novamente no rumo do progresso. Assim, Campos Sales preconizava a solução da crise

econômica do país - interesse nacional - como acima de um interesse de classe – dos cafeicultores¹⁵⁸.

O primordial era sanear as contas do país, sendo que a partir disso o problema do café se resolveria. O diagnóstico era claro e o “remédio nada saboroso”, contudo sem a resolução do problema central – das finanças do país – não haveria República e tampouco a cafeicultura, segundo o próprio Campos Sales. Mas por outro lado, os descontentamentos no Congresso Nacional, nas Sociedades de Comércio e Agricultura e no próprio PRP (Partido Republicano Paulista) aumentavam a cada dia, a cada legislatura parlamentar. Assim, tais conflitos adentraram a Presidência de Rodrigues Alves e se oficializaram vez por todas na cisão do PRP em 1903, que colocou em flancos distintos Campos Sales e Francisco Glicério; aliados históricos¹⁵⁹. Ao observarmos esta tensão, temos, que estavam presentes naquele momento duas correntes de opiniões distintas, que buscavam uma solução dos problemas nacionais. Porém, as duas vias desejavam solucionar da República e da própria lavoura cafeeira. Os meios eram díspares, mas os fins idênticos: colocar a nação nos trilhos da modernização.

Deste modo, o Programa de Valorização do Café marcou o retorno a uma política econômica que pregava a estabilização cambial em um nível menor que os 27 pence por mil-reis e aceitava em uma solução interventora para o problema do café¹⁶⁰. Contudo, embora os projetos propostos para a solução da crise da lavoura colocassem o Estado Nacional e os estados produtores como agentes centrais na operação de defesa, prevaleceu o plano previsto por Alexandre Siciliano, membro da Sociedade Paulista de Agricultura, no qual o capital comercial nacional e internacional faria a gerência da operação.

Guardada a discussão dos precedentes históricos da Valorização, realizamos em seguida o estudo da operação comercial. Não cabe aqui retomar os números, haja vista que já o fizemos no próprio capítulo. Contudo, temos que o Programa de Valorização

¹⁵⁸ Cf: KUGELMAS, Eduardo. **Difícil Hegemonia**: um estudo sobre São Paulo na Primeira República. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

¹⁵⁹ Cf: CASALECCHI, José Enio. **O partido republicano paulista**: política e poder (1889-1926). São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹⁶⁰ Nos referimos ao endosso de Afonso Pena, presidente que sucedeu Rodrigues Alves, a realização do Convênio de Taubaté.

teve duas fases bem definidas: em um primeiro momento o São Paulo conseguiu alguns empréstimos para realizar as primeiras compras de café em 1906 e 1907. Contudo, tais recursos mostraram-se insuficientes para executar o plano e o orçamento público já apresentava problemas. Assim, em 1908 foi contratado um empréstimo intermediado pelos comerciantes *H. Sielcken*, *T. Wille* e *H. Schroder* que consolidou financeiramente a operação. Com este empréstimo a Valorização entrou em uma nova fase, onde um comitê de comerciantes, sendo os três acima citados os principais membros, passou a controlar as operações de compra e venda de café. Entre 1908 e 1909 o café era comprado e centralizado nos armazéns de Santos pela *Prado, Chaves & C.* e pela *Theodor Wille & C.*, após isso os estoques eram consignados à inúmeras empresas européias e americanas, que distribuíram o produto pelos principais portos da Europa e dos EUA. Em 1910, os contratos de consignação foram entregues à um comitê, formado já em 1909, que a partir daquele ano seria responsável pela gestão da Valorização. Com a centralização dos estoques no âmbito internacional, os agentes compraram e venderam o café brasileiro nas bolsas de todo o mundo.

No caso dos negócios de Nova Iorque, o comerciante Herman Sielcken utilizou-se de um expediente bastante astuto para recuperar os preços do café. Primeiro organizou leilões fora da bolsa, onde suas empresas associadas faziam a maior parte dos lances e conseqüentemente venciam a maior parte dos pregões. As vencedoras se comprometiam a manter os estoques fora do mercado convencional – a bolsa - após isso, se iniciou um processo de compras à termo sucessivas na própria bolsa, criando uma escassez no mercado oficial. A partir disso, os preços internacionais começaram a melhorar – 1910/11 – já que foi possível reduzir o estoque visível do produto, dando a falsa impressão de que a oferta havia diminuído e se equilibrado. O plano logrou êxito ao elevar o preço e camuflar a oferta excedente de café, contudo transformou-se em um negócio extremamente lucrativo para o capital comercial, que controlava a sua gerência. Os comerciantes não só obtiveram lucros com as comissões, juros, etc., mas também em virtude da transferência dos estoques estatais para a posse privada do comitê, enquanto vigoraram os empréstimos e os adiantamentos feitos em favor do estado de São Paulo. Assim, os estoques foram adquiridos na baixa dos preços – pelo

estado – e foram repassados ao comitê de comerciantes – os credores – e estes os revenderam maciçamente quando o preço já havia subido.

Assim, o comando da operação pelo capital comercial garantia aos negociantes uma elevada remuneração, tanto do ponto de vista dos juros e amortizações – pagas pelo estado de São Paulo – quanto dos lucros nas próprias operações de compra e venda do café. Mas, para o próprio Siciliano parecia óbvio que os comerciantes deveriam lucrar com o intento, já que para o autor, desde o princípio a Valorização tratava-se de um negócio, cujo governo deveria garantir juros, assim como em um banco ou uma ferrovia; costume recorrente na época. Contudo, nossa intenção foi de ir além dos ganhos angariados pelos comerciantes, mas, sobretudo, observar os ganhos do estado de São Paulo.

É claro que o estado pagou juros por utilizar os recursos intermediados pelo comitê e teve de emitir títulos da dívida interna para compor o orçamento necessário com vistas à realização do programa. Contudo, em praticamente todos os exercícios orçamentários – de 1906 a 1914 – os recursos que entraram no estado, com o intuito de financiar a Valorização, não só foram aplicados no café, mas, sobretudo, mostraram-se fundamentais para dirimir os déficits orçamentários, garantindo os investimentos. Em última análise, os empréstimos externos para a Defesa do Café cobriam os custos da operação comercial, bem como permitiam ao estado arrolar a dívida interna – trocar dívida velha por dívida nova – e ficar com recursos em caixa. Nos exercícios a partir de 1908 o mecanismo funcionou por todos os anos observados, garantindo que os déficits não ficassem descobertos. Para além da correção contábil, com tais recursos, o estado de São Paulo pôde realizar gastos sociais e em infra-estrutura, insuflando o seu desenvolvimento econômico.

A observação dos gastos do estado no período nos permite qualificar tais despesas, bem como identificar tendências na aplicação dos recursos. As áreas nas quais ocorreram investimentos eram estratégicas para o desenvolvimento dos negócios da elite paulista e do próprio estado de São Paulo. Isso significa que aqueles homens que governavam São Paulo tinham bem definido, dentro de sua lógica pragmática, quais eram os investimentos necessários para consolidar seus negócios e seu projeto de poder político, que conferiu o mote para o surgimento de uma “sociedade civilizada”,

moderna e desenvolvida, desejo que já aparecia no próprio Manifesto Republicano¹⁶¹ e substancializou-se na Proclamação da República¹⁶² – nas ideologias positivista e liberal¹⁶³ -, nas políticas de modernização de Rodrigues Alves¹⁶⁴ – reforma da Capital Federal e políticas sanitárias e de higienização comandadas por Oswaldo Cruz e Pereira Passos – e por fim, nos próprios investimentos realizados na cidade e no estado de São Paulo, durante a Valorização¹⁶⁵.

A partir disso, temos que entre 1906 e 1914 o estado investiu fortemente nas áreas de educação, construindo grupos escolares, ginásios, escolas normais e técnicas, nas principais cidades do estado – São Paulo, Campinas, Piracicaba, Guaratinguetá, Sorocaba, Ribeirão Preto, Casa Branca, Santos, dentre outras – além dos institutos de pesquisa de saúde, epidemias, agronomia (Escola Luiz de Queiroz), geologia, dentre outros. Igualmente importantes foram os investimentos em saúde – Santas Casas, Socorros Públicos, Hospícios e etc. -, saneamento básico – saneamento da cidade de Santos, canalização do Tamanduateí, serviço de águas e esgoto. Ainda no campo dos investimentos sociais, observamos que uma vasta quantia foi empregada nos serviços policiais e na Força Pública, fundamentais para o controle das cidades, em especial São Paulo, em franco processo de industrialização, com a presença de operários e imigrantes. O serviço de subsídios à imigração também consumiu muitos recursos e tinha no seu sentido implícito, para além da formação do mercado de trabalho, o intuito de “importar a civilização do europeu.”

No que tange à infra-estrutura, as ferrovias, em especial a Sorocabana, foram fortemente subvencionadas, além do financiamento da construção de novos ramais e ampliação de antigos, e a construção de estações ao longo das linhas. As ferrovias, além da função “cata café”, possibilitavam a interligação do território, funcionando como canais de abastecimento para as mais longínquas regiões do estado. Com a ampliação

¹⁶¹ Cf: BRASILIENSE, Américo. **Os programas dos partidos e o 2º Império**. São Paulo: Typ. Jorge Seckler, 1878.

¹⁶² Cf: PENNA, Lincoln de Abreu. **O progresso da ordem**: o florianismo e a construção da República. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997; LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

¹⁶³ GONÇALVES, José Ricardo Barbosa. **A utopia da ordem social**: o positivismo na crise da ordem imperial brasileira (1862-1898). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

¹⁶⁴ Ver: BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**: de 1889 a 1930. 3ª ed. São Paulo: Fulgor, 1957, p. 124-126. Ver também: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Rodrigues Alves**: apogeu e declínio do presidencialismo. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Edusp, 1973.

¹⁶⁵ Cf: FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

de um ramal urbano da Sorocabana – o *Tranway* da Cantareira – ocorreu a interligação da região do Tucuruvi e da Cantareira à Guarulhos, onde havia uma base militar. A construção foi importante para interligar a cidade (centro) às áreas mais periféricas, já que funcionava como ferrovia de carga e de passageiros¹⁶⁶. Para além das ferrovias, observamos a construção de inúmeras estradas, pontes – muitas delas sobre o Rio Grande -, praças, vias e avenidas e um investimento considerável em iluminação pública.

Estes investimentos nos evidenciam o intento modernizador, que fora empreendido pelos gestores paulistas no período sob o qual nos detemos. A educação, o controle de epidemias, a higienização social, o controle social, por meio das instituições de polícia, a infra-estrutura de águas e esgoto, a iluminação pública, ferrovias, dentre outros, retratam e revelam um desenvolvimento econômico e social que foi financiado pelo comércio do café, e em última análise, pelos próprios recursos da Valorização¹⁶⁷. Neste sentido, se a Defesa do Café serviu ao capital comercial como um negócio, ou seja, para sua acumulação privada, em grande medida, também foi uma peça fundamental no financiamento do desenvolvimento econômico e social do estado de São Paulo no período observado neste trabalho.

¹⁶⁶ Cf: PINTO, Adolfo A. **História da viação pública em São Paulo**. São Paulo: Tip. Vanorden, 1903. Disponível em www.openlibrary.com/efsininscd.jjd996775&%e.jejej#/?ddjejes8684jh/html. Acesso em 19 de outubro de 2010; Ver também: MATOS, Odilon N. de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1990; SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo (1870-1940)**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

¹⁶⁷ Nos referimos tanto aos empréstimos da Valorização, quanto às receitas advindas dos direitos de exportação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

Documentação e Fontes Primárias

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. **Valorização do café**. Rio de Janeiro: Typ. Olimpio de Campos, 1906.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Leopoldo de Bulhões no ano de 1903**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.

_____. **Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Leopoldo de Bulhões no ano de 1906**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

CAMPOS SALLES, Manoel Ferraz. **Da propaganda à presidência**. Brasília: UNB.

Correio Paulistano, São Paulo, 13 de Fevereiro de 1906, n. 15.272.

Decreto do Acordo de Taubaté In: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1907.

Decreto de criação da Caixa de Conversão. In: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1907.

IBGE. **Anuário Estatístico (1939/40)**. Rio de Janeiro, 1941.

INSPETORIA DO THESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Informação prestada ao Exmo. Sr. Dr. Olavo Egydio de Sousa Aranha, Secretário da Fazenda pelo Cel. Luiz Gonzaga de Azevedo, Inspetor do Tesouro do Estado de São Paulo, sobre o Serviço de Defesa do Café**. São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & Comp., 1906-1907.

_____. **Informação prestada ao Exmo. Sr. Dr. Olavo Egydio de Sousa Aranha, Secretário da Fazenda pelo Cel. Luiz Gonzaga de Azevedo, Inspetor do Tesouro do Estado de São Paulo, sobre o Serviço de Defesa do Café**. São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & Comp., 1908-1909.

MURTINHO, Joaquim. Introdução ao relatório do Ministro da Fazenda In: LUZ, Nícia Villela (Org.). **Idéias econômicas de Joaquim Murтинho**: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1980.

O Estado de São Paulo, 5 de março de 1906, n. 9.952.

SECRETARIA DA AGRICULTURA. **Anuário estatístico de São Paulo**. São Paulo: Typographia Oficial, 1937.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1906.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1907.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1908.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1909.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1910.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1911.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1912.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1913.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Fazenda**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1914.

SICILIANO, Alexandre. **Valorização do Café**. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1905.

Livros, artigos, teses e dissertações

AGUIAR, Pinto de. **Rui e a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973.

ALMEIDA, Enio Antonio de. **Academia do Barro Branco**: a historia da criação e implantação da Escola de Formação dos Oficiais da Força Publica Paulistana na Republica. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

ALMEIDA, Marta de. **Republica dos invisíveis**: Emilio Ribas, microbiologia e saúde publica em São Paulo (1898-1917). Tese (Doutorado em História) – Universidade de

São Paulo – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BRASILIENSE, Américo. **Os programas dos partidos e o 2º Império**. São Paulo: Typ. Jorge Seckler, 1878.

BRITO, Luis Tenório de. **A força pública de São Paulo**: pioneira e mecenas. São Paulo : Biblos, 1963

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4ª ed. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales In: Boris FAUSTO (Org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano; 1º volume: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 4ª edição. São Paulo: Difel, 1985.

CASALECCHI, José Enio. **O partido republicano paulista**: política e poder (1889-1926). São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CHAVANTES, Ana P. **Consolidação do setor bancário em São Paulo na década de 20**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia, Campinas, 2004.

COSTA, Ana Maria Catelli Infantosi da. **A escola na República Velha**: expansão do ensino primário em São Paulo. São Paulo: EDEC, 1983.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Difel, 1966.

_____. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

DAVATZ, Thomaz. **Memórias de um colono no Brasil**. Trad. Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Ed. Martins, 1941.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difusão européia, 1971.

DELFIN NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979.

DENIS, Pierre. **O Brasil no século XX**. Ed. portuguesa. Lisboa: Bertrand, 1908.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: _____(Org). **História geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1977, Tomo III, vol. 1.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. **A força pública de São Paulo**: origem, determinações e fundamentos históricos (1831-1926). Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis (Visconde de Ouro Preto). “Finanças”. In: OLIVEIRA, Cândido de. et al. **Década Republicana**. 2ª ed. Brasília, DF: UNB, 1986, p. 121.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Rodrigues Alves**: apogeu e declínio do presidencialismo. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Edusp, 1973.

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

FRANCO, Gustavo H. B. **A década republicana**: o Brasil e a economia internacional – 1888/1900. Rio de Janeiro: Série PNPE – IPEA, 1991.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 24ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

GONÇALVES, José R. Barbosa; MADI, Maria Alejandra C. **Commodity prices, financial integration and policy options**: the performance of Brazilian economy, 1889-1931, XIV International Economic History Congress, (21/08/2006 to 25/08/2006), Helsinki, Finland, 2006.

_____. **The performance of foreign banks in Brazil**: international liquidity cycles and financial regulation, 1870-2000, Congress of the European Business History Association (EBHA), (17/08/2006 to 20/08/2006), Copenhagen, Denmark, 2006.

GONÇALVES, José Ricardo Barbosa. **A utopia da ordem social**: o positivismo na crise da ordem imperial brasileira (1862-1898). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

HALL, Michael. **The origins of mass immigration in Brazil 1871/1914**. Chicago: University Microfilm, 1972.

HOLLOWAY, Thomas H. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**: a primeira valorização do café. Trad. Marcio Doctors. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934.** Trad. Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KUGELMAS, Eduardo. **Difícil Hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República.** Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

LOVE, Joseph. **A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937).** Trad. Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LEVY, M. Bárbara. **História da bolsa de valores do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

MARCONDES, Renato L. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba (séc. XIX).** Lorena: Stiliano, 1998.

_____. O financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba paulista (1865-1887). **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, vol. 56, n.1, p. 147-170, jan-mar. 2002.

MATOS, Odilon N. de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira.** 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1990.

MELLO, João M. C. de. **O capitalismo tardio: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira.** 6ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil.** 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira Republica.** São Paulo: EPU, 1974.

NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do. **A administração do ensino público paulista na Primeira Republica.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).** 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

PACHECO, Cláudio. **História do Banco do Brasil.** Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 1973.

PELÁEZ, Carlos Manuel. Análise econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café – 1906-1945: Teoria, política e mediação. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, vol. 25, n.4, p. 5-211, out./dez. 1971.

PENNA, Lincoln de Abreu. **O progresso da ordem**: o florianismo e a construção da República. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. **O comissário de café no porto de Santos, 1870-1920**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1980.

PERISSINOTO, Renato. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

_____. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo, 1889-1930**. São Paulo: Annablume, 1999.

PINTO, Adolfo A. **História da viação pública em São Paulo**. São Paulo: Tip. Vanorden, 1903. Disponível em www.openlibrary.com/efsininscd.jdid996775&%e.jejej#/?ddjejes8684jh/html. Acesso em 19 de outubro de 2010.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo (1870-1940)**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. **Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850-1930**. São Paulo: IPE/USP, 1986, (IPE/USP – Série Ensaio econômico, nº 56).

SANTOS, Michael Luiz dos. **Leopoldo de Bulhões**: um financista da Primeira República. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

TAUNAY, Afonso de E. **História do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Dep. Nacional do Café, 1939-43.

TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. **Poder e saúde**: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

TOPIK, Steven. **A presença do Estado na economia política do Brasil entre 1889-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

TORELLI, Leandro Salman. **A Defesa do Café e a Política Cambial**: os interesses da elite paulista na Primeira República (1898-1920). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

TRINER, Gail D. **British Banks in Brazil during na early Era of Globalization (1889-1930)**. Texto apresentado ao Congresso da International Economic History Association: Helsinki, 2006.

TRINER, Gail D; WANDSCHNEIDER, Kirsten. **Globalized financial markets and early republican Brazil**. In: RUTGERS UNIVERSITY MONEY HISTORY WORKSHOP, New Brunswick (New Jersey), 2001, p. 5. (Cópia fornecida pelos autores).

VILLELA, Aníbal Vilanova & SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. 3ª edição. Brasília: IPEA, 2001.

ANEXOS

LISTA DE PRESIDENTES E SECRETÁRIOS DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE 1906 E 1914.

Presidentes do estado de São Paulo

Jorge Tibiriçá Piratininga (1 de maio de 1904 até 1 de maio de 1908);

Manuel Joaquim de Albuquerque Lins (1 de maio de 1908 até 1 de maio de 1912);

Francisco de Paula Rodrigues Alves (1 de maio de 1912 até 1 de maio de 1916).

Secretários da Fazenda do estado de São Paulo

Manuel Joaquim de Albuquerque Lins (1902-1906);

Olavo Egydio de Souza Aranha (1907-1911) - *Carlos Augusto Pereira Guimarães*
(1910);

Joaquim Miguel Martins de Siqueira (1912);

Raphael de Abreu Sampaio Vidal (1913-1916).

LISTA DE PRESIDENTES DA REPÚBLICA E MINISTROS DA FAZENDA DO BRASIL ENTRE 1898 E 1914.

Presidentes da República

Manoel Ferraz de Campos Sales (1898-1902);
Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906);
Afonso Augusto Moreira Pena (1906-1910);
Nilo Procópio Peçanha (1910-1914).

Ministros da Fazenda

Joaquim Duarte Murtinho (1898-1902);
Sabino Alves Barroso Júnior (1902);
José Leopoldo de Bulhões Jardim (1902-1906);
David Morethson Campista (1906-1909);
José Leopoldo de Bulhões Jardim (1909-1910);
Francisco Antônio Sales (1910-1913);
Rivadavia da Cunha Correia (1913-1914).